



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE  
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
JORNALISMO

Matheus Gomes de Oliveira

**Jornalismo desintegrador brasileiro: o Jornal Nacional e o caso do Golpe na Bolívia em  
2019**

FLORIANÓPOLIS  
2023

Matheus Gomes de Oliveira

**Jornalismo desintegrador brasileiro: o Jornal Nacional e o caso do Golpe na Bolívia em 2019**

Dissertação submetida à banca examinadora no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, na Linha de Pesquisa 1 Cultura e Sociedade, do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Jornalismo.

Orientador(a): Prof.(a) Dr. Carlos Augusto Locatelli

FLORIANÓPOLIS  
2023

de Oliveira, Matheus Gomes

Jornalismo desintegrador brasileiro : o Jornal Nacional e o caso do Golpe na Bolívia em 2019 / Matheus Gomes de Oliveira ; orientador, Carlos Augusto Locatelli, 2023.

211 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. América Latina. 3. Imperialismo. 4. Geopolítica . 5. Ideologia. I. Locatelli, Carlos Augusto. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. III. Título.

Matheus Gomes de Oliveira

**Jornalismo desintegrador brasileiro: o Jornal Nacional e o caso do Golpe na Bolívia em 2019**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 22 de novembro de 2023 pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Carlos Augusto Locatelli, Dr.  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.<sup>a</sup> Elaine Jussara Tomazzoni Tavares, Dra.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Jorge Kanehide Ijuim, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Jornalismo.

Insira neste espaço a  
\_\_\_\_\_ assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a  
\_\_\_\_\_ assinatura digital

Prof. Carlos Augusto Locatelli, Dr.  
Orientador

Florianópolis, 2023.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente à minha mãe e companheira, Valdete, maior incentivadora de todas. Meu exemplo como trabalhadora e como militante.

Ao meu pai Carlos, minhas avós Maria e Laura (em memória) e meus avôs José e Jovelino (em memória) pelo esforço e pelo trabalho para prosperarmos. À toda família. Juntos, de perto ou de longe, para que nenhum de nós hoje, e dos que ainda virão, nunca mais viva em um quarto de empregado, chore o desemprego ou dependa de favores dos outros.

Ao meu orientador e professor Carlos Locatelli pela paciência, colaboração e pelo incentivo neste processo. Sem o seu conhecimento compartilhado e sem o seu perfil como um professor para além da sala de aula esta etapa não seria concluída. Ao professor Jorge Ijuim e à professora Elaine Tavares pelas colaborações desde a banca de qualificação.

Aos amigos e amigas da Vila Nova. Muitas situações vividas na infância e na adolescência, positivas e negativas, são da mais alta importância para o fortalecimento da minha caminhada e para a formação da minha visão de mundo.

Aos companheiros e companheiras de casa e de vida. Tantas conversas, diálogos e vivências que ajudam a me orientar nos estudos e nos trabalhos.

Aos companheiros e companheiras da militância política. Em gestões do Diretório Central dos Estudantes da UEM, no sindicato SISMMAR, no Coletivo Negro Minervino de Oliveira, no Partido Socialismo e Liberdade, no Bloco Antiproibicionista junto à Marcha da Maconha e no Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas. Espaços e momentos que me ensinaram para o resto da vida.

Ao Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) da UFSC. Depois que tive o primeiro contato minha vida tomou outro rumo.

Vamos caminhando.

## RESUMO

No presente estudo, o procedimento central observado é a ação das elites do Brasil, no caso a elite midiática, no comportamento que resulta em desinteresse e afastamento sistemáticos da América Latina e do Caribe enquanto um bloco geopolítico, um problema caracterizado como a desintegração deste grupo. A partir deste entendimento histórico, focaliza-se no século XXI com uma modificação significativa no concerto da luta de classes, onde mobilizações da classe trabalhadora latina e caribenha culminaram em vitórias eleitorais de projetos progressistas em proporção inédita, onde a integração regional ganhou força e voz. Diante deste movimento chamado de “Onda Rosa”, o imperialismo do centro do capitalismo, no visceral conluio com as classes dominantes locais, conseguiu desestabilizar e derrubar governos com proposições alternativas ao modelo neoliberal. Para que estas investidas tenham sucesso, o jornalismo joga um papel essencial na orientação ideológica das populações, principalmente pela televisão. Assim sendo, o objetivo principal da pesquisa centra-se em uma análise crítica da cobertura jornalística do Jornal Nacional, da Rede Globo, durante a crise política de 2019 que resultou na queda do governo de Evo Morales, na Bolívia. O propósito em questão foi a identificação de elementos ideológicos no Jornal Nacional, a partir de ferramentas metodológicas das próprias teorias do jornalismo, bem como a interlocução com a economia política e a geopolítica discutidas anteriormente à análise empírica. Para além de elementos ideológicos sobre a crise boliviana, o estudo demonstra como o jornalismo hegemônico brasileiro atua especificamente contra a integração latino-americana e caribenha, de modo em que o histórico distanciamento do povo brasileiro com os vizinhos tende a se aprofundar mediante a estigmatização, sendo a Bolívia apenas um dos vários exemplos possíveis.

**Palavras-chave:** Jornalismo desintegrador; América Latina; Ideologia; Imperialismo; Geopolítica

## ABSTRACT

In this study, the central procedure observed is the action of Brazil's elites, in this case the media elite, in the behaviour that results in systematic disinterest and distancing from Latin America and the Caribbean as a geopolitical bloc, a problem characterised as the disintegration of this group. From this historical understanding, we focus on the 21st century with a significant change in the concert of the class struggle, where mobilisations of the Latin and Caribbean working class have culminated in electoral victories for progressive projects to an unprecedented extent, where regional integration has gained strength and voice. In the face of this so-called "Pink Tide" movement, imperialism, in visceral collusion with the local ruling classes, has managed to destabilise and overthrow governments with alternative proposals to the neoliberal model. In order for these attacks to be successful, journalism plays an essential role in the ideological orientation of the population, mainly through television. As such, the main objective of the research centres on a critical analysis of the news coverage of Rede Globo's *Jornal Nacional* during the 2019 political crisis that resulted in the fall of the Evo Morales government in Bolivia. The purpose in question was to identify ideological elements in *Jornal Nacional*, using methodological tools from journalism theories themselves, as well as the interlocution with political economy and geopolitics discussed prior to the empirical analysis. In addition to ideological elements about the Bolivian crisis, the study demonstrates how Brazilian hegemonic journalism acts specifically against Latin American and Caribbean integration, so that the historical distancing of the Brazilian people from their neighbours tends to deepen through stigmatisation, and Bolivia is just one of several possible examples.

**Keywords:** Journalism disintegrator; Latin America; Ideology; Imperialism; Geopolitical

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Barreira policial.....	115
Figura 2 – Início dos protestos.....	117
Figura 3 – Intervalo do JN .....	120
Figura 4 – Arte sobre a TREP.....	121
Figura 5 – Imigrante no Brasil.....	122
Figura 6 – William Bonner e bandeira .....	126
Figura 7 – Protestos nas ruas .....	127
Figura 8 – Manifestantes contrários à Evo .....	133
Figura 9 – Ana Paula.....	134
Figura 10 – Viaturas policiais nos protestos .....	145
Figura 11 – Evo no intervalo .....	149
Figura 12 – Ônibus incendiados .....	150
Figura 13 – Imagens nas redes sociais .....	151
Figura 14 – Jeanine Áñez.....	152
Figura 15 – Arte sobre lei da vitória em primeiro turno.....	153
Figura 16 – Arte referendo sobre reeleição .....	154
Figura 17 – Única passagem na Bolívia .....	155
Figura 18 – Bonner e dupla bandeira.....	156
Figura 19 – Arte bolivianos em São Paulo.....	158
Figura 20 – Imigrante em entrevista.....	159
Figura 21 – Jeanine Áñez no intervalo .....	163
Figura 22 – Mapa da viagem de Evo.....	164
Figura 23 – Passagem Sandra Coutinho.....	168
Figura 24 – Evo vetado em intervalo.....	170
Figura 25 – Passagem Carolina Cimenti .....	171
Figura 26 – Tensão nas ruas no intervalo.....	175
Figura 27 – Passagem 2 Sandra Coutinho.....	176
Figura 28 – Passagem Felipe Santana .....	178
Figura 29 - Passagem Tiago Eltz.....	181



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	American Broadcasting Company
AFP	Agence France-Presse
ALBA-TCP	Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos
AP	Associated Press
BBC	British Broadcasting Corporation
CBS	Columbia Broadcasting System
CEPAL	Comissão Econômica Para América Latina e o Caribe
CIDE	Centro de Investigación y Docencia Económica
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
DW	Deutsche Welle
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
FMI	Fundo Monetário Internacional
JN	Jornal Nacional
MBR-200	Movimento Bolivariano Revolucionário 200
MAS-IPSP	Movimento Ao Socialismo – Instrumento Político de Soberania dos Povos
NBC	National Broadcasting Company
NOII	Nova Ordem Internacional de Informação
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RFI	Rádio França Internacional
RT	Russia Today
TMD	Teoria Marxista da Dependência
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UE	União Europeia
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
USP	Universidade de São Paulo
USIA	United States Information Agency
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VOA	Voice of America

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DA AMÉRICA LATINA E CARIBE .....</b>	<b>16</b>
2.1 FERRAMENTAS INICIAIS PARA COMPREENSÃO DA SOCIEDADE DE CLASSES 16	
2.2 HISTÓRIA CRÍTICA DE QUEM SOMOS E O LUGAR DE ONDE SOMOS: 530 ANOS DE DOMINAÇÃO .....	18
2.2.1 A “conquista” e o colonialismo: mais de três séculos de saque da terra e escravidão de povos.....	19
2.2.2 Levantes contra a dominação .....	23
2.2.3 Um novo momento na história e as dificuldades de superação da dominação .....	25
2.3 NOVO INIMIGO, MESMA DOMINAÇÃO: OS EUA E O APROFUNDAMENTO DO CONTROLE DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE .....	29
2.3.1 O Imperialismo nos Estados-burguês periféricos latino-americanos.....	31
2.3 CAPITALISMO DEPENDENTE LATINO-AMERICANO E CARIBENHO .....	39
<b>3. IDEOLOGIA, ALIENAÇÃO E JORNALISMO: DO CHICOTE AO MICROFONE, O CÓRTEX CEREBRAL COMO ALVO .....</b>	<b>44</b>
3.1 IDEOLOGIA E ALIENAÇÃO.....	44
3.1.1 Eurocentrismo e americanofilia: a colonização cultural como arma ideológica pelo atlântico norte contra o povo latino-americano e caribenho .....	47
3.1.2 O Brasil desintegrado dos vizinhos: expressão concreta do domínio ideológico ....	51
3.2 JORNALISMO: A SÍNTESE DO MUNDO MODERNO .....	56
3.2.1 Interpretações críticas às ordens postas: necessários avanços para o bem do jornalismo e da sociedade .....	60
3.3 REDE GLOBO: A EXPRESSÃO MÁXIMA DO JORNALISMO-BURGUÊS NO BRASIL E DOS INTERESSES DAS CLASSES DOMINANTES .....	61
<b>4. GEOPOLÍTICA, JORNALISMO E AMÉRICA LATINA.....</b>	<b>69</b>
4.1 INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA E CARIBENHA COMO UM ESPAÇO GEOPOLÍTICO .....	71
4.2. O FLUXO INFORMATIVO DESIGUAL NORTE X SUL.....	75
4.3 SÉCULO XXI: O SÉCULO DA AMÉRICA LATINA E O CARIBE? .....	80
4.3.1 A Onda Rosa: Integração x Reversão Neocolonial.....	90
4.3.2 A mídia em meio à “Maré Rosa” .....	103
<b>5. METODOLOGIA.....</b>	<b>111</b>
5.1 FERRAMENTAS METODOLÓGICAS.....	112
5.2 O GOLPE BOLIVIANO E A COBERTURA DO JORNAL NACIONAL .....	114
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>189</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>204</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As classes dominantes no Brasil, bem como nos demais países latino-americanos e caribenhos, lançam mão de diversas estratégias para garantir a manutenção das condições privilegiadas e usufruídas por estes grupos há mais de 500 anos. Desde 1492, as táticas dos conquistadores levam em consideração o controle sistemático de povos subalternizados a partir de lógicas econômicas, não pura e meramente morais. Tudo isso em detrimento de centenas de milhões de pessoas que já passaram por estes territórios.

As ferramentas e os artifícios empenhados, dos europeus invasores nas grandes navegações até os rentistas no século XXI, nada mais são do que parte um projeto político estruturante da sociedade em que vivemos, utilizado no concerto da luta de classes, e que tem este grupo minoritário como o lado vencedor até o momento. Portanto, absolutamente nada do que existe hoje em dia, no campo econômico, político e cultural é fruto do acaso ou de obra do destino, mas uma consequência de uma proposta pensada e executada por pessoas. De certa maneira esta compreensão poderia ser até mesmo uma obviedade, mas não é.

Para chegar até este novo milênio, com os problemas estruturais do Brasil como conhecemos, este projeto político se fez vencedor por meio da imposição violenta, sobretudo de uma região específica do planeta, onde se situam os países centrais do capitalismo, contra a periferia do sistema, mas com a participação ativa e proveitosa das classes dominantes internas destas regiões periféricas. Isto é, ações de controle partem do Norte para o Sul e com a cumplicidade de grupos que dominam dentro destas localidades dominadas. É um movimento característico do capitalismo que estabelece principalmente as relações de poder praticadas a partir de classes e de nações.

Particularmente, apesar do meu interesse individual nas áreas das ciências humanas desde a adolescência e, mais para frente, na política como um todo, passei a maior parte da minha vida sem sequer ser apresentado ao debate que ao meu ver é central para a contextualização sobre o país e sobre o mundo onde vivemos. Sobre este sistema edificado de dominância, autores e conceitos cunhados a partir da economia política, com aprofundamento crítico sobre a história, ajudam a explicar em qual base material estamos assentados e quais caminhos percorrer para a desarticulação destas amarras.

Um dos primeiros pontos abordados no estudo se deve a colonização da América Latina e Caribe. Entre o ensino fundamental e médio, no começo dos anos 2000, em Maringá-PR, nunca tive qualquer tipo de problema na disciplina de história, absolutamente diferente de matemática e física. Em história, acompanhava as aulas com gosto, estudava de maneira

interessada e, apesar de atualmente entender que os métodos de avaliação nas escolas são completamente falhos e insuficientes para ilustrar qualquer coisa, ainda assim, sempre obtive boas notas nesta disciplina. E o que efetivamente me lembro com bastante tranquilidade de dizer é a ausência de discussões sobre a colonização e o colonialismo. A abordagem era muito mais voltada para a ideia de “descobrimento” de Cristóvão Colombo e Pedro Álvares Cabral, ou então como o “encontro de dois mundos”. Os desdobramentos, bem com as implicações deste processo jamais foram destacados. O que havia, no geral, era apenas uma apresentação superficial de fatos históricos e, portanto, já superados.

Durante a faculdade de jornalismo, também em Maringá, exatamente a mesma situação. Em qualquer disciplina que fosse, ainda que de cunho muito mais teórico, absolutamente nada referente ao fenômeno do colonialismo foi repassado para os estudantes. Como é possível que algo que nos constituiu por mais de 300 anos, e contaminou todas as nossas sociedades em qualquer dimensão a ser analisada, é sumariamente ocultado do sistema de ensino? Como algo que vigorou oficialmente de 1492 a pelo menos 1825 pode ser tratado com tamanho desprezo como se não fosse um ponto fundamental para o conhecimento de qualquer profissional brasileiro em qualquer área? Em nossa história como Brasil, tivemos mais tempo de colônia do que atualmente temos de independência formal, de forma que este conceito de independência, que poderia até mesmo estar entre vírgulas, também será abordado.

Dito isto, o presente estudo se inicia exatamente nesta discussão para fundamentarmos em qual tipo de sociedade a presente pesquisa está inserida, com a apresentação crítica deste processo de controle direto e das lutas empregadas desde o primeiro momento contra este modelo de sociedade. A violência colonial desde a chegada ao continente africano, o sequestro e tráfico de milhões de pessoas, a invasão no território latino-americano e caribenho, a escravidão como forma de maximização dos lucros e a pilhagem de recursos naturais como os motores do desenvolvimento do capitalismo nos países metropolitanos nos legou, ao mesmo tempo, uma história de revoltas e revoluções dos povos subjugados e que tinham larga história e complexas sociedades antes mesmo de 1492. O conhecimento desta história é fundamental para que além das discussões teóricas a ser realizadas, o horizonte de luta política e de transformação social jamais seja perdido.

Da mesma maneira, também não pode ser perdida a discussão sobre o imperialismo em nossos tempos, enquanto uma força política do grande capital dotada de poder para a expansão, em todos os âmbitos, do controle e dominância afim de que o capitalismo se universalize. Em meio a este campo de batalha, o fenômeno da dependência também merece abordagem em razão não apenas da igual sub-representação nos debates, diante da importância que o tema merece,

mas também por esta tendência que parte da economia controlada e subdesenvolvida dos países periféricos, especialmente a América Latina, ter consequências extremamente nefastas no campo da política como um todo, em especial a ser tratado aqui na área cultural.

A condição de país dependente e subdesenvolvido, portanto, é um aspecto central para que a gente contextualize de que forma o Brasil está montado e como está inserido em meio às dinâmicas globais. Para toda esta reflexão, a Teoria Marxista da Dependência (TMD) oferece ferramentas interpretativas e analíticas fundamentais para compreender a gravidade do caso geral brasileiro, e latino e caribenho no geral, muito em razão da atuação das burguesias locais que agem deliberadamente para a sustentação deste modelo de organização social para perpetuar os privilégios alcançados. Ao mesmo tempo, a TMD também apresenta um horizonte de transformação radical das estruturas da sociedade como projeto para fazer frente a este cenário que nos amarra enquanto país periférico ao longo dos últimos dois séculos.

Sendo assim, também há a apresentação de um arcabouço teórico que não mantém relação direta e específica com o jornalismo, mas sedimenta brevemente as compreensões de autoras e autores, principalmente de nosso subcontinente recheado de pensadores que são omitidos até mesmo na universidade brasileira, sobre a história do desenvolvimento econômico e de formação das nossas sociedades sob o marco do capitalismo. Se a nossa análise remete ao tempo presente, dos desdobramentos na totalidade até chegarmos em 2023, compreendo que a precisão deste processo intelectual só poderá estar alicerçada através da contextualização estrutural de onde vivemos a partir da avaliação dos processos históricos e as implicações econômicas, políticas e culturais.

Somente a partir disto, retomando o colonialismo, contextualizando o imperialismo e destacando a dependência e subdesenvolvimento do capitalismo brasileiro, chegamos propriamente ao fenômeno do jornalismo. Não qualquer jornalismo em abstrato, ou visto por uma lente positivista, mas em discussão crítica enquanto um espaço permeado pelos elementos do capitalismo como a ideologia. Ao trabalharmos o tema da ideologia a partir de Karl Marx e Friedrich Engels, e dos entrelaçamentos do termo com o conceito de alienação, espantamos compreensões liberais e funcionalistas sobre o papel do jornalismo em nossas sociedades, que expressam exatamente o “mundo invertido” onde o Estado pode ser visto como um agente neutro, tal qual o próprio jornalismo, quando na verdade ambos são determinados pela classe dominante. Este mundo virado do avesso, na questão compreensiva, se deve ao poder da ideologia que oferece coesão necessária, inclusive para o campo das ideias, que são exatamente propostas pela classe dominante, afim de que as bases sociais não sejam afetadas e muito menos modificadas.

Ou seja, enquanto o processo iniciado no final do século XV baseou-se firmemente na violência física direta, sequestro, tráfico, escravidão, pilhagem e roubo praticado contra América Latina e Caribe, a ideologia cumpre o mesmo papel destas ações, mas de forma mais sofisticada do que meramente o uso do chicote ou das armas. Não que estes instrumentos tenham sido abandonados, porque evidentemente não foram. Entretanto, a ideologia tem uma atuação que efetivamente domina o espírito dos indivíduos e da sociedade, não se apresentando enquanto um agente dominador. Assim sendo, a abordagem chama a atenção do controle subjetivo e espiritual na criação de uma forma particular de consciência social para um fim definido, onde o jornalismo passa a ter, principalmente no século XX, destaque na organização e difusão em larga escala desta capacidade poderosa de produção de consensos.

É a partir destes consensos produzidos que chegamos a uma importante problemática que norteia a pesquisa: o controle econômico, político e cultural oriundo dos países do Atlântico Norte, conformado em especial por EUA e União Europeia. A partir da forma em que o capitalismo se desenvolveu, com suas contradições, esta foi a região do mundo que mais exerceu poder perante todo o globo, de modo em que no campo subjetivo e ideológico, mas não apenas, o atlantismo realiza as determinações informativas da mais alta importância para o funcionamento do planeta. Dentro deste jogo o controle não se dá de maneira abstrata, mas por meio de zonas de influência e estratégicas, de modo em que América Latina e Caribe são regiões essenciais para os Estados Unidos, enquanto a “locomotiva” do Atlântico Norte.

Esta interlocução direta de jornalismo e ideologia se insere com uma discussão mais apropriada sobre a geopolítica e a função deste jornalismo à serviço de grandes interesses para o tabuleiro global. A discussão se baseia novamente na ampla capacidade de organização das demandas sociais dos países metropolitanos que, pelo capital privado ou pelo Estado, possuem nos meios de comunicação uma ferramenta poderosa para o exercício do poder. Deste já, há o recrutamento de históricos pensadores latino-americanos, que cunharam diversos termos, como Pátria Grande, para discorrer sobre o projeto político de integração da América Latina e o Caribe. A proposta é colocada como uma alternativa, principalmente no campo geopolítico, para fazer frente à dependência e ao subdesenvolvimento de nossas sociedades.

Sendo assim, há a identificação de que as estratégias utilizadas pelas classes dominantes na região são parecidas em diversos aspectos, entretanto, há um maior destaque para o processo de distanciamento e separação do Brasil, praticado pela elite local, dos demais países latinos e caribenhos. Com raízes históricas para este fato, este desinteresse em se colocar juntamente aos vizinhos como um bloco geopolítico sólido adquire feições particulares e sofisticadas na atualidade, de modo a difundir a ideia dominante em nosso país de que somente alcançaremos

o progresso quando nos distanciarmos por completo da vizinhança e nos integrarmos profundamente, principalmente no campo cultural, de sociedades desenvolvidas, em primeiro lugar os Estados Unidos. Esta situação onde se manter de costas para o continente e de olhos atentos e interessados para o Atlântico Norte é a regra, que não é exclusiva do Brasil, mas particularmente marcante para o nosso país, se configura como o maior problema desta pesquisa, com a especificação sobre o jornalismo enquanto reproduzidor desta lógica nefasta.

A partir deste problema, que está presente no próprio título, com o termo “jornalismo desintegrador”, compreendendo esta desintegração como o esfacelamento de projetos de integração rumo à Pátria Grande, a discussão trata sobre um momento histórico para o continente iniciado na virada de milênio. Primeiramente com Hugo Chávez, na Venezuela em 1998, a América Latina e o Caribe passaram a se levantar por uma mudança significativa no concerto da luta de classes, com o povo em marcha contra o avanço do neoliberalismo, de forma em que houve consequências para o campo eleitoral. País após país, a esquerda venceu de maneira significativa em variadas eleições, em um movimento chamado “Onda Rosa”, onde a integração continental era uma pauta cada vez mais comum e debatida, até mesmo dentro do Brasil.

Como já havia sido verificado em outros momentos da história, a cada despertar em massa do povo latino e caribenho as forças imperialistas reagem de maneira brutal para esmagar a rebeldia e manter as populações, historicamente subjugadas, na estaca zero. Foi o que efetivamente se verificou com tentativas de golpe e desestabilização contra vários governos de orientação progressista. Em especial, em 2009, em Honduras, 2012, no Paraguai, 2016, no Brasil, e 2019, na Bolívia. Outras ações foram tentadas e até uma muito bem sucedida em 2022, no Peru, mas o foco na presente pesquisa se dará no caso boliviano, por uma consolidação mais significativa sobre os acontecimentos que amarram todas as discussões realizadas até então, sobre colonialismo, imperialismo, jornalismo e geopolítica na América Latina.

Desta maneira, como objetivo principal busca-se verificar e analisar como se deu o comportamento do Jornal Nacional, o principal telejornal do Brasil, da maior emissora brasileira, a Rede Globo, sobre os acontecimentos políticos que precederam e sucederam um duro ataque contra uma das principais bases da Onda Rosa, o governo de Evo Morales. A análise para este propósito central se baseia no uso das ferramentas críticas providas desde a economia política até instrumentos do jornalismo, como análise do discurso, para que este comportamento do JN seja caracterizado a partir da identificação de elementos ideológicos durante as dezenas de edições assistidas na íntegra entre os meses de outubro e novembro de

2019, bem como em outros períodos de forma isolada para ilustrar o desfecho da crise em nosso vizinho.

Além deste foco principal, também objetiva-se identificar um padrão de atuação do maior telejornal brasileiro, que é o exemplo para todo o jornalismo do país, sobre como a América Latina e o Caribe são representados, ou não, neste espaço midiático com alcance diário de dezenas de milhões de pessoas. Isto é, para além de um possível discurso jornalístico possivelmente enviesado para um lado ou outro, também busca-se verificar nas edições selecionadas como e a frequência em que o subcontinente é retratado, de qual maneira uma matéria é construída, tendo em vista a ausência de correspondentes e escritórios da Globo nestes países, e se as características econômicas, políticas e culturais que dominam a região refletem diretamente no jornalismo hegemônico brasileiro.

A partir destes objetivos delineados, sustentada em toda a contextualização feita, surge a hipótese de que o jornalismo brasileiro além de refletir os aspectos centrais do capitalismo brasileiro e latino-americano, também se expressa de forma particular em relação a esta especificidade da burguesia local de se manter afastado da vizinhança. Sendo assim, conjectura-se sobre a propriedade do jornalismo brasileiro enquanto um elemento desintegrador da América Latina e do Caribe. Nesta estratégia posta em prática, onde supõe-se que há uma atuação pensada, esta fração da classe dominante, detentora dos meios de comunicação, pode agir ideologicamente para garantir que a desintegração da unidade continental se consume, de modo em que os brasileiros estigmatizem a região como um todo e os projetos políticos alternativos à ordem dominante que oferecem justamente na integração uma saída para a o capitalismo dependente.



## 2. CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Ao se pensar cientificamente sobre o jornalismo, parece razoável, para dizer no mínimo, dar início às reflexões não no campo do jornalismo ou das comunicações, de fato, mas em que e em qual tipo de sociedade esta ferramenta está sendo utilizada. Com quais interesses e por quais razões? Entre outros questionamentos semelhantes, a fim de nos localizarmos precisamente no tempo e no espaço. Das infinitas perguntas já realizadas de mesmo cunho, destaca-se um dos grandes intelectuais da história latino-americana que pensou justamente sobre a própria posição no universo: Simón Bolívar.

A partir do questionamento de forma crítica sobre quem somos nós, Bolívar distinguiu o “Novo Mundo” em América setentrional, compreendendo os povos dos Estados Unidos da América e o Canadá, e em América Meridional, correspondendo aos povos para baixo do México até o sul da Patagônia, na Argentina, juntamente de todas as ilhas do Caribe. A partir da auto identificação como um americano meridional, o pensador afirmou que todos nós, localizados nesta específica região do planeta Terra, “somos um pequeno gênero humano, possuidores de um mundo à parte” (ROJAS, 2015, p. 109).

Tendo em vista esta constatação feita por Bolívar, na famigerada “Carta de Jamaica”, sobre o fato da nossa singularidade perante o mundo, parte-se em busca da utilização dos métodos científicos e filosóficos disponíveis para realizar a observação e análise da realidade em que estamos assentados. Com os resultados obtidos através deste tipo de questionamento realizado, abrem-se as portas para a organização de novas indagações diversas, de todo o tipo. Como forma de oferecer um salto fundamental na qualidade deste exercício de questionar e buscar entender além do que se vê na superfície, outro importante pensador, Karl Marx, de outra região do mundo, também oferece ferramentas e caminhos para a interpretação justamente pelos fenômenos sociais não se explicarem somente pela aparência (MARX, 2008, p.1080).

### 2.1 FERRAMENTAS INICIAIS PARA COMPREENSÃO DA SOCIEDADE DE CLASSES

Para o filósofo argentino Enrique Dussel (1985), em análise a partir dos *Grundrisse* de Marx, também há a necessidade de salientar que, para as análises sociais, há de se considerar o “materialismo” como algo fundamental para se ter como um instrumento, tendo em vista o entendimento pela relação sujeito-necessidade e natureza (DUSSEL, 1985, p. 35, 36). Isto é, o círculo entre a necessidade dos seres humanos e a forma em que nós produzimos algo para suprir esta necessidade, do ponto de vista econômico, sendo este último posterior às

necessidades humanas, portanto, surge depois da subjetividade humana. Sendo assim, a produção socialmente determinada dos indivíduos oferece um aporte fundamental para se erigir análises de toda a natureza social, especificamente, neste caso, no campo do jornalismo.

A partir de então, para dar início, entende-se o real e o concreto como fundamental para abarcar a totalidade, por meio de um método de “abstração das determinações”, onde o que nós temos como conhecimento, ou seja, o que está na nossa cabeça, não pode ser confundido com o real (DUSSEL, 1985, p.50). Neste esquema, o que supostamente se conhece está apenas no campo da “representação”, entendida por Marx como algo, inclusive, ingênuo, tendo em vista a alta complexidade de uma sociedade estratificada e permeada pelo capital, objeto central de análise do pensador alemão. Como complemento, afirma que investigar as determinações é o “primeiro momento do método teórico”.

Desta forma, Marx, como assinala Dussel, compreende que ao se realizar este exercício na sociedade capitalista chegará a conclusão de que as determinações, como a divisão internacional do trabalho, entre outros exemplos, de forma dialética, se chegará até as “totalidades concretas”. Em continuidade, também garante que o “mercado mundial” é o último “horizonte concreto”. Diante desta compreensão, usa-se o “método de descenso”, de forma a alcançar uma totalidade concreta histórica e real (DUSSEL, 1985, p. 52), do mais imediato e próximo de nós hoje até as profundezas, com passagem por acontecimentos e conceitos fundamentais, para somente então, realizar o movimento inverso, o método de ascenso, no intuito de jogar luz sobre a realidade analisada.

Em outras palavras, a formulação teórica oferece subsídios com o intuito de investigar a realidade como ela é experimentada, não a partir de mistificações. Com o entendimento de como a realidade funciona, há suporte para interpretar a sociedade, a fim de afastar possíveis enganos interpretativos. A partir de Marx, pode-se construir uma poderosa ferramenta de análise crítica da economia política, no caso em questão, da América Latina, que também é um ponto-chave para o entendimento da economia mundial e do funcionamento real do capitalismo. Portanto, ao se pensar em crítica da economia política latino-americana, é de grande valia o uso das contribuições do pensador peruano, José Carlos Mariátegui, considerado o primeiro pensador marxista original da América Latina.

A originalidade de Mariátegui (SANCHÉZ VASQUES, 1998) reside justamente na tomada desta proposta metodológica de Marx compreendendo a necessidade de especificações mais precisas e elaboradas sobre a realidade local, na mesma lógica feita por Simón Bolívar, ao questionar quem somos nós e, especialmente, pelo fato de sermos possuidores de um mundo à parte.

Destes pressupostos básicos, torna-se fundamental uma análise e revisão crítica da história da sociedade latino-americana, a fim de constatar particularidades e especificidades durante o processo de formação do Estado, política, economia e cultura, que difere da europeia e, até mesmo, da América setentrional. Com a compreensão sobre de qual maneira o capitalismo local se constituiu com o passar dos séculos, e com quais implicações diretas nas populações, há o horizonte de maior entendimento sobre o tipo de sociedade em que estamos alocados na contemporaneidade e, por tanto, maior entendimento sobre fenômenos jornalísticos e comunicacionais verificados no século XXI. Fenômenos estes que, possivelmente, as respostas não se encontram na superfície observável sem que um profundo mergulho seja realizado previamente.

## 2.2 HISTÓRIA CRÍTICA DE QUEM SOMOS E O LUGAR DE ONDE SOMOS: 530 ANOS DE DOMINAÇÃO

Por muitas vezes, ao se falar em América Latina o processo de revisão histórico tem início em 1492, ano inicial das grandes invasões europeias na Abya Yala<sup>1</sup>. Entretanto, a história do local de onde somos tem início muito antes desta data e oferece pistas, inclusive, sobre novas ou não tão novas formas de organização social e econômica, diferentemente do capitalismo como temos no século atual. Justamente nestes outros tempos, durante a também chamada América pré-colombiana, começa a ser visualizado um cenário que se repete século após século nesta região: a violência, de todas as naturezas possíveis, e como consequência a dominação, por todos os meios possíveis.

Segundo o sociólogo e antropólogo brasileiro, Darcy Ribeiro, seja como Abya Yala ou América meridional, a América Latina sempre existiu em diversos aspectos, mediante aprofundamento sobre o significado desta existência (RIBEIRO, 2017, p.17), seja nos planos geográfico, em uma base física e de continuidade continental, no linguístico-cultural, entre vários outros pontos que se somam. De maneira expressiva, resume a característica dos povos latino-americanos como “amulados de negritudes e mestiçados de indianidades”.

Para a chegada deste ideal, no entanto, a forma da violência e da dominação/conquista foi o ponto central de construção - ou desconstrução - deste estado de coisas. A fim de demonstrar a força deste processo, é preciso visualizar o horizonte primitivo. Em contribuição

---

<sup>1</sup> Abya Yala na língua do povo Kuna significa “Terra madura”, “Terra Viva” ou “Terra em florescimento” e é sinônimo de América. Muito embora os diferentes povos originários que habitam o continente atribuíssem nomes próprios às regiões que ocupavam – Tawantinsuyu, Anauhuac, Pindorama – a expressão Abya Yala vem sendo cada vez mais usada pelos povos originários do continente objetivando construir um sentimento de unidade e pertencimento. Ver mais em: <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/a/abya-yala>

valorosa do jornalista boliviano, Luis Ramiro Beltrán, a partir de aprofundado estudo sobre a comunicação nas sociedades pré-colombianas, as origens remontam a povos localizados na região dos andes, entre os atuais Chile e Bolívia, desde aproximadamente 30.000 a.C (BELTRÁN, 2008, p 58), com as chamadas culturas andinas.

Anos mais tardes, em uma das complexas sociedades erigidas, como a Maia, datada desde 800 a.C, foram construídos ao longo da história inúmeros monumentos verticais dentro de um complexo centro urbano e, igualmente complexo sistema de agricultura e de defesa contra invasões e ameaças de guerra (NAVARRO, 2008, p. 359, 360, 361), no atual território compreendido entre México e a Guatemala.

Também na região do atual México, outra sociedade pré-colombiana bastante reconhecida na atualidade, e que chegou a condição de império, foi a Asteca, com larga dimensão no campo territorial e comparações, inclusive, com o antigo império romano, não apenas no aspecto militar como também na política que levou a este nível de organização (PRESCOTT, 2001, p.52). Toda esta longa história de incontáveis sociedades com milhões e milhões de habitantes, organizações e idiomas próprios, sistemas políticos bem desenvolvidos, independente das contradições internas, passou a ser apagada programaticamente, de forma concreta, a partir de 12 de outubro de 1492.

### 2.2.1 A “conquista” e o colonialismo: mais de três séculos de saque da terra e escravidão de povos

Para (STEIN, 1977, p. 13), o momento em questão do final do século XV, mostra como Espanha e Portugal eram coadjuvantes no cenário do mercado internacional, entretanto a partir da chamada “conquista” o destino destes países, bem como do planeta, começa a mudar substancialmente, de forma a condicionar o curso da história das sociedades latino-americanas por meio da economia e a política. Condicionamento este através da colonização, inaugurada por Cristóvão Colombo, como elemento dominador de nosso continente, permeado pela violência e a dominação dos estados metropolitanos europeus.

Dussel (2013) elabora o entendimento de, entre outras palavras, o procedimento da “conquista” é uma forma de encobrimento do “outro”:

“A ‘conquista’ é um processo militar, prático, violento que inclui dialeticamente o Outro como o ‘si-mesmo’. O Outro, em sua distinção, é negado como Outro e é sujeitado, subsumido, alienado a se incorporar à Totalidade dominadora como coisa, como instrumento, como oprimido, como ‘encomendado’, como ‘assalariado’ (nas futuras fazendas), ou como africano escravo (nos engenhos de açúcar ou outros produtos tropicais). A subjetividade do ‘conquistador’, por seu lado, foi se constituindo, desdobrando lentamente na práxis”. (DUSSEL, 2013, p. 44)

A partir de profunda revisão bibliográfica de Eduardo Galeano, para compreender mais a fundo justamente esta “práxis” mencionada, com a chegada de Colombo nas areias da atual Bahamas, ilha caribenha mais ao norte, mesmo sem saber com exatidão onde estava, as esquadras espanholas tinham como objetivo a obtenção de metais preciosos junto de especiarias diversas, por meio do financiamento dos reis católicos, como forma de eliminar a cadeia de intermediários do comércio, que reduziam os lucros para o reino (GALEANO, 2004, p. 15).

Isto é, desde o primeiro momento da chegada dos europeus em território que viria ser a América Latina, a lógica imperada foi a da dominação com o objetivo de obter rendimentos. Qualquer tentativa de resistência ao prosseguimento do plano teria de ser sumariamente aniquilada. E foi exatamente o que começou a ser feito já em 1495, em campanha dirigida por Colombo, em operação militar que dizimou os indígenas da então Dominicana, junto do tráfico para a própria Espanha, para servir como mão de obra (GALEANO, 2004, p. 16). Tinha início neste momento, ainda no século XV, um *modus operandi* que se repete desde então, há mais de cinco séculos, sob distintas formas, mas sob mesma lógica.

Junto de Cristóvão, outra figura de grande importância para o arranque e, conseqüentemente, o aprofundamento da dominação dos povos do norte sobre os povos de Abya Yala se deve a Hernán Cortés, conquistador espanhol que liderou a chamada conquista do México. Com base em Mora Rodríguez (2013, p. 150), diversas cartas mostram que em outubro de 1520 teve início, de forma concreta, a organização com outros grupos nativos para a destruição do já mencionado império Asteca, mesmo com toda a complexidade desta sociedade. Galeano (2004, p. 21) ressaltou a habilidade política dos conquistadores para o uso inicial da implementação de técnicas como a traição e a intriga, dentro dos próprios povos, como um facilitador para a dominação. Também por meio de cartas, mostra como em maio de 1522 toda a grandeza Asteca já estava submetida aos interesses do Reino da Espanha (MORA RODRÍGUEZ, 2013, p. 151).

“Os europeus, além de eliminar as denominações originais dos povos que aqui viviam há milênios e ocultar toda alteridade, faziam uma projeção de si próprios, representando o novo mundo como um continuum da Europa. Não há uma descoberta da América. Esta nasce ontologicamente sob o signo do encobrimento, da negação do Outro, da ocultação da miríade de outridades aqui presentes. Os povos, a fauna e a flora serão apenas um substrato a conquistar, explorar, massacrar”. (LISBOA, 2014, p. 503)

Neste período de submissão de uma das mais avançadas sociedades até então, Grunberg (2015, p. 571, 572) mostra como a repressão apenas se intensificou a cada dia, principalmente após a queda os Astecas, e como a cada tentativa de revide das populações

nativas resultava em verdadeiras carnificinas. O autor também chama a atenção para os chamados “rebeldes”, que quando não mortos, recebiam uma letra g no rosto e eram convertidos em escravos no mesmo momento (GRUNBERG, 2015, p. 572). Como um passo além nessa proposta da conquista, Cortés também liderou a estratégia de aplicar o terror completo para conquistar o México, a fim de tirar qualquer tentativa de reação das populações, que não tinham mais qualquer opção fora a total submissão forçada e violenta.

O processo se espalhou por todo o continente de maneira rápida e sistemática de tal forma que, em 1545, com o domínio espanhol na maior parte, mas também com presença de Portugal, França e Holanda em outras localidades, o ouro e prata da atual Bolívia foram encontrados e expropriados pelos europeus em ritmo alucinante, de forma a tornar esta cidade localizada a mais de 5 mil metros de altitude no nervo central do Reino da Espanha (GALEANO, 2004, p. 25). Até por volta de 1660, chegaram por volta de 185 mil quilos de ouro e cerca de 16 milhões de quilos de prata diretamente ao porto de Sevilha, um montante que em pouco mais de 100 anos de roubo direto representou mais de três vezes todas as reservas dos minérios da Europa obtidos ao longo da história. (2004, p. 26).

Junto do braço da expropriação dos recursos naturais, o bloco europeu utilizou da escravidão, de forma sistemática, como outro instrumento simultâneo como forma de submeter ainda mais os povos do sul do mundo. A partir do uso da violência, como sempre, enquanto a terra era saqueada, a vida e a liberdade de povos inteiros eram subtraídas para servir de mão de obra neste estabelecimento. Primeiramente, como já mencionado, os indígenas foram submetidos a esta condição. Também no século XVI, enquanto toneladas de recursos eram enviados pelo Oceano Atlântico, estes revoltosos mares também serviram de estrada para o tráfico de africanos sequestrados.

Como apontou o historiador e, anos mais tarde alçado a primeiro ministro de Trinidad e Tobago, Eric Williams, para evitar qualquer risco de que os povos das colônias no Caribe trabalhassem na terra e utilizassem a riqueza extraída em proveito próprio, o elemento da escravidão foi essencial para coibir essa possível dispersão (WILLIAMS, 2012, p. 24), sendo assim, a escravidão foi compreendida como uma instituição econômica da mais alta importância para os negócios dos estados metropolitanos. Tão fundamental para a construção do capitalismo, que encontrou terreno fértil através da lógica da conquista, que o então historiador reforçou qual era o entendimento mais profundo sobre o uso desta violência de um ser humano contra o outro.

“Mesmo que fosse um ‘recurso odioso’, como disse Merivale, a escravidão foi uma instituição econômica de primeira importância. Tinha sido a base da economia grega e erguera o Império Romano. Nos tempos moderno, forneceu o açúcar para as xícaras

de chá e café do mundo ocidental. Produziu o algodão que foi a base do capitalismo moderno. Constituiu as ilhas do Caribe e as colônias do Sul dos Estados Unidos. Numa perspectiva histórica, a escravidão faz parte daquele quadro geral de tratamento cruel imposto às classes desfavorecidas, das rigorosas leis feudais e das impiedosas leis dos pobres, e da indiferença com que a classe capitalista em ascensão estava ‘começando a calcular a prosperidade em termos de libras esterlinas e [...] se acostumando com a ideia de sacrificar a vida humana ao deus do aumento da produção’” (WILLIAMS, 2012, p. 24)

Portanto, ao longo dos anos 1500 e 1600, em todo continente, a lógica introduzida pelo desenvolvimento do capitalismo foi a norteadora dos rumos da América Latina, bem como das estruturas internas colocadas à força por meio do colonialismo, em uma disputa aberta que apenas beneficiava as condições das potências europeias (STEIN, 1977, p. 16), que além da colonização, também enxergava localidades do continente, como a atual Jamaica, como um importante entreposto para contrabando.

As negociações entre as nações do norte comprovam como a visão deles sobre os povos latinos eram meramente no campo dos negócios, seja com a utilização da escravidão como forma de maximizar lucros, ou até mesmo na negociação do controle das colônias, como a venda por parte da Espanha, em decadência, para a França a partir de 1697, da então ilha hispânica de São Domingos, atualmente o Haiti (STEIN, 1977, p. 18).

Mediante esta negociação, mais uma vez, com os lucros canalizados para os colonizadores e as mazelas potencializadas nos colonizados, o poeta e político caribenho, natural da Martinica, Aimé Césaire, utiliza da alta qualificação para descrever, com as próprias palavras, o que representa esta relação entre ambas as partes, totalmente perpassada pela lógica do capitalismo em desenvolvimento naquele período histórico:

“Entre colonizador e colonizado, só há espaço para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, os impostos, o roubo, o estupro, a imposição cultural, o desprezo, a desconfiança, o necrotério, a presunção, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas. Nenhum contato humano, porém relações de dominação e submissão que transformam o homem colonizador em peão, em capataz, em carcereiro, em açoite, e o homem nativo em instrumento de produção. É minha vez de apresentar uma equação: colonização = coisificação”. (CÉSAIRE, 2020, p. 24)

Justamente em razão da transformação de pessoas em coisas, para facilitar os processos mercadológicos, Eric Williams, ao mencionar a frase de Adam Smith em que a descoberta da América seria um dos dois maiores acontecimentos da história da humanidade, o trinitino afirma que a importância não estava nos recursos naturais encontrados por si só, mas sim em um “novo mercado inesgotável que ela oferecia aos produtos europeus” (WILLIAMS, 2012, p. 73). Nesta lógica, houve o surgimento do comércio marítimo triangular, onde Europa lançava navios ao mar para capturar negros africanos, como futuros escravos, para repor a mão de obra

indígena, e invadir terras da América Latina e Caribe em busca de exploração do solo e das riquezas encontradas (WILLIAMS, 2012, p.72, 73).

A América Latina e o Caribe foram organizados de maneira meticulosa para servir como verdadeiros balcões de negócios para o livre desenvolvimento do capitalismo em escala mundial. Já nestes dois primeiros séculos, a lógica de Ruy Mauro Marini (2013) poderia ser visualizada de maneira mais evidente frente a esta vinculação forçada e planejada ao mercado mundial. Diante da incorporação no sistema capitalista durante a expansão mercantilista europeia nos séculos XVI e XVII, os anos 1700 promovem uma mudança visível no cenário de disputas entre as potências metropolitanas, mas o que não muda, e nem poderia mudar diante das amarras impostas desde 1492, é o cenário de total dominação dos povos latinos. “A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (MARINI, 2013, p. 47).

A partir da leitura sobre os acontecimentos no continente, desde a conquista até os desdobramentos em, até o momento analisado, mais de 200 anos de dominação colonial, em ponto de aprofundamento no começo dos anos 1700, como fator para alvorecer a Revolução Industrial, Eduardo Galeano usa do conceito da “assim chamada acumulação primitiva” de capital, descrita por Karl Marx no livro *O Capital*, para explicar como este funcionamento resultou em ganhos diretos para os europeus, mas como consequência impediu o desenvolvimento pela mesma lógica, do aumento das atividades industriais, para a América Latina, no que chamou de “dupla tragédia” (GALEANO, 2004, p. 32).

### 2.2.2 Levantes contra a dominação

No decorrer do século XVIII, o roteiro se repete de forma incansável e lucrativa, situação que aprofunda ainda mais esta lógica de sociedade, cada vez mais entranhada em instituições e pensamentos, ainda que em benefício de apenas uma minoria restrita. Durante o avançar dos anos na América meridional colonizada, com o acúmulo de revoltas e manifestações contrárias ao empreendimento do hemisfério norte desde a chegada de Colombo, 1780 registra um movimento organizado de massas diferenciado do que já havia se experimentado. Em La Paz e em Cusco, antiga capital do Império Inca, a organização dos de baixo começa a apresentar resultados mais contundentes, de fato a apontar caminhos para que sistemas de controle de sociedades inteiras sejam minimamente modificados.

“Como os índios fugiam, eram frequentes as práticas de organizar pequenas expedições para caçá-los. Claro está que o implacável saque não conseguiu



estabelecer uma paz perpétua. Basta assinalar que três séculos após o descobrimento, quando a sociedade colonial parecia definitivamente enraizada e estruturada e as raças americanas irremediavelmente vencidas, uma formidável sublevação encabeçada por Tupac Amaru, em 1780, apenas trinta anos antes da emancipação americana, colocou em pé dezenas de milhares de índios peruanos.” (RAMOS, 2012, p. 97)

Conjuntamente, Tupac Katari, em Laz Paz, liderou a organização de processo semelhante, desta vez com o povo da Bolívia, de forma que transformou-se em um mito, justamente pela materialização e captação bem sucedidas do sentimento de revolta contra o sistema imposto pelos colonizadores espanhóis. De acordo com o sociólogo boliviano, Félix Patzi, o chamado “Catarismo” se notabiliza por ser uma das articulações radicais indígenas que obteve destaque no combate pela abolição dos “estados criolos”, modelo de estado hegemônico até a segunda metade do século XVIII, organizado de forma a favorecer o lado europeu da história, em detrimento dos indígenas, diante desta imposição da “modernidade eurocentrada” (PATZI, 2006, p. 53), onde a intensidade dos laços amarrados poderiam se modificar mediante a conjuntura das lutas anticoloniais. Lutas estas, em questão, que resultaram em derrota dos indígenas, mas que oferecem suporte para compreender como mesmo em meio a submissão forçada, a América Latina é o lugar do novo (RAMOS, 2012, p. 22)

Nesta modernidade que considera a Europa como o centro, ordenado pela total subordinação das colônias com o mercado europeu, André Gunder Frank menciona como o subdesenvolvimento e a pobreza da atualidade são proporcionais ao estreitamento dos laços dos estados “satélites” com o centro, em um “sistema polarizante”, como parte de uma mesma estrutura de causa e consequência direta (FRANK, 2005, p. 108). O autor também esclarece que logo pelo funcionamento direto desses laços, o surgimento das chamadas “burguesias nacionais” também reflete um estreitamento direto com os interesses do capital metropolitano, por meio de íntima interconexão e as estruturas sociopolíticas (FRANK, 2005, p. 109), em oposição direta aos rebeldes para que este modelo se perpetue.

Através das ferramentas utilizadas pelos estados metropolitanos, que conseqüentemente serviu de combustível para o desenvolvimento do capitalismo, por meio da revolução industrial, o pensador argentino Sergio Bagu (1949) descreveu que o capitalismo na América Latina deveria ser compreendido e adjetivado como “capitalismo colonial”, sem abstrações de um possível capitalismo universal, do ponto de vista de possuir as mesmas características em comum de outras localidades. A partir de um estudo comparativo histórico entre a Argentina e o Brasil, dos vários realizados pelo autor, (BAGU, 1949, p. 108) há a visualização de que, inicialmente, o controle mais direto, sobretudo dos indígenas, ocorria principalmente pelos

“corregedores”. Em (RAMOS, 2012, p. 117), há o acréscimo dos vice-reis, funcionários do ramo militar dos estados metropolitanos, “*encomenderos vorazes*” e latifundiários como concentradores de poder e em defesa da manutenção da ordem posta.

Diante desta articulação colonial, Darcy Ribeiro esclarecer como a organização de forma violenta dos poderes oriundos da Europa, com atuação de corregedores e demais aliados internos, chamados de “gerentes do pacto colonial” e da reprodução cultural, passou a homogeneizar ainda mais as sociedades. Para (RIBEIRO, 2017, p. 23), aqui na América meridional, a “metrópole colonialista teve um projeto explícito e metas muito claras, atuando de forma mais despótica”, tendo como resultado a “subjugação das sociedades”, a “paralisa da cultura original” e a conversão do povo em mera “força de trabalho submissa”. Com este modo de atuação, ainda mais despótico em momento de sublevação dos de baixo, como em 1780 e 1781, a população originária e ainda resistente se deparava e questionava o plano colonial que foi resumido pelo brasileiro com entendimento destes três séculos:

“Contribuiu também para a homogeneização a própria prosperidade do empreendimento colonial, seja na etapa do saque de riquezas secularmente acumuladas, seja nas variadas formas posteriores de apropriação da produção mercantil. Tanta riqueza permitiu montar uma vasta burocracia militar, governamental e eclesiástica, que passou a reger a vida social em cada detalhe. As empresas produtivas se implantaram segundo planos precisos. As cidades surgiram plantadas por atos de vontade, com ruas traçadas segundo um padrão preestabelecido e com edificações também moduladas de acordo com traços prescritos”. (RIBEIRO, 2017, p. 23)

Darcy, completa a análise sobre todas as resultantes da sociedade colonial, com argumentos da divisão interna, a partir de criação externa e artificiosa, sempre mais sofisticada a cada levante, para manter o empreendimento colonial de pé e perpetuar a prosperidade dos negócios, benéficos para apenas um lado da história.

“As próprias categorias étnico-sociais que se vão formando têm também toda a sua vida regulamentada: estabelece-se a que empregos poderiam aspirar, que roupas e até que tipo de joias poderiam exibir e com quem poderiam se casar. Toda esta ordenação artificial, intencional, teve em mira um objetivo supremo: defender e fazer prosperar a colônia para usufruto da metrópole. E um objetivo, secundário, embora apresentado como o fundamental: criar um filhote da sociedade metropolitana. [...] As classes dominantes nativas, como gerentes daquele pacto colonial e desta reprodução cultural[...] eram apenas um estrato gerencial que custodiava e legitimava a colonização.” (RIBEIRO, 2017, p. 23)

### 2.2.3 Um novo momento na história e as dificuldades de superação da dominação

Contra este estado organizado em prol do empreendimento colonial, ferida de maneira significativa especialmente nos levantes indígenas, o início do Século XIX dava mostras de como os consequentes anos seriam de intensa mobilização a fim de destruir, de uma maneira ou de outra, este estado de dominação de espanhóis, portugueses, ingleses, franceses e holandeses, em primeira medida. Essa “contradição irreduzível” descrita por Darcy alcança um ponto máximo em 1804, após quase 10 anos de confronto direto entre as exploradas massas pretas no Haiti contra as forças brancas-europeias de Napoleão Bonaparte.

Outro trinitino, C.L.R. James, a partir de estudo histórico em perspectiva crítica, analisou e aprofundou os entendimentos sobre as formas em que este novo levante contra a dominação tomou proporções históricas e mudou pra sempre os rumos dos povos oprimidos do continente, sejam eles indígenas ou, no caso em questão, os pretos. Segundo (JAMES, 2010, p. 91), os escravizados do atual Haiti, tal qual revolucionários de qualquer outra parte da América Latina, Caribe e do mundo, diante das contradições e mazelas identificadas com a vida na sociedade colonial controlada pela França desde 1697, desejam acima de tudo o extermínio de seus opressores.

No mesmo ponto, o autor relata sobre como a partir das experiências verificadas, compreenderam que por serem trabalhadores em situação precarizada precisavam organizar e pôr em prática um movimento de massas, visto a fragilidade de ações isoladas. Aqui também, explicita-se de forma simbólica a diferença entre os estados metropolitanos e as colônias. Mesmo com a razão de Estado da França ser altamente influenciada pelo lema de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, a máxima valia apenas para a metrópole, sem qualquer possibilidade de implementação dos ideais na então ilha de São Domingos.

Sob liderança de personagens históricos nascidos escravos, como Toussaint Louverture, morto em 1802, e Jean-Jacques Dessalines, que comanda o episódio final da “Revolução Haitiana” em 1804, ocorre a primeira revolução negra do mundo, a maior de escravos da história, a primeira caribenha e a primeira que derrota o exército napoleônico. Dentre as pautas e bandeiras que rumaram até a vitória sobre os europeus, a implementação da república e a abolição da escravidão eram as principais reivindicações contra o sistema de opressão colonial (DALBERTO, 2015, p. 25).

“Os escravos destruíam sem cansar. Como os camponeses na Jaqueria ou os destruidores Ludditas, buscavam a salvação da maneira mais óbvia: pela destruição daquilo que causara o seu sofrimento; e se destruíam muito era porque muito haviam sofrido. Eles sabiam que enquanto essas fazendas permanecessem de pé o seu destino seria trabalhar nelas até o esgotamento. A única coisa a fazer era destruí-las. De seus senhores, eles haviam recebido a violação, a tortura e, à menor provocação, a morte.

Pagaram na mesma moeda. Por dois séculos, a civilização mais evoluída mostrou-lhes que o poder usado para descarregar a sua vontade sobre aqueles que controlava. Agora que detinham o poder, fizeram como haviam sido ensinados. No frenesi do primeiro encontro, mataram todos [...]. ‘Vingança’ era o grito de guerra, e um deles carregava uma criança branca espetada em uma lança como estandarte”. (JAMES, 2010, p. 94)

Após este notável acontecimento logo no início do século, com a consolidação da República Negra do Haiti em uma ex-colônia, o movimento deu ainda mais força aos movimentos contestatórios, fato que levou a uma série de conflitos coloniais de grande intensidade a partir de 1810 (STEIN, 1977, p. 102). No México, a partir de uma profunda guerra independentista, em setembro do mesmo ano começou a render frutos como a abolição da escravidão, redução de impostos, a supressão de tributos cobrados dos indígenas e a entrega parcial aos nativos as arrecadações oriundas da renda da terra (POMER, 1999, p. 22).

Ao descer o mapa da América Latina, junto do decorrer da década, diversos países experimentam insurreições significativas em direção a construção de repúblicas, como as atuais Guatemala, Honduras, Nicarágua, El Salvador e Costa Rica (POMER, 1999, p 33, 34, 35), sempre com os nativos e explorados em oposição aberta aos interesses da coroa espanhola, no caso, que, assim como em todo o curso da história, nestes mais de 300 anos de colonialismo, responderam aos levantes com violência.

Ainda mais abaixo, já no território compreendido como América do Sul, o já mencionado Simón Bolívar, como questionador do nosso posicionamento no mundo, se assume como liderança das contestações massivas contra o poder colonial na região da atual Venezuela, Colômbia, Equador e Panamá. Liderança esta sob posse de conhecimento obtido e extraído da Revolução Haitiana, em conversas diretas com as lideranças negras da ilha caribenha, além de Simón Rodríguez, chamado de o “primeiro socialista americano”, que também incutiu em Bolívar o fato de o continente possuir uma “peculiaridade social” (RAMOS, 2012, p. 172) e, portanto, o caminho para o progresso passava pela invenção, não a cópia direta.

O ato de “inventar ou errar” estava justamente plasmado na necessidade de uma grande mudança das velhas estruturas sociais enxertadas diretamente das sociedades metropolitanas, sob a lógica colonial. Bolívar, a partir de (ROJAS, 2021, p. 87), demonstra que o caráter das lutas anticoloniais e antimonárquicas tinham como horizonte o entendimento de mais de três séculos de dominação total e da necessidade de implementar uma república para a “prosperidade e a glória” e que os povos oprimidos ansiavam, de fato, por melhorias como as ciências, as artes, entre outros pontos vitais para uma vida em paz.

Também nesta década, mais ao sul do continente, a partir de inúmeras “novidades” que iam surgindo como fruto das lutas e dos debates, José Artigas, no agora Uruguai, levanta voz

em tom parecido com os demais e organiza, junto das massas populares da “banda oriental” a primeira reforma agrária da América Latina, um grande passo dos despossuídos em uma região onde ter terra é ter, necessariamente, poder (PEIXOTO, 2021, p. 91).

“A gesta revolucionária artiguista [...] despontou como reação às pretensões de poder da elite porteña, mas evoluiu como uma proposta original, de forte conteúdo americanista. [...] Sua política social visava ao mesmo tempo modernizar a estrutura econômica local ao passo que priorizava a inserção das camadas populares mais desprovidas. Sua visão, que toma um claro impulso geopolítico, é a primeira proposta integracionista da América do Sul, onde propunha uma política aduaneira comum, a proteção industrial e o fomento das capacidades defensivas. (PEIXOTO, 2021, p. 94, 95)

Em meio a este caldeirão de povos inteiros em ebulição, entre vitórias e derrotas, campanhas e batalhas, em 9 de dezembro de 1824 ocorre um dos eventos que representa a vitória das forças patrióticas independentistas contra as forças imperiais europeias, com a chamada “Batalha de Ayacucho” (PEREIRA, 2007, p. 239), apesar da guerra permanecer por mais uma década, antes do avanço da história para um período novo. Neste impulso anticolonialista, com ampla participação dos “criolos”, assim chamados os filhos de europeus nascidos em território da América Latina e Caribe, mesmo com a quebra do poder de controle direto das colônias por parte dos estados metropolitanos e da implementação das repúblicas, diversas contradições passaram a ser visíveis ao longo do processo.

Mesmo depois da vitória independentista em Ayacucho, atual território da Venezuela, estes criolos preservaram a ideologia do colonizador, no essencial do indivíduo, de forma a se organizarem politicamente para que as instituições das novas repúblicas fossem apossadas diretamente por este grupo, ou então por militares e outros funcionários intermediários dos interesses (PEREIRA, 2007, p. 239) mais ligados aos eurodescendentes. Ramos (2012, p. 168) ao descrever a traição sofrida pelo povo após as guerras, que experimentaram, entre outras palavras, uma independência incompleta, de forma a se chegar em uma situação em que a América Latina, mesmo com a saída da colônia para a república, se transformasse em uma “nação inconclusa”.

A compreensão sobre a forma como as jovens repúblicas funcionavam, em modelo similar ao colonial, recebeu pistas mais palpáveis a partir da análise de outro importante pensador da região, o cubano José Martí. Por meio da obra “*Nuestra América*” (MARTÍ, 2005, p. 35), o caribenho descreve a transição do período colonial, de aproximadamente 330 anos, para o período republicano, como incompleto e que o “problema da independência não era a mudança de formas, mas uma mudança de espírito”.

Desta forma, Martí é categórico ao afirmar que no período pós década de 1830, com praticamente a maioria absoluta dos países latino-americanos, e boa parte dos caribenhos, ter alcançado a liberdade direta dos europeus colonizadores, o que de fato ocorreu foi que “a colônia seguiu vivendo na república” (MARTÍ, 2005, p. 35), de forma a se visualizar que o fim deste longo processo específico não pôs fim à dominação dos povos latinos. O peso dos séculos de brutal exploração, que organizou estruturas e mecanismos mentais, psicossociais, governamentais-estatais e de todas as expressões decorrentes do Estado no continente, é sentido também ao se pensar, por meio de Manoel Bomfim (2008, p. 99), de que o dia depois das vitórias contra os conquistadores, na verdade, não se havia muito o que comemorar, visto a miséria assoladora e a falta de horizonte frente à realidade observável.

“Como fruto destes 300 anos de trabalho, restavam: engenhocas, casebres, igrejas, santos, monjolos e almanjarras, bois minúsculos, de mais chifres do que carnes, cavalos anões e ossudos, carneiros sem preço, estradas intransitáveis... Bastava que se houvesse fixado na América do Sul um décimo da riqueza arrancada ao trabalho do escravo para que ela não precisasse andar hoje, pelo estrangeiro, a mendigar empréstimos que mais a empobrecem. Nada se empregou, aqui, em coisa que signifique efetivamente riqueza: reservas econômicas – nenhuma; instrumentos de produção – escravos e açoites; regime de trabalho – a ignorância sistemática, irreduzível... No dia da independência, as novas nacionalidades se acharam sem indústria, sem comércio nacional, sem capitais, sem riqueza, sem gente educada no trabalho livre, sem conhecimento do mundo.” (BOMFIM, 2008, p. 99)

### 2.3 NOVO INIMIGO, MESMA DOMINAÇÃO: OS EUA E O APROFUNDAMENTO DO CONTROLE DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

Juntamente dessa situação de parcial independência, ou incompleta, o século XIX ofereceu solo fértil para o germinar de um novo inimigo dos povos latino-americanos e caribenhos, no tocante à lógica de dominação de uma classe sobre a outra e, mais específico no contexto, de nações sobre as outras. Além dos mais de 330 anos de mão pesada dos europeus, o período pós-colonial passou a ser marcado pelo surgimento de forma mais expressiva da mão não tão invisível dos Estados Unidos da América. Instituída em 1823, pelo então presidente James Monroe, a chamada “Doutrina Monroe” tinha como objetivo central a implementação de princípios chamados de “defensivos” contra o inimigo externo, ao mesmo tempo em que “protetores das nações latino-americanas recém emancipadas” (SCHILLING, 1991, p. 12), como uma mensagem clara para os europeus de que havia um novo competidor no mercado mundial.

Para Teodoro Ramos (2012, p. 114), a doutrina foi sendo gradualmente deturpada das funções originalmente propostas, a partir de cada novo cenário deparado pelas classes

dominantes dos Estados Unidos. Desta forma, “deixou de ser uma doutrina para ser uma política”, de forma a ser consolidada como uma “concepção estritamente unilateral” a fim de oferecer caminho aberto para que os EUA se organizassem e estabelecessem, inclusive, militarmente em outras nações que, ao menos em teoria, deveriam ser soberanas. O autor recorda também sobre como governantes, desde o princípio, sintetizassem essa política de dominação com a célebre frase “*América para os americanos*”.

Com o passar dos anos, e aumento sistemático e programado do poderio dos Estados Unidos, a tomada de terras e a ampliação do território passaram do plano das ideias para o plano do real, com foco especial na vizinhança, a partir de uma ideologia concomitante com os projetos de dominação, com o chamado “*Destino Manifesto*”. De forma significativa, os mexicanos foram os primeiros a experimentarem a lógica neocolonizadora, mesmo após resistência heroica e levantes anticolonialistas contra os europeus, no caso, o Reino da Espanha.

“O constante avanço da colonização para o Oeste e para o Sul da América do Norte fez brotar na sociedade americana a ideologia do Destino Manifesto, que expressava um dogma de auto-confiança e ambição supremas: a ideia de que a incorporação aos Estados Unidos de todas as regiões adjacentes constituía a realização virtualmente inevitável de uma missão moral assinalada à nação pela própria Providência. O Destino Manifesto era, de certa forma, uma adaptação americanizada do imperialismo providencialista [...] A questão texana, que se iniciou em 1836, foi um poderoso fator de mobilização nacional para a concretização de mais uma etapa do destino manifesto” (SCHILLING, 1991, p. 14)

A sanha expansionista e de cunho colonizadora teve sequência nos anos seguintes e durante todo o século XIX comprovou a visão de Simón Bolívar, ainda em 1829, um ano antes de morrer, frente ao surgimento cada vez mais feroz dos interesses estadunidenses em disputa com a Europa, mas tendo a América Latina como campo de batalha. “Os Estados Unidos parecem destinados pela providência para encher a América Latina de misérias em nome da liberdade” (PEREIRA, 2007, p. 346). A dominação direta dos EUA permaneceu no México, seja com o roubo das terras, como a da atual Califórnia em 1848, e do controle de outras localidades que representaram quase 50% do antigo território mexicano, após declarar guerra na década de 1840 (SCHILLING, 1991, p.17)

Por meio de levantamento de Raphael Sebrian (2011, p. 31), logo após as batalhas e as vitórias contra o México, a lógica estadunidense desceu o mapa em direção à Nicarágua, recém separada da Federação Centro Americana. Diante da posição estratégica dos países centroamericanos, em virtude de possuírem uma possibilidade de saída ao outro lado do oceano sem dar a volta no extremo sul da América do Sul, este atalho oferecido pela geografia resultou

em interesses geopolíticos de máxima importância para as grandes potências mundiais, sobretudo os EUA, como forma de consolidar a própria posição no tabuleiro global.

Com apoio direto da Inglaterra, que reconheceu o direito dos EUA de construir um canal na Nicarágua, por meio do Tratado Clayton-Bulwer, em 1850, sem qualquer participação dos nicaraguenses, a situação deu mostras de como os estados metropolitanos enxergavam as nações latino-americanas na metade do século XIX, mesmo após a colonização. Sebrian descreve como a partir de disputas entre poderosos estrangeiros resultou na contratação de um grupo de mercenários estadunidenses, sob comando de William Walker, com a prática do “filibusterismo”, e que já havia participado das guerras no México em apoio à tomada de terras por parte dos EUA e ferrenho defensor das políticas expansionistas.

“Walker, que havia lutado no México em favor da anexação do território de Sonora aos Estados Unidos, era partidário de uma política expansionista dos estados escravistas do Sul dos Estados Unidos. Em 1855, desembarcou com seu bando na Nicarágua [...]. Fuzilando dirigentes políticos de ambos os partidos, aumentou o número de suas tropas e seu armamento por meio de suprimentos enviados dos Estados Unidos, e, em julho de 1856, proclamou-se presidente da Nicarágua, decretando o inglês como língua oficial e o restabelecimento da escravidão. Os Estados Unidos reconheceram seu governo e prontamente estabeleceram relações diplomáticas com ele” (SEBRIAN, 2011, p. 31, 32)

### 2.3.1 O Imperialismo nos Estados-burguês periféricos latino-americanos

Esta forma de atuação dominadora na Nicarágua, pós-México, seguia em plena expansão e sob a lógica de, a partir da exploração sistemática de nações e populações que eram consideradas como incapazes ou que colocavam a estabilidade do hemisfério em risco, definido por critérios próprios, avançar na instauração dos EUA como potência hegemônica. Ainda assim, durante avanço norte-americano, é de fundamental importância a compreensão de que as demais potências europeias continuavam a exercer forte influência em todo o continente, independentemente de mudanças substanciais nas correlações de forças, como por exemplo, a presença cada vez mais forte da Inglaterra no Rio da Prata em detrimento das forças do Reino da Espanha, em decadência durante todo o século.

Para o argentino Raúl Scalabrini Ortiz (2014, p. 73), a política britânica na região também se sofisticou, em comparação a forma de dominação colonial até os anos 1820, para se desenvolver com características próprias até o fim do século XIX, de modo a implementar com força os próprios interesses perniciosos, sobretudo na Argentina, mas de forma silenciosa, quase despercebida.



“Seu resultado mais visível é o colar de bases marítimas que rodeia a América. As Malvinas, que são atualmente uma estação naval de primeira ordem, construída especialmente para a defesa dos interesses britânicos na América do Sul [...] As Malvinas no sul. As ilhas Trinidad, San Vicente, Barbados, Jamaica, Bahamas e Bermudas, no centro e no norte da América, além das possessões continentais das Guianas e da Holanda Britânica. Com quanta razão escrevia Canning a Granville, pouco depois do reconhecimento dos novos Estados americanos, em 1825: ‘Os fatos estão executados, o processo está em andamento. A América Hispânica é livre, e se nós assentarmos firmemente nossos negócios, *ela será inglesa, she is English*’” (ORTIZ, 2014, p. 73)

Sem abrir mão da lógica de ocupação e invasão territorial, esta linha política do capitalismo dos estados centrais que ganhou velocidade e voracidade, com maior ramificação nas sociedades pós-coloniais na segunda metade do século XIX recebeu o nome de “imperialismo”. Em descrição sobre o final dos anos 1800, o caribenho Aimé Césaire (2020, p. 84, 85, 86) demonstra como a dominação total ocorria a pleno vapor pela união, ao menos no plano de controle do sul global, de europeus e estadunidenses, que independentemente de conflitos de interesses, não tinham prejuízos diretos nos próprios países ou estruturas econômicas, se não meras perdas de influência.

Em 1884, ocorre a Conferência de Berlim, a fim de organizar a repartição da África. Em 1893, os EUA realizam a anexação forçada e violenta do Havaí. Cinco anos mais tarde, os EUA vencem a Guerra Hispano-Americana que resulta na transferência do controle direto espanhol de diversos países, como Porto Rico e Cuba, para as mãos dos estadunidenses. Césaire, ainda, salienta que a partir deste momento fica definido que o Caribe e as Américas passam a ser consideradas, sem enrolações, como “quintal dos Estados Unidos”. O autor (p. 86) ainda menciona sobre como após o escritor norte-americano O. Henry viver na atual Honduras, até 1897, desenvolve o termo “*banana republic*”, pela razão dos países do continente viverem “em função da monocultura controlada por corporações norte-americanas, como a United Fruit Company”, com total mando e desmando nestes Estados, há várias décadas tidos como independentes, mas sob total dominação pela lógica do capitalismo.

A partir do entendimento de Leonardo Granato (2021, p 75) sobre o Estado periférico latino-americano, enquanto expressão do modelo econômico, a base deste Estado está assentada, inicialmente, em um conjunto socioeconômico integrado ao mercado mundial, levando em consideração a fragilidade das nações identificada pós independência e que pouco avançou até os anos 1900. Também a partir desta base, (GRANATO, 2021, p. 79) orienta sobre como o Estado latino-americano tem “função econômica produtiva” de forma a beneficiar os estados metropolitanos, em razão da fragilidade da América Latina, com uma entidade formalmente soberana, mas estruturalmente dependente.

Este cenário oferece terreno fértil para a dominação imperialista, nas mais diversas formas e possibilidades. A partir de John Hobson, o revolucionário Russo, Vladimir Lenin (2010) tece as bases principais para a compreensão da totalidade do funcionamento do imperialismo, entendida por ele como “a fase superior do capitalismo”. Lênin (p. 11) destaca que em razão do funcionamento do capitalismo, a partir dos ensinamentos de Marx e Engels, este modelo de produção “transformou-se num sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países avançados”, que controlam o mundo e levam todos os povos para conflitos armados e mortíferos em busca da divisão do saque realizado.

Por meio de profunda análise dos acontecimentos políticos do início do século XX, Lenin (2010, p. 17) descreve diversos pontos presentes nas sociedades capitalistas como expressões visíveis desta fase superior, como a intensa concentração da produção e a existência dos monopólios. A compreensão do russo pode ser visualizada, também de maneira cristalina, na realidade brasileira, por exemplo, mas em toda a América Latina e Caribe de forma igual, por meio de análise das relações de poder no Brasil entre 1889 e 1930, à luz da economia política:

“Do ponto de vista puramente econômico, o processo de reprodução ampliada segue a sua marcha derrubando todas as fronteiras, uma vez que estas resultam da ação política de determinados grupos de capitalistas, que se empenham ao máximo em garantir o monopólio que desfrutam num determinado país ou continente. A penetração dos capitais oriundos dos países imperialistas era tamanha, já nos primeiros anos de República Brasileira, que das 201 sociedades anônimas constituídas entre 1899 e 1910, nada menos do que 160 - praticamente 80% - eram de propriedade estrangeira, fato que despertou grande preocupação até mesmo entre destacados homens públicos e de negócios [...]” (ARRUDA, 2012, p. 135)

Como outro ponto descrito por Lenin (2010, p. 31) para descrever o imperialismo, relata sobre o papel dos bancos e as operações que transformam o capital inativo em capital ativo, elevando o status destas instituições financeiras de intermediários para “monopolistas onipotentes. Desta maneira (2010, p. 65), o capital financeiro acabou por ampliar a sua rede de dominação, por meio de uma rede, em todos os países do mundo, mas com olhar detalhado para a América Latina.

Tendo em vista que os imperialistas alemães observaram de pronto as “condições particularmente vantajosas” do expandir os negócios para os “velhos países coloniais”, em razão da Inglaterra possuir, no começo do século XX, 72 bancos com 5.449 sucursais, a França 20 bancos com 136 sucursais, a Holanda 16 bancos com 68 sucursais e a Alemanha 13 bancos com 70 sucursais. A partir da chamada “partilha direta do mundo”, feita pelos estados

metropolitanos, os grandes beneficiários históricos do capitalismo, os investimentos feitos apenas por Inglaterra e Alemanha na Argentina, Brasil e Uruguai resultaram no benefício direto de 46% de todo o comércio realizado entre as três nações sul americanas (2010, p. 66). A mesma lógica era aplicada pelos estadunidenses, simultaneamente aos europeus, sempre considerando o domínio direto das nações latino-americanas em caso de alguma insurgência ou mobilização que pudesse prejudicar os interesses comerciais dos grandes capitalistas da época.

Como ponto seguinte à análise sobre a forma como o imperialismo foi utilizada, ao determinar como “fase particular do capitalismo”, Lenin (2010, p. 87, p. 88), de forma mais sucinta, mas não completa, esclarece que o imperialismo poderia ser compreendido como a “fase monopolista do capitalismo”, de forma a organizar todo o mundo através dessa lógica. Para (COSTA, 1986, p. 18), ao se utilizar justamente de Vladimir Lenin para explicação geral sobre a formação e o conceito de imperialismo, é de fundamental importância entender que o uso destes mecanismos de dominação por parte dos grandes capitalistas globais tem a ver com uma “particular perversidade”, ou algo relacionado a desvios de caráter ou moral, mas apenas a utilização de ferramentas da classe dominante como forma de obtenção de lucros, orientados e organizados por esta lógica e por meio da utilização do Estado para tais fins.

Para se ter uma ideia de como o século XX não traria nenhuma mudança significativa na lógica de controle de uma classe sobre a outra e de regiões do mundo sobre outras, além do especificado por Lenin durante análise dos primeiros anos dos 1900, com sofisticação dos mecanismos por meio da economia, o ataque direto permaneceu vigente durante este período. (CÉSAIRE, 2020, p. 86, 87, 88) recorda de forma histórica-crítica como somente nas duas primeiras décadas do século, a América Latina e o Caribe foram sistematicamente manipulados e controlados pelos Estados Unidos de forma direta, seguindo as bases de dominação imperialistas também pela posse e gestão de territórios, em práticas tais quais as observadas desde 1492 pelas potências europeias.

Aimé Césaire (2020, p. 86) mostra como, por exemplo, o Panamá foi criado no final de 1903, em desmembramento da Colômbia, a partir do acordo Hay-Herrán, onde foi cedido para os Estados Unidos o controle do território por 100 anos, mas diante do desacordo com o Congresso local, realiza uma intervenção, com apoio das classes dominantes locais também interessadas no suntuoso e lucrativo Canal do Panamá, uma das maiores obras de engenharia da história da humanidade. Por parte do que os EUA chamam de “revolução”, o surgimento do novo país, completamente atravessado pela lógica do lucro de ricos em detrimento dos demais, críticos à medida chamaram, de forma direta, de “vulgar empreendimento mercenário”.

Seis anos mais tarde, ainda interessados na Nicarágua, após controle dos “filibusters”, os EUA invadem o país centro americano, derrubam o então presidente José Zelaya, ocupam e controlam totalmente o país por mais de duas décadas. Em 1915, os EUA invadem o Haiti, restituem a legalidade dos trabalhos forçados e permanecem em ocupação e posse direta do local por aproximadamente 20 anos. Em 1916, é a vez da República Dominicana, vizinha dos haitianos, ser invadida e controlada, em uma situação dissolvida apenas uma década mais tarde (2010, p. 88).

Em razão do controle exercido sob organização do capital privado dos capitalistas com o aparato do Estado burguês não ser de cunho moral, mas econômico em última instância, a partir da influência e dos mecanismos postos, o domínio imperialista sobre as riquezas naturais do continente, tal qual realizado também desde a “conquista”, permaneceu como um bom negócio para render cifrões e poder político, especialmente diante da riqueza da terra latino-americana e caribenha com abundância de ferro, cobre, zinco, manganês, tungstênio, níquel, petróleo, entre outros produtos essenciais para o funcionamento do mercado mundial (RAMOS, 2012, p. 82). De maneira mais didática e concreta, o exemplo venezuelano, na metade do século XX, ajuda a exemplificar como todos os mecanismos interpostos, com o poder dos bancos, uso do dólar, controle de governos e recursos naturais, amarram completamente as nações subdesenvolvidas e ampliam um fenômeno a ser discutido brevemente ainda neste capítulo, a dependência:

“O mecanismo da dominação imperialista ianque surge-nos diante dos olhos com toda clareza no caso da Venezuela. O país divide com as empresas estrangeiras de petróleo uma parte da produção, e fica com uma parte, mas o que fica em riqueza no país espoliado, segue para os Estados Unidos, indo juntar-se à outra parte que saiu naturalmente. Como? Os salários dos trabalhadores e técnicos norte-americanos são pagos pela Venezuela, lá vão dólares; a indústria petrolífera, orientada pelos interesses imperialistas, destruiu a produção nacional de gêneros de primeira necessidade, outras indústrias estrangeiras ocuparam outros setores da economia, e tudo passa a ser importado dos Estados Unidos. [...] Ora, a nação que exporta para os Estados Unidos matérias-primas na base de participação com a empresa ianque, recebe sua parte em dólares, mas como é obrigada a importar dos Estados Unidos, todos os outros produtos essenciais à existência, devolve àquele país a parte que reteve como resultado da exportação de matérias-primas. Na Venezuela dá-se com o petróleo, em Cuba assim acontecia com o açúcar [...] e a mesma coisa está acontecendo com as demais repúblicas latino-americanas [...]. A nação subdesenvolvida torna-se um apêndice da economia norte-americana”. (MONTEIRO, 1963, p. 95, 96)

A situação sistemática descrita de forma detalhada sobre a realidade da região, é corroborada por Octavio Ianni (1973, p. 96) que descreve a atuação do imperialismo, em um contexto do século XX, também como um sistema com tendências e manifestações determinadas pela totalidade política e econômica. Diante disso, como uma estrutura de

dominação em estágio bem avançado, diferente do colonialismo dos séculos anteriores, que pode ser entendido como mais “rudimentar”, este modelo altamente sofisticado de controle passou a contar com outro ponto além dos já mencionados.

Passou-se a usar, então, o uso da manipulação da opinião pública e dos comportamentos gerais da população, para além da gestão das riquezas e do fluxo de capitais, também como uma forma de “guerra antissocialista” contra os povos, tendo em vista que, sobretudo, os movimentos em direção ao socialismo e aprofundados com a arma do nacionalismo do terceiro mundo apareciam cada vez mais como empecilhos para este poder oriundo dos EUA e da maior parte da Europa ocidental (IANNI, 1973, p. 96, 97), com o objetivo ainda mais profundo de alienar brutalmente as pessoas, os grupos e as classes sociais, em um processo altamente técnico de violação das relações naturais.

Sob este pretexto, e do real surgimento de organizações contestatórias do capitalismo na América Latina e Caribe, pela via do socialismo e do nacionalismo, a segunda metade do século (pós segunda guerra mundial) foi marcada por um aprofundamento das ações e intervenções diretas das potências imperialistas no continente, especialmente sob organização dos EUA, quando todo e qualquer tipo de controle no campo econômico, político e cultural não era o bastante para impor governos simpáticos aos interesses do norte global.

Para barrar este tipo de movimento e manter as classes subalternas latino-americanas na estaca zero, uma série de medidas foram colocadas em prática, de forma organizada a cada região e país, de maneira mais nítida entre a segunda metade dos anos 1940 e a primeira parte dos 1950, tendo a Guatemala como um dos eventos mais marcantes. Neste contexto, (PENIDO, 2021, p. 28) orienta sobre como o então vice-secretário de Estado adjunto para Assuntos Interamericanos, Thomas Mann, tratava a América Latina como uma “zona de influência”, passando a estimular com ainda mais intensidade ações gerais, no campo da cultura ou da inteligência, para que métodos mais sutis fossem implementados progressivamente e de forma duradoura, permitindo uma ação direta apenas para evitar a “instalação de regimes comunistas”.

Em união dos aparelhos privados e estatais controlados pela classe dominante dos EUA, especialmente por meio da empresa United Fruit, mencionada anteriormente neste capítulo e com grande influência na América Central também no século XIX, a organização imperialista conseguiu depor o presidente do país centro americano que, a partir da implementação de políticas nacionalistas, como a reforma agrária, estava indo no sentido contrário aos desejos ianques, como narra o jornalista brasileiro Leonardo Severo (2015).

“Um dos principais acionistas da United Fruit, John Foster Dulles era também - ou por isso mesmo - o secretário de Estado do governo estadunidense no início dos anos 50 quando o presidente da Guatemala, Jacobo Árbenz, decidiu via reforma agrária levar a justiça ao campo e à cidade. O pequeno país centro-americano foi atacado para defender o interesse do secretário de Estado, que acusava o berço da civilização maia de ser uma ‘ameaça à paz e à segurança do Hemisfério’. [...] ‘A história da América a partir dos tempos coloniais até os dias mais recentes da sua vida independente não se dissocia em nenhum momento do sistema econômico-internacional e das suas práticas de exploração. A transição do período colonial para o autonomismo marcou a passagem das maldições do monopólio para as penalidades das concessões, dos privilégios e do penhor estrangeiros” (SEVERO, 2015, p. 103, p. 105)

Apesar das interferências e intervenções não terem cessado por um momento sequer, foi após este Golpe de Estado, dentro da lógica do Estado burguês, organizado em benefício de agentes internos e externos ao país, que se deu início a uma forma mais delimitada de ações do norte para ampliar a zona de influência continental, conseqüentemente econômica, principalmente a partir da caçada aberta aos opositoristas de esquerda e todas as vertentes adjacentes. Junto do golpe no Paraguai, em modelo semelhante ao guatemalteco, o continente aprofundava em um movimento contra qualquer possibilidade de inserção das massas na política.

Seja com o famigerado Plano/Operação Condor na América do Sul, com a implementação de “estados de segurança nacional”, das guerras de baixa intensidade na América Central, na invasão direta e extremamente violenta e mortífera no continente e nas ilhas do Caribe, a situação de dominação e subordinação permaneceu sendo como a regra. Em caso de vitória das forças populares, como o caso da Nicarágua em 1979, que derrubou uma ditadura de direita e simpática aos interesses dos EUA desde 1934, pesados embargos foram aplicados como forma de sufocar a economia do país centro americano (CÉSAIRE, 2020, p. 122), em uma prática de dominação aplicada anteriormente em Cuba. Em outros casos, com governos socialistas ou com relativo distanciamento do controle dos EUA, como Granada e Panamá, invasões e matanças deliberadas ocorreram em 1983 e 1989, respectivamente (CÉSAIRE, 2020, p. 122).

Após o final da década de 1980, com o fim das ditaduras de direita alinhadas aos EUA nos maiores países sul-americanos e o fim das guerras e o desarmamento das guerrilhas centro americanas, o cenário de destruição era visível em todas as localidades e sob diversas circunstâncias, como por exemplo em El Salvador. Com base na análise pós-Acordo de Tela, que visava a paz no país, (RAMOS, 2012, p. 167) explica como que além da contabilização de mais de 80 mil pessoas mortas, entre civis e militares, 500 mil salvadorenos que fugiram para outras localidades do mundo, e as visíveis mutilações “no corpo e na alma”, a parte benéfica do acordo para à esquerda jamais viria a ser cumprida. Desta forma, a desestabilização das forças

socialistas estava concretizada, o país ainda mais dependente dos EUA, de forma que os imperialistas foram embora deixando apenas um rastro de dor e destruição, sem que os próprios causadores do conflito sofressem qualquer prejuízo.

Outro forte sinal da destruição causada nas bases latino-americanas, se deve a destruição de maneira progressiva do que Agustín Cueva (1983, p. 206) passou a chamar de “Estado benfeitor”, fato que resultaria no aumento significativo da extrema pobreza em toda a região, frente à diminuição significativa de serviços públicos, já insuficientes, especialmente nas áreas da saúde, educação, habitação e outras áreas sociais. O poder de restringir ainda mais a atuação do Estado burguês no continente teve como ponto alto - para os capitalistas e ponto baixo para as grandes massas latinas - em 1989, com o chamado Consenso de Washington, como, resumido e explicado por Leonardo Granato:

“[...] o economista Williamson apresentou um documento com dez propostas de reforma econômica, que consistiam basicamente em disciplina fiscal, mudanças nas prioridades do gasto público, reforma tributária, liberalização do sistema financeiro, taxas de câmbio competitivas, liberalização do comércio exterior, eliminação das restrições aos investimentos estrangeiros, privatização das empresas estatais, desregulação da atividade econômica e garantia dos direitos de propriedade. A contrapartida da implementação do referido conjunto de preceitos foi a construção do Estado neoliberal na América Latina, eliminando a liberdade de manobra das políticas públicas que não perseguissem as ‘reformas estruturais’ neoliberais” (GRANATO, 2021, p. 111, 112)

Vijay Prashad (2020, p. 134, 135) é categórico ao analisar o surgimento de órgãos internacionais no campo do mercado financeiro, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1994, e outros sob controle das classes dominantes do centro do capitalismo, como a União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, e a relação de como “políticas de ajuste estrutural” levaram aos países da América Latina e Caribe, junto de outros do chamado “terceiro mundo”, a se inserirem na cadeia de valor global, tendo como consequência a redução drástica de políticas de bem-estar para a maioria absoluta da população.

Ainda assim, Jaime Osório (2014a, p. 224, apud GRANATO, 2021, p. 113) garante que, muito além de uma simples redução do Estado burguês, o que se viu a partir nos anos 1990 foi uma reorientação das formas de funcionamento deste mega aparato. Desta forma, o aparelho estatal estava muito mais condicionado para a eficiência e organização em prol dos grandes capitais, local e, sobretudo, internacional. O fim de século XX na região estava ainda mais aprofundado a lógica de dominação, que neste momento, marcava exatos meio milênio, de colonização, imperialismo, controle e sufocamento para benefício de uma parcela pequena da sociedade, herdeira direta e/ou de lógica da mencionada “elite criolla” de dois séculos antes,

mas em última instância para ainda mais benefício dos grandes capitalistas em nível mundial, quase na totalidade das vezes que sequer botaram os pés uma única vez na América Latina e Caribe.

### 2.3 CAPITALISMO DEPENDENTE LATINO-AMERICANO E CARIBENHO

Juntamente de todos os fenômenos e processos mencionados ao longo de 500 anos de histórica crítica do continente, que de maneiras distintas e intensidades igualmente distintas afetaram e moldaram toda a realidade encontrada no século XXI, o termo “dependência” também é fundamental para orientar a compreensão dos latinos sobre “onde estamos” e “quem somos”. Especialmente após o período colonial, por volta de 1830, o conceito de dependência passa a representar com maior precisão a situação das sociedades latino-americanas, tecnicamente independentes.

Celso Furtado (1973) oferece pistas importantes e de repercussão entre os círculos econômicos do Brasil ao analisar de forma aprofundada as características do desenvolvimento dependente. Entre vários fatores, (1973, p. 133, 134) a questão da especialização dos mercados latinos, focados na exportação de produtos primários, é um dos pontos que mais saltam os olhos de forma direta. Ao mesmo tempo, a situação sobre o progresso tecnológico, por exemplo, como mero reflexo direto do progresso tecnológico no centro do capitalismo, mostra como países do continente ficam amarrados ao passo dos EUA e Europa ocidental. Estes e vários outros pontos ganharam visibilidade a partir de Furtado, fato que lançou luz sobre estas problemáticas de forma mais crítica que outros autores mais festejados e que discutiam o termo “dependência”, como Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso.

Entretanto, a mirada mais aprofundada e atrelada ao processo histórico da América Latina, com precisão verificada a partir do passar das décadas, se encontra Teoria Marxista da Dependência (TMD). À luz desta linha de entendimento, sobretudo, sobre sistema de dominação, Mathias Luce (2018, p. 87) descreve como o caráter de classe do Estado burguês no capitalismo dependente foi consolidado para atender necessidades do capitalismo europeu, pela necessidade de matéria-prima em abundância, em planejamento estratégico para o centro do sistema de vincular o continente latino-americano a uma condição subordinada dentro da lógica da divisão internacional do trabalho.

Vania Bambirra (2019) analisa em obra de abrangência continental sobre como a dependência se reproduziu mediante condicionamento histórico, tendo em vista o papel fundamental no desenvolvimento do centro, sendo uma questão de causalidade, isto é, somos



pobres porque o centro é rico e o centro é rico porque somos pobres, mas não como uma mera espécie de “herança colonial”. É justamente no período de independência política das metrópoles centrais que as classes dominantes latino-americanas, as classes “criolas” se organizaram de diversas formas para se configurar como um apêndice do centro do sistema (2019, p. 144).

Diante deste grau de submissão das parcelas mais ricas da sociedade com o imperialismo, a fim de fazer valer os próprios interesses, acelerou o processo de controle dos países latinos por parte do capital estrangeiro em setores-chave da economia. Para LIMA (2013, p. 7), a situação analisada pela TMD representa “um maior desenvolvimento do esforço teórico de compreender os laços de dependência que vão além da dominação política formal”, de tal forma que as amarradas já postas no continente em 1492, de forma visível e violenta, se tornam ainda mais sofisticadas nos quesitos controle e imperceptibilidade.

Um dos mecanismos de dominação ainda mais profunda é interpretado e desvelado por um dos mais proeminentes economistas brasileiros e um dos fundadores da TMD, Ruy Mauro Marini, já mencionado anteriormente. É a “superexploração da força de trabalho”, uma compreensão de um mecanismo específico, com aplicação geral na América Latina e Caribe, também como expressão e relação da produção de mais-valia, mas com diferenciações importantes que refletem o fenômeno da mais elevada taxa de extração desta mais-valia.

“No que se refere diretamente à acumulação, no primeiro caso, em que se busca a depreciação real do valor da força de trabalho, a maior exploração do trabalhador tem como imperativo o barateamento dos bens necessários para sua sobrevivência e, portanto, acarreta a necessidade de reduzir os custos de produção destes bens, utilizando os demais mecanismos que influenciam o movimento dos salários, principalmente a variação da oferta e demanda de força de trabalho e a repressão às reivindicações salariais, como instrumentos auxiliares para manter a relação entre a remuneração do trabalho e as necessidades de subsistência do trabalhador. No segundo caso, quando a força de trabalho é remunerada abaixo do seu valor, os mecanismos de pressão sobre o trabalhador passam ao primeiro plano, enquanto o barateamento das mercadorias essenciais para a subsistência da unidade familiar do trabalhador perde importância relativa [...]. (MARINI, 2013, p. 174)

O fenômeno da dependência no geral levou ao entendimento por parte de Bambirra (2019, p. 145) sobre como o controle na economia aprofundava, conseqüentemente, a dependência política. Para a autora, a tendência da dependência “se transformar em uma questão fundamentalmente política” ocorre pela particularidade do capitalismo dependente, onde o grau de dominação é elevado e o capital estrangeiro é tido como uma espécie de “ponto de referência básico”, um tipo de referência.

A partir desta referência que pouco interessa ao povo brasileiro, Marini (2013, p. 32) mais uma vez elenca um tópico sobre a dependência, dentre vários apresentados, ao mostrar o chamado “divórcio entre a estrutura produtiva, voltada para o mercado mundial, e as necessidades de consumo das amplas massas” como um ponto basilar das nossas condições na América Latina, e que garante o nosso caráter também de “economia exportadora”. Em outros termos, as forças produtivas centrais da nossa economia estão organizadas de forma a beneficiar o funcionamento do comércio internacional, como grandes feitorias, com os proveitos e lucros relativamente elevados para as classes dominantes, enquanto o povo padece no subdesenvolvimento e no aprofundamento da dependência.

Luce (2018, p. 208), por sua vez, orienta que estas constatações, como diversas outras descobertas pela TMD, dão cargo de explicar que a condição nossa de subdesenvolvimento não é, nem de longe, “falta de capitalismo”. Pelo contrário. A situação latino-americana é exatamente um modo *sui generis* de como as relações capitalistas se manifestam. Desta forma, o próprio imperialismo, visto de início como uma manifestação puramente externa, ao se analisar o continente, percebe-se de forma nítida como dotado de profundas raízes no interior de nossas próprias sociedades com classes que são sócios menores do imperialismo mundial.

Frente a estas condições particulares do capitalismo dependente latino-americano, Luce, em citação direta de Vania Bambirra na obra “Anticrítica” (2018, p. 205) reforça o ideal de análise ao se compreender que para se pensar em classes sociais e todas as ferramentas utilizadas, de 1492 a 2022, é preciso uma análise da estrutura econômica e da forma em que se desenvolveram, ou não, as forças produtivas e as relações de produções, sempre dentro uma lógica de luta de classes, visto que as condições de dominação não vão se desaparecer sozinhas. A partir, então, deste aspecto material, também é de suma importância para caminharmos em direção de possíveis soluções em análises sobre a superestrutura, como neste referido trabalho, que se direciona para o campo das ideologias e da cultura.

Para Salazar Bondy (2002) a lógica deste modelo, com raízes econômicas, também perpassa este campo e se direciona com mesma forma e intensidade para o campo ideológico-cultural, em situação que até mesmo a apresentação de caminhos transformadores da realidade posta são dominadas pelo pensamento de fora de nossos países sem respeito às nossas particularidades. Sendo assim, uma abertura de possibilidades interpretativas e de câmbio por meio de uma cultura “universal nossa”, a partir do nosso contorno imediato,

Em Neto (2020, p. 413), a professora e pesquisadora Roberta Traspadini também menciona sobre como a partir dos entendimentos gerais da Teoria Marxista da Dependência o direcionamento desta compreensão, de controle e dominação material e ideológico-cultural

pode e deve ser utilizado para empregar em direção à transformação social, sendo impossível dissociar este movimento de luta transformadora da teoria utilizada, mas levando em conta as diferenças existentes no momento atual.

Assim sendo, o referido trabalho segue em bases analíticas críticas não somente por revisar a história e compreender enquanto brasileiros e latino-americanos chegamos ao transcorrer do século XXI diferente da “narrativa oficial”, mas, principalmente, para identificar formas de mudança profunda sobre este controle que nos amarra há mais de meio milênio.

Especialmente a partir do entendimento de Enrique Dussel (1985) a respeito das “totalidades concretas”, durante o uso de ferramentas metodológicas para jogar luz sobre a realidade, a história crítica da economia política oferece informações essenciais para entender o que ocorreu durante os 500 primeiros anos de dominação da América Latina e do Caribe.

Compreende-se de forma mais nítida sobre como o controle de vidas humanas e recursos da terra eram (são) milimetricamente racionalizados para atender os interesses das classes dominantes dos estados metropolitanos, com as devidas “premiações” às classes dominantes locais, gerentes deste pacto. É o “mercado” em pleno funcionamento, mediante e resultante da aplicação de fenômenos como o colonialismo, o imperialismo e a dependência.

Estes primeiros cinco séculos são revisitados longe das lentes de visões romantizadas ou que “positivem” o terror sofrido por povos que já dispunham de níveis sofisticados de organização social, justamente como uma forma de compreender como chegamos ao século XXI. A expansão do que se entende como “ocidente”, formado por Estados Unidos e Europa ocidental, racionalizada sob a lógica do capitalismo, tem como resultante direto todo o cenário que conhecemos sobre o Brasil, em particular, e a América Latina e o Caribe no geral.

Os meios de dominação de uma classe sobre a outra, a formação de ideias de sustentação e validação desta ordem social, o desenvolvimento de ferramentas para auxiliar neste processo, entre outras variáveis somadas, nos trouxe até esta sociabilidade em que vivemos no avançar do novo milênio, em uma sociedade que é produto da história.

Diante da inicial análise sobre a construção da sociabilidade capitalista longe das ideias, pode-se verificar como a organização da atividade econômica, pelos meios de produção em que a sociedade produz coletivamente bens necessários para a vida, deve ser o ponto de partida de um processo investigativo.

Neste cenário, a contextualização do capítulo anterior serve de base para toda a reflexão desenvolvida deste ponto em diante. As disputas políticas, visualizando por alto na sociedade atual, compreende justamente na batalha entre um sistema como o atual, que é uma forma política do capital em mãos da classe dominante, e um modelo de organização alternativo, sob

criação da classe trabalhadora. Sob esta lente do marxismo, compreendeu-se como em ambas as alternativas, como em qualquer outra sociedade existente, há os níveis econômico e jurídico-político, ambos demonstrados em perspectiva histórica anteriormente. Se o campo da arena político-econômico a América Latina possui historicamente estas funções vitais para a organização da sociedade atual, o uso do jornalismo, sob as lógicas da ideologia no campo cultural, também é essencial para o avanço analítico neste trabalho, conforme se verá no Capítulo 3.

### 3. IDEOLOGIA, ALIENAÇÃO E JORNALISMO: DO CHICOTE AO MICROFONE, O CÓRTEX CEREBRAL COMO ALVO

Neste momento, as luzes são lançadas sobre o terceiro e último nível, o chamado ideológico. Para a manutenção da organização vigente, o nível ideológico, determinado pelo econômico, cumpre um papel fundamental para garantir que nada mude, mesmo com a economia, a política e a justiça atuando contrariamente o conjunto da larga maioria da população. É necessária a compreensão de que na contemporaneidade o chicote e a bala não podem mais ser usadas como o único meio de controle de povos e grupos sociais.

#### 3.1 IDEOLOGIA E ALIENAÇÃO

O conceito de ideologia é motivo de controvérsias e desentendimentos históricos, entre pensadores e pesquisadores de diversas áreas e vertentes políticas. De forma direta e sem rodeios, tomemos as análises realizadas a partir de Karl Marx e Friedrich Engels. Leandro Konder é um dos pensadores brasileiros que mais se aprofundou na temática da ideologia sem se perder em entendimentos que tratam o conceito de maneira simplista como mero conjunto de ideias. Konder traz reflexões claras e objetivas sobre como a linha de raciocínio tomada para extrair fundamentos deste objeto teve início a partir do embate com as reflexões de Georg Hegel sobre o Estado.

“O Estado é uma criação de homens divididos, confusos, *alienados*. E foi isso que Marx observou quando escreveu ‘O ser humano é o verdadeiro princípio do Estado, mas é o ser humano não-livre. O Estado, então, é a democracia da não-liberdade, a consumação da alienação’”. (Konder, 2020, p. 31)

Diante desta ruptura com o ponto de vista hegeliano, o conceito de ideologia passa a andar cada vez mais lado a lado com o conceito de “alienação”, no caso inicial para expressar a forma como o entendimento de Hegel fazia com que as contradições do Estado-burguês fossem suavizadas ou então não compreendidas na totalidade. O filósofo brasileiro discorre sobre como a distorção de uma ideia, contextualizada em uma situação que há interesse de alguma parte para distorcer propositalmente e estruturalmente, é o momento em que alienação e ideologia se vinculam, tendo a visão sobre como alienação é sinônimo de “estranhamento”. Por este motivo, Marx e Engels avançam historicamente sobre a reflexão de Hegel ao evidenciar como a “existência do Estado como um corpo estranho, que submete a sociedade ao seu controle” nada mais é do que sintoma da alienação.

Ao chamar de “ilusão ideológica” (KONDER, 2020, p. 32) o entendimento sobre um Estado neutro ou *racional*, do ponto de vista em defesa do interesse da maioria da população, algo como “universal”, Marx alerta sobre o Estado ser nada mais do que um ente determinado, ou seja, fruto de uma criação histórica. Este processo forjado justamente sob a lógica de dominação da América Latina e Caribe, bem como outras regiões do mundo, para o fomento a este Estado criado por seres humanos para atender interesses humanos, especificamente da classe dominante. Todo este cenário ao decorrer dos séculos e do aperfeiçoamento do mundo criado para que estes interesses de classe prevaleçam e se perpetuem, Marx e Engels argumentam (p. 37) que este mundo, na verdade, é um mundo invertido, de forma a embaralhar consciências pelas distorções da ideologia.

Marta Harnecker, destacada jornalista e pensadora marxista chilena dedicou boa parte das obras escritas para difundir conceitos fundamentais e elementares da ciência para a transformação radical da sociedade. Ao definir conceitos do materialismo histórico, Marta discorre largamente e didaticamente sobre o conceito de ideologia, como parte chave para ampliar a compreensão da realidade.

Marta utiliza a metáfora descrita por Marx e Engels sobre a sociedade capitalista poder ser vista como um prédio. Harnecker (1976, p. 66) joga luz sobre a chamada infraestrutura, entendida como a estrutura econômica da sociedade, e a superestrutura enquanto as instituições jurídico-políticas do Estado-burguês juntamente das formas de consciência social. Na metáfora em questão, a jornalista retoma sobre como a infraestrutura seria o cimento do prédio, enquanto a superestrutura é o que se constrói sobre este cimento. Desta forma, a ideologia está presente na superestrutura, mas não limitada apenas a ela, se não como uma parte que também atua para a coesão deste edifício.

Assim, a pensadora discorre sobre como a ideologia, por fim, impregna absolutamente todas as atividades do ser humano, tanto na esfera econômica como na política. A ideologia passa a estar presente em atitudes, ideias, comportamentos, relações com outros indivíduos e com a própria natureza, ou seja, passa a não mais ser discernível de nossa experiência vivida. O que passamos desde que nascemos e a cada dia quando acordamos passa a ser modificado pela ação ideológica, sem que esta ação seja efetivamente percebida.

Como conteúdo deste nível, de forma compilada, passam a estar os sistemas de ideias e representações sociais bem como os sistemas de atitudes e comportamentos sociais. Todo este caldo passa a então a exercer papéis bem definidos e com objetivos específicos. Tal qual as ações desde 1492 cumprem um plano delimitado previamente, a função da ideologia na sociedade estratificada em classes também age em concomitância com o projeto em andamento

na América Latina e Caribe há mais de meio milênio. A ideologia acaba por “assegurar a coesão dos homens com a estrutura geral da exploração de classe” (HARNECKER, 1976, p. 68), alegando vontades divinas, vontades aleatórias da natureza, entre outros tipos de “engano”. A superestrutura, ainda na metáfora, é o que faz as coisas se manterem de pé, sem desmoronar completamente mesmo em meio às cada vez mais evidentes contradições.

De maneira ligeiramente menos abstrata, mas igualmente preciso, o pensador brasileiro Alysson Mascaro, profissional da área do direito, discorre sobre o fenômeno da ideologia a partir do pensamento marxista com o entrelaçamento do conceito de alienação. Mascaro (2014, p. 281) desenvolve a reflexão a partir do ato inicial de um trabalhador alienado, não no sentido vulgar em associação meramente direta com a ignorância ou “burrice” do ser, se não como uma compreensão de verificar este mesmo ser como alguém que não produz em benefício próprio, senão em benefício de seres pertencentes à classe dominante, com interesses antagônicos. Entre outras palavras, um trabalhador que está afastado de suas possibilidades plenas, apartado de si próprio, é visto como uma das situações mais nítidas em que o indivíduo é considerado alienado dentro do sistema atual.

“Para Marx, tal alienação também se desdobra e se revela no campo dos valores, dos modos de reflexão do pensamento, da cultura e das ideias. Trata-se da questão da *ideologia*. A base material concreta faz levantar uma superestrutura ideológica, que domina o espírito dos indivíduos e da sociedade, e esta instância ideológica não se deixa revelar como tal, ou seja, entendida como manipulada ou diretamente ligada aos interesses das classes exploradoras. Pelo contrário, a ideologia se traveste de valores universais, tidos como bons e eternos, escondendo o seu caráter histórico e suas contradições”. (MASCARO, 2014, p. 283, 283)

Efetivamente, a descoberta de Marx e Engels mostra de forma concreta um cenário onde o processo de alienação gera para o trabalhador médio à época, especialmente nas fábricas, uma situação em que o objeto criado pelo trabalho inicia uma espécie de “enfrentamento” com o produtor, isto é, o estranhamento de um produto feito pelas próprias mãos (SANTOS, 1983, p. 35). O jornalista Laymert dos Santos realiza um questionamento para convidar a população a refletir sobre esta situação social: "Que sociedade é essa, em que o próprio modo de produzir coisas produz, simultaneamente, alienação em todos os que nela vivem - como um mal incurável?" (1983, p. 12).

Daí se torna ainda mais visível as discussões de Marta Harnecker e Alysson Mascaro sobre o ponto em questão, a respeito dos efeitos desta matéria presente na superestrutura da sociedade, de que a alienação significa para o operário mencionado como a perda de sua realidade e da essência do ser humano (SANTOS, 1983, p. 36, 37). Um conjunto de relações

de produção e formadora de consciência extremamente poderoso e que guarda total relação com a sociedade a qual está inserida.

Em Marx e Engels novamente de forma direta, ao se pensar estas relações como expressões no campo das ideias, reforça-se a compreensão sobre como em nossa sociedade estratificada por classes antagônicas, (MARX; ENGELS, p. 56) é de suma importância a visão de que as ideias que dominam por alto na sociedade são oriundas da classe dominante, um “poder espiritual” produzido pelo grupo dominante, em nosso caso a burguesia. Assim sendo, as ideias dominantes são descritas como uma “expressão ideal das relações materiais dominantes, fruto da consciência desta classe que domina.

“[...] na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem em toda a sua extensão, e portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias do seu tempo; que, portanto, as suas ideias são as ideias dominantes da época. [...] pelo que no seio desta classe uma parte surge como os pensadores desta classe (os ideólogos conceptivos ativos da mesma, os quais fazem da formação da ilusão desta classe sobre si própria a sua principal fonte de sustento) [...]. (MARX; ENGELS. 1984, p 57)

No interior da obra *A Ideologia Alemã* (MARX; ENGELS, 1984), o professor brasileiro, Mauro Iasi, colabora fortuitamente para arrematar este breve olhar sobre ideologia e alienação. Iasi (2014, p. 120, 121) elenca algumas expressões extraídas diretamente do livro citado, como inversão, estranhamento e ocultamente. A ideologia da classe dominante porta estas funções justamente por ser um instrumento de dominação de classe, legitima o modelo atual de organização social, justifica as contradições existentes e evidentes e, de forma sofisticada, apresenta o interesse particular como uma espécie de interesse universal. A ideologia operada desde cima, a proliferação de indivíduos alienados, o véu lançado sobre a sociedade, por fim, cria efetivamente uma forma particular de consciência social.

### 3.1.1 Eurocentrismo e americanofilia: a colonização cultural como arma ideológica pelo atlântico norte contra o povo latino-americano e caribenho

Certa vez, em 1829 quando estava em Guayaquil, atualmente o Equador, o general Simón Bolívar, em conversa com o coronel Patricio Campell, afirmou que os Estados Unidos pareciam destinados, pela providência, de encher a América de misérias em nome da liberdade (PEREIRA, 2007, p. 346). Tal qual desenvolvido ao longo do capítulo 2, os exemplos já são conhecidos e sabidos. Bolívar acertou o prognóstico, em cheio. O que fica de maneira cristalina ao analisarmos à luz do século XXI, é que tal qual as medidas de controle físico não poderiam ser as únicas na aplicação de dominação dos povos latinos e caribenhos, o controle mental, a partir do fenômeno da alienação, se deu de maneira muito assertiva através dos estadunidenses.



A ideologia e alienação enquanto fenômenos abstratos, embora observáveis através dos processos de investigação descritos, ocorre de forma direcionada para que objetivos sejam alcançados de alguém contra alguém. Neste caso, o que se verificou sobretudo no século XX, ao mesmo tempo em que as bombas e balas de Washington continuavam a encontrar corpos latinos e caribenhos, foi uma verdadeira invasão cultural dos *states*. Portanto, ideologia, estranhamento, alienação, entre outros, andam de mãos dadas com a indústria cultural. Júlia Alves (1988, p. 71), desenvolve o entendimento de como a dependência econômica desagua na dependência também na área da cultura, das nossas subjetividades, entre outros termos, em nossa “consciência social”.

Além do nosso grave problema estrutural gerado após mais de 300 anos de colonização direta e dos mais de 200 que atualmente estamos submetidos de dependência e subdesenvolvimento, não basta olhar apenas para o controle dos bancos do Norte contra as nossas economias, a remessa de lucros enviada para o outro hemisfério a partir de empresas multinacionais, o tema da dívida e dos juros e todas as demais expressões de um país de capitalismo dependente. As expressões ideológicas, sobretudo culturais em nossos povos, é um campo de fundamental importância o pleno entendimento para encontrar os caminhos para a emancipação, neste caso, um caminho ainda mais difícil de ser percebido.

Em discussão específica sobre a realidade latino-americana, o equatoriano Agustín Cueva (2021) elenca a questão de classe como ponto a ser analisado a partir desta temática que envolve as relações de poder, no caso mais no campo mental/psicológico, em razão do que já havia sido descrito por Marx e Engels, referente a classe dominante possuir, conseqüentemente, as ideias dominantes. O sociólogo menciona como a burguesia “tem de controlar de modo regular um centro de comando” que tem como principal objetivo a reprodução do “predomínio ideológico”, que poderia ser perdido a partir da luta de classes na sociedade (CUEVA, 2021, p. 101).

Ao se apropriar do entendimento sobre o “centro de comando” mencionado, juntamente do poderio de potências estrangeiras, temos uma relação social consideravelmente perigosa para o avanço de um projeto em que os interesses nacionais sejam efetivamente a prioridade no campo da política. Isto é, além de uma classe deter o poder no campo espiritual, controlando as ideias que andam por alto, há também a razão de um Estado metropolitano atuando na organização destas ideias.

De maneira específica e direta, este centro de comando, então, parte principalmente dos Estados Unidos, organizada pela classe dominante daquele país, para que os próprios interesses sejam garantidos. Novamente Júlia Alves (1988, p. 24) aborda, a partir desta realidade

observada, como esta proposta foi aplicada e bem-sucedida de tal forma que possuímos muito mais familiaridade com o inglês, apesar da grande maioria dos nossos vizinhos falarem espanhol, a maioria das músicas estrangeiras conhecidas por nosso povo são dos Estados Unidos, marcas de produtos, palavras híbridas (português-inglês), entre outros inúmeros exemplos que poderiam ser listados para ilustrar a enorme participação de elementos dos EUA no Brasil.

Alves (1988, p. 35) chama a atenção para este controle cada vez maior dos Estados Unidos em nossa realidade, especialmente a partir da década de 1960, tendo em vista a expressão de uma das principais características das relações imperialistas, onde há intercâmbios desiguais entre as nações. Neste caso, o capital privado dos Estados Unidos, sob organização política da classe dominante interna, passa a ter cada vez mais poder de influência em campos como a diplomacia, a economia, as forças armadas e, de maneira ainda mais nociva, na área da cultura, de forma a afetar as nossas subjetividades.

“Além do mais, a integridade do país dominado é sacrificada por todo um processo de transculturação forçada, que se exercerá nas mais amplas esferas, como nos setores educacionais, nos meios de comunicação de massa, no campo da ciência e tecnologia, na adoção de determinadas teorias filosóficas ou políticas etc. [...] Desfraldando a bandeira do ‘destino manifesto’, calcada na ideia de sua superioridade moral e civilizatória, os americanos passariam a se considerar responsáveis pela ‘missão salvadora de conduzir as nações vizinhas à paz e ao progresso’. (ALVES, 1988, p. 35, 36)

A partir desta lógica, a expansão cultural estadunidense penetrou com grande profundidade no tecido social brasileiro na segunda metade do século XX para cumprir estes objetivos concretos, de classe (burguesia) e de nação (Estados metropolitanos). A influência dos Estados Unidos é a de maior impacto em nossa realidade, no entanto, não foi o primeiro exemplo deste fenômeno, tendo em vista as ações desenvolvidas por potências europeias desde 12 de outubro de 1492. Aníbal Quijano (2014) desenvolve fundamental pensamento para análise da realidade latino-americana por meio do conceito de “colonialidade do poder”, como expressão das relações dentro do capitalismo mundial.

O pensador peruano teve grande preocupação e se dedicou em boa medida às ações de controle implementadas pelos colonizadores europeus e as resultantes no campo ideológico, mental, cultural e espiritual. Inclusive, tal qual conforme descrito no capítulo anterior, Quijano se ampara na histórica crítica e em elementos da economia política para analisar estas alterações intelectuais que tiveram mais efeito na ação de controle social do que apenas por meio da violência física. O sociólogo marxista descreve (2014, p. 798) o eurocentrismo como uma elaboração sistemática, pela teoria, levada a cabo pela Europa ocidental, para desenvolver um

padrão mundial de poder. Ou seja, ao longo dos séculos, houve a estruturação desta “colonialidade do poder” para que este padrão de dominação global favorecesse países como Espanha, Portugal, Inglaterra, França e afins, tendo

Desta forma, como base fundamental desta lógica, não bastava apenas o controle sobre as instituições do Estado, relações de trabalho e dos recursos naturais, por exemplo, com as longas expropriações e escravizações, mas também e principalmente nas formas de produção de conhecimento dos povos colonizados (2014, p. 787). A todo este campo do conhecimento, se entende os padrões de produção de sentidos, universo simbólico, padrões de expressão e objetivação da subjetividade. Todo este caldo ideológico e cultural, para atingir as mentes de milhões de pessoas, foi amplamente responsável pela consolidação deste novo padrão de poder mundial e de intersubjetividade. Terreno este que já estava fértil o bastante para que a mesma lógica fosse aplicada pelo Estados Unidos, como já descrito.

Este braço das relações de poder se mostrou extremamente eficaz para a reprodução da ordem dominante. Seja inicialmente com países europeus e mais recentemente com os EUA, o domínio do córtex cerebral (parte responsável pela nossa capacidade de pensamento) dos povos latino-americanos e caribenhos se mostra aqui, nesta contextualização, como peça fundamental deste maquinário do capitalismo na organização das subjetividades a fim de que nada mude. Assim sendo, o atlântico norte enquanto um bloco político, econômico e militar, tendo a compreensão de que os Estados Unidos são a locomotiva, se mostra como um impeditivo para a consolidação de um bloco voltado para nós, latino e caribenho, para que os nossos interesses e desejos sejam garantidos, como fruto de nossa ruptura com a “ideologia do colonialismo”.

“A transplantação cultural, isto é, a imitação, a cópia, a adoção servil de modelos externos, no campo político como no campo artístico, deriva de tudo isso: é a forma como penetra a ideologia do colonialismo. Os povos subordinados não a escolhem por um ato de vontade. São naturalmente conduzidos a recebe-la porque, ao mesmo tempo que justifica a supremacia de nações colonizadoras, justifica internamente, a supremacia da classe ou das classes que se beneficiam da subordinação, associando-se às forças econômicas externas que a impõe” (SODRÉ, 1984, p. 8, 9)

Enquanto latino-americanos em geral, e brasileiros em particular, a temática sobre a dominação mental, sobre o poder da ideologia, dos efeitos da indústria cultural em nossos lares, dentro de uma realidade permeada por este entendimento sobre controlar o “espírito” como parte da lógica de funcionamento do capitalismo, é um ponto chave para se entender a atual sociabilidade e encontrar caminhos para a transformação, que é o essencial desta discussão. A discussão sobre a alienação e as formas de expressão, por fim, torna-se elementar para uma crítica estrutural da sociabilidade capitalista, onde a nossa subjetividade é “constituída

ideologicamente por uma aparelhagem material que advém de uma infinita cadeia de relações da mercadoria e a sustenta” (MASCARO, 2018, p. 113).

Assim sendo, a discussão crítica, calcada a partir do entendimento aprofundado da história e da economia política que sustenta este local de onde refletimos, para mudar os problemas que identificamos, tem justamente nesta “aparelhagem material” um ponto a ser investigado. É um meio de grande valor para reflexão sobre o mundo tal qual existe nos dias atuais. Ao se compreender a área da cultura e do conhecimento, o campo das ideias no geral, funciona como uma vitrine para a visualização das entranhas do capitalismo periférico e dependente brasileiro.

Portanto, a nossa subjetividade controlada e moldada pela classe dominante interna para atender interesses deste pequeno grupo, orientados por uma razão de Estado que atua de encontro aos interesses dos países metropolitanos, principalmente Estados Unidos e, logo na sequência Europa ocidental, sofre a ação direta da ideologia dominante que nos constitui por inteiro. E é nesta aparelhagem, especialmente nos meios de comunicação de massa, pelas práticas do jornalismo, que ocorre o próximo enfoque de análise sobre a atuação específica da ideologia. Alysson Mascaro (2018, p. 31) reforça que a disputa ideológica se mostra cada vez mais central dentro do concerto da luta de classes, sobretudo no Brasil. Assim sendo, uma crítica certa à atual organização social necessariamente precisa-se fundar nos blocos de controle imediato das massas, especialmente os meios de comunicação de massa enquanto concentradores e reprodutores da ideologia capitalista (2018, p 34).

Em uma região como a América Latina e o Caribe, o fenômeno da ideologia cumpre um papel em nossas sociedades, nos séculos XX e XXI, em especial, que sem esta forma sofisticada de controle social poderia não ter o mesmo efeito caso as práticas de Hernán Cortez fossem as únicas aplicadas ao longo de meio milênio de dominação de uma região do mundo, organizada pela classe dominante metropolitana, sobre os nossos povos periféricos. Apenas os chicotes, as espadas, as balas e as bombas lançadas não seriam tão eficazes na manutenção da organização atual. É pela ideologia que o couro trançado, o metal afiado e a pólvora se convertem em um conjunto de informações, verbalizadas ou escritas, que buscam o mesmo fim desde 1492: a submissão desta região para que o norte prospere.

### 3.1.2 O Brasil desintegrado dos vizinhos: expressão concreta do domínio ideológico

Ao adentrar no cenário brasileiro e latino-americano, quanto a uma expressão concreta da luta de classe, Florestan Fernandes (2015, p. 146, 147) recorda e destaca sobre o papel das

“classes possuidoras nativas” em concomitância com as burguesias dos países hegemônicos na manutenção da ordem colonial. Neste contexto, a irradiação ideológica das nações e das classes dominantes acaba por ocorrer de forma impactante e sem os devidos questionamentos.

Conforme demonstrado logo acima, o monopólio informativo da maior potência do planeta é um fator primordial para distorcer ideologicamente a forma como a luta de classes ocorre na América Latina. O terreno se mostra fértil ao encontrar os possuidores dos grandes meios de comunicação local, organizados como uma fração da classe dominante do país subdesenvolvido em pleno alinhamento com o projeto posto em marcha. Além da concordância ideológica, há ganhos econômicos nesta jogada, nunca nos esqueçamos. É desta construção histórica que um brasileiro, por exemplo, da classe trabalhadora, toma medidas de cunho político contra os trabalhadores e contra a pátria.

As expressões da luta de classe e o enorme predomínio das forças dominantes sobre as camadas pauperizadas são as mais variadas possíveis, mas de maneira sistemática andam de encontro com esta lógica das classes dominadas em atuação contra si próprias. Pelas inúmeras reflexões realizadas ao longo destes capítulos, sobre as construções nos campos econômicos, políticos e cultural, o foco neste momento volta-se apenas a um aspecto da cultura, que envolve, sobretudo, o campo da identidade.

A partir de longa revisão histórica crítica sobre o processo de formação das sociedades latino-americanas e caribenhas, a natureza e as especificidades do Estado-burguês latino, a apresentação das classes dominantes locais mancomunadas com o centro do capitalismo, entre outros inúmeros aspectos sociais, podemos identificar semelhanças profundas em nossas estruturas econômicas e políticas, que interferem diretamente na construção cultural.

Entre outras palavras, em um reducionismo mais ilustrativo do que rigorosamente científico, é possível dizer que do último grão de areia em Tijuana, que se choca com um muro feito de vigas de aço de aproximadamente 5 metros de altura, e mais dois andares de arames farpado, até o último pedaço de terra ou gelo mais ao sul de Ushuaia, passando por todas as ilhas desde as Malvinas até as Bahamas, somos basicamente uma coisa só. Não por desprezarmos as infinitas diferenças existentes em qualquer país, estado/província ou cidade/povoado entre estes pontos. Simplesmente pelo fato de que todos estes pedaços de terra somados, com aproximadamente 650 milhões de habitantes (CEPAL, 2022), conformam um grupo social mais delimitado perante o mundo.

Esta interpretação de unidade regional foi elaborada ao longo da história, como os casos já mencionados de Simón Bolívar, José Martí, José Artigas, entre outros, que identificaram na consolidação de um bloco para fazer frente aos interesses de outras regiões do planeta que nos

aplastam e dominam. No Brasil, um dos pensadores mais proeminentes nesta discussão se deve a Darcy Ribeiro (2017). Em obra voltada especificamente para esta temática, Ribeiro (p. 17, 18, 19) reforça sobre a existência inequívoca de uma América Latina, nos planos geográfico, linguístico-cultural, político e étnico-social. De forma alguma homogeneizados em qualquer momento da história, mas muito evidente sobretudo “para os que nos olham de fora e veem nossa identidade macroétnica essencial” (p. 22, 23). Identidade em questão chamada de “latino-americanidade”.

O pensamento do brasileiro é mencionado e recuperado por outro importante teórico-militante latino-americano que teve como principal horizonte de luta a organização da identidade latina e caribenha para um projeto político revolucionário: Jorge Abelardo Ramos. Descreve Sergio Mota (2017, p. 23-29), pela reflexão do argentino, sobre a necessidade de compreensão do nosso passado e presente de luta e dominação para que todos nós, de todas as áreas do conhecimento e ofícios na sociedade, atuemos na construção de uma nação que caminhe neste sentido integracionista da região e criemos uma consciência de pertencimento à nação latino-americana.

Em junção com o pensamento de outro político argentino, Jorge Coscia, Abelardo Ramos organiza as discussões por entender que a sobrevivência dos povos latino-americanos está em jogo, tal qual a nossa cultura singular, fruto de contribuições de todas as partes do mundo (MOTA, 2017, p. 29). Logo, este caminho a ser trilhado nos mostra uma responsabilidade com o nosso próprio futuro e bem-estar, muito distante de qualquer interpretação de cunho meramente simbólico.

Diante desta visão, devemos nos questionar qual o papel do Brasil frente a todo este concerto social, bem como, mais para frente, onde o jornalismo e os jornalistas podem se encaixar. Neste caminho defendido por Darcy Ribeiro, quando avaliamos a intelectualidade brasileira podemos chegar à constatação de que é uma temática discutida de forma completamente insuficiente ao longo de toda a nossa história. Como todos os outros aspectos já observados e analisados, esta situação obviamente não é fruto do acaso. Em breve revisão, identificamos acontecimentos que nos mostram de forma cristalina um distanciamento sistemático da então “América Portuguesa” da “América Espanhola”. Não apenas com o Tratado de Tordesillas de 1494 (RAMOS, 2012, p. 262), um ano e meio após o início da invasão, mas também pela forma em que os processos de independência se deram, conforme relatado no capítulo 2.

Este distanciamento do Brasil com os demais vizinhos já havia ficado evidente, por exemplo, em 1826, com a organização do Congresso Anfictiônico do Panamá, idealizado por

Simón Bolívar, justamente para estreitar os laços dos países latinos que alcançaram a independência política pouco antes e acelerar os passos para uma unidade continental, considerado o primeiro plano de integracionismo. No entanto, por diversos fatores somados, não contou com a presença da delegação brasileira<sup>2</sup>.

Desde então, mesmo com as incontáveis variáveis demonstrando profundas conexões, o Brasil se apresenta ao mundo de forma distante dos demais países latino-americanos e caribenhos. Para o filósofo mexicano e profundo divulgador de um projeto de formação da identidade da América Latina, Leopoldo Zea, ao longo dos últimos dois séculos o Brasil se apresenta como um grande problema para a consolidação desta proposta política.

“Uma das principais questões para pensar a integração plena da região denominada América Latina desde o século XIX é a inclusão do Brasil, que, como têm apontado vários historiadores, quase sempre esteve de costas para essa América, voltado para a Europa – e mais recentemente para os Estados Unidos. [...] No Brasil do século XIX, a intelectualidade se voltou mais para a identidade nacional e muito pouco, ou quase nada, para a identidade subcontinental. (SANTOS, 2016, p. 184)

Jorge Abelardo Ramos (2012, p. 262), tal qual Leopoldo Zea, também destacou o distanciamento do Brasil como fruto do processo histórico e de esforço realizado pelas classes dominantes brasileiras. O argentino, inclusive, descreve o Brasil como o “Estado mais misterioso e exótico de uma América ‘balcanizada’ que se desconhecia a si mesma. Portanto, relegar apenas ao idioma como o fator preponderante de nosso distanciamento com os vizinhos não passa de um ocultamento planejado sobre a forte atuação da burguesia brasileira. Classe esta que organizou como projeto político maior aproximação aos europeus e estadunidenses, que inclusive possuem, no geral, idiomas ainda mais distintos que o espanhol para nós. Portanto, a ignorância brasileira sobre o pertencimento ao próprio local no mundo aparece, como em outros diversos casos, como um problema político específico da expressão da luta de classes, causando implicações não apenas no Brasil como em todo o continente.

Como expressão concreta das medidas colocadas em prática pelas forças metropolitanas desde abril de 1500, potencializadas pelas classes dominantes locais gerentes do pacto colonial e da reprodução ideológica e cultural que nos mantém amarrados na dependência e no subdesenvolvimento, o distanciamento brasileiro da América Latina no campo da percepção regional e sentimento de pertencimento podem ser medidos, inclusive, de forma mais objetiva em pesquisas coletivas sobre opinião pública.

---

<sup>2</sup> <https://mire.gob.pa/congreso2/>

Em uma das mais ilustrativas e aprofundadas sobre a questão que envolve entendimentos gerais enquanto cidadãos latino-americanos foi publicado há cerca de uma década com o título *The Americas and the World: Public Opinion and Foreign Policy* (As Américas e o Mundo: Opinião Pública e Política Externa), pelo Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE) do México<sup>3</sup>, na Divisão de Estudos Internacionais, com a participação de pesquisadores de diversos países (GONZÁLES; SCHIAVON; CROW; MALDONADO, 2011).

No Brasil, a pesquisa, foi conduzida por meio do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP), bem como, em outras localidades, conduzidas pela Pontifícia Universidade Católica do Peru, a Universidade de Los Andes, na Colômbia, e a Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO), com sede no Equador e abrangência em diversos países.

A pesquisa, considerada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) como “sem precedentes” e a mais larga sobre o setor na história da América Latina<sup>4</sup>, apresenta diversas constatações em variados campos da política e da identidade regional. Em diferentes momentos, o Brasil é a exceção em relação a uma regra identificada nos demais países. Um dos primeiros tópicos abordados, inclusive, destaca o isolamento de forma geral dos latinos com o restante do mundo, mas de maneira ainda mais profunda o Brasil (2011, p. 36).

Outro ponto que demonstra este distanciamento se deve ao “interesse em notícias sobre relações com outros países” (2011, p. 40). O Brasil aparece na primeira posição em relação ao desinteresse neste tópico, o que já nos dá pistas concretas sobre a importância do debate desta temática no campo do jornalismo. Em consonância com a discussão, o Brasil também aparece na última posição em relação ao conhecimento de lideranças latino-americanas, descrita na investigação como “particularmente aparente” (2011, p. 42).

Após este panorama geral, que evidencia um descolamento do Brasil perante os demais, os pesquisadores vinculados à USP aprofundaram a discussão com um artigo próprio, publicado 5 anos mais tarde, para especificar alguns pontos em que o nosso país havia ficado de fora, bem como a Argentina e o Chile. E é aqui, em sintonia com a pesquisa inicial, que os problemas se agravam. A partir de Janina Onuki, Fernando Mouron e Francisco Urdinez (2016, p. 436-440), a discussão aprofunda a temática sobre a “excepcionalidade brasileira” no aspecto da autoidentificação. O que se observa a partir de milhares de pessoas pesquisadas, é um cenário de comprovação, em última instância, sobre o desprezo do Brasil com a América Latina.

---

<sup>3</sup> <https://www.cide.edu/>

<sup>4</sup> <https://portal.fgv.br/en/news/unprecedented-survey-will-assess-public-opinion-and-foreign-policy>



Segundo os dados, o sentimento de pertencimento e identificação com a América Latina está amplamente presente em todos os países pesquisados, com uma média de 43% das populações se identificando com a “latino-americanidade”, com a Colômbia na primeira posição com seis a cada 10 colombianos portadores deste sentimento. Na penúltima posição ficaram os chilenos, com 38% da população se auto identificando desta forma. No entanto, no caso brasileiro, esta identificação ficou na casa dos 4%, atrás, até mesmo do sentimento de “cidadão do mundo”, com 13%.

Ou seja, de forma popularmente dita no Brasil, o buraco é muito mais fundo do que se imaginava. O buraco metafórico, em questão, proporcionalmente grande aos quase 17 mil quilômetros de fronteiras<sup>5</sup> que o Brasil possui com 10 dos 12 países sul-americanos. Nos parece, então, pelo menos no imaginário geral, que estes 17 mil quilômetros, na verdade, são de distância para a América Latina.

Em geral, nos lembra uma situação em que muitos de nós já vivenciamos nos bairros em que moramos. Um local com problemas estruturais, pobreza, todos com um passado idêntico, futuro incerto e diversas questões profundas para resolver em nossas vidas. Entretanto, aparece um vizinho nestas condições e que, por ignorância de si próprio, por “não ter espelho em casa”, despreza os demais colegas de rua, com uma falsa ilusão de que adorar os bairros ricos e rejeitar quem mora logo ao lado facilitará a escalada rumo ao progresso. Nesta “Vila Latino-americana”, o Brasil é o vizinho esnobe, ainda que tenhamos os pés atolados no barro.

### 3.2 JORNALISMO: A SÍNTESE DO MUNDO MODERNO

A discussão neste capítulo gira em torno dos conceitos mencionados logo de início. De um lado, os fenômenos históricos e sociais da ideologia, da alienação, entre outros termos próximos, como reificação, coisificação, mistificação, estranhamento, ilusão, e por aí vai, referentes ao ser humano ser enfeitado mentalmente, sobre a inversão da determinação do real, em um campo em que as ideias, o pensamento, o conhecimento e a informação são fundamentais para direcionar os indivíduos a um caminho em específico.

Na organização de ideias e, sobretudo, na difusão em larga escala para todo o conjunto da sociedade por meio das aparelhagens materiais, o fenômeno do jornalismo é de extrema importância para se refletir sobre o conhecimento e a informação que pairam sobre populações inteiras e perpassam os indivíduos. Entenderemos a partir daqui o conceito e ideário modernos

---

<sup>5</sup> <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-07/ibge-atualiza-municipios-de-fronteira-e-de-frente-ao-mar>

do jornalismo, independentemente da existência de práticas milenares. A partir da prensa de Gutenberg, elaborada quatro décadas antes da invasão na América Latina e Caribe, muito se evoluiu sobre sistemas de divulgação, fruto de uma necessidade histórica.

Neste modelo moderno de comunicação, com a passagem dos séculos, enquanto a nossa região era saqueada e dominada de todas as formas, conforme descrito ponto a ponto anteriormente, uma imprensa cada vez mais sofisticada se desenvolveu no centro dos países metropolitanos, tendo os Estados Unidos tomado a dianteira neste universo. Segundo Nelson Werneck Sodré (1966, p. 3), a interligação entre o desenvolvimento da imprensa, como o conjunto de meios que exercem o jornalismo e funções comunicativas correlatas, está posta na corrida executada pela revolução burguesa para que a lógica geral do sistema capitalista também fosse aplicada neste campo comunicacional. É na ascensão capitalista que o jornalismo se destaca como meio para impor a ampliação territorial da democracia política burguesa como ideário a ser seguido, com o uso progressivo do telégrafo, cabos submarinos, rádio e telefone.

Ciro Marcondes, jornalista brasileiro fundamental para as discussões sobre jornalismo e comunicação, descreve o jornalismo como conhecemos e como trabalhamos como uma “síntese do espírito moderno: a razão (a ‘verdade’, a transparência) impondo-se diante da tradição obscurantista, o questionamento de todas as autoridades, a crítica da política e a confiança irrestrita no progresso, no aperfeiçoamento contínuo da espécie” (2000, p. 9). Entretanto, o próprio pensador inicia discussões críticas sobre esta aura sobre o fenômeno comunicacional em questão, com questionamentos diretos a partir de contradições internas e cada vez mais evidentes a cada nova crise de grandes proporções no mundo.

E as críticas a esta visão positivista sobre o jornalismo moderno existem e devem ser realizadas a partir da compreensão sobre a concretude deste fenômeno sócio-histórico. Como salienta Marcondes Filho, sobre a síntese do espírito moderno, a partir da longa exposição realizada sobre o passar dos séculos e o desenvolvimento do capitalismo, este nascimento de forma alguma poderia se dar de maneira “isenta”, livre de determinações. Pedro Aguiar (2016, p. 40), em contextualização sobre esta profissão e atividade social, coloca de maneira inseparável o jornalismo da burguesia, enquanto classe que o impulsiona.

Esta posição crítica ao jornalismo, sob a compreensão de que dentro da atual sociabilidade é amplamente utilizada como uma “arma de classe”, ou um instrumento para reprodução da ordem dominante é fundamental para iluminar o campo da comunicação, sobretudo em um país periférico e subdesenvolvido. Ao considerarmos a potência das ideias eurocêntricas, americanófilas, atlantistas no geral, que perpassam todo o conjunto de nossa sociedade, a modulação da área da mídia sob este conjunto ideológico é significativamente

perversa, não apenas no interior do produto final propagado por qualquer veículo midiático do Brasil, como também nos mais diversos cursos de jornalismo em qualquer universidade brasileira, seja privada, estadual ou federal.

Tomemos como exemplo, manuais e/ou obras amplamente difundidas na graduação e também pós-graduações de comunicação. A linha de compreensão predominante sobre o fenômeno jornalístico se deve justamente à criticada por Ciro Marcondes. De forma positiva, romantizada e, conseqüentemente, alienada, a interpretação média se alinha com a visão de que o jornalismo se associa à “desconstrução do poder instituído em torno da igreja e da Universidade”, ou seja, a uma espécie de função soberana para que as informações e os conhecimentos possam circular de forma mais livre do que anteriormente (MARCONDES, 2000, p. 10, 11).

Em suma, glorifica-se o papel do jornalismo, através da imprensa, como uma real ruptura de controle informativo para o bem do povo e das sociedades, como uma espécie de base fundamental para a formação de uma opinião pública que sustenta o equilíbrio da sociedade burguesa. É esta compreensão média difundida por pensadores da análise funcionalista, abundantemente presentes nas faculdades de jornalismo, e que têm como destaque a desconsideração dos efeitos dos meios de comunicação de massa, dando-se ênfase na função destes meios. O pensador italiano Mauro Wolf descreve a base desta teoria que aborda de maneira geral os meios de comunicação de massa:

“[...] a questão de fundo já não são os efeitos, mas as funções exercidas pela comunicação de massa na sociedade. As funções analisadas não estão associadas a contextos comunicativos especiais, mas a presença normal dos *mass media* na sociedade. [...]. Em conclusão, na evolução geral do estudo das comunicações de massa [...], a teoria funcionalista ocupa uma posição muito precisa que consiste na definição da problemática dos *mass media* a partir do ponto de vista da sociedade e do seu equilíbrio, da perspectiva do funcionamento do sistema social no seu conjunto e do contributo que as suas componentes (massa media incluídos) são a esse funcionamento. (WOLF, 1985, p. 26)

Conforme a compreensão sobre o fenômeno da ideologia, esta análise funcionalista, tal qual o predomínio desta ótica dentro das teorias da comunicação no estudo científico sobre o jornalismo, a análise em questão acaba por ser muito proveitosa em favor do capital. Sem se analisar internamente o processo, automaticamente desconsiderando o cenário da luta de classes que ocorre no seio da sociedade, bem como o poder da ideologia dominante modulado por aparelhos privados com um objetivo político, o funcionalismo mantém o prisma sobre o jornalismo em um campo de ideias. Ou seja, sem oferecer qualquer visão referente à realidade concreta, tal qual experimentada a partir de como um fenômeno se apresenta na

prática, não sobre como supostamente deveria ser e funcionar para alcançarmos, enquanto sociedade, um equilíbrio.

Deste cenário de ideias, a partir de autores e escolas que se desenvolveram ao longo do tempo, surgem conceitos difundidos em massa para a interpretação geral sobre o que é jornalismo. Sempre ouvimos a respeito da necessidade de se “ouvir os dois lados” para a fabricação de uma notícia. Também escutamos e verificamos longas análises sobre “critérios de noticiabilidade”. Um livro manual recheado destes tipos de ideias, dentre os vários exemplos existentes, é o de Mário Erbolato com a obra *Técnicas de Codificação em Jornalismo* (1991), por justamente buscar a produção midiática de forma “pura”, sem levar em consideração as forças econômicas que direcionam até o produto final.

As leituras positivistas sobre o jornalismo, possuidor de uma aura e de função essencial para o equilíbrio social, bem como o resultado desta filosofia, nos levam a um cenário de acobertamento das relações sociais e auxiliam a nos manter presos ao cenário de dependência e subdesenvolvimento dos últimos 200 anos. Enquanto latino-americanos, e residentes de localidades esmagadas pela violência, pela desigualdade, pela miséria e pela apresentação das classes dominantes de maneira monolítica dentro do concerto da luta de classes podemos nos prender a ideias que discorrem sobre “equilíbrio da sociedade”? Qual é o real significado de “equilíbrio” para os ideólogos liberais da comunicação que vociferam uma compreensão de que o Estado-burguês, por meio da democracia liberal, é o melhor dos cenários para o povo? Por meio desta linha de raciocínio defendida massivamente por profissionais da área, é completamente incapaz e insuficiente de orientar e dar vazão às grandes questões que permeiam a sociedade brasileira.

Através do filósofo brasileiro, Álvaro Vieira Pinto, estes tipos de questionamentos são fundamentais para se buscar a superação dos atuais problemas de interpretação sobre o jornalismo, bem como uma melhor análise sobre o que o povo brasileiro consegue aprender a partir de uma imprensa como a atual. Em discussão sobre a consciência e a realidade nacional, Álvaro Vieira reforça o posicionamento referente à necessidade nossa de superarmos a “consciência ingênua”, que pode ser ilustrada em diversos campos, inclusive nesta forma de enxergar os meios de comunicação de massa. Para o filósofo, é preciso que a nossa forma de compreensão da realidade leve em consideração a tomada de partido “em face das circunstâncias que nos envolvem” (VIEIRA PINTO, 1960, p. 13). E é por esta trilha calcada no nacionalismo (revolucionário) e no marxismo (latino-americano) enquanto ferramentas de análise que os objetos jornalismo, imprensa, mídia e meios de comunicação no geral precisam ser avaliados.

### 3.2.1 Interpretações críticas às ordens postas: necessários avanços para o bem do jornalismo e da sociedade

Se por um lado, Álvaro Vieira Pinto argumenta e discorre sobre o significado de consciência ingênua, como um pensador preocupado avidamente, sobretudo, na transformação social de forma radical, a discussão não se encerra neste aspecto. Para o filósofo brasileiro, o caminho a ser tomado por todos nós é o de transição deste estágio de ingenuidade para o que ele chama de “consciência crítica”. Nas próprias palavras (1960, p. 15), de forma direta, constrói a ideia de que temos que nos submeter ao real, de forma objetiva, a fim de que os fatos sejam representados a partir da experiência prática, ou “existência empírica”, pelas circunstâncias e relações de causa e efeito. No caso, romper com a ideologia dominante que nos aprisiona em relação a visualização de um horizonte distinto.

“A postura crítica é, nos seus alicerces mais profundos, objetiva, não apenas no sentido de reconhecer a existência de uma realidade natural e de uma estrutura social independentes do pensamento que as conhece e anteriores ao ato do conhecimento, mas igualmente no sentido de excluir de si a pretensão de a elaborar segundo exigências suas os dados brutos que o exterior apenas tivesse por função lhe oferecer. [...] sendo crítica, não vê a realidade externa como exclusivo objeto de representação, mas como espaço concreto, onde, além da possibilidade de conhecer, se lhe impõe a necessidade de agir, a fim de modifica-lo de maneira a fazê-lo mais propício à satisfação das exigências humanas”. (VIEIRA PINTO, 1960, p. 15, 16)

Conforme elencado previa e brevemente, um autor como Ciro Marcondes caminha justamente em direção a um dos aspectos apresentados por Álvaro sobre a consciência crítica, ao empregar esforço analítico sobre a natureza do jornalismo tal qual ele se apresenta na prática. Daí se observa a inegável importância deste pensador para o conjunto de estudos sobre a comunicação no Brasil. A consciência ingênua professada por trabalhadores da mídia, bem como pesquisadores/cientistas deste campo, é atingida até certo ponto pela chamada “teoria crítica” da comunicação.

Novamente em Wolf (1985), o italiano, logo de início, já descreve esta teoria como a representação da contracorrente, tendo como origem organizadora desta linha de pensamento a Escola de Frankfurt (p. 34). A partir de variados pensadores, definiu-se, entre outras palavras e em linhas gerais, esta teoria como “uma construção analítica dos fenômenos que investiga e, por outro, e simultaneamente, como capacidade para atribuir esses fenômenos às forças sociais que os provocam (p. 34). Assim sendo, critica-se as expressões do jornalismo real, subordinado a uma “razão instrumental”, que tem como desaguadouro a manutenção da ordem social existente.

A partir desta incubadora crítica, diversos nomes como Max Horkheimer, Theodor Adorno, Jürgen Habermas e Herbert Marcuse foram expoentes da difusão desta interpretação crítica à sociedade de comunicação de massa. Uma das principais obras, escrita pelos dois primeiros, se deve a *Dialética do Iluminismo*, escrito entre 1942 e 1947. É a partir daqui que a discussão sobre “indústria cultural” emerge, de forma a ilustrar como filmes, programas de rádio, semanários, entre outros meios de difusão da mensagem passam a constituir um sistema (WOLF, 1985, p. 36).

Pelas influências e caminhos abertos através da Escola de Frankfurt, a interpretação sobre o fenômeno da comunicação e, conseqüentemente, sobre o jornalismo avança consideravelmente. Em especial, esta corrente trata de forma mais atenciosa aos efeitos causados na sociedade pelos meios de comunicação de massa. De forma mais específica ainda, joga um olhar crítico às contradições existentes entre o indivíduo e a sociedade, tendo em vista que a análise contempla o entendimento de que estas contradições são justamente um produto histórico da sociedade de classes (1985, p. 39).

Neste momento, temos uma barreira que precisa ser não apenas transposta, como implodida pela base. E como consequência de todo processo vivido desde 1492, se expressa de maneira bastante específica no nosso jornalismo na prática, justamente como produto gerado no interior da luta de classes. O que poderíamos até mesmo chamar de “jornalismo dependente”, por compor eixo fundamental de sustentação do capitalismo dependente, apresenta formas muito claras na realidade concreta e, no Brasil, tem como a Rede Globo como o grande motor deste maquinário.

### 3.3 REDE GLOBO: A EXPRESSÃO MÁXIMA DO JORNALISMO-BURGUÊS NO BRASIL E DOS INTERESSES DAS CLASSES DOMINANTES

É impossível falar sobre o fenômeno da comunicação sem mencionar o principal veículo de comunicação nacional: a Rede Globo de Televisão. No dia 29 de julho de 1925, foi lançado nas bancas do Rio de Janeiro o primeiro jornal de O Globo, como o primeiro veículo de comunicação do Grupo Globo<sup>6</sup>. A liderança do projeto estava nas mãos de Irineu Marinho Coelho de Barros, renomado jornalista carioca à época, fundador dos jornais *A Noite*, em 1911, e o próprio *O Globo*, 14 anos mais tarde<sup>7</sup>. Poucas semanas após a inauguração deste segundo projeto, o primeiro com esta marca, Irineu Marinho morre. É aí que Roberto Marinho, o

<sup>6</sup> <https://historia.globo.com/historia-grupo-globo/1925-1964/>

<sup>7</sup> <https://historia.globo.com/memoria-roberto-marinho/biografia/noticia/roberto-marinho-1904-2003.ghtml>

primogênito de Irineu, toma as rédeas da proposta que viria a transformar profundamente o Brasil.

Então com 21 anos, Roberto participa da tomada de decisões do jornal enquanto secretário da empresa. Com um pouco mais de maturidade, assume o cargo de diretor-redator-chefe aos 26 anos. O empresário e jornalista avança a passos largos com o projeto. Em 1944, funda a primeira emissora de rádio. Em 1957, o então presidente Juscelino Kubitschek aprovou a concessão para a criação de um canal de televisão, o então “Canal 4”. Em 1952, foi criado o Rio Gráfica e Editora, com um enorme parque gráfico para a elaboração de revistas de circulação nacional. Para qualquer liberal, um começo de história sobre os avanços do espírito do empreendedorismo e do progresso privado. Para os olhos mais atentos, uma história sobre o real funcionamento do capitalismo dependente e periférico brasileiro.

Real funcionamento tendo em vista análises e explicações realizadas, e mencionadas anteriormente, por pensadores como Karl Marx e Vladimir Lênin sobre a tendência do capitalismo na formação de monopólios privados, de forma que este fenômeno traria consequências no campo direto da política, pelo grande poder do capital monopolizado no direcionamento das estruturas do Estado burguês. O que se observou a partir da Família Marinho desde os anos 1920 e que se acelera consideravelmente a partir da década de 1960, como veremos a seguir mais profundamente, dá razão às interpretações de Marx e Lênin sobre o funcionamento concreto dos mercados, tanto no centro do capitalismo, quanto na periferia.

A partir do pensador e jornalista turco, nacionalizado estadunidense mais tarde, Bem-Hur Bagdikian, a situação midiática dos Estados Unidos ao longo do Século XX também ajuda a esclarecer e exemplificar a situação brasileira em particular, mas latino-americana no geral. Na obra “O monopólio da mídia” (1993), o autor analisa de forma aprofundada todo o sistema de mídia dos EUA, com milhares de exemplos de jornais impressos, rádios, emissoras de televisão, revistas, editoras de livros, entre outros tipos de veículos. Por uma ótica liberal-positivista-funcionalista, esta situação é vista como boa, pela possibilidade de oferecer à população uma ampla gama de variedades de pensamentos e óticas de pensamento.

Com esta interpretação, como uma expressão do que Álvaro Vieira Pinto chamaria de “consciência ingênua”, não é possível compreender como todo este maquinário construído não oferece nem pluralidade de ideias, tampouco uma competição saudável de mercado onde a livre concorrência pudesse nos levar ao desenvolvimento da sociedade como um todo. Bagdikian (1993, p. 15, 16), no entanto, comprova como a existência de aproximadamente 25 mil veículos midiáticos dos EUA no final dos anos 1980 não se expressa em uma idealização de “25 mil vozes individuais”.

Na realidade, apenas 50 proprietários controlavam quase a totalidade dos meios e da audiência, de forma em que, a partir da ideia de um quarto poder na clássica divisão dos poderes, sendo a mídia este pilar adicional, o que se configura na prática a formação de um “Ministério Privado de Informação e Cultura” altamente concentrado na mão de um punhado de pessoas, sobretudo homens, ricos e com um pensamento praticamente único sobre os rumos da política. Como agravante, e novamente uma comprovação das leis extraídas por Marx, o jornalista também demonstra como, em menos de uma década, o número de 50 proprietários já havia caído para 23, além de tendências a diminuição deste número, como foi sendo verificado com o encerramento do século XX e o alvorecer do século XXI.

No caso brasileiro, a concentração de mercado e, conseqüentemente, informativa, se deu com a presença de outro elemento, menos presente diretamente no caso estadunidense: as forças armadas. Também compreendida dentro do capitalismo dependente e periférico como um braço armado para atuar em prol das classes dominantes, não do progresso da pátria a qual pertence, as forças armadas brasileiras cumpriram um papel fundamental no fortalecimento do Grupo Globo, especialmente a partir de 1964, com o golpe de 1º de abril<sup>8</sup>. Com o passar dos meses e anos, o entrelaçamento entre ditadura militar brasileira e o conglomerado midiático da Família Marinho foi ficando cada vez mais forte, com ações de ambos os lados para atender interesses de ambos os lados, como apresenta Juliana Gagliardi:

“Já no dia 30 de março de 1965, O Globo mencionava em oito das suas páginas as comemorações da ‘revolução’. A partir de então, as solenidades se tornaram regulares e, embora em diferentes escalas, ocorreram ao longo de todos os anos do regime militar e foram, especialmente durante a vigência da ditadura, transformadas em notícias nos jornais. É necessário ressaltar que as cerimônias que mereceram a atenção do jornal não eram unificadas, mas sim múltiplas. Não estavam tampouco concentradas apenas no Rio de Janeiro ou eram concebidas sempre como nacionais, nem se referiam apenas aos altos cargos do governo e do Exército.” (GAGLIARDI, 2014, p. 2, 3)

A partir da derrubada via golpe de Estado do governo de João Goulart e a manutenção do governo militar com o passar dos meses, somente então foi inaugurada a TV Globo, em 1965, com o objetivo de atuar com programação jornalística e de entretenimento em escala nacional<sup>9</sup>. Se para diversos autores o jornalismo caminha pari passu com o capitalismo, o jornalismo brasileiro, liderado pelo Grupo Globo, dentro do capitalismo dependente brasileiro caminha pari passu com a ditadura militar.

<sup>8</sup> <http://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/apoio-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-12695226>

<sup>9</sup> <https://historia.globo.com/historia-grupo-globo/1965-1984/noticia/1965-inauguracao-da-tv-globo.ghtml>



As críticas centrais realizadas por pensadores e organizações políticas ao complexo empresarial comunicacional carioca passa, necessariamente, ao apontamento sobre como este império midiático além de defender ideologicamente os interesses dos donos do poder, função central do jornalismo burguês, também atuou para dar legitimidade ao regime militar enquanto recebia excelentes contrapartidas estruturais e econômicas<sup>10</sup>. Um legítimo “uma mão lava a outra”. Troca de interesses entre os donos do microfone e os possuidores da farda verde-oliva descompromissados com um verdadeiro projeto de formação nacional.

Como principal instrumento e suporte ideológico do capitalismo dependente e, conseqüentemente, do governo militar, o Grupo Globo criou em 1969 o que viria a se tornar o maior telejornal do Brasil, com um alcance até então jamais experimentado: o Jornal Nacional<sup>11</sup>. Em meio a esta conjuntura, houve a edificação de um cenário ideal para que medidas de lesa pátria pudessem ser aplicadas contra o povo brasileiro.

No contexto da Guerra Fria, exatamente o ponto justificador da ditadura militar brasileira, os Estados Unidos temerosos com o avanço e o progresso da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) identificaram novamente na América Latina, sobretudo o Brasil, como um espaço fundamental para a garantia da sua consolidação como principal polo de poder. Dito isto, o caso mais emblemático de penetração do capital privado estadunidense, juntamente dos interesses do Estado norte-americano, junto ao complexo jornalístico brasileiro se deu a partir da empresa Time-Life, sediada na Virgínia, mas que fíncou fortes raízes no Rio de Janeiro (HALPERIN, 2019).

“A Globo vendeu o prédio que a emissora possuía na Rua Von Martius, no bairro do Jardim Botânico, à Time-Life para se transformar em locatária da empresa norte-americana. [...] Ao mesmo tempo, a Time-Life fornecia à TV Globo uma assistência técnica perpétua, uma pessoa com habilidades equivalentes a de um gerente geral de uma estação de televisão. Esse contrato de assistência técnica era verdadeiramente um contrato de administração e subordinava a TV Globo ao controle da empresa norte-americana. (HALPERIN, 2019, p. 590)

Além das raízes fíncadas em solo brasileiro, de forma física, a situação de infiltração do capital estrangeiro por meio da mídia também fortificou e espalhou estas razies em outro campo com grande impacto no Brasil. Uma espécie de raiz de uma planta parasitária, pintada sobretudo nas cores azul, vermelha e branca, o objetivo era sugar a consciência nacional e manter o Brasil dentro da zona de interesse estadunidense. As ações do Estado e do capital norte-americano, desde a Doutrina Monroe, jamais se limitaram a apenas um campo das sociedades-alvo.

<sup>10</sup> <https://www.une.org.br/2015/04/especial-50-anos-da-rede-globo-um-caso-de-amor-com-a-ditadura/>

<sup>11</sup> <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/>

Entretanto, no aspecto midiático as medidas imperialistas aplicadas com força a partir dos anos 1960, com solo arado pela ditadura e semeadura executada pelos maquinários ideológicos do Grupo Globo encontraram terra significativamente fértil.

Karen Katchaturov (1980) analisa de maneira aprofundada o processo de expansão ideológica dos Estados Unidos na América Latina como justamente uma proposta de sofisticação da expansão política dos EUA em nosso continente, no pós-1825. Ao utilizar o sociólogo chileno, Hernán Ramírez Necochea, Katchaturov argumenta que a América Latina foi o principal laboratório do mundo para as experiências imperialistas no período pós-colonização protagonizado pela Europa ocidental, de forma que, ao se utilizarem do poder da ideologia, este processo de expansão ideológica dos EUA resulta em uma “colonização espiritual mais perniciosa e pleno de consequências”, com o imperialismo ressaltando o “domínio no setor da vida espiritual dos países latino-americanos com o objetivo de completar e fortalecer seu domínio das esferas econômica, política e militar” (KATCHATUROV, 1980, p. 8). Esta colonização espiritual, meticulosamente elaborada, afeta de maneira profunda e prolongada a consciência social e a psicologia por várias gerações de latinos.

De forma categórica, Katchaturov, que à época dos estudos era um dos diretores da Agência de Imprensa Novosti, com sede em Moscou, então capital da União Soviética, descreve diretamente sobre como este processo é permeado por múltiplos fatores e agentes de disseminação do bombardeio ideológico contra a América Latina, sobretudo o Brasil, mas os órgãos de informação de massa são o principal instrumento da expansão ideológica. No que chama de “sabotagem ideológica”, o autor não titubeia em apresentar dados sobre a organização central do governo dos EUA, pela *United States Information Agency* (USIA), ao estimular não só o Estado como o capital privado para o cumprimento destes objetivos:

“A parte constituinte mais importante da ação imperialista dos EUA sobre a vida ideológica dos países da América Latina é a utilização da imprensa, do rádio e da televisão [...] sobre a formação da opinião pública e da consciência e psicologia da população dos países latino-americanos na esfera da ‘educação social’. A atividade nessa direção caracterizava-se pelas seguintes particularidades: o papel condutor do Departamento de Estado e a tendência a encarar a propaganda no exterior como parte constituinte da política externa dos EUA; o caráter interdepartamental do órgão coordenador, que serve aos interesses do capital monopolista; as experiências no setor das formas de organização e a consequente ampliação das funções” (KATCHATUROV, 1980, p. 147, 148)

A descrição feita pelo russo se conecta diretamente com a situação experimentada sobretudo na Rede Globo, que pelo avanço no mercado brasileiro, e consequente monopolização do mercado, se estendeu para os demais grupos jornalísticos do Brasil. É preciso

atrelar o que afirma o pensador e comunicador russo com o entendimento sobre os efeitos desta prática propagandística-informativa. Desta vez, um estadunidense, Noam Chomsky, apresenta interpretações fruto das reflexões realizadas sobre o que este imenso maquinário ideológico que, a partir de Edward Bernays, chama de “engenharia da consciência”.

O filósofo e linguista descreve a mídia no geral (2013, p. 2013) como a ferramenta capaz de domesticar o “rebanho desorientado”, termo apropriado do jornalista Walter Lippmann, tendo como horizonte final algo de extrema importância para os estados metropolitanos e o capital correspondente: a “produção do consenso”. A capacidade de o jornalismo operar e modular a ideologia gera o que Chomsky classifica como o “poder da verdade”. Assim sendo, os detentores deste poder acabam conseqüentemente também possuindo o poder sobre a sociedade, não de maneira isolada, mas dentro do grupo restrito da classe dominante local, como uma “especializada” dentro deste circuito de reprodução do capitalismo que boa parte dos receptores não conseguirá decifrar (2013, p. 21).

Frente a esta impressionante capacidade da mídia na produção de um entendimento geral sobre a sociedade, o que se desenvolveu com o passar da segunda metade do século XX foi um verdadeiro império norte-americano das comunicações, como descreve o sociólogo estadunidense Herbert Schiller. Em uma de suas mais importantes obras de análise e crítica dos grandes meios de comunicação dentro do capitalismo (1976), o pensador apresenta dados e reflexões sobre o uso pensado dos sistemas comunicativos, no geral, para que os EUA garantissem a hegemonia mundial com o uso consciência desta engenharia da consciência.

Desta forma, projetos alternativos ao capitalismo da democracia liberal e do Estado burguês deveriam ser sumariamente desconstruídos “dentro do córtex” das pessoas, dentro dos EUA, mas principalmente na região da América Latina e do Caribe, tendo em vista experiências e levantes realizados ao longo do século passado. Como descreve o autor, o objetivo é o de utilizar, por meio da USIA, as comunicações em serviços de contrarrevolução de cunho nacionalista dos países subdesenvolvidos e socialistas no geral, fazendo-se valer da expansão deste império comunicativo constante promovendo uma verdadeira invasão mundial da eletrônica norte-americana com dezenas de transmissores de TV, centenas de rádio, além da participação direta em empresas de outros países, como caso da ligação entre Globo e Time-Life.

“Cada novo avanço da eletrônica alarga o perímetro da influência americana e a dupla atividade militar e comercial se encarrega de promover uma expansão ainda maior. [...] A voz da América, ramo radiofônico da USIA, transmite semanalmente cerca de 856 horas, em 38 línguas, para uma audiência no exterior, de proporções desconhecidas. A Agência também distribui programas gravados e *scripts* para

estações locais através do mundo [...]. Os latino-americanos, por exemplo, recebem *Panorama Panamericano*, uma resenha noticiosa semanal de 15 minutos, apresentada por 114 estações no hemisfério.” (SCHILLER, 1976, p. 93, 94)

Herbert Schiller (1976, p. 97) exemplifica como além da Agência de Informações (USIA) ter estas implicações diretas, o capital estadunidense se apossou do mercado de mídia da América Latina, também tendo como lógica a expressão da tendência a formação de monopólio de mercado. A mencionada Time-Life, sobre a Rede Globo, também passou a avançar dentro de Venezuela, Argentina, entre outros países especialmente da América do Sul.

Outras empresas como a CBS, NBC e ABC, que em determinados casos atuam conjuntamente com a *Time-Life Broadcasting Stations*, também operavam com grande influência. Sobre a ABC, a partir da organização de uma rede internacional de TV, *Mundovisão*, chegou a alcançar 60% de todas as casas com TV fora dos Estados Unidos onde, pela ausência de um projeto nacional de emancipação e soberania dos povos, acabava por permitir patrocinadores. Além dos três sul-americanos já citados, esta marca correspondia a países como Guatemala, El Salvador, Honduras, Costa Rica, Chile, entre outras localidades. Caso houvesse algum impeditivo legal colocado pelo governo, como foi no Brasil, que limitou parcial e temporariamente o aprofundamento da inserção da Time-Life junto à Globo, o poder econômico foi amplamente utilizado para reverter esta situação e facilitar a expansão e penetração do outro poder, o ideológico (1976, p. 98).

Na famosa obra “A história secreta da Rede Globo”, Daniel Herz (1991) relembra como parte da estratégia global dos estadunidenses junto à emissora carioca, desde a montagem estrutural da empresa, se deu com grande fluidez de dólares, inclusive em situação que chamou a atenção de parlamentares na Câmara dos Deputados, que questionavam esta “confiança irrestrita do grupo norte-americano na empresa de Roberto Marinho” (HERZ, 1991, p. 194). A lógica, no entanto, nunca se deu por uma confiança em abstrato, mas por parte da estratégia em médio e longo prazo, sempre com uma “avalanche de capital estrangeiro” para garantir o avanço contínuo do projeto (HERZ, 1991, p. 93).

O deputado federal João Calmon discursou sobre as operações da Time-Life no Brasil, principalmente por meio da Globo, mas também por outro comunicador brasileiro de grandes proporções, Victor Civita, criador da Editora Abril, bem como de inúmeros veículos na Argentina e no México e que já havia trabalhado nos EUA para a Time-Life. Calmon afirmou que o grupo era “da linha mais reacionária e mais retrógrada do Partido Republicano, exclusivamente interessado em manter, em países como o nosso, bases anticomunistas” (HERZ,

1991, p. 93). Esta era a estratégia adotada, a atuação ideológica para o controle de recursos e áreas fundamentais para os países subdesenvolvidos, com a participação da burguesia interna.

“O grupo Time-Life, entretanto, não demoraria para encontrar empresários mais receptivos. Havia no Rio de Janeiro as organizações Globo, proprietária do tradicional jornal O Globo, da editora Rio Gráfica e da Rádio Globo, entre outros empreendimentos no setor. As organizações Globo, de tendência marcadamente conservadora, estavam presentes na lista de jornais subornados pela publicidade estrangeira para mover campanhas, por exemplo, contra a nacionalização do petróleo” (HERZ, 1991, p. 93)

Todo este cenário descrito, correndo o risco de parecer repetitivo, descreve com maior profundidade o caldo ideológico pró-Estados Unidos o qual fomos mergulhados durante as últimas décadas. Júlia Alves (1988, p. 31) pesquisou não apenas os efeitos nocivos na população de forma geral, com informações e produtos jornalísticos no campo político, como também de maneira específica a entrada do estilo de vida estadunidense no pequeno córtex das crianças brasileiras.

Ao se analisar o “horário nobre infantil”, constatou-se que de 10 horas registradas, oito horas foram “destinadas a enlatados *made in USA*”, sendo a Rede Globo a campeã de programação “invadida” por produções dos EUA. O fenômeno também foi observado com os filmes transmitidos, novamente com a Globo na liderança do ranking com filmes norte-americanos. A pesquisadora alerta para a importação acrítica dos produtos midiáticos de forma a influenciar nossos modos de pensar e proceder, de maneira a modificar a nossa identidade cultural (1988, p. 29).

Pode-se dizer, então, que em um momento de grande abertura para o mundo, e de conhecimento além das fronteiras com mais facilidade do que nunca, o povo latino-americano em geral, mas o brasileiro em particular, sofreu um processo de colonização cultural possível de listar pontos e aspectos, mas impossível de dimensionar o tamanho do “estrago” causado em milhões de mentes. É a essência do que diversos autores trataram sobre o fenômeno da ideologia e da alienação.

Dentro de um mundo organizado a partir do capital, além da constituição de consciências para atuar contra os próprios interesses de classe, todo o emaranhado informativo, utilizado como estratégia específica dentro da luta de classes, também resultou na consolidação de consciências para atuar contra os interesses nacionais e regionais, seja no campo econômico, político e cultural. Esta realidade identificada, como uma expressão da organização social, configura, sobretudo, como um grande problema para a nossa superação enquanto países subdesenvolvidos e dependentes.

#### 4. GEOPOLÍTICA, JORNALISMO E AMÉRICA LATINA

Sobretudo pela geopolítica ser associada diretamente a um grande tabuleiro de xadrez, que o primeiro foco de análise neste capítulo se dá sobre este jogo de forma específica, pelo funcionamento e as estratégias. Dentre os principais nomes do mundo a organizar as reflexões para melhor compreensão deste campo do conhecimento, um francês, nascido em uma colônia na África, atualmente Marrocos, oferece bases teóricas para melhor aprofundamento na área. Yves Lacoste na obra “Geopolítica: a longa história do presente” (2009) descreve elementarmente sobre o termo geopolítica designar, na prática, tudo o que está relacionado com as “rivalidades pelo poder” ou a “influência sobre determinados territórios e populações” (p. 8). No geral, Lacoste descreve a superfície de um Estado, bem como as linhas que delimitam uma fronteira, como resultado direto das relações geopolíticas de força.

No caminho inicial em que o pensador francês teorizou, o brasileiro Milton Santos (2015), referência latino-americana na grande área da geografia, analisa criticamente os efeitos práticos e as expressões sociais causadas a partir deste jogo de rivalidades pelo poder que resulta, no que ele chama, de “torre de babel” (SANTOS, 2015, p. 17). Esta síntese das relações entre os países e regiões, significativamente desigual, é o que convencionou-se chamar de “globalização”, um termo que pode condensar uma série de fenômenos políticos observável também em estudos das relações internacionais e da economia política. O geógrafo brasileiro, a partir de olhar aguçado e contra a maré ingênua que identifica na globalização em abstrato, como uma “fábula”, algum grau de positividade para os povos da América Latina e Caribe, tece críticas categóricas para embasar esta discussão.

“Este mundo globalizado, visto como uma fábula, erige como verdade um certo número de fantasias [...]. A máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema. [...] Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito e do encurtamento das distâncias – para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. É como se o mundo se houvesse tomado, para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos [...]. (SANTOS, 2015, p. 18, 19)

A fantasia da globalização, em palavras mais diretas, é vista como o “ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” (p. 23). Os aspectos presentes neste procedimento são dos mais variados tipos, como a unicidade das técnicas, no sentido produtivo. Com maior destaque, relata sobre a expressão deste movimento globalizante também com a representação

da mais-valia globalizada, resultando em um elemento efetivamente perverso para sociedades que estão fora do centro do sistema (p. 24). Ou seja, as fantasias ou fábulas mencionadas anteriormente, tem relação justamente com a ideologia dominante tratar deste processo de expansão do mundo capitalista não levando em consideração as diferenças regionais no planeta.

Em Carlos Eduardo Martins, doutor em sociologia e com importantes contribuições para as discussões sobre integração latino-americana, aprofunda e atualiza as discussões críticas. Com reflexões e análises sobre os conceitos-chave abordados nesta pesquisa, como a dependência do nosso subcontinente, também atravessa pelo campo dos efeitos causados pela globalização, como produto direto das ações no campo da geopolítica. Carlos Martins (2011, p.

118) é categórico ao jogar luz sob a globalização como uma produtora de transformações profundas na economia política do capital. Os principais aspectos passam necessariamente pela busca dos países centrais na especialização da produção de partes e componentes com valor agregado substancialmente mais alto que a matéria prima, ou o produto cru.

Neste movimento global, a razão de Estado dos países do centro do capitalismo se impera e funciona como uma “turbinada” em todos os meios de liderança, domínio e controle exercido pelo Atlântico Norte, conforme destrinchado ao longo dos capítulos anteriores. A organização produtiva do capitalismo em processo de globalização, da forma concreta na atualidade, deu impulso necessário para que a velha ordem global apenas fortalecesse os próprios alicerces e apertasse ainda mais os nós de dominação nas relações centro-periferia ou norte-sul globais no processo de disseminação do neoliberalismo econômico (MARTINS, 2018, p. 118).

Assim como em diversos outros momentos desta pesquisa, em que os autores da Teoria Marxista da Dependência contribuem para o avanço das discussões e o aprofundamento das análises, neste campo dos efeitos e implicações dos movimentos no tabuleiro global pensadores como Ruy Mauro Marini voltam a ser recrutados para dar notas finais ao tema em geral. Marini aponta, como um caminho de transformação da realidade no aspecto geopolítico, enquanto estratégia política para ser empregada por cada uma e cada um de nós, a “compreensão da estrutura e a dinâmica dos processos de globalização” que são parte fundamental da articulação de formações sociais, como o nosso capitalismo dependente (NIEMEYER, 2013, p. 44).

Marini (2013, p. 21) descreve como uma característica central do processo da globalização capitalista o monopólio da ciência e do trabalho intensivo em conhecimento. Neste ponto em especial, são abertos os caminhos para maiores reflexões sobre a geopolítica do jornalismo, somada às discussões elaboradas no capítulo anterior. Por entendermos aqui o jornalismo como forma de conhecimento, bem como preconizava Adelmo Genro Filho. A partir

desta conexão entre Adelmo Genro e Ruy Mauro Marini, é possível compreender como o jornalismo e a geopolítica estão intrinsecamente conectados, para que neste jogo de hostilidades permanentes, além da existência de um constante controle de um grupo sobre o outro pelas estruturas econômicas, as informações que irão perpassar os imaginários e consciências sobre “as rivalidades pelo poder” sejam construídas de modo a garantir melhores condições somente para alguns atores deste jogo.

Por esta razão, esta breve discussão sobre o que ocorre no jogo da geopolítica de forma geral, bem como o resultado gerado a partir de cada peça movimentada, tende a iluminar a compreensão sobre o território onde estamos inseridos. Dito isto, entende-se, sobretudo, o estudo e análise da geopolítica como um meio de interpretação para as transformações da sociedade, sobre o povo ou sobre o Estado.

#### 4.1 INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA E CARIBENHA COMO UM ESPAÇO GEOPOLÍTICO

Para agrupar todos os tópicos de destaque a partir de pensamento crítico e condizente com a realidade do subcontinente, a filósofa argentina Mónica Ruffino oferece importante reflexão partindo da análise sobre a identidade cultural latina, como resultante dos longos séculos de dominação sob todos os meios possíveis. De forma inseparável na obra, a reflexão de Ruffino, calcada em pensadores que têm como ponto de partida o reconhecimento de quem somos e o local onde estamos no planeta, está organizada com o propósito de desarticular as amarras existentes até os dias atuais, ampliadas pelo avanço da globalização sob a égide do neoliberalismo. Um compromisso não apenas meramente acadêmico, como também militante.

Ruffino (2016, p. 165) destaca de forma criativa sobre a perspectiva geopolítica da identidade cultural, especialmente sobre a necessidade de pensar especificamente a nossa condição de nações inconclusas e colonizadas. De tal maneira em que um conjunto de reflexões tem como proposta a tarefa histórica dos povos oprimidos em caminhar rumo a um processo de descolonização, a pensadora da *Universidad Nacional de Tucumán* (UNT) coloca a importância do entendimento e do fortalecimento da identidade cultural como um contraponto ao avanço dos aspectos negativos ocasionados pela globalização.

A identidade em questão, de forma inequívoca, dentro desta perspectiva geopolítica, é justamente enquanto integrantes da “nossa América”, tendo em vista as semelhanças históricas e de necessidades em comum para o futuro. Em consonância com Mónica, o cubano Miguel Rojas Gómez (2011) também destaca, a partir de longa análise histórica, desde Simón



Rodriguez, as reflexões para o estreitamento e fortalecimento da coesão em torno desta identidade, reconhecidamente como “identidade na diferença” (p. 280). Gómez se apropria de Manuel Antonio Garretón, um sociólogo chileno com discussões sobre a América Latina enquanto um espaço cultural alternativa sobre o mundo globalizado, para tecer considerações finais sobre este ponto em especial. Na reflexão, o autor descreve que a identidade latino-americana oferece um contraponto frente à globalização homogeneizante, de modo a resgatar diferentes dimensões, como a do conhecimento, a fim de gerar transformações sobre a história (p. 282).

Conforme já descrito sobre a geopolítica, enquanto uma área da ciência de grande valor para analisar as classes sociais e as nações, sempre envolvidas no âmbito dos conflitos que ocorrem, os pensadores oferecem importantes direcionamentos para a organização de ideias como forma de construir uma saída nas relações internacionais muito mais proveitosas do que verificamos na atualidade. De forma a orientar metodologicamente projetos políticos com o objetivo de organizar a identidade cultural latino-americana e caribenha, com foco em um pensamento próprio para embasar transformações sociais, o nicaraguense Guillermo Gómez Santibáñez (2017) oferece contribuições que seguem no mesmo itinerário de outros pensadores latino-americanistas.

Santibáñez (p. 2) parte do princípio já defendido e empregado nesta pesquisa, de compreensão aprofundada sobre a história da região de onde somos e dos impactos da colonização e de nossa posição na periferia do sistema econômico, de forma a se expressar estas implicações também no campo cultural. Para o nicaraguense, ao pensar sobre a América Latina e as resoluções dos problemas, é preciso alcançar a independência do pensamento, de forma a ter autoconsciência de que somos povos historicamente situados e, principalmente, negados em nosso ser (p. 3). Para refletir de forma autônoma sobre a nossa realidade, com rigor analítico, mas inventividade ao mesmo tempo, o professor da *Universidad Politécnica de Nicaragua* coloca a interdisciplinaridade como um eixo central para a melhor compreensão dos fenômenos sociais, políticos e culturais na América Latina.

Esta reflexão específica feita pelo centro-americano oferece guarida a proposta desenvolvida nesta pesquisa ao se analisar no capítulo 2 aspectos históricos e econômicos, especialmente, bem como político-ideológicos e jornalísticos no capítulo 3 e, neste presente ponto, maior enfoque geopolítico. Diante desta fundação teórica, também via considerações filosóficas, a colaboração com um pensamento e um conhecimento verdadeiramente independentes se revela enquanto um horizonte para aplicação no jornalismo enquanto elemento fundamental dentro das disputas da geopolítica.

De maneira mais específica, conforme a problematização sobre o jornalismo burguês brasileiro, identificado a partir de discussões concretas, sem mistificações, questões como a colonização por mais de três séculos e a dependência por mais de 200 anos resultam neste jornalismo real já mencionado. Como uma movimentação possível da América Latina sobre o tabuleiro da geopolítica, contra as incontáveis hostilidades diárias, o projeto de integração poderá contar com as armas da comunicação, em reflexão a ser melhor organizada no próximo item. Mas para isso, breves considerações podem ser feitas a fim de remover de práticas e discursos elementos oriundos do nosso processo de dominação desde as invasões e a colonização sistemática.

Para contribuir com as propostas de integração da América Latina e do Caribe e a independentização de áreas mais próximas ao campo do jornalismo, como cultural, informativa e do conhecimento, diversas pensadoras e pensadores apresentaram teorias ou contribuições, como o já mencionado Aníbal Quijano sobre a colonialidade do saber. Em somatória, a autora boliviana de origem aimará, Silvia Rivera Cusicanqui (2010, p. 54-56), descreve sobre a autodeterminação como um ato de descolonização dos imaginários e das formas de representação, a fim de atingir com força as estruturas políticas, econômicas e sobretudo mentais. Se enquanto brasileiros temos um problema central a ser investigado nesta pesquisa, que é o distanciamento em relação aos vizinhos latinos, pensar de forma autônoma e romper com esta estrutura internalizada em nosso córtex tende a atuar diretamente nesta problemática do nosso imaginário colonizado, justamente enquanto um fator que turva as nossas visões.

Se tal qual analisado no capítulo 3, este problema em questão é expressão *sui generis* do fenômeno da alienação no Brasil, e que irá perpassar também a forma de funcionamento do jornalismo dominante, este processo de reflexão no campo da geopolítica, enquanto espaço para o exercício dos conflitos, deve-se levar em conta os processos dialéticos. Para fazer esta oposição, Enrique Dussel (1974) descreve que na América Latina o combate à alienação se dá pela conceituação de liberação (p. 279), levando em consideração a região geocultural para avançar rumo a um socialismo latino-americano.

Ao considerar este aspecto do subcontinente, o argentino descreve basicamente o que o peruano e mariateguista Aníbal Quijano e a boliviana e katarista Silvia Cusicanqui, bem como outra infinidade de pensadoras e pensadores latinos e caribenhos, refletem sobre as implicações de nosso saber colonizado e a necessidade de descolonizar o que está presente em nossas mentes. Ainda que há diferenças metodológicas e conceituais entre as autoras e os autores, o horizonte acabar por ser essencialmente o mesmo: a liberação e a independência de nossos

cérebros para a criação de um novo mundo onde a dependência e o subdesenvolvimento da América Latina e Caribe sejam efetivamente superados.

Este exercício dialético em oposição à alienação, que nos mantém inertes e dominados diante do tabuleiro de batalha, ganha um combustível a mais também por meio de outro pensador, o argentino Mario Casalla, que também elenca o conceito de liberação como central (LORENZO, 2022, p. 6). Para alcançar a liberação em questão, um aspecto fundamental se deve a tencionar a compreensão sobre o universal e o particular. Nesta perspectiva global, assim como já descrito anteriormente, o universal nada mais é do que a ideia da classe dominante dos países centrais do capitalismo, que por diversos meios, sobretudo o jornalismo, difundem as suas próprias razões como se fosse a razão do universo e não algo meramente particular desta região do planeta (LORENZO, 2022, p. 7).

Neste processo de ocultamento, o chamado “lugar geográfico” não é levado em consideração, de forma em que o pensador argentino descreve que o “universal é sempre um universal situado”, isto é, universal no sentido de ser importante e fazer efetivo sentido para quem está naquela determinada região. Assim sendo, entendimentos, teorias, compreensões e ferramentas que servem para o norte global evoluir e prosperar não poder e não devem ser o caminho a ser seguido por pensadores da América Latina e Caribe que lutam pela transformação social em nossa região. Toda essa discussão se circunscreve dentro do chamado “pensamento situado”, mediante aplicação de forma crítica para que gere uma autoafirmação no conhecimento desde nosso território (LORENZO, 2022, p. 7), a fim de ultrapassar o atual momento de dependência na área cultural e informativa, com crítica à globalização que homogeneiza as subjetividades em favor das nações metropolitanas. Em suma, uma ferramenta reflexiva para organização de movimentações geopolíticas mais favoráveis aos povos latinos e caribenhos, dotados de identidade e projeto político próprios.

Enquanto brasileiros, esta discussão ganha ainda mais importância devido ao papel que o Brasil pode cumprir para a integração e o fortalecimento de toda a região. Segundo Moniz Bandeira (2010) o processo de globalização representa, em todos os campos, uma organização política que representa o domínio completo das megacorporações do norte global, principalmente Estados Unidos (BANDEIRA, 2010, p. 99), de modo em que o Brasil não deve considerar esse cenário como algo definitivo e digno de aceitabilidade eterna como “províncias avançadas do grande Império”. Assim sendo, o autor reforça a necessidade de olhar mais atencioso à região, em oposição ao histórico geopolítico do Brasil até o final dos anos 1980, partindo da sub-região da América do Sul (BANDEIRA, 2010, p. 117) e sua sucessiva expansão e consolidação.

A este quadro institucional precisa levar em consideração não apenas a integração econômica e comercial, mas de transportes, educacional e energética, sendo destacado aqui neste projeto outros pontos mencionados como o cultural, a tecnológica, científica e, especialmente, de comunicação (BANDEIRA, 2010, p. 118). Por esta razão elencada, é também de grande importância a compreensão do jornalismo e dos meios de comunicação dentro do concerto da geopolítica, enquanto uma ramificação ainda mais especializada e de vital importância para o funcionamento dos mais variados fluxos globais na segunda metade do século XX e agora no alvorecer do século XXI.

#### 4.2. O FLUXO INFORMATIVO DESIGUAL NORTE X SUL

O jornalismo enquanto fenômeno da modernidade, bem como a expressão concreta no Brasil a partir da maior rede de comunicação nacional, juntamente dos aspectos particulares, já foram devidamente problematizados ao longo do capítulo 3 e serve de embasamento para uma análise em uma proporção mais alta, que se entrelaça com a lógica da geopolítica. Pensar o jornalismo na ordem global pela articulação imperialista para o controle de sociedades, dentro da lógica da globalização, é preciso verificar como isto ocorre de forma concreta. É sempre necessário retomar o entendimento sobre como o capitalismo se desenvolve e opera em nosso território, para além de ideias.

Alysson Mascaro (2018, p. 126) reforça a compreensão sobre como, à luz dos estudos geopolíticos, as forças políticas dominantes das nações subdesenvolvidas e dependentes da América Latina têm como atuação e constituição ideológica nos campos econômicos e culturais grande proximidade com os interesses do norte global, especialmente os Estados Unidos, com mediação direta dos meios de comunicação de massa. Assim sendo, o fio norteador sempre passa pela lógica do direcionamento da opinião pública para alimentar este processo de condução da dinâmica globalizante do capital.

Neste ponto, a partir da identificação das ações promovidas por meio do jornalismo, o enfoque se dá ao chamado “jornalismo internacional”, onde os produtos midiáticos são em larga medida realizados pelas agências. Para Pedro Aguiar (2018), com especialidade nesta área, o surgimento das agências se dá também como uma expressão do desenvolvimento do mundo capitalista nas condições concretas conforme esmiuçado ao longo do capítulo 2, bem como no capítulo 3.

Diante da necessidade de cobertura de assuntos entendido e enquadrados enquanto notícias internacionais, fundamentais para a ilustração da geopolítica, a estrutura dos meios de

comunicação dos países centrais passa a se movimentar segundo os próprios interesses, tal qual o já mencionado ato de introdução progressiva nos meios de comunicação dos países periféricos, que inclusive ocorreu várias décadas após a criação das agências. Pedro Aguiar (2018) debate uma lacuna para o favorecimento do progresso das agências:

“Para os jornais captarem essas notícias [internacionais] junto às fontes e aos respectivos lugares de origem, deveriam sustentar uma estrutura permanente de investigação e recolha (o que hoje se denomina no jargão profissional como *apuração*), tendo repórteres empregados em diversas cidades da Europa e do mundo conhecido para enviar-lhes, diretamente, textos e relatos de acontecimentos dignos de noticiar. Entretanto, o custo e a dificuldade operacional dessa tarefa sempre foram de tal monta que se tornavam, em termos práticos, proibitivos. É sintomático que poucos jornais tenham sequer tentado fazê-lo [...] (AGUIAR, 2018, p. 55, 56)

Assim sendo, (AGUIAR, 2018) dá continuidade à contextualização ao passo de que a demanda ainda no século XIX pedia por atendimento aos veículos, de forma contínua, sobre notícias de locais mais distantes onde jornalistas não teriam as condições materiais para “alcançar ou apurar por conta própria” (2018, p. 56). Modelo de produção jornalística que tem íntima relação com o desenvolvimento na prática do próprio capitalismo e as desigualdades globais. A partir de 1830, quando a América Latina começava a dar os primeiros passos como região politicamente independente, as primeiras agências começaram a ser criadas, como a *Agence Havas* na França, *Associated Press* nos Estados Unidos e a *Reuters* na Inglaterra (VIANA; LIMA, 2012, p. 5).

Aguiar (2018, p 58) descreve a expansão deste novo modelo para o jornalismo como “original” e até de certa forma como nevrálgico com os interesses metropolitanos por apurar “informações úteis a investidores (cotações de mercadores e matérias-primas, previsões de colheitas, decisões políticas, questões tributárias etc). Pela organização direta de banqueiros, máximo representantes das elites dos países centrais, a rede de contato era facilmente construída. Um modelo de negócio extremamente lucrativo, situado no centro do sistema econômico e essencial para as movimentações geopolíticas. Sendo assim, com o passar das décadas e dos séculos, um efeito colateral passou a ser percebido pelos olhares mais atentos, no próprio século XIX, mas especialmente na segunda metade do século XX: a homogeneização dos textos (VIANA; LIMA, 2012, p. 6).

A existência deste jornalismo especializado, com esta estrutura organizada principalmente por países como EUA, Inglaterra e França ajuda a responder de forma geral um questionamento feito anteriormente nesta pesquisa: se veículos brasileiros, como a Rede Globo, não possuem jornalistas, correspondentes ou escritórios nos mais variados países do mundo,

como poderão saber o que ocorre nestes locais e como podem noticiar acontecimentos complexos como os do mundo da política? Um veículo nacional sabe e veicula algo do campo geopolítico justamente pelo trabalho desenvolvido pelas agências. Assim sendo, as chamadas “Big Four”, formada pelas quatro maiores agências do mundo, sendo as já mencionadas Associated Press dos EUA e Reuters da Inglaterra, juntamente da Agente France-Presse (AFP) e EFE da Espanha controlam até 90% das notícias internacionais distribuídas aos veículos de comunicação em todo o planeta (ESPERIDIÃO, 2011, p. 106), tendo ainda mais intensidade nos países periféricos e dependentes. Toda esta concentração associada a identificação incontestável por pesquisadores de que em momentos decisivos na história, como grandes crises ou grandes conflitos, estas agências atuam de forma coesa e conjuntamente sob a “ótica e interesse dos países mais ricos e ocidentais” (ESPERIDIÃO, 2011, p. 107).

Se o lado em que estas agências escolhem, não por serem verdadeiramente independentes, mas por constituírem o núcleo racional do sistema vigente, fica evidente em momentos extremos da história, bem como o poder de capilaridade ao atingir centenas de milhões, também evidentemente este maquinário de guerra informativa conta com um efetivo impressionante. A título de ilustração, Lima e Viana (2012, p. 7) apresentam dados dos trabalhadores destas empresas na atualidade. A agência francesa, por exemplo, envia diariamente aproximadamente 5 mil conteúdos para 165 países em idiomas como o inglês, português, alemão, árabe, espanhol, além do próprio francês. A mesma AFP, segundo (COSTA, 2018, p. 8), nos modelos das demais empresas, têm o Brasil como área prioritária, de forma em que foram instaladas em nosso país três escritórios, sendo em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, com dezenas de funcionários fixos.

Ou seja, é possível compreender que o cenário identificado a partir de breve análise da obra *Correspondentes*, da Editora Globo, no capítulo 3, com a baixa presença de eventos retratados na América Latina e abundância dos EUA e Europa ocidental, que vai na mesma direção do que Alexandre Barbosa (2005) analisou com maior profundidade e chamou de “a solidão da América Latina na imprensa brasileira”, não ocorre por falta de jornalistas ao redor do mundo ou materiais sendo produzidos. A professora e divulgadora dos problemas da mídia em relação a América Latina, Maria Nazareth Ferreira (1995, p. 29-34), mostra que, a partir de centenas de entrevistas realizadas para a importante pesquisa desenvolvida, os entrevistados oferecem um panorama que ajuda a sintetizar a discussão.

“Quatro quintos de informação produzida a nível mundial está concentrada em cinco agências internacionais de notícias (duas norte-americanas e três europeias), quer dizer, já há uma filtragem natural de acordo com o que interessa ao chamado centro

[...] há uma particularidade nisso: hoje o conhecimento é poder e o conhecimento está vinculado estreitamente à informação. Mas quem controla os produtores da informação? [...] as notícias que vêm da América Latina, da Ásia, da África são só sobre catástrofes, guerra, mais nada, praticamente nada sobre a riqueza, a diversidade cultural, os avanços que se têm em várias partes do continente, as propostas de mudanças... Abaixo da linha do Equador só existe desgraça, miséria, corrupção, o que é em parte real, mas que nos media é superdimensionado... (FERREIRA, 1995, p. 34)

Destas argumentações e reflexões, pode-se voltar ao conceito utilizado no capítulo 3 sobre o jornalismo brasileiro hegemônico ser para além de burguês, colonizado e dependente, sobretudo desintegrador. O movimento da geopolítica, organizado a partir das potências imperialistas, se expressa em nosso sistema de comunicações de forma em que há uma ocultação sistemática sobre assuntos gerais da América Latina e Caribe para nós brasileiros, mas quando há um produto midiático é, em via de regra, sobre assuntos negativos de forma a corroborar com este processo de desintegração, ao forçar o imaginário do povo brasileiro de que em nossa vizinhança não há nada que possa ser aproveitado.

Tal qual nos ensina Adelmo Genro Filho, o jornalismo não se encerra apenas no entendimento enquanto uma arma exclusiva da classe dominante. Há espaço para o uso destas ferramentas comunicacionais para a edificação de um projeto contra hegemônico e efetivamente transformados. Ao longo do século XX, sobretudo a segunda metade, diversos países excluídos dos ganhos econômicos concentrados no centro do sistema passam a se atentar ao problema da dependência informativa, atrelada ao modelo de dominação de um país de capitalismo dependente, e empregar força para modificar os fluxos informativos vigentes. A partir de importante levantamento feito novamente por Pedro Aguiar (2018, p. 94-100), foram catalogadas centenas de agências de notícias de países subdesenvolvidos e significativamente de fora das televisões brasileiras, exceto em tragédias específicas.

Outro esforço empregado de forma mais organizada para os marcos da geopolítica, sob liderança justamente destes países da periferia do capitalismo, culminou com a criação da chamada Comissão MacBride. Maria Nazareth Ferreira (1995, p. 24) descreve o trabalho desenvolvido com participação de países latino-americanos ao longo da década de 1970 levava em consideração justamente a necessidade de criar uma Nova Ordem Internacional de Informação (NOII).

A autora descreve com um pouco mais de detalhes o processo dando a devida atenção para a participação de pesquisadores, cientistas e profissionais da comunicação dentro de um contexto que, como já mencionado, os países da América Latina e Caribe enfrentavam fortes

ditaduras, mas também exerciam movimentos contestadores propícios para a organização de uma iniciativa como esta.

“Naquela época, questionava-se firmemente a ação, quase que exclusiva, do fluxo de uma só via, dos países desenvolvidos sobre os em desenvolvimento, ação exercida pelas principais agências noticiosas internacionais. [...] Naquela ocasião, a Comissão MacBride lembrava que, no pós-guerra, no auge das lutas anticolonialistas, os países mais desenvolvidos ainda exerciam imenso poder em assuntos políticos, econômicos e científicos, exibindo também impacto preponderante na comunicação. Invidos por fluxos de informação e da indústria de entretenimento, os países em desenvolvimento perceberam os perigos da dependência cultural” (FERREIRA, 1995, p. 25)

Maria Nazareth Ferreira, no entanto, relata que apesar da importância da construção de todas as alternativas até o momento, as medidas da Comissão MacBride e das agências de notícias dos países subdesenvolvidos ainda não conseguiram chegar minimamente perto do objetivo principal de modificar fluxos informativos e obter mais espaço e atenção para o Sul Global, tendo em vista “barreiras sólidas e muitas vezes intransponíveis” (FERREIRA, 1995, p. 27). Toda esta discussão trazida por Maria Nazareth Ferreira se corrobora com as reflexões realizadas por outra importante pesquisadora do campo das comunicações e geopolítica com visão atenta para a realidade latino-americana, Margareth Born Steinberger, professora de jornalismo da PUC-SP.

(STEINBERGER, 2005, p. 125-130) reforça a necessária compreensão sobre o domínio geopolítico gerado pelas disputas em favor do capital que resultam nesta desigualdade do fluxo de notícias, principalmente em jornalismo internacional. O domínio, em questão, intrinsecamente ligado ao conceito de “imaginário social”, entendido a partir do filósofo grego e marxista, Cornelius Castoriadis, como “retratos completos do todo” levando em consideração lugares específicos, povos, países, etc (STEINBERGER, 2005, p. 125).

Sendo assim, estes aspectos abordados ajudam a ilustrar a expressão do capitalismo dependente no jornalismo brasileiro. Os dois nós fundamentais constituídos por séculos de exploração resultam de maneira bastante fidedigna na lógica da dependência externa e da desigualdade interna especificamente no campo comunicacional. Em um dos laços, as agências de notícias do centro do capitalismo com as agências bombardeando países subdesenvolvidos com produtos midiáticos criados sob medida. No outro laço, a elite nacional, concentradora de imenso poder e controladora dos meios de comunicação hegemônicos, recebendo materiais que fomentam a reprodução deste imaginário social sobre os nossos vizinhos e dando um toque particular para o funcionamento desta máquina.

Em suma, a elite dos países centrais exerce a força necessária para que as notícias, principalmente pelas agências, sobre a América Latina e Caribe sejam estereotipadas e até



caricaturadas. A elite brasileira, controladora dos veículos nacionais, exerce a força necessária para que, de forma geral, nada seja explorado mais a fundo e o desconhecimento e desinteresse sejam garantidos.

Uma movimentação no campo da geopolítica bem pensada e executada a partir desta verdadeira tropa de choque das agências de notícias, que atuam segundo o movimento característico do capitalismo dependente, que conta sempre com os “gerentes do pacto colonial”, como diz Darcy, ou “servos associados”, como diz Marini, para que as peças estejam lubrificadas para o perfeito funcionamento desta máquina que reproduz subdesenvolvimento, dependência e, nesta questão específica, desintegração latino-americana e caribenha. É preciso espalhar a compreensão e as reflexões de Adelmo Genro para que esta condição específica do jornalismo brasileiro jamais seja vista como uma rua sem saída. É também preciso mergulhar no processo pela construção da chamada Pátria Grande, no fortalecimento do imaginário social dos brasileiros enquanto latinos, para que, além do fortalecimento geral, cada uma e cada um de nós possamos enxergar e pavimentar novos caminhos inclusive para o continente e para a profissão.

#### 4.3 SÉCULO XXI: O SÉCULO DA AMÉRICA LATINA E O CARIBE?

Durante toda a contextualização realizada até aqui, o debate levou em consideração a dominação sob diversas perspectivas da América Latina e do Caribe nos últimos 530 anos. Entretanto, as discussões das últimas duas décadas, dentro do século XXI, foram propositalmente deixadas para o presente momento como uma forma de inclusão em uma reflexão específica: as vitórias eleitorais de programas progressistas e de esquerda em toda a região como um divisor de águas histórico. Esta situação, em questão, justamente após a derrocada de experiências socialistas na Europa oriental e a avalanche neoliberal, entendida por alguns, como o economista dos EUA, Francis Fukuyama, que no auge dos anos 1990 disseminou a ideia de que a resolução de nossos problemas e todo o progresso na sociedade se dará pelos marcos do “mercado”, sob o termo “o fim da história e o último homem”.

Contra o prognóstico precoce do estadunidense, o modelo econômico aplicado na periferia do capitalismo turbinado pelo neoliberalismo e pelas ações da globalização, como fruto das disputas geopolíticas, dentro do caldo histórico de meio milênio de dominação que resulta na dependência e no subdesenvolvimento, também resultou em um terreno profícuo para o avanço de alternativas. Do norte do México ao sul da Argentina a insatisfação popular, presente desde o 12 de outubro de 1492, passaria a ganhar contornos mais expressivos para

disputas eleitorais, justamente como um reflexo dos reclamos das ruas e praças de todo o continente. Com diferentes formatos, cores e nomenclaturas, o que se observou a partir do período de mudança de milênio foi uma resposta ao fim da história capitalista e neoliberal.

Sob a condução do tenente-coronel do exército venezuelano, Hugo Rafael Chávez Frias, a pátria berço de Simón Bolívar dava sinais de vitalidade popular pela construção de um novo momento para a América Latina. Este cenário se desenvolveu, sobretudo, a partir de 1989, quando em 27 de fevereiro, o povo venezuelano literalmente perdeu a paciência diante do avanço do neoliberalismo, com o corte abrupto de investimentos sociais, sob imposição do Fundo Monetário Internacional, em um momento de ditadura disfarçada sobre o chamado “Pacto de Puntofijo” (BORÓN; SANTOS, 2020, p. 69-74), que se estendia desde 1958. O chamado “Caracazo” resultou em vários dias de intensas lutas nas ruas da capital e outros municípios, resultando em milhares de mortos pelas forças policiais.

O cansaço do povo venezuelano com a situação de miséria enfrentada pela maioria da população, em uma sociedade baseada na renda do petróleo, que resultava em ingresso em grandes quantidades de recursos, foi fruto das contradições do próprio capitalismo dependente local (BORÓN; SANTOS, 2020, p. 75) que beneficia prioritariamente os países centrais e as classes dominantes da nação subdesenvolvida, neste conluio nefasto para as grandes massas. A partir da suspensão dos direitos constitucionais, matança aberta nas ruas e orçamento cada vez mais voltado para atender interesses que não os do povo, Chávez começa a articular um projeto político para transformações profundas no país e em toda a América Latina, tendo Simón Bolívar como máxima inspiração.

“Toda essa convulsão e violência era vista com muita atenção por um jovem tenente-coronel do exército venezuelano. Hugo Chávez foi fundador do MBR-200 (Movimento Bolivariano Revolucionário 200, referência ao bicentenário de nascimento de Simón Bolívar), que arregimentava jovens militares, na maioria de média patente, para discutir a grave crise do país. Os participantes do movimento discordaram fortemente das ordens presidenciais para reprimir a população no Caracazo e outras manifestações, as quais viam como legítimas contra um governo que consideravam corrupto e ineficaz. (BORÓN; SANTOS, 2020, p. 76)

Após longas décadas em que o capitalismo venezuelano apresentava seus cada vez mais evidentes limites, em situação espelho dos demais vizinhos, apesar de particularidades, o cenário do país deixava ainda mais evidente a contradição resultante deste modelo econômico. Este aspecto em especial, destacado por Celso Furtado (2008) como um país subdesenvolvido, mas com abundância de divisas oriundas do petróleo altamente concentrado em mãos privadas foi o fio norteador do movimento revolucionário.

Neste ponto, tal qual já discutido dentro do aspecto geopolítico anteriormente, o contexto da identidade nacional foi um importante combustível para o processo, tendo em vista que ao passar dos anos a Venezuela se reconheceu fortemente enquanto uma pátria petroleira (SANTOS, 2018, p. 34), de tal maneira em que a discussão sobre o tema, principalmente em chamar o povo a lutar para que a renda do petróleo ficasse com as camadas mais pobres do país, inflamou quem pouco participou da política até então.

De forma mais organizada, uma ação do MBR-200 tomou lugar no dia 4 de fevereiro de 1992, em uma insurgência contra o presidente Carlos Andrés Pérez, em um plano liderado pelos militares nacionalistas para prender o chefe de Estado, tomar postos estratégicos de Caracas. Durante o confronto, diversos militares amigos de Hugo Chávez foram mortos e o plano não foi bem-sucedido (BORÓN; SANTOS, 2020, p. 76,77). Ainda assim, diante do cenário e da coragem do grupo, ainda mais a partir do tenente-coronel, que assumiu toda a responsabilidade para jornalistas no momento em que era preso, criou-se um sentimento positivo perante a população venezuelana esgotada das décadas, e até séculos, anteriores de atolamento no subdesenvolvimento.

Após mais de dois anos de cadeia, juntamente da piora das condições econômicas do país em meio ao contínuo avanço do neoliberalismo, Chávez foi solto em 1994 e a partir disso, junto de todo o movimento construído e que permaneceu em construção durante o afastamento da liderança máxima, passou a olhar para as eleições de 1998 para pôr fim ao Pacto de Punto Fijo, onde apenas dois partidos compartilhavam o poder (MARINGONI, 2004, p. 128), sem variação significativa das propostas políticas empenhadas, repetindo o padrão dos governos burgueses em toda a América Latina. É justamente nas eleições de fim de século XX, com Chávez na liderança do então Movimento Quinta República (MVR), após mudança de nomenclatura do MBR-200, que a história de todo o continente entrou em um novo capítulo: a chamada Onda Rosa.

O militar vence as eleições com 56,20% dos votos, contra Henrique Salas, candidato apoiado pelos partidos *Acción Democrática* (AD) e o *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI), justamente as siglas que dividiram o poder desde 1958 neste pacto nefasto para a população venezuelana (BORÓN; SANTOS, 2020, p. 79). Com a derrubada do *puntofijismo*, o povo venezuelano deu mostras concretas de que o “fim da história” não era o fim. Logo no começo do governo, em 1999, convocou um processo constituinte, para que a partir de um conjunto de transformações profundas da sociedade pudessem ocorrer mediante aprovação da maioria da população.

“A Constituição de 1999 marca a refundação institucional do país, que serviria de modelo para as forças populares na América Latina e além. Ela defende uma democracia participativa e protagonista que vai muito além da desbotada ‘democracia’ representativa liberal. Entre suas invenções, estão a institucionalização dos referendos, com destaque para o revogatório (para o qual, no meio de um mandato, a população pode propor uma consulta para retirar do cargo um governante eleito), e os referendos para reforma da própria Constituição. A criação de cinco poderes, e não mais três (Executivo, Legislativo e Judiciário), construindo o Poder Eleitoral – resgatando proposta de Simón Bolívar – para organizar toda a esfera eleitoral do país; e o Poder Cidadão, formado pela Procuradoria-geral da República, a Defensoria Pública e a Controladoria-geral da União. (BORÓN; SANTOS, 2020, p. 80)

A partir destas profundas transformações na forma do Estado burguês, desmontando a clássica divisão dos poderes que consuma os pilares da democracia liberal moderna, Chávez apresenta as pistas necessárias para que toda a região, motivada por intensos movimentos de rua, compreenda a necessidade de avançar em direção ao chamado “socialismo do século XXI” (HARNECKER, 2018, p.19). O militar e então presidente venezuelano, inspirado por ideais também de outro socialista latino, Carlos Mariátegui, ressalta que o formato para o nosso continente não poderia ser “nem declaque nem cópia, mas criação heroica”, tendo em vista as particularidades de nossos povos e para não cometer equívocos identificados em outras experiências, como no leste europeu. Foi nesta virada de século que o giro à esquerda acelerou de Caracas para outras localidades vizinhas, de forma em que os próximos anos viriam sucessivas vitórias eleitorais e inéditas, tendo em vista que durante o período de aprofundamento da dependência, com liberdades democráticas garantidas ou em tempos de controle militar rígido, programas de esquerda e de cunho nacionalista revolucionário em quase a totalidade das vezes eram derrotados (HARNECKER, 2018, p. 28).

Dois anos após a implementação de nova constituição na Venezuela, com a instituição da quinta república, foi a vez do Brasil acelerar o giro. Nas eleições de 2002, sob liderança do metalúrgico e sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), sigla criada a partir das mobilizações contra a ditadura militar, o maior país latino voltava a ter um presidente de esquerda 38 anos após a derrubada via golpe militar do governo nacional-reformista de João Goulart, independentemente da série de concessões realizadas em favor do capital (SANTOS, 2018, p. 104).

O modelo de conciliação petista não teve como foco a convocação massiva do povo para a luta política, mas uma espécie de concertação entre o capital e o trabalho, por meio de inúmeros programas sociais que pelo menos no curto prazo os avanços e benefícios sociais resultaram em melhorias das condições dos trabalhadores do Brasil (SANTOS, 2018, p. 123). Apesar do intuito neste momento não ser a realização de uma análise sobre erros e acertos a

partir de 2003 no Brasil, foi inegável que o período em questão significou uma importante mudança para o país e para toda a América Latina.

Meses após o início da era de Lula à frente do Brasil, foi a vez da Argentina apresentar uma alternativa à crise do neoliberalismo que solapou os nossos “irmãos” após a última ditadura do país (1976-1983) e o fundamentalismo neoliberal de Carlos Menem (SANTOS, 2018, p. 174). Com uma onda de privatizações até o caso do *corralito*, onde apesar da aplicação das receitas do Consenso de Washington, resultou no aumento significativo do desemprego, da miséria e na redução do PIB e das expectativas do povo argentino por um futuro melhor, onde o congelamento dos depósitos bancários em 2001 esgotou completamente a paciência da população (SANTOS, 2018, p. 185).

Com o povo nas praças e ruas, culminando em cinco presidentes em apenas 11 dias, o cenário levou um advogado e ex-governador de inspiração Peronista, Néstor Kirchner, para a vitória eleitoral com apenas 22% dos votos (SANTOS, 2018, p. 189), mas com um programa associado à industrialização nacional, fortalecimento dos trabalhadores e autonomia plena para a região. De forma rigorosa, o doutor em História Econômica Fabio Luis Barbosa dos Santos (2018, p. 174) classifica justamente a vitória de Néstor, poucos meses após o início do governo Lula, como o “início da onda progressista”.

Niki Johnson (2005) professora da *Facultad de Ciencias Sociales de La Universidad de la República*, em Montevideo, descreve as eleições uruguaias de 2005 também como um momento transformador na política local, com a primeira vitória da coalização de esquerda *Frente Amplio* (FA), sob comando de Tabaré Vazquez, colocando fim ao bipartidarismo do Partido Nacional e do Partido Colorado, ambos de direita, que esteve à frente do governo desde 1835. Niki (JOHNSON, 2005, p. 54) destaca sobretudo o fortalecimento das mulheres dentro deste processo, especialmente dentro da FA, onde o debate sobre equidade de gênero foi norteador para a vitória de um grupo que jamais havia vencido a burguesia local nos séculos XIX e XX.

Também na esteira de um levante feminino na América Latina, entre o final de 2005 e o começo de 2006 as eleições presidenciais no Chile levaram ao poder a presidenta Michelle Bachelet, então pelo *Partido Socialista de Chile*<sup>12</sup>. Junto do voto feminino, outro fator determinante para a esquerda chilena chegar ao Palácio de La Moneda se deu em boa medida pelo Parlamento Juvenil, iniciativa da plataforma progressista da Concertação chilena que

---

<sup>12</sup>[https://www.bcn.cl/historiapolitica/elecciones/detalle\\_eleccion?handle=10221.1/63766&periodo=1990-2022](https://www.bcn.cl/historiapolitica/elecciones/detalle_eleccion?handle=10221.1/63766&periodo=1990-2022)

chamou constantemente estudantes secundaristas e universitários para o ingresso na política (BORÓN; FIGUEROA, 2020, p. 315-317).

Mediante os avanços sociais e econômicos na região, foi a vez da Bolívia chegar a eleição de 2005, como uma mudança de chave histórica para o país de maioria indígena. O país andino havia experimentado uma revolução de corte nacionalista em 1952, especialmente após a compreensão generalizada de que as classes dominantes, de pele mais clara e olhos mais arredondados, não possuíam qualquer compromisso com o desenvolvimento dos povos da região (SANTOS, 2018, p. 219), questão destacada prioritariamente pelos teóricos da Teoria Marxista da Dependência.

As mesmas classes dominantes, no entanto, organizaram projetos políticos com apoio dos Estados Unidos, na série de ditaduras latino-americanas e governos neoliberais, e afundou qualquer possibilidade de avanço popular por longas décadas até o final do século XX. Assim como nos vizinhos, ao passo que a paciência se esgotava cresciam as mobilizações de rua, com movimentos sindicais inflamados e grupos indígenas inspirados no mártir Tupac Katari (p. 223). (SANTOS, 2018) descreve o cenário boliviano na virada do século após a aplicação, por várias décadas, dos planos econômicos da direita mais identificada com a Europa do que com os compatriotas indígenas:

“Um dos países com maior presença do Estado na economia era agora uma das economias mais abertas da América Latina. A força de trabalho na informalidade alcançava 68% e o desemprego triplicara desde 1990. A Bolívia era país mais desigual da região, depois do Brasil. A pobreza histórica não diminuía: 41,3% da população vivia em extrema pobreza, e a mortalidade infantil e a baixa expectativa de vida só não superavam os do Haiti. A economia enfrentava crescimento baixo ou negativo pelo quinto ano consecutivo, além de um alto déficit do balanço de pagamentos, enquanto dados do Ministério do Trabalho revelavam um aumento significativo das greves e dos protestos sociais. (SANTOS, 2018, p. 231)

As greves e protestos sociais neste começo de século, por questões como a água e outros recursos naturais como o lítio, território, direcionamento do orçamento e maior participação política dos desfavorecidos foram canalizados pela plataforma política do partido *Movimiento Al Socialismo – Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos* (MAS-IPSP), sob liderança do sindicalista e aimará, Evo Morales (BORÓN; MARIÑELARENA, 2020, p. 109). A autora boliviana, mestre em Estudos Latino-americanos, com ênfase em geopolítica e integração regional, destaca a particularidade da vitória eleitoral de 2005 tendo o “sujeito” como elemento central para esta nova etapa do país, que assim como o processo venezuelano empregaram força necessária para transformações imediatas mais profundas e mais participativas que os casos brasileiro e argentino (p. 111).

Segundo Álvaro García Linera (2019), vice-presidente da Bolívia eleito em 2005, o que se deu a partir desta vitória nas urnas foi um importante chamado para que o povo boliviano construísse com as próprias mãos uma alternativa viável para a superação do neoliberalismo e pela consolidação de um novo momento. Linera ressalta que o processo de transformação se deu principalmente pela implementação de um novo Estado, de tipo plurinacional, isto é, um Estado e vários povos, bem como avanço em direção a maior autonomia nacional, diversificação econômica, nacionalização das riquezas naturais e do solo, bem como outras ferramentas que aumentaram a participação direta da população junto às decisões estatais (LINERA, 2019, p. 18-20).

Novamente Marta Harnecker (2018, p. 163), em análise sobre as mudanças desenvolvidas na Bolívia, destaca como este conjunto de ações resulta em câmbios significativos e estruturais da regra do jogo, até então jogado contra as grandes massas bolivianas. Este processo, somado aos demais, também amplia a força de movimentos indígenas e operários no Equador, que tal qual todos os demais vizinhos, também passou por longas noites da crise neoliberal dos anos 1990, após incontáveis conflitos durante todo o século XX, principalmente por conta das ações das elites equatorianas.

Fabio dos Santos (2018, p. 270) explica como a inserção do Equador no mercado mundial, como produtor de produtos primários como o cacau, resultou em uma oposição violenta entre os setores da burguesia, de forma em que a instabilidade política e a vulnerabilidade aos fluxos do mercado mundial marcam a história equatoriana. Todo este cenário de ausência de crescimento, pobreza generalizada, dependência externa aprofundada no começo do século XXI, em meio à acordos com o FMI, dolarização e corte de investimentos, explosões sociais sacudiram o pequeno país andino em 2005 (BORÓN; VILLAMAR, 2020, p. 136).

Com o presidente Lucio Gutiérrez derrubado pela “Revolta dos Foragidos”, nome dado às mobilizações por todo o Equador, o vice-presidente, Alfredo Palacio, assumiu o Executivo. Em razão de um reconhecido comportamento antineoliberal, críticas ao FMI e à dívida pública, o economista Rafael Correa foi nomeado ministro de Economia e Finanças. A postura de Correa, no entanto, não foi em qualquer momento de alinhamento automático com o governo, mas de reiterados combates até a própria renúncia.

“Graças às reiteradas condenações à ortodoxia econômica, o ingresso na cena política de Correa alimentou as esperanças das forças opositoras ao neoliberalismo e dos setores progressistas nacionais. Posteriormente, durante seu breve mandato como Ministro da Economia, Correa se aproximou do governo venezuelano, estabeleceu a redistribuição da renda petrolífera a favor do investimento social e promoveu

negociações mais favoráveis aos interesses nacionais com os organismos multilaterais de crédito. Estas medidas provocaram diversas polêmicas que determinaram sua renúncia, mas lhe deram notoriedade pública e lhe garantiram a simpatia da maioria da população” (BORÓN; VILLAMAR, 2020, p. 136, 137)

Sob liderança de Correa, com a criação do *Movimiento Alianza País*, a proposta central para aglutinar setores populares e progressistas se deu com o objetivo de *ciudadanización de la política*, um horizonte estratégico para colocar o povo dentro da política, com participação de amplos setores das classes médias e de grupos formados pelas populações indígenas (SANTOS, 2018, p. 278, 279). A fórmula resultou na eleição de Rafael Correa em 2006, em uma virada sobre o empresário e político tradicional Álvaro Noboa. O professor de relações internacionais descreve esta vitória do Alianza País, apoiado também por partidos de orientação socialista, como o apogeu da onda progressista na América Latina, escancarando a força da insubordinação popular em todo o continente e mostrando de forma ainda mais evidente as possibilidades de abertura para processos de refundação das repúblicas burguesas com amplo descrédito.

Seguindo os passos especialmente de Venezuela e Bolívia, o Equador passou logo no começo do governo de Rafael Correa pela realização de uma Assembleia Constituinte (SANTOS, 2018, p. 279), escrevendo a vigésima constituição da história do país, com o início da chamada Revolução Cidadã. Entre críticas e apoios de variados setores da sociedade, diversos avanços foram notados, como o evidente distanciamento do neoliberalismo, a incorporação da plurinacionalidade, implementação de uma democracia comunitária e da justiça indígena, propostas que, de maneira geral, abriram os caminhos para novas transformações na realidade equatoriana.

Cerca de duas semanas depois, foi a vez da Nicarágua girar à esquerda. O cenário nicaraguense da segunda metade do século XX é ainda mais caótico do que fora observado nos países da América do Sul. A força do imperialismo na nação centro-americana se dá de maneira ainda mais forte tendo em vista o modelo de controle aplicado no país desde o século XIX, com os já mencionados “filibusteiros”. Após novas invasões das forças armadas dos EUA nos anos 1930, intensos combates sob liderança de Augusto Sandino, uma guerra civil de 1926 a 1933 e uma ditadura posta pelo Estados Unidos a partir de 1937 que se arrastava por décadas, o pequeno país da América Central mergulhou em uma intensificação da violência política na década de 1970.

A ditadura de Anastasio Somoza se enfraqueceu ano a ano nos combates contra a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) (SEBRIAN, 2011), até que em 1979 ocorreu a



chamada Revolução Sandinista, com forte apoio popular. O governo da Frente Sandinista venceu as eleições de 1984, sob liderança de Daniel Ortega, destacado guerrilheiro. Em meio a uma nova guerra civil, novamente financiada pelos EUA, com os chamados “contra”, o orçamento do país estrangulado e avanços tímidos frente às promessas, Ortega perde as eleições de 1990, 11 anos após a revolução.

Daniel Ortega e a Frente Sandinista viriam a perder novamente as eleições de 1996 e 2001, com vitórias eleitorais da direita nicaraguense, justamente para o *Partido Liberal Constitucionalista* (PLC), sigla que anteriormente se chamava *Movimiento Liberal Constitucionalista* (MLC) e estava sob controle do ditador Anastasio Somoza (HEGG, 2007, p. 213). Em novos 16 anos de governo de direita, pós-devastação dos confrontos políticos, resultou em um cenário de profunda miséria para o povo nicaraguense, que até 2005 ocupava um dos últimos lugares no índice de desenvolvimento humano na América Latina (HEGG, 2007, p. 212).

A resposta encontrada pelo povo foi inequívoca: novo apoio para a Frente Sandinista com eleição de Daniel Ortega e quase a metade das cadeiras no legislativo. 2006 se encerraria, ainda, com reeleição expressiva de Lula no Brasil e consolidação do PT como maior força política brasileira por meio de variadas alianças. Por fim, na Venezuela, Chávez foi reeleito com a maior votação da história para um novo mandato, além do *Movimiento V República* vencer em todas as províncias. A América Latina apresentava mudanças no perfil eleitoral que, em certa medida, eram inéditas nos quase 200 anos de independência política do continente.

Nos anos seguintes a esquerda latino-americana seguiu com força em variados países. Na Argentina, Cristina Kirchner, esposa do então presidente Néstor, venceu as eleições de 2007 garantindo um importante segundo mandato consecutivo de corte peronista e popular<sup>13</sup>. Ao mesmo tempo, em Honduras, governado por Manuel Zelaya que venceu as eleições de 2006 com um programa mais à direita, sob influência das movimentações do continente, realizou um surpreendente giro à esquerda, em movimento diferente do que era observado ao longo da história na América Latina, quando o corriqueiro era justamente o contrário. A partir de uma análise específica sobre este fenômeno (CUNHA FILHO; FLORES; COELHO, 2010, p. 4), esta mudança no programa no presidente hondurenho teve como principal fator a influência de Chávez nos países centro-americanos e do Caribe, especialmente com a Petrocaribe, uma iniciativa energética regional que oferecia melhores condições de negociação do pequeno país em relação aos acordos capitaneados ao longo da história pelos Estados Unidos.

---

<sup>13</sup><https://www.argentina.gob.ar/interior/dine/resultadosyestadisticas/2007>

Em 2008 mais um importante símbolo da onda progressista ocorreu no Paraguai, onde em nenhum momento da história o país teve qualquer governo de corte à esquerda. O bispo Fernando Lugo, em uma coalização inédita, superou o conservador Partido Colorado que havia governado de maneira ininterrupta desde 1947 (BORÓN; VUYK, 2020, p. 275). Este fim de ciclo de 61 anos, somado a outras dezenas de anos sob comando das oligarquias paraguaias, teve como principal fator um significativo processo de organização da classe trabalhadora, no campo e na cidade, por parcela da população insatisfeita com os rumos do país nas mãos da direita (BORÓN; VUYK, 2020, p. 276), em governos democráticos ou no caso da ditadura de Alfredo Stroessner, também do Partido Colorado.

Este resgate das sucessivas e inéditas vitórias eleitorais no continente, na inauguração do século XXI, precisam sempre ser incluídas dentro do contexto de que em todos os casos, sem exceção, os esforços empregados por forças populares dentro do concerto da luta de classes é o fator decisivo para a mudança no padrão de voto. Nestes processos que resultaram em vitórias nas urnas, o que se verificou foi o levante de setores que ao longo de quase 200 anos de independência política na América Latina não tiveram vozes significativas nos espaços de poder, seja por meio de operários, mulheres, negros, indígenas e estudantes.

O levantamento da América Latina de expressão popular deixava claro que as grandes massas estavam insatisfeitas com a posição dentro da ordem geopolítica, com o ordenamento praticamente unânime ao longo dos séculos XIX e XX, com o espaço reservado na atual divisão internacional do trabalho, dependência e subdesenvolvimento generalizados, entre outras misérias legadas pelo avanço da globalização neoliberal. Em meio a este cenário de desafio ao “fim da história”, com mostras de que a democracia liberal não será o último episódio da história de organização política da humanidade, os movimentos motores desta transformação, com maior espaço de disputa dentro dos governos progressistas eleitos, mostram que é a partir da atuação conflitiva dentro da luta de classes que resultará em melhores condições de vida.

Dentre as reivindicações por mudanças estruturais nas relações trabalhistas, maior participação das populações negras, das mulheres e povos indígenas na política, ataque ao neoliberalismo, à dependência e ao subdesenvolvimento, entre outras propostas para alterar a condição subalterna da Nossa América em relação aos países centrais, o plano de integração Latino-americana e caribenha apareceu de maneira significativa e substancial como não havia aparecido desde a década de 1820. A onda progressista, carregada de elementos para a construção da Pátria Grande, inundou o cenário político do continente. O momento deu grandes expectativas de que, assim como descrevia o poeta chileno Pablo Neruda, em “Um canto para

Bolívar”, o povo desperta a cada 100 anos. Um despertar que no caso, como observamos, é de cunho simbólico, tendo em vista que nossos povos não dormem desde 1492.

#### 4.3.1 A Onda Rosa: Integração x Reversão Neocolonial

Durante este novo levantamento da região, mediante período de efervescência política nas ruas e praças, tendo como resultado as vitórias nas urnas, o aumento do prestígio de propostas à esquerda culminou em uma olhada dos latinos para si próprios com a elaboração e construção de organizações e entidades para acelerar iniciativas integracionistas. Ao longo da segunda metade do século XX, um espaço para uma mirada mais focalizada para o território se deu principalmente pela *Comisión Económica para América Latina y el Caribe* (Cepal)<sup>14</sup>, enquanto um organismo vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU).

A Cepal possui diversas divisões para tratar sobre o desenvolvimento econômico, produtivo e empresarial, social, elaboração de estatísticas para embasar políticas públicas, análise sobre recursos naturais e infraestrutura, discussões sobre questões de gênero, comercial internacional, entre outros aspectos. A quantidade de produções científico-teóricas realizadas, com incontáveis pesquisadoras e pesquisadores, é imensa.

Apesar do pioneirismo e da evidente importância dos estudos “cepalinos”, Ruy Mauro Marini, ainda na década de 1960, realiza críticas à Cepal em virtude das limitações oriundas da linha política hegemônica dentro do organismo. O pensador brasileiro, como um dos fundadores da Teoria Marxista da Dependência, coloca de maneira certa como a visão preponderante no momento ainda enxergava o Estado burguês enquanto uma entidade neutra, isto é, tal qual como descrito anteriormente nas críticas à economia política pela visão da TMD, como se o avançar da industrialização na América Latina e no Caribe ocasionasse em melhorias econômicas, políticas e sociais de forma quase que automática, com a presença do capital estrangeiro e progresso da burguesia nacional sem a existência efetiva de interesses de classe em um contexto de conflitos (NIEMEYER, 2013, p. 32). A limitação nas discussões sobre o caráter imperialista dos processos globalizantes, bem como sobre a especificidade do capitalismo dependente na América Latina, fazia com que os estudos cepalinos não atingissem o cerne da problemática regional.

“Na leitura cepalina, o diagnóstico da condição de dependência focava as relações econômicas no contexto da divisão internacional do trabalho. Desse modo, bastaria uma alteração na configuração das economias nacionais da América Latina para que as inserções internacionais fossem também alteradas. [...] A vertente da teoria

<sup>14</sup><https://www.cepal.org/>

marxista da dependência trilhava outros caminhos: partia da concepção marxista, sem dogmatismo. Esta vertente, marcadamente presente no trabalho de Ruy Mauro Marini, apreendia o desenvolvimento capitalista latino-americano com especificidades relevantes o suficiente para exigir interpretação própria. Além disso, partia da concepção do capitalismo como um sistema global, no qual as inserções históricas das sociedades e economias nacionais cumpriam funções específicas e tendencialmente estáveis. [...] Ruy Mauro Marini afirma que, nessas condições, o capitalismo latino-americano é deformado”. (NIEMEYER, 2013, p. 12)

Diante desta diferenciação estrutural do sistema econômico montado em nossa região, sumariamente negligenciado pelas interpretações liberais, weberianas e então, cepalinas, Marini sugere o distanciamento da Cepal enquanto horizonte estratégico mais elevado e como o farol das transformações reivindicadas pelo povo e organizações classistas da região. Desta maneira, não apenas as interpretações teóricas deveriam ser modificadas, bem como estes espaços, em todos os campos possíveis, também teriam de ser novos e voltados para a nossa realidade concreta. Em suma, horizontes distantes do ideal eurocêntrico, do que destacamos anteriormente como americanofilia, isto é, o atlantismo de maneira geral, mas também da “sovietologia”, muito presente, sobretudo, nos partidos comunistas de todo o continente.

Em certa medida, um conjunto significativo de organizações de orientação latino-americana emergiu, de forma mais consistente do que observado após a criação da Cepal, justamente com a onda iniciada com a eleição de Hugo Chávez. Antes da efetiva construção destes espaços, um episódio marcou significativamente como a unidade continental estava caminhando à passos largos: a vitória contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)<sup>15</sup>. Com participação destacada de Chávez, Lula e Néstor, a proposta defendida pelos Estados Unidos para aprofundar o capitalismo na região, aumentando o domínio dos EUA sobre o continente, foi derrotada.

Diversas manifestações foram feitas em inúmeros países, bem como plebiscitos populares, campanhas de agitação e propaganda e debates públicos. Durante a Cúpula das Américas, em Mar del Plata, Argentina, milhares de pessoas se dirigiram até as proximidades do evento e, por meio das organizações populares, criaram a Cúpula dos Povos, que jogou ainda mais gasolina nos protestos. Na reunião com presidentes e ministros de todos os países de toda a América, o então presidente George Bush, do Partido Republicano e ferrenho defensor da aplicação da área de livre comércio na América Latina, foi enquadrado pelas lideranças regionais e, de maneira simbólica, recebeu um sonoro “não” à adesão dos latinos e caribenhos à ALCA. A partir deste evento, ficou evidente que a iniciativa não poderia prosperar.

<sup>15</sup><https://capiremov.org/experiencias/aprendizados-da-luta-contr-a-alca/>

O episódio gerou uma série de aprendizados para as lideranças populares da região justamente no sentido de que a partir do momento em que o continente estivesse unido a força seria multiplicada, gerando maior capacidade de negociação dentro das movimentações geopolíticas permanentemente hostis contra os nossos povos. Em meio a este cenário de debates sobre a ALCA, bem como a percepção de que a proposta de reavivamento da Pátria Grande encontrava solo fértil neste começo de século XXI, o presidente venezuelano liderou a criação da chamada ALBA, a *Alternativa Bolivariana para América Latina y el Caribe*. Juan Manzur e Lucrecia García, professores da *Universidad de Zulia*, em Maracaibo, Venezuela, destacam a ALBA como uma proposta inédita para a região, em resposta à proposta estadunidense, e com abrangência muito além do aspecto meramente econômico (2007, p. 54).

Os pesquisadores organizam uma série de fundamentos extraídos a partir das orientações e princípios da organização, tendo como eixo central o aprofundamento dos ideais de integração latino-americana e caribenha livre de toda a influência de organismos internacionais, não importa de qual outra região, baseados em pensadores históricos da região (p. 55). Outras linhas norteadoras pautavam a crítica à integração neoliberal, o foco na luta contra a pobreza e integração social, ênfase em política para mulheres, camponeses e povos originários, críticas à dívida pública e imposições de organismos como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, defesa do Estado transformado para intervir pela redução das desigualdades e, de maneira mais destacada para esta pesquisa, uma rígida defesa do amplo acesso à informação e conhecimento principalmente mediante a desarticulação dos grandes monopólios dos meios de comunicação (p. 56, 57).

Em texto publicado pelo então embaixador da Venezuela no Brasil, Maximilien Arveláiz, na edição de número 60 da *Le Monde Diplomatique Brasil*, o venezuelano destacou que a ALBA oferecia também uma resposta, bem como melhores orientações para todo o continente, sobre como a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Tratado de Assistência Recíproca (Tiar), a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), entre outros organismos interamericanos quase unanimemente com sede nos EUA, tinham como único objetivo a manutenção da dominação dos Estados Unidos sobre os demais países. Com o avançar da iniciativa criada por venezuelanos e cubanos, aderida em poucos anos por países como Nicarágua, Equador, Bolívia, São Vicente e Granadinas, Antígua e Barbuda, a sigla ALBA recebeu a sigla TCP, como Tratado de Comércio entre os Povos. A agora ALBA-TCP construía uma nova arquitetura para um novo tempo.

Este novo tempo contou com a criação de entidades diversas como a Petrosur<sup>16</sup>, de forma a estreitar os laços entre Brasil, Venezuela e outros vizinhos sobre os debates no campo energético, a fim de reduzir a dependência externa, desenvolver tecnologia regional com o intuito de processar o petróleo cru, maximizar a produção de combustíveis como gasolina e diesel, processar gás liquefeito do petróleo e promover intercâmbio da infraestrutura para o progresso mútuo, em condições, entendidas pelos governos participantes, como mais benéficos do que em relações com países de fora do eixo latino e caribenho.

No mesmo sentido, Chávez já havia liderado a criação da Petrocaribe<sup>17</sup>, em uma aliança petroleira mais voltada para os países insulares, também focada na criação de pátios de tanques, oleodutos e usinas hidroelétricas, eliminando paulatinamente intermediários como EUA ou países da Europa ocidental, inclusive com o uso da moeda Sucre (*Sistema Unitario de Compensación Regional*), criada a partir da ALBA-TCP, para substituir o dólar nas transações.

Neste avançar da história, outra iniciativa de grande impacto se deu com a criação da *Unión de Naciones Suramericanas* (Unasur)<sup>18</sup>, enquanto uma tentativa de unificação de dois blocos já existentes, o *Mercado Común del Sur* (Mercosur) e a *Comunidad Andina* (CAN), bem como uma tentativa de popularizar estes projetos que até o momento promoveram limitados avanços para a integração da região, funcionando mais como um espaço para o funcionamento do mercado em prol de multinacionais.

Fabio dos Santos (2018, p. 351) desenvolve sobre a Unasul enquanto um espaço em busca de um “mínimo denominador comum” a fim de “aglutinar políticas díspares”, de modo em que, buscou-se melhorar efetivamente as organizações para uma integração mais popular contra as lógicas estritamente mercantis. Para o fomento geral de diversos projetos, econômicos, de infraestrutura e planejamento, bem como culturais, pela Unasul surgiu o Banco do Sul (p. 352), em oposição direta ao FMI e Banco Mundial.

Ao passo em que novas vitórias eleitorais do campo progressista ocorriam, seja no Brasil com Dilma Rousseff e na Argentina novamente com Cristina Kirchner, outra iniciativa teve grande impacto na onda de subversão às amarras geopolíticas cristalizadas: a criação da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac). Para os professores Elena Galán e Harold Triana (2017, p. 52) a variedade temática dentro deste mecanismo intergovernamental, de âmbito regional, com presença de 33 países latinos e caribenhos, é um

<sup>16</sup>[https://www.pdvsa.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1368:1752&catid=10&Itemid=589&lang=es](https://www.pdvsa.com/index.php?option=com_content&view=article&id=1368:1752&catid=10&Itemid=589&lang=es)

<sup>17</sup><https://www.granma.cu/granmad/secciones/petrocaribe/que-es/que-1.html>

<sup>18</sup><https://www.aduana.gob.ec/union-de-naciones-suramericanas-unasur/>

grande fator de integração, por ser o único mecanismo desta abrangência. Os autores descrevem, ainda, como todo este movimento identificado com o passar dos anos e extremamente fortalecido pela Celac, acelerou o movimento integracionista da região e em defesa do multilateralismo, em busca da paz, fim do uso de ameaças como instrumento político contra os povos subdesenvolvidos, respeito a autodeterminação, a soberania e rechaço às ingerências externas (p. 54).

Por fim, outra iniciativa de impacto significativo na esteira do latino americanismo se deu com a criação da Telesur<sup>19</sup>, canal de televisão aberta pluriestatal, sob coordenação de variados países do continente, criado na Venezuela, a partir do Ministério do Poder Popular para a Comunicação e a Informação. Dentre todas as demais propostas colocadas em prática com viés integracionista, a Telesur cumpre um papel bastante destacado na estratégia geopolítica da região por confrontar todos os elementos debatidos anteriormente neste capítulo no tópico da “geopolítica do jornalismo”.

Ao se levar em consideração todo o escopo apresentado referente ao papel gerencial do sistema por parte das burguesias locais, que controlam os meios de comunicação, da dependência geral e principalmente cultural entranhada em nossa sociedade, fator que possibilita a entrada e absorção com maior facilidade de produtos culturais do norte global em nosso continente, bem com a potência das agências internacionais de notícias, organizando um poderoso fluxo midiático do norte contra o sul, a Telesur foi o caminho encontrado por Fidel Castro e Hugo Chávez para uma nova tentativa de alteração desta estrutura dentro do universo jornalístico.

Para Andrés Cañizales e Jairo Lugo (2007, p. 20, 21), a Telesur como ferramenta de projeção geopolítica da América Latina e Caribe, em disputa focalizada no campo ideológico, se orienta justamente pelo marco da defesa da integração da região, oferecendo conteúdos diversos e plurais sobre os países, a fim de desafiar o discurso hegemônico das mídias internacionais, que como já apresentamos, trata a América Latina e Caribe de forma caricaturada e estereotipada, reforçando aspectos negativos sobre o território. Este objetivo duplo, de promover e avançar internamente ideais da integração, bem como se proteger das ameaças ideológicas externas, mostra uma estratégia que dá passos à frente em relação às criações de agências internacionais do continente durante a segunda metade do século XX.

Apenas a partir deste breve levantamento sobre iniciativas integracionistas que perpassam as áreas econômicas, políticas e culturais, observa-se como o arranque do século

---

<sup>19</sup><https://www.telesurtv.net/>

XXI na América Latina e Caribe deu mostras de que um novo mundo estava em construção em ritmo acelerado, independente das divergências e limitações de cada um dos projetos eleitos nas urnas ou colocados em prática por estes novos governos de corte progressista. Como nunca em aproximadamente 200 anos, o povo latino e caribenho estava cada vez mais armado e unificado para empregar modificações em prol das maiorias sociais. Entretanto, dois fatores foram observados com mais clareza, sobretudo na década de 2010, em relação aos caminhos desta onda progressista. O primeiro se deve às limitações dos programas políticos em cada um dos países onde o governo estava em mãos de plataformas de esquerda. O outro ponto guarda relação direta com a crise de 2008.

Independentemente dos avanços nas propostas de integração e no sucesso econômico experimentado de forma quase que unânime, Alysson Mascaro (2018, p. 126) destaca que o solo progressista formado nos anos 2000 pode oferecer bons frutos, mas o horizonte político permaneceu “amarrado às condições de uma expansão capitalista internacional e nacional”, de forma em que, efetivamente, não houve condições, por uma série de fatores, para que houvesse a superação das inúmeras contradições das sociedades capitalistas, bem como não foi possível avançar largamente na edificação de uma sociabilidade socialista. Mascaro descreve, de maneira geral, estas limitações como a elaboração de um capitalismo latino-americano mais “inclusivo”.

Fabio dos Santos (2018, p. 13) corrobora com a linha apresentada por Mascaro, ao também apresentar os inúmeros avanços em todos os campos e na identificação deste período de “onda progressista” como uma “reação aos efeitos socialmente deletérios da conjunção entre globalização e neoliberalismo”. Ao mesmo tempo, descreve esta reação como “limitada”, em virtude de os projetos aceitarem variados “parâmetros da ordem que haviam herdado”, em um modelo de governo para melhorar a nossa região dentro da inserção mundial. De maneira geral, mas destacando Venezuela e Bolívia como dois dos projetos mais avançados e que efetivamente tencionaram as disputas político-ideológicas de forma mais profunda, as demais experiências buscaram o “mínimo denominador comum entre globalização e soberania na esfera internacional, e entre neoliberalismo e integração da população no plano doméstico” (2018, p. 14), como uma forma de atenuar a voracidade do capitalismo no continente.

Em virtude deste perfil de governo, à esquerda no espectro político, com elementos de alusão e reivindicação do socialismo, e de levantar a bandeira vermelha no continente, estes limites programáticos, no fim das contas, mostravam que a onda progressista não era efetivamente vermelha, mas cor-de-rosa, como referência a uma esquerda mais “aguada”, “moderada” ou “diluída”. Desta forma, o processo que, entre perdas e novos avanços seguiu até



a metade da década de 2010 passou a ser chamada de “onda rosa”, *pink tide*, em inglês, após o uso do jornalista Larry Rohter, repórter do *The New York Times*, no Uruguai. Entre governos mais avermelhados como o de Venezuela, Nicarágua e Bolívia, e os mais claros como Brasil e Chile, prevaleceu o rosa desta onda que entre acertos e equívocos, avanços e retrocessos, colocou o termo Pátria Grande novamente na boca de milhões de latinos e caribenhos e mostrou que a história não havia se encerrado.

Mas em meio a luta de classes no continente, que é a grande questão referente ao avanço nas ruas e nas urnas das forças populares e progressistas, o segundo fator mencionado, a crise de 2008, desencadeou em crises econômicas por toda a América Latina ao mesmo tempo em que o caminho foi aberto para a organização de processos para que a onda fosse freada. Para o argentino Atilio Borón (2014), a geopolítica volta a ser recrutada para a análise dos processos que se deram em meio ao avanço da onda rosa e do cenário ameaçador com a crise que explodiu com a quebra do bando de investimento Lehman Brothers, em Nova Iorque.

A partir de diversos pensadores da economia crítica e da geopolítica global, Borón (2014, p. 15) descreve os fatores principais que levaram à maior crise do capitalismo monopolista de a crise de 1929, sendo, conseqüentemente, fatores que também explicam o processo paulatino de decadência dos próprios Estados Unidos. Um ponto central a partir de Zbigniew Brzezinski, ex-conselheiro de segurança nacional dos EUA e reconhecido teórico da geopolítica, Atilio Borón chama a atenção para o avanço pela globalização do chamado capital especulativo, onde o capital em questão presente no mercado financeiro não resulta em ganhos reais para a economia, nem qualquer tipo de produção, mas é ampliado a partir das movimentações por meio de compra e venda de ativos.

Alysson Mascaro (2018, p. 129) retorna à Marx para anunciar o capitalismo enquanto um portador intrínseco de crises, dado as contradições internas que, em 2008, chegaram a um ponto indissolúvel. Com a explosão da crise que abalou mercados e governos do mundo inteiro<sup>20</sup>, a América Latina e o Caribe não passaram batidos e foram afetados. Ao mesmo tempo, a crise que se evidenciava nos Estados Unidos juntamente da movimentação geopolítica em que a unidade latino-americana e caribenha se fortalecia gerou um cenário em que a influência norte-americana na região, conjuntamente o domínio dos EUA no mundo, foram colocados à prova e correram riscos<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup><https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2009-09-15/especial-15-de-setembro-de-2008-quebra-do-lehman-brothers-da-inicio-crise-que-abalou-mundo>

<sup>21</sup><https://ceppes.org.br/revista/versao-imprensa/3/a-crise-do-capital-e-o-fim-da-hegemonia-mundial-dos-eua>

Frente a este cenário completamente diferente do que fora observado em dois séculos, apesar das crises do capital serem permanentes, movimentações geopolíticas passaram a ocorrer de forma mais organizada e de forma direta contra a onda rosa. Atílio Borón (2014, p. 94) recorda que ao longo do século XX a cada crise enfrentada pelos EUA, como uma situação cíclica do capital, a razão de Estado norte-americano “redobra a pressão sobre a América Latina”. Se em cada momento identificado, como a Grande Depressão da década de 1930, Segunda Guerra Mundial, Guerra Fria, entre outras situações de ameaça, os EUA focalizam o continente com maior atenção, neste contexto de crise e reorganização crescente na América Latina e Caribe o que poderia se esperar era bem mais do que dobrar a pressão.

Borón ressalta que, como núcleo da racionalização deste movimento, levado a cabo pela classe dominante estadunidense, passa pela necessidade de sustentar um padrão de consumo “irracional”. Desta maneira, o que passou a ocorrer foi um novo capítulo do imperialismo estadunidense, onde além da atuação das instituições burguesas dos países latinos cumprirem papel fundamental, em organização direta do centro do capitalismo, bem como as organizações internacionais controladas sobretudo pelos EUA, a mídia também exerce função visceral para desestabilizar, frear ou reverter processos de câmbio.

Este novo capítulo de ações diretas contra governos democraticamente, de forma em que também ocasiona em ações diretas e indiretas contra movimentos e organizações sociais e populares, ocasiona em um cenário onde o economista Plínio de Arruda Sampaio Jr. chama de “reversão neocolonial”<sup>22</sup>. Em linhas gerais, Plínio (2007) contextualiza as movimentações geopolíticas da segunda metade do século XX e do começo do século XXI definindo o processo de difusão da globalização sob égide do neoliberalismo como uma retomada do plano de colonização da América Latina e Caribe. Com a crise de 2008 este processo de reversão neocolonial passa a acelerar em ritmo intenso e atinge a região com força.

Em suma, (ARRUDA SAMPAIO JR., 2007, p. 2-4) reforça o papel das classes dominantes locais na implementação deste plano, apesar de divergências internas, mas sempre em defesa da reprodução do capitalismo dependente, em atuação como construtores da “própria versão do ‘fim da história’”. Ao mesmo tempo, as classes dominantes dos países centrais organizam as movimentações do capital de forma a controlar a periferia do sistema, sobretudo a América Latina, de forma ainda mais particular. Como características, Plínio destaca o livre acesso aos mercados, máxima flexibilização das relações econômicas e de trabalho para “aproveitar as potencialidades da região como plataformas de exportações que requerem mão-

---

<sup>22</sup><https://www.ihu.unisinos.br/568941-a-relacao-promiscua-entre-capital-e-estado-e-a-metastase-da-crise-politica-no-judiciario-entrevista-especial-com-plinio-de-arruda-sampaio-jr>

de-obra barata” e obter segmentos da economia nacional-periférica que representam um negócio proveitoso para os Estados metropolitanos e as empresas centrais (ARRUDA SAMPAIO JR, 2007, p. 6).

Plínio afirma que diante deste fenômeno do imperialismo, as sociedades latino-americanas ficaram extremamente expostas à “fúria da globalização e ao arbítrio dos países ricos” (ARRUDA SAMPAIO JR, 2007, p. 8), de forma em que três processos caracterizam este processo de reversão neocolonial, como um aprofundamento da dependência. De início, destaca-se a “difusão desigual do progresso técnico”, de forma em que a defasagem tecnológica dos países latinos e caribenhos, entre outros, aumentou significativamente, ocasionando em uma economia cada vez mais vulnerável às hostilidades dos movimentos geopolíticos.

Em segundo ponto, o economista constata que a transnacionalização do capitalismo ocasionou na ampliação do desequilíbrio constante da balança de pagamentos. Em países latinos, as políticas cobradas pelo Consenso de Washington, como os programas de liberalização da economia, resultam em todos os casos no aumento da inserção especializada das economias dentro do sistema global, isto é, produção e exportação de produtos primários sem desenvolvimento das forças produtivas internas, ampliando ainda mais a situação de rebaixamento progressivo do papel das economias latinas dentro da divisão internacional do trabalho.

Por fim e mais importante para esta pesquisa, o terceiro ponto extraído a partir das análises de Plínio de Arruda (2007, p. 9) se deve ao fato desta mudança no padrão de desenvolvimento capitalista também resultar na intensificação sistemática da dependência cultural dos países periféricos, de modo a desestruturar projetos transformadores, como os observados no começo do século XXI durante a onda rosa. Assim sendo, este aumento das amarras do Atlântico Norte sobre a cultura nacional, em última instância, acaba por comprometer a proposta política de construção de um Estado nacional autônomo, soberano e dotado de “vontade política própria”.

“De um lado, os progressos tecnológicos nas áreas de comunicações e transportes exacerbam o mimetismo cultural, levando ao paroxismo a propensão das classes médias e altas de copiar os padrões de consumo e comportamento difundidos do centro hegemônico. Os efeitos perversos desta forma de incorporação de progresso técnico sobre as sociedades periféricas são conhecidos: maior concentração de renda e crescente exclusão social. Quanto maior o hiato entre desenvolvidos e subdesenvolvidos tanto maior a desigualdade social necessária. De outro lado, a sacralização do ‘mercado’ como princípio organizador da vida social deixou as regiões periféricas totalmente indefesas diante do grande capital internacional. Negando a ‘vontade política’ como meio de construção da Nação, elas abriram mão de seu principal instrumento de ação coletiva: o Estado nacional. (ARRUDA SAMPAIO JR., 2007, p. 9)

Em letras finais, os efeitos da reversão neocolonial no geral, mas principalmente no campo cultural e da informação, onde está justamente inserido o jornalismo, são especificamente perversos por assentarem na dominação ideológica fortemente presente em nossos países abaixo do México e acima da Argentina. Esta operação articulada e amarrada na dependência econômica e, especialmente, cultural, acaba por comprometer “a capacidade da sociedade de discernir suas necessidades” (p. 19). A necessidade, em questão, seria justamente romper com este sistema onde os meios de comunicação sob o modelo de funcionamento atual são cúmplices deste freio de projetos transformadores e aliados da reversão, nos empurrando para o século XIX.

#### *4.3.1.1 A importância da Bolívia para o projeto de integração*

Se a partir da análise da economia política da América Latina é possível identificar na Bolívia enquanto um país da mais alta importância para o processo de acumulação primitiva de capital para a Europa, especialmente com a abundância de prata na região de Potosí, a nação andina também possui importância fundamental na construção do processo de unidade continental. Em compreensão sobre as transformações sentidas a partir do início do século XXI, Santiago Restivo (2018, p. 16) destaca sobre como a chegada de Evo Morales ao governo permitiu a Bolívia a participar, fazer uso e se beneficiar, como nunca foi possível, de uma iniciativa pela integração regional.

Tudo isso nos marcos da onda rosa, onde no caso boliviano as transformações foram aprofundadas dentro das instituições do Estado, com “a plurinacionalidade, a autonomia e a economia plural” mediante “o movimento ascendente e envolvente da unidade organizada do povo” (LINERA, p. 18, 19, 2019). Se o saldo foi mais positivo com o Movimento Ao Socialismo, é preciso esclarecer que não foi a primeira iniciativa do tipo do país, apesar de a mais vitoriosa. Em retorno ao século XX, (RESTIVO, 2018, p. 17) descreve como a revolução boliviana de 1952, que levou ao poder o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), de cunho nacionalista, permitiu vitórias históricas para o povo, com a nacionalização de parte do solo, implementação do sufrágio universal, uma reconhecida reforma agrária e distribuição de riqueza.

Em 1960, com a criação da Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC), o governo boliviano não ingressou na iniciativa, tendo em vista os possíveis prejuízos contra o país. Ainda na década de 1960, com a identificação das limitações desta associação, a Bolívia

participa ativamente da construção do Grupo Andino, após o Acordo de Cartagena, para articular a integração entre Chile, Colômbia, Equador, Peru, além da própria Bolívia (RESTIVO, 2018, p. 21). A partir desta iniciativa, diversas instituições supranacionais foram criadas, como o Tribunal de Justiça Andino e o Parlamento Andino.

Por diferentes fatores, especialmente internos (RESTIVO, 2018, p.25), estas ações não chegaram a causar impactos a mudar a “estrutura produtiva, econômica, comercial ou social da Bolívia”, onde para os próprios governos de ocasião, após a queda do MNR e do fim do processo revolucionário, concordaram que os benefícios esperados ficaram longe de ser alcançados.

Para Eduardo Paz Rada (2019, p. 161), assim como nos demais vizinhos, os processos pela soberania e autodeterminação da Bolívia foram minguados devido à dominação “colonialista-imperialista” defendida pela hegemonia das oligarquias que controlaram ao longo da história os recursos naturais do país. Da mesma forma, o controle em benefício de um pequeno grupo interno e do capital externo em detrimento da maioria da população também se reflete na condução política dentro do campo das relações exteriores.

Assim sendo, todo e qualquer avanço possível a partir de propostas nacionais e de integração regional não tiveram qualquer apoio das classes dominantes locais, mas o contrário, ataques e desincentivos sistemáticos, principalmente a partir de ações realizadas pelos Estados Unidos, com a Aliança Para o Progresso, desenhada ainda no governo de John Kennedy, a doutrina de segurança nacional organizadora de uma ditadura, tal qual nos demais países, entre outras medidas a partir de Washington que liquidaram as alternativas bolivianas (PAZ RADA, 2019, p. 162).

Para dar cabo a este processo de transformações fundamentais para a ruptura com o subdesenvolvimento, Paz Rada (2019, p. 169) recorda como os Estados Unidos, com as treze colônias, só conseguiram avançar em virtude de uma base de unidade nesta região. Sendo assim, destaca que a unidade latino-americana, iniciada há mais de dois séculos, passa a representar a alternativa mais eficaz frente a fragmentação e sobre a perspectiva da ideologia dominante, que se impõe sistematicamente sobre nossos povos (PAZ RADA, 2019, p. 172).

Desta maneira que a chegada do Movimento Ao Socialismo ao governo boliviano, após a vitória eleitoral de 2005, considerou parte destes caminhos para modificar as estruturas consolidadas desde o período colonial, aproveitando o acúmulo da luta popular e a explosão social motivada contra a privatização da água (LINERA, 2019, p. 7). O processo de entrega do controle da água à iniciativa privada foi o estopim contra os quase 200 anos de dependência e os 300 de colonialismo que moldaram este tipo de Estado particularmente impermeável às

classes populares, conforme descrito com profundidade pelo intelectual boliviano René Zavaleta Mercado.

““O Estado [...] contém elementos mais ou menos amplos de consciência, a capacidade de *valorização da sociedade de incursão sobre ela*”. [...] Segundo Zavaleta, podemos afirmar que o Estado boliviano contém *determinações constitutivas em natureza de classe* que o levam a incursionar na sociedade e no mercado em função de um programa e de um projeto de um sujeito político não apenas distinto, mas oposto – e que esteve em condição de subalternidade – ao que se impôs durante os 180 anos da República.” (BORÓN; MARINÉLARENA, 2020, p. 111, 112)

Contra todo este estado de coisas que a Bolívia ingressou na onda rosa, após as mencionadas vitórias eleitorais em outros países, promovendo transformações, em primeiro momento, como “uma reação a um programa neoliberal, capitalista e ainda colonial, mas também instalaram novas formas do político e modificaram relações econômicas e sociais que têm impactado positivamente na vida cotidiana das maiorias sociais” (BORÓN; MARINÉLARENA, 2020, p. 111, 112).

Com a aproximação do presidente Evo Morales dos presidentes de Venezuela e Cuba e o ingresso da Bolívia junto à mencionada ALBA, enquanto uma significativa proposta de ferramenta emancipatória da região por meio da integração regional (PINHEIRO ROSA, 2019, p. 77), deram mostras de que para além das promessas e discursos, as ações do Movimento Ao Socialismo levavam ao fortalecimento dos processos integracionistas.

Uma das medidas iniciadas e que teve repercussão internacional ocorreu em 2010 com o anúncio de Evo Morales sobre o estabelecimento de uma escola militar dos países da ALBA, com o objetivo de formar militares e civis (BORBÓN, 2012, p. 81). Juntamente desta iniciativa de cunho militar com potencial ofensivo ao controle dos Estados Unidos na região, tal qual verificado com a mudança de doutrina dentro do exército venezuelano, a mudança na geopolítica dos recursos naturais também chama a atenção durante os mandatos de Evo.

O aspecto principal se deve ao lítio<sup>23</sup>, um metal alcalino que na atualidade possui vital importância na composição de baterias de aparelhos eletrônicos, como os celulares, portanto um elemento indispensável no século XXI. A partir dos investimentos nos governos do MAS, foi constatado que a Bolívia possui a maior reserva de lítio do planeta<sup>24</sup>. Por esta razão e dotado de visão estratégica, os governos de Evo Morales colocaram este metal como prioridade máxima para a organização de um plano de desenvolvimento. O governo boliviano, por meio

---

<sup>23</sup>[https://www.ylb.gob.bo/resources/productos/01\\_productos\\_carbonato\\_litio.pdf](https://www.ylb.gob.bo/resources/productos/01_productos_carbonato_litio.pdf)

<sup>24</sup><https://www.brasildefato.com.br/2023/07/25/presidente-da-bolivia-anuncia-descoberta-de-mais-de-2-milhoes-de-toneladas-de-litio>

da lei 928/2017<sup>25</sup>, criou a *Yacimientos de Litio Bolivianos* (YLB), empresa estatal para a realização de atividades de toda a cadeia produtiva: prospecção, exploração, instalação, implementação, operação e administração dos recursos minerais<sup>26</sup>.

A visão estratégica do MAS, a partir do lítio, é justamente de “romper o processo neocolonial e integrar o desenvolvimento”<sup>27</sup>, a partir do Estado boliviano, também em parceria com vizinhos com grandes quantidades de lítio como o Chile, Argentina, Peru e também o Brasil, sem a presença das multinacionais do atlântico norte. Uma ideia que ganhou corpo desde então, a partir de lideranças latino-americanas no geral, foi a criação de uma organização dos países produtores e exportadores de lítio, nos moldes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)<sup>28</sup>.

Desta forma, as medidas nas gestões de Evo em dar início a transformações internas, no campo social e militar, bem como nas externas ao controlar um recurso mineral que será cada vez mais discutido no decorrer do século XXI, mediante significativo integracionismo continental e maior alinhamento à China e Rússia, colocou a Bolívia diretamente na mira dos interesses dos Estados metropolitanos e do capital internacional<sup>29</sup>.

Vijay Prashad (2020, p. 71) apresenta uma interpretação sobre a Bolívia dos anos 2000 e 2010 com a Guatemala de 1950, durante o governo nacionalista de Árbenz, derrubado pelos EUA. Como ponto número um, coloca justamente o papel das informações para a organização da opinião pública para este processo. À época, sete décadas atrás, a discussão feita se deu sobre o “Governo vermelho na Guatemala” (PRASHAD, 2020, p. 72), como um agente justificador do atlântico norte para ações contrárias. No caso da Bolívia, também a ameaça socialista, mas para além de um mero receio da orientação política do governo em questão, o contexto de mudança na correlação de forças dos países latinos, com um projeto distinto e cada vez mais em larga escala, em proporção nunca observada ao longo de dois séculos, chama ainda mais a atenção da necessidade de se analisar não apenas um país latino de forma isolada, como a Bolívia. Tanto pela história, como pela geopolítica, mostra-se como há um roteiro em comum sobre toda a região.

“Qualquer um que defendesse uma agenda que se assemelhasse ao nacionalismo econômico, qualquer coisa que ameaçasse o domínio do mercado das corporações

<sup>25</sup><http://gacetaoficialdebolivia.gob.bo/normas/buscar/928>

<sup>26</sup>[https://www.ylb.gob.bo/inicio/mision\\_vision](https://www.ylb.gob.bo/inicio/mision_vision)

<sup>27</sup><https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/america-latina/66912/com-litio-evo-morales-tentou-romper-processo-neocolonial-e-integrar-desenvolvimento>

<sup>28</sup><https://www.brasildefato.com.br/2023/03/24/mexico-e-bolivia-planejam-criacao-de-oep-do-litio-entre-paises-latino-americanos>

<sup>29</sup><https://www.clacso.org/as-multinacionais-o-valioso-litio-da-bolivia-e-a-urgencia-de-um-golpe/>

transnacionais e que oferecesse uma vantagem aos comunistas teria que ser removido. O Direito Internacional e a opinião pública poderiam ser manipulados a favor do imperialismo. A fórmula é clichê. É um lugar comum, um plano curto para produzir um clima de golpe, criar um mundo subjugado.” (PRASHAD, 2020, p. 72).

#### 4.3.2 A mídia em meio à “Maré Rosa”

A manifestação aberta de veículos de comunicação burgueses no geral contra as propostas políticas alinhadas à esquerda, assim como já fora brevemente discutido, cumpre exatamente o objetivo do jornalismo capitalista e de forma alguma foi novidade neste começo de século XXI. Entretanto, visto o avanço da onda, a partir de 1998 com a vitória eleitoral de Chávez, este funcionamento tradicional dos meios de comunicação empresariais acelerou ainda mais a máquina (BORÓN; SANTOS, 2020, p. 79), tratando de forma generalizada o prestígio do tenente-coronel e líder da Revolução Bolivariana como uma “aberração”.

O movimento de desestabilização do governo de Chávez logo no início por todos os flancos, especialmente pela cabeça da população, teve como um ponto alto e histórico ainda em 2002, antes mesmo da primeira eleição de Lula no Brasil. Era uma tentativa das classes dominantes venezuelanas de evitar que o projeto político alternativo, que avançava entre as grandes massas, dispusesse de mais força e que transformações ainda mais profundas pudessem ser logradas. Para o jornalista brasileiro Renato Rovai (2007), que analisou com detalhes as ações do jornalismo local e de todo o continente contra o governo bolivariano, o termo encontrado para especificar o plano da burguesia midiática, como uma fração da classe dominante em especial, se deu por “midiático poder”. Entre outras palavras, uma busca pela operação de um funcionamento ainda mais particular da democracia liberal.

“No midiático poder, os veículos de comunicação são os ‘representantes’ legítimos da sociedade no debate público, principalmente no que se refere aos temas mais relevantes, como os de política e economia. [...] é preciso registrar que alguns estudiosos só consideram como tentativa de golpe a ocorrência de 11 a 14 de abril de 2002, ocasião em que o presidente Hugo Chávez chegou a ser deposto e encarcerado. [...] Entendo e defendo que, nos meses de dezembro de 2002 e janeiro de 2003, teve lugar outra investida golpista, mais complexa, mas nem por isso menos totalitária. Com a mídia capitaneando o processo, realizou-se por dois meses uma ação de desabastecimento de bens essenciais de consumo [...]. Tratou-se de um golpe midiático-econômico [...]. (ROVAI, 2007, p. 12, 13)

As tentativas de golpe contra Chávez só foram revertidas em virtude da mobilização nas ruas de toda a Venezuela. Frente a continuidade das medidas midiáticas dentro e fora do país, a Revolução Bolivariana passou a confrontar, nos anos seguintes, contra o modelo de “*una sola voz*”, ou uma só voz, como ficou conhecido o esquema jornalístico-empresarial venezuelano



que dominava as telas de TV, os jornais e os rádios do país (p. 29). O “uma só voz” também ocorre no Brasil. Renato utiliza um artigo do professor Gilson Caroni Filho que mostra de forma concentrada a cobertura da mídia brasileira sobre o que ocorria com os venezuelanos em meio a esta constante crise política.

Caroni (ROVAI, 2007, p. 68) logo de início destaca o “susto” que a população brasileira “deve ter tomado” ao assistir o Jornal Nacional, em relação a longos minutos dedicados à situação da Venezuela, em abril de 2002, tendo em vista que a “América Latina ocupava um inédito lugar de destaque”. Logo na sequência, discorre sobre o carro-chefe da Rede Globo utilizar um “jogo semântico” para distorcer fatos e informações. Diante das desinformações publicadas no JN, em horário nobre, o professor reitera a compreensão de que para “toda a imprensa brasileira, quem não reza a cartilha neoliberal, como o presidente venezuelano, pretende ser ‘messiânico’, ‘salvacionista’, e isso leva à perdição”. Além disso, o Jornal Nacional também dispôs de um comentário feito por Arnaldo Jabor, que chama as medidas de Chávez como “delírio fidelista”, em relação à Fidel Castro, e comemora abertamente a deposição do presidente, que voltou ao poder menos de 48 horas depois (2007, p. 69).

Ao longo da pesquisa, Renato Rovai também chama a atenção para a Revista Época, a Revista Veja e a Revista IstoÉ, os três maiores semanários do Brasil. De forma geral, (ROVAI, 2007, p. 71-78), destaca as inúmeras adjetivações contra Chávez, como “fanfarrão”, “falastrão”, além da falta de contextualização para debate do tema, falta de aprofundamento, apresentação de informações desmentidas dias depois, entre outros problemas que mostram como que, na prática, os manuais de jornalismo e celebrados dentro das universidades não são utilizados nestes momentos de crises políticas na América Latina. Como não poderia ser diferente dentro do modelo empresarial-burguês.

Rovai (2007, p. 77) reforça que não apenas no Brasil este movimento midiático foi identificado, como também em diversas partes do mundo, de forma a escancarar os meios de comunicação dentro do capitalismo como uma ferramenta praticamente sem pluralidade ou critérios mais associados à imparcialidade, tão celebrada e defendida por quem obtém vantagens a partir disto ou então pela ingenuidade de quem sequer possui qualquer ganho com este cenário. Como também não poderia ser diferente, esta atuação continuou na Venezuela, no Brasil e qualquer outro país da América Latina e do Caribe onde o controle midiático está nas mãos de empresários, ao mesmo tempo em que demais grupos capitalistas internos e externos também aceleraram os ataques.

Tendo em vista que todas estas disputas nada mais são do que episódios contínuos do concerto da luta de classes, são incontáveis os exemplos ocorridos no continente no decorrer

do século XXI, como já ocorria anteriormente, onde as classes dominantes em atuação coordenada, dentro de cada especificidade, utilizaram de ações para prejudicar os projetos progressistas. Entre a infinidade de movimentações políticas, uma em particular deu indícios de um novo caminho para as elites latinas: o golpe de Estado em Honduras, em 2009<sup>30</sup>.

O país centro-americano, no entanto, não foi o primeiro a ser golpeado. Em 2004, foi o Haiti, no meio do caribe, sob o governo do social-democrata Jean-Bertrand Aristide, sofrer um ataque direto à soberania e à vontade popular<sup>31</sup>. Novamente com participação dos EUA, que auxiliou na desestabilização política do país<sup>32</sup> de maneira direta, bem como a França, Aristide foi removido forçadamente não apenas do governo, mas do próprio Haiti, em um helicóptero estadunidense. Tanto o presidente legitimamente eleito, como outras figuras à esquerda na América Latina e Caribe, como o presidente Hugo Chávez, classificam o ato de 2004 como um golpe seguido de sequestro<sup>33</sup>.

O golpe haitiano segue um roteiro visualizado ao longo de todo o século XIX e XX, com o uso de forças militares, intervenção direta de agentes dos Estados Unidos, entre outros aspectos. Cinco anos mais tarde, no golpe hondurenho, o que passa a ser observado é uma sofisticação do *modus operandi* das classes dominantes internas em atuação de forças estrangeiras<sup>34</sup>. Manuel Zelaya, que girou à esquerda após ser eleito, passou a enfrentar um cenário adverso em um modelo de desestabilização tradicional, entretanto, o fator determinante se deu por uma ação mais sofisticada e que viria a ser colocada em prática em outros países a partir disso.

Diante das reformas em andamento ou anunciadas por Zelaya, como aumento do salário real para os trabalhadores, freio e reversão de privatizações e também mudanças em legislações no campo das comunicações, a fim de reduzir a extrema concentração midiática em Honduras, cenário idêntico em toda a América Latina e Caribe, a proposta de uma reforma constitucional apareceu como uma ameaça ainda maior aos interesses das elites hondurenhas (DA SILVA; VIDAL; ALMEIDA JR., 2018, p. 7). A partir disso, um novo formato de golpe foi elaborado para evitar, dentro do possível, cenas como as vistas no século XX, de invasão de tropas dos EUA, bombardeio, uso de tanques ou sequestros com um helicóptero. O modelo em questão passa muito mais pelo poder judicial, o legislativo e principalmente pela grande mídia.

---

<sup>30</sup><https://www.brasildefato.com.br/2022/02/09/cidh-aceita-denuncia-de-que-houve-golpe-de-estado-em-honduras-em-2009>

<sup>31</sup>[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2004/03/printable/040302\\_haiti2rg](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2004/03/printable/040302_haiti2rg)

<sup>32</sup>[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2004/03/040331\\_aristiderc](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2004/03/040331_aristiderc)

<sup>33</sup>[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2004/03/040316\\_chavezcl](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2004/03/040316_chavezcl)

<sup>34</sup><https://www.telesurtv.net/news/honduras-aniversario-golpe-estado-manuel-zelaya-20200627-0020.html>

“O processo envolveu os três poderes e o exército num festival de mandos e desmandos, no qual o chamado Quarto Poder, a Imprensa, exerceu papel fundamental (InterAmerican Commission on Human Rights. 2009). Vale mencionar que os maiores meios de comunicação do país, assim como em grande parte da América Latina, são controlados por ricas famílias com forte influência política, desses, podemos citar os jornais *El Heraldo*, de propriedade de Jorge Canaguati Larach (empresário do ramo armamentista e de medicamentos) e *El Tiempo*, de Jaime Rosenthal Oliva Tiempo (empresário, banqueiro e secretário geral do Partido Liberal)”. (DA SILVA; VIDAL; ALMEIDA JR., 2018, p. 8)

Nesta atuação coordenada (2018, p. 8), houve a apresentação de uma denúncia do Ministério Público de “traição à pátria” por apresentar esta consulta como algo ilegal. A jurista Carol Proner (2016, p. 156) descreve os acontecimentos em Honduras como o início da “safra de neogolpismos”, com Zelaya preso em casa, levado para uma base aérea e enviado forçadamente para a Costa Rica. Mesmo com a presença do exército e a remoção forçada, situações já verificadas em várias décadas, este modelo de articulação mais branda representa o que a jurista (2016, p. 158) chama de “golpe branco”, onde o golpe, que anteriormente apresentava muito mais sangue e violência direta, agora passa a apresentar aspectos constitucionais. É exatamente neste aspecto, em mostrar que o processo era legal e não era algo nos moldes do que já havia ocorrido em outros momentos de forma traumática, que o poder midiático cumpriu papel fundamental. O processo do Ministério Público e a ação do jornalismo burguês travestiu um golpe de Estado como cumprimento da constituição.

Cenário idêntico ocorre no Paraguai, em 2012, levando em consideração que além dos ataques permanentes na Venezuela, países como Bolívia e Equador, sob liderança de Evo e Correa, enfrentaram e venceram neste meio tempo tentativas de desestabilização e golpes diretos. Fernando Lugo, em governo inédito após quase 200 anos de governos conservadores e liberais, e mais de meio século de Partido Colorado ininterruptamente, não conseguiu sustentar sequer o primeiro mandato de esquerda da história de nossos vizinhos. Com reformas importantes em andamento e discussão aprofundada sobre a questão agrária, em um país de extrema concentração fundiária, o tema do campo passou a ser central no governo do bispo de esquerda (SANTOS, 2018, p. 320-324).

Fabio dos Santos destaca exatamente a questão agrária, entre avanços e sucessivos recuos de Lugo, como o território da luta de classes que culminou no golpe de Estado de 2012. Movimentos de camponeses e sem terras ocuparam no mês de maio uma grande propriedade no interior do país, em Curuguaty, sob posse de um famoso empresário e latifundiário paraguaio, ex-senador justamente pelo Partido Colorado, Blas Riquelme (2018, p. 325). Em 15 de junho, o Grupo de Operações Especiais da Polícia Nacional do Paraguai foi até o local para a reintegração de posse, fato que resultou em um enfrentamento entre as partes, culminando 17

mortes, sendo seis policiais e 11 camponeses, além de mais de 80 feridos, onde o professor destaca a presença de franco-atiradores no local como o fator desencadeador da tragédia. A partir deste episódio, as ações das elites paraguaias contra o governo de Lugo se intensificaram.

Santos (2018, p. 325) coloca que a articulação se deu principalmente por Aldo Zuccolillo, empresário do ramo agrário, com sociedade com a Cargill, uma empresa multinacional de origem estadunidense com atuação na produção de alimentos e massivamente presente em toda a América Latina, e dono do ABC Color, um dos meios de comunicação mais importantes e de maior alcance da história do Paraguai<sup>35</sup>. O empresário do campo e do jornalismo, que apoiou abertamente a ditadura de Alfredo Stroessner, também possuía amplo reconhecimento como “um lobista de alto nível das multinacionais que atuam no Paraguai e do governo dos Estados Unidos (SANTOS, 2018, p. 325).

Em 21 de junho, menos de uma semana depois do Massacre de Curuguaty, com sucessivos ataques midiáticos por rádio, TV, sites e jornais, tendo o ABC Color de Zuccolillo como maior impulsionador, novamente os poderes judiciário e legislativo se organizaram para apresentar o pedido de impeachment de Fernando Lugo, que foi efetivamente destituído aproximadamente 30 horas depois da abertura do processo por supostamente ter cometido delitos durante o exercício como presidente (SANTOS, 2018, p. 9). Tal qual em Honduras, o caso paraguaio deu mostras que o caminho para frear o avanço progressista no século XXI passava muito mais pelas instituições do Estado-burguês, com força máxima da mídia burguesa, sob posse de uma fração da classe dominante, para que malabarismos constitucionais resultassem na consumação deste freio, não mais o tiro e as bombas.

As experiências do país centro-americano e do sul-americano desbordaram para o Brasil, em 2016, em formato ainda mais sofisticado. A retirada de Manuel Zelaya do país e o processo de apenas 30 horas contra Fernando Lugo ainda representam medidas demasiado “grosseiras” para a aplicação no Brasil, no meio da segunda década do século XXI. As classes dominantes precisaram acertar o passo após as duas primeiras experiências. Para a professora da *Facultad de Psicología* da *Universidad de Buenos Aires* (UBA), Nora Merlin (PRONER, 2016, p. 412), explica que a “nova modalidade antidemocrática” conta com o poder político e econômico de forma utilizar, de forma mais crucial do que nunca, os meios de comunicação burgueses com a Justiça para que nenhuma ruptura violenta ocorra e o golpe tenha aparência de legalidade. No Brasil este roteiro foi seguido à perfeição.

---

<sup>35</sup>[https://elpais.com/internacional/2018/07/14/america/1531598860\\_410204.html](https://elpais.com/internacional/2018/07/14/america/1531598860_410204.html)

“Buscam desestabilizar governos democráticos realizando golpes de Estado institucionais, com o objetivo de implementar políticas neoliberais. Os meios de comunicação corporativos assumem um papel crucial: configuram a realidade, operam sobre as subjetividades, manipulam significações; definitivamente colonizam a opinião pública. [...] Os veículos de comunicação como Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, Rede Globo, Editora Abril, Revista Veja e diferentes rádios e televisões, como a Rede Globo, produzem e impõem sentidos e saberes que por efeito de identificação se transformam em comuns, formando a opinião pública. Os meios concentrados realizam uma manipulação do pensamento: as informações que transmitem funcionam como verdades irrefutáveis, diante da ausência de vozes alternativas”. (PRONER, 2016, p. 412)

Esta ausência de vozes direcionou a produção de “desprestígio da direção do PT” (PRONER, 2016, p. 412), principalmente sob o “argumento falacioso da corrupção”, de modo a desestabilizar as bases do governo de Dilma Rousseff, recém eleita para um segundo mandato nas eleições até então mais disputadas desde a redemocratização do Brasil<sup>36</sup>. A mesma mídia nacional, no entanto, não discutiu de maneira aprofundada ou detalhada, muito menos no mesmo volume de materiais sobre casos de corrupção diversos, o que era a denúncia aceita pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, sob a argumentação de “abertura de créditos suplementares” e as chamadas “pedaladas fiscais”<sup>37</sup>.

Toda a produção de sentido realizada pela mídia brasileira, destacada pela professora argentina Nora Merlin, se expressa de maneira significativa neste caso que resultou na deposição de Dilma. A partir de dinamismo próprio dentro da luta de classes (SANTOS, 2018, p. 133), Cunha e o vice-presidente Michel Temer conspiraram conjuntamente de forma em que mídia e judiciário funcionaram de modo cirúrgico, de forma em que sobretudo as pedaladas fiscais foram meramente um pretexto para disfarçar o aspecto da remoção ilegal do governo.

Fábio dos Santos reitera que as pedaladas em questão, que são basicamente o adiamento ou atraso do repasse aos bancos públicos, no caso o Banco do Brasil, de recursos que são distribuídos em políticas públicas, no caso o Plano Safra. Para não atrasar, o banco brasileiro de economia mista utilizou recursos próprios que posteriormente foram restituídos pela União. No entanto, o judiciário brasileiro configurou esta medida como um ferimento à Lei de Responsabilidade Fiscal. A mesma prática foi utilizada por todos os presidentes desde a redemocratização, inclusive Lula, sem qualquer interpretação desta natureza, tal qual 17 governadores justamente no mesmo período analisado das contas na gestão de Dilma.

Santos destaca (2018, p. 133), sem rodeios, que o julgamento a partir disso foi meramente político, sem o elemento jurídico necessário para justificar a comprovação de crime

---

<sup>36</sup><https://memoria.ebc.com.br/noticias/eleicoes-2014/2014/10/eleicao-presidencial-de-2014-foi-a-mais-acirrada-desde-1989>

<sup>37</sup><https://www.camara.leg.br/noticias/477169-eduardo-cunha-aceita-pedido-de-impeachment-da-presidente-dilma-rousseff>

de responsabilidade fiscal, configurando, então, em um golpe de Estado, operado pelo parlamento, organizado pelo poder jurídico e midiático. Dilma foi a terceira chefe de Estado em meio à onda rosa a ser deposta com estas características particulares: mais canetas e microfones do que bombas e balas. Bastava agora a interpretação jurídica utilizada pelo interesse das classes dominantes, amplamente difundida pela mídia. Pelo entrelaçamento visceral do direito com o jornalismo neste processo de interrupção do avanço progressista sobre a América Latina, o professor Alysso Mascaro oferece reflexões específicas sobre o momento em questão, onde em ambas as áreas do conhecimento a já discutida questão da ideologia é elemento central de orientação política de promotores, juízes e jornalistas (2018, p. 150).

Mascaro recorda o fenômeno da globalização, de padronização dos comportamentos das classes médias mundiais, para discorrer sobre como além da existência de forças estrangeiras atuando em cada um dos casos, somente o fato dos projetos políticos ser “contrastantes com a movimentação do capital mundial”, representantes destes setores, como a mídia e o mundo jurídico, em especial, se convertem automaticamente em “oponentes ativos” (2018, p. 150). Todo este cenário identificado no século XXI, como fruto da geopolítica, dentro do concerto da luta de classes, mostra o dinamismo das forças do capital pela manutenção da ordem.

“Na reprodução social contemporânea, midiática e baseada em informações massificadas e de rede, o direito assume papel importante como espetáculo e como fortalecimento de posições ideológicas. As acusações constantes de ilegalidade, rompimento do republicanismo e corrupção dirigidos a governos de esquerda encontram cadeia de transmissão nos meios de comunicação de massa e nos aparatos judiciários de cada Estado. Assim, formas contemporâneas de luta de classes e de afirmação ainda mais sobrepujante de interesses do capital se fazem à custa dos governos e do direito posto, mas investidas da aura de respeito às instituições. De Manuel Zelaya a Dilma Rousseff, passando pelo combate constante aos governos venezuelanos, entre outros exemplos, a combinação de poder judiciário e mídia substitui, no presente, o papel dos militares no passado” (MASCARO, 2018, p. 150).

Toda esta trama organizada no século XXI tem como a mesma lógica aplicada nos séculos anteriores e, portanto, não deve ser compreendida enquanto uma mudança nos padrões de atuação do direito e do jornalismo burguês. As mudanças, em questão, entendidas como sofisticções, são adequações das forças do capital em relação ao momento histórico e ao estágio da luta de classes que passamos. O levante de povos latinos e caribenhos contra opressões históricas, com reflexos nas instituições, encontrou novamente no imperialismo uma barreira quase que intransponível, tendo em vista o poder das ferramentas largamente à disposição do capital.

Os três golpes de Estado “brandos” até 2016 foram isolados neste momento como três pontos alto deste processo de reversão neocolonial identificado contra a região, entretanto,

ações de menor impacto ocorreram praticamente todos os dias, sob a mesma lógica. O objetivo é manter a classe trabalhadora da América Latina e do Caribe sempre em condições adversas dentro da luta de classes, amarrada à estaca zero. A estratégia geopolítica contra os nossos povos se expressa desta maneira dentro de um sistema que justamente pode se desenvolver a partir da exploração destes povos em questão.

Com todas as ferramentas apresentadas até o presente momento, a fim de iluminar a interpretação geral sobre este problema identificado e qual o papel do jornalismo brasileiro em meio a este território de conflitos, uma análise mais aprofundada e específica sobre um caso em questão deve ser realizada para concretizar todo o arcabouço teórico recrutado. O caso em questão se deve ao comportamento do jornalismo brasileiro durante o quarto golpe contra a onda rosa, justamente em um dos principais pilares do projeto de construção da integração latino-americana e caribenha: a Bolívia dos governos do Movimento Ao Socialismo (MAS), sob condução de Evo Morales e Álvaro Garcia Linera, em 2019.

Apesar do caso boliviano ter sido o escolhido como um recorte mais preciso para o presente estudo, a lógica pode ser aplicada em qualquer outra situação mencionada anteriormente. O golpe boliviano nada mais é do que apenas uma das inúmeras expressões deste fenômeno da luta de classes e da geopolítica. Portanto, o objetivo não é conhecer mais a fundo, e com toda a riqueza de detalhes, o processo histórico boliviano de forma isolada, mas como uma situação completamente entrelaçada com os demais países do subcontinente.

## 5. METODOLOGIA

Na esteira dos ataques diretos das oligarquias nacionais e da derrocada de sucessivos governos de orientação progressista, pelas eleições ou pelos golpes de Estado, bem como outros retrocessos contra a classe trabalhadora dentro do concerto da luta de classes, o ano de 2019 foi particularmente ainda mais efervescente no campo político latino-americano. Logo na primeira semana do ano, a crise venezuelana chegou a um dos patamares mais altos deste o início da Revolução Bolivariana. O presidente eleito em 2013, Nicolás Maduro, como sucessor de Hugo Chávez, foi reeleito no pleito de 2018. Com a posse marcada para o dia 10 de janeiro, diversas organizações internacionais e governos latinos, naquele momento em ampla maioria inclinados à direita do espectro político, emitiram informes garantindo que não iriam reconhecer este segundo mandato presidencial<sup>38</sup>.

Ao largo de todo o ano, as ruas e praças da América Latina e do Caribe experimentaram diversas mobilizações, contra os mais diversos problemas, em um cenário que não é nenhuma novidade, mas em intensidades que passaram a chamar a atenção de analistas e pesquisadores. A rede estadunidense CNN, em edição totalmente em espanhol voltada, sobretudo, para a nosso subcontinente, questionou se os sucessivos eventos contestatórios poderiam representar uma “Primavera Latino-americana”<sup>39</sup>, em alusão aos protestos de 2011 no mundo árabe, conhecidos como “Primavera Árabe”.

Estes tipos de debate surgiram justamente tendo em vista a sucessão de atos a partir de janeiro contra o governo de esquerda na Venezuela, mas principalmente contra os governos de direita no Brasil, Argentina, Chile, Equador, Colômbia, Porto Rico, Honduras, Haiti, entre outras nações e ilhas<sup>40</sup> durante todo o ano de 2019. Em meio a este cenário, foi na Bolívia que acontecimentos entre outubro e novembro marcaram para sempre a história do país andino e, conseqüentemente, a história de toda a região, e que são especificamente analisados neste trabalho. A análise, em questão, ocorre diretamente sobre o comportamento do Jornal Nacional, o carro-chefe da Rede Globo, enquanto um termômetro da mídia empresarial brasileira sobre como foram divulgados para a população brasileira os marcantes acontecimentos de 2019 em nosso vizinho. Todo o arcabouço teórico discutido e levantado até o presente momento, em diversas áreas do conhecimento, tem como objetivo, justamente, servir de embasamento crítico para que a análise sobre o comportamento do JN durante a crise política boliviana não

---

<sup>38</sup><https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/01/10/oea-aprova-declaracao-que-nao-reconhece-legitimidade-do-novo-mandato-de-maduro-na-venezuela.ghtml>

<sup>39</sup><https://cnnespanol.cnn.com/2019/11/22/primavera-latinoamericana-2019-un-ano-de-protestas-en-la-region/>

<sup>40</sup><https://elordenmundial.com/mapas-y-graficos/protestas-en-america-latina-2019/>



permaneça meramente no campo técnico-positivo e em teorias do campo do jornalismo sem interlocução com a economia política e a geopolítica, fundamentais para a compreensão afundo de acontecimentos sociais como este.

## 5.1 FERRAMENTAS METODOLÓGICAS

O presente trabalho se desenvolve sobre as edições do Jornal Nacional no período correspondente a segunda quinzena de outubro de 2019, abrangendo a véspera das eleições bolivianas, até a segunda quinzena de novembro de 2019, abrangendo toda a semana seguinte da deposição de Evo Morales. Neste período de aproximadamente um mês, a Bolívia apareceu na imprensa brasileira em um volume como normalmente não aparece, como não poderia ser diferente frente a este episódio histórico. Em razão da semana do dia 14 (segunda-feira) e 19 (sábado) de outubro de 2019 não ter nenhuma menção ao país, a análise se inicia exatamente no dia 21 de outubro, segunda-feira pós primeiro turno. A análise se encerra somente no dia 20 de novembro, exato um mês das eleições, contabilizando 27 edições do Jornal Nacional, contando que aos domingos não há exibição. A escolha do 20 de novembro como encerramento também se justifica mais adiante, de forma em que a Bolívia, tal qual na véspera da eleição, não foi mais destacada pelo Jornal Nacional.

A partir do primeiro dia se analisa as seis edições semanais do JN de forma completa, por meio do serviço de *streaming* da Rede Globo, a Globoplay<sup>41</sup>. A única diferença entre o produto obtido pela Globoplay se deve à ausência de intervalos comerciais, portanto não há qualquer perda de conteúdo jornalístico nos materiais analisados sob demanda em relação ao que fora veiculado na televisão durante o período em si.

Se contextualizamos anteriormente o desprezo sistemático da América Latina e Caribe na Rede Globo, bem como toda a imprensa brasileira, é preciso compreender de qual forma uma situação política no subcontinente, como a crise de 2019, foi divulgada para milhões de brasileiras e brasileiros, neste raro momento de lentes voltadas para o nosso vizinho andino. Assim sendo, o primeiro ponto objetivo a ser verificado é justamente a presença ou não de produtos midiáticos sobre a Bolívia no período analisado.

A análise se baseia levando em consideração dois tópicos iniciais. Primeiramente, e que precisa ser detalhado antes do segundo, sobre a própria edição do JN em si. Isto é, a partir da existência ou não de matérias, dá-se início a verificação de características presentes nos

---

<sup>41</sup><https://globoplay.globo.com/>

produtos jornalísticos passíveis de verificação de elementos ideológicos, ou seja, um viés ou tendência por parte do veículo midiático contrário ou favorável a determinado posicionamento ou projeto político.

Se analisa inicialmente com o que no jargão jornalístico se chama “escalada”. Segundo Doris Kosminsky (2004, p. 36), a escalada é sempre o início do telejornal, feita pelos âncoras, “que mais do que simples apresentadores, participam na elaboração das notícias, podendo ainda imprimir uma interpretação pessoal na sua leitura”. Ainda de acordo com a autora, de maneira objetiva, a escalada é a relação de matérias de um telejornal, “na sequência em que serão apresentadas” para informar logo de início quais notícias terão mais destaque no programa deste dia, justamente com o objetivo de atrair e manter a atenção e o interesse dos receptores.

Como padrão, também há a alternância da leitura dos assuntos, isto é, cada âncora fala um destaque por vez. Somente após a escalada é que entra a vinheta do JN. Portanto, a verificação de uma matéria sobre a Bolívia na escalada, bem como a forma em que houve a inserção, levando em consideração esta impressão da interpretação pessoal do jornalista, há a possibilidade de identificação de elementos ideológicos logo neste começo de cada edição. A mesma lógica se aplica a visualização de chamadas da matéria na saída entre os blocos, por anunciar o principal destaque da próxima parte do JN após os comerciais.

Outros elementos se referem ao tempo do material em questão, como um marcador da visibilidade que a matéria teve, bem como se houve passagem de um jornalista ou não. Novamente a partir de (KOSMINSKY, 2004, p. 37), a passagem é onde “o repórter geralmente aparece em uma gravação, em primeiro plano, realizada no local onde o acontecimento se desenrola”. Segundo (PATERNOSTRO, 1999, p. 147), “a passagem reforça a presença do repórter no assunto que ele está cobrindo”. Diante desta compreensão, a localidade onde esta passagem foi realizada, então, também passa a ser um objeto de visualização por possivelmente portar ideologia frente a importância deste elemento para o telejornalismo.

Agora sim secundamente, em outro bloco de texto abaixo, um resumo do dia analisado, inclusive o 10 de novembro, ápice da crise boliviana, mas por ser um domingo não houve edição do Jornal Nacional. Neste resumo os acontecimentos destacados descrevem o que de mais importante ocorreu sobre a Bolívia utilizando a ferramenta do Arquivo do Google News<sup>42</sup>, de forma a filtrar por data específica, usando o termos “Bolívia” em todos os casos e as os nomes das principais agências de notícia privadas do centro do capitalismo como “Reuters”, “AFP”, “AP” e “EFE”, bem como mídias estatais destes países metropolitanos “BBC”, “Voice of

---

<sup>42</sup><https://newsinitiative.withgoogle.com/pt-br/resources/trainings/google-news-archive-access-the-past/>

America”, “DW”, “France24”, “Euronews”, e por fim, a estatal russa “RT” e a estatal plurinacional da América Latina e Caribe “Telesur”.

Para além de oferecer um panorama de “fora do JN” sobre os acontecimentos ao leitor, esta parte também tem vinculação com as discussões realizadas no campo da geopolítica ao longo da pesquisa. Ou seja, também se analisa possíveis semelhanças e diferenças dos termos utilizados durante os produtos midiáticos da Globo em relação a estas mídias mencionadas.

Por uma identificação prévia da ausência de um escritório fixo da emissora brasileira, bem como de correspondentes para a Bolívia, este aspecto também se insere na análise sobre o discurso utilizado pelo Jornal Nacional, tendo em vista que por não ter equipe no local as informações repassadas para os brasileiros tiveram de ser obtidas a partir de uma outra empresa. Ao colocar como parâmetro as análises de veículos do centro do capitalismo, como EUA, França e Inglaterra, bem como de localidades não alinhadas com o Atlântico Norte, como Venezuela e Rússia, busca-se uma aproximação sobre qual linha adotada no Jornal Nacional mais se assemelha, para que o papel do jornalismo dentro da geopolítica seja destacada nesta interpretação, em razão de uma crise na Bolívia envolver atores e interesses antagônicos e conflitantes entre os dois blocos de países e suas respectivas mídias.

Todos estes elementos fazem parte da composição da estrutura do material. Os elementos em questão compõem a série de técnicas, estratégias e dispositivos que, por meio de profissionais, são utilizados pelas empresas de comunicação para ampliar ou reduzir algum debate, no que a professora Maria Weber (2017) discorre sobre a forma planejada de estabelecer fatos, temas ou acontecimentos à luz do debate público. Sendo assim, as ferramentas interpretativas e analíticas utilizadas, de forma inserida ao concerto da luta de classes e da geopolítica, tal qual conforme já descrito ao longo da pesquisa, permitem um subsídio necessário para interpretar como a crise política na Bolívia foi retratada pelo Jornal Nacional e distribuído para dezenas de milhões de pessoas em todo o Brasil.

## 5.2 O GOLPE BOLIVIANO E A COBERTURA DO JORNAL NACIONAL

A semana prévia às eleições bolivianas dão mostra ilustrada sobre como o jornalismo brasileiro lida com a América Latina. De segunda-feira (14/10) até a véspera das eleições, no sábado (19/10), em nenhuma edição do Jornal Nacional fez qualquer menção, discussão, abordagem sobre a Bolívia. Nem no fechamento de campanha das candidaturas, que mobilizou milhares de bolivianos em diversas cidades do país, foi mostrada. No dia 18, um episódio que marcou a história recente do Chile começou a ser escrita nas ruas de Santiago, com milhares de

chilenos indo às ruas contra o governo neoliberal de Sebastian Piñera. Entretanto, nada foi abordado neste dia também.

Uma breve matéria foi apresentada no dia seguinte com ênfase na “onda de protestos violentos” e no exército agindo para garantir o cumprimento da lei. Apesar da discussão aqui não focalizar no Chile, vale a reflexão comparativa com a crise venezuelana dos últimos anos. Cabe algumas perguntas neste momento sobre se os protestos fossem na Venezuela, será que haveria ênfase em mostrar a oposição enquanto violenta? E a repressão da Guarda Nacional Bolivariana? Seria para “garantir o cumprimento da lei” ou então “autoritarismo do regime de Nicolás Maduro”? Para agregar a esta reflexão, esta edição de sábado mostra a escalada da violência no México, após prisão do filho de um dos maiores criminosos do país, “El Chapo” Guzmán.

**21 de Outubro no JN:** Na escalada da edição de segunda-feira não houve menção sobre as eleições bolivianas, que viria a aparecer na edição no segundo bloco. William Bonner inicia a matéria com uma bandeira tricolor ao fundo descrevendo que estavam apuradas 57% das urnas e que Evo Morales e o principal concorrente, mas não único, Carlos Mesa, estavam empatados com 42% dos votos.

Para ilustrar o líder socialista, a imagem de Evo aparece na tela por 3 segundos, enquanto Mesa, em um palanque e depois em uma coletiva em pé, aparece por 9 segundos. Bonner descreve que na noite de domingo, dia 20, o Tribunal Superior Eleitoral da Bolívia interrompeu a divulgação de uma contagem preliminar que indicava um segundo turno. Na sequência, na coletiva já citada, Bonner descreve que Mesa acusou o governo de tentar manipular o resultado e que teria convocado protestos, além de mencionar que observadores internacionais, sem aprofundar em quem são e de onde são, teriam pedido por transparência na apuração, de forma que o tribunal havia retomado há pouco a apuração.

As imagens na sequência mostram uma multidão separada por uma barreira policial ao meio. Bonner descreve que no fim da tarde desta segunda-feira ocorreu uma confusão entre apoiadores dos dois candidatos, novamente sem qualquer aprofundamento sobre outros concorrentes. A imagem da multidão segue, de forma em que fica evidente que a câmera estava posicionada do lado dos bolivianos contrários ao governo de Evo Morales, que empunhavam a bandeira da Bolívia. Ao fundo e mais distante, estão os apoiadores do MAS, com menos bandeiras da Bolívia, mais bandeiras Wiphala, enquanto um importante símbolo dos povos indígenas da região, e muitas bandeiras e artigos na cor azul, a cor predominante do *Movimiento*

*Al Socialismo*. A matéria acaba com o retorno ao estúdio para o início de matéria sobre os protestos no Chile sem qualquer comentário.

Figura 2 – Barreira policial



Fonte: Jornal Nacional. Sem citar a fonte, as imagens mostram manifestantes contrários e favoráveis à Evo separados por uma barreira policial. A câmera está dentro do espaço onde a direita boliviana era maioria

A título de breve comparação, a matéria no Chile é mais longa do que os 45 segundos sobre a Bolívia e conta com passagem da jornalista Cláudia Bomtempo, apesar de ser de Brasília, além de duas entrevistas via internet com brasileiros no país andino. Novamente, não há qualquer correspondente ou enviado especial para acompanhar qualquer uma das questões. Ao final do JN, como uma das últimas matérias, há a apresentação sobre a semifinal da Copa Libertadores entre os dois maiores times argentinos, Boca Jrs. e River Plate, com jogo da volta com mando dos Xeneizes. O jornalista Raphael Sibilla foi enviado pela Globo para Buenos Aires, entrevista torcedores em matéria mais aprofundada, com aproximadamente dois minutos, e realiza passagem em frente à La Bombonera. Isto é, o não envio de correspondentes para La Paz ou até mesmo Santiago não poderia ser justificado por uma possível e mera contenção de despesas da emissora.

**21 de Outubro fora do JN:** Apesar de em nenhum momento ter ocorrido qualquer debate ou discussão mínima sobre as regras eleitorais no país, os 45 segundos não falam sobre um ponto que deveria ser essencial para tratar sobre o tema: o que um candidato precisa para ser eleito. Na Bolívia, diferente do Brasil onde é preciso superar a casa dos 50% mais um voto, caso um

candidato supere a marca de 40% dos votos válidos e esteja 10% acima do segundo candidato a eleição se encerra em primeiro turno. No final da tarde de segunda-feira e começo da noite já havia a indicação clara de que Evo seria reeleito em primeiro turno, tendo em vista que a diferença entre Evo e Mesa estava próximo dos 10% e que as urnas restantes a serem apuradas eram de localidades onde o MAS apresentava fortes resultados, acima dos 80% de preferência, desde 2005<sup>43</sup>. Isto é, a margem de dois dígitos seria superada. O fato se consolidou, inclusive, durante a edição do Jornal Nacional. Diversos veículos de comunicação de variados países, em especial os contra hegemônicos, deram a notícia no começo da noite de segunda com a confirmação da reeleição de Evo<sup>44</sup>.

A situação destoava completamente do tom utilizado pelo Jornal Nacional, onde as dúvidas ainda pairavam, mesmo sem qualquer explicação mais aprofundada. Na realidade, no momento em que Bonner mencionou que havia um empate e que 57% das urnas estavam apuradas, na verdade, a diferença já se aproximava dos 10% e Evo era virtualmente reeleito. Exatamente às 20h31, um minuto após o início do JN, o jornalista da Telesur, Rolando Segura, publicou em rede social própria que a contagem estava em 95%, com base nas publicações oficiais do Tribunal Superior Eleitoral boliviano, e não haveria mais condições de Carlos Mesa ensejar qualquer reação, de forma a confirmar o quarto mandato do líder indígena e socialista<sup>45</sup>. Em documento oficial do governo mexicano publicado meses mais tarde, há a confirmação de que o Tribunal divulgou oficialmente a reeleição de Evo no dia 21 por volta das 19h da Cidade do México, 21h no horário de Brasília (SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES, p. 10, 2021). A matéria do Jornal Nacional teve início às 20h54.

**22 de Outubro:** Novamente sem aparição na escalada, a Bolívia desta vez aparece no primeiro bloco, logo após nova matéria sobre os protestos no Chile. A apresentadora Renata Vasconcelos inicia destacando da bancada que a Organização dos Estados Americanos (OEA) irá se reunir, em caráter de urgência, em Washington, capital dos EUA, para discutir a disputa presidencial na Bolívia. Renata relata que “acusações de fraude e diferenças nas duas contagens oficiais de votos levantaram suspeitas sobre o resultado”. Ela esclarece, em primeiro movimento mais informativo sobre o sistema boliviano, sobre a existência dos dois sistemas, sendo um de contagem rápida e o outro sendo manual, voto a voto.

---

<sup>43</sup>[http://spanish.xinhuanet.com/2019-10/21/c\\_138489690.htm](http://spanish.xinhuanet.com/2019-10/21/c_138489690.htm)

<sup>44</sup><https://www.telesurtv.net/news/evo-morales-presidente-gana-elecciones-bolivia-20191020-0024.html>

<sup>45</sup><http://www.cubadebate.cu/noticias/2019/10/21/evo-morales-es-reelegido-presidente-de-bolivia-obtiene-468-por-ciento-de-los-votos/>

Figura 2 – Início dos protestos



Fonte: Jornal Nacional. Imagens de protestos contra Evo Morales são destacadas nos produtos do JN, enquanto a de favoráveis ao político do MAS eram sumariamente minimizados

A apresentadora descreve que a “incerteza” levou aos protestos violentos, com variação de imagens no momento das votações e imagens de barricadas em chamas e manifestantes sendo dispersados com bombas de gás lacrimogêneo. A matéria é finalizada com a dúvida sobre se haverá segundo turno ou não e com a informação oriunda do governo de que “vai aceitar o resultado das urnas”. A matéria de apenas 42 segundos, sem identificação das fontes das imagens, entrevistas ou passagens se encerra com o retorno à bancada sem comentários adicionais.

**22 de Outubro fora do JN:** Ao longo de toda a terça-feira, diversos grupos e partidos políticos da América Latina saudaram e reconheceram a vitória eleitoral de Evo em primeiro turno<sup>46</sup>. No mesmo dia, conforme destacado pela Telesur, o presidente da Assembleia Nacional Constituinte de Venezuela, Diosdado Cabello, chamou a atenção para o fato de que desde os Estados Unidos se armava uma manobra para prejudicar o processo. A própria Telesur também deu destaque sobre os chamados feitos pelo MAS-IPSP para mobilização nas ruas bolivianas

<sup>46</sup><https://www.telesurtv.net/news/bolivia-elecciones-felicitaciones-victoria-evo-morales-20191022-0007.html>

em “defesa da democracia”<sup>47</sup>, ao mesmo tempo em que pediam “responsabilidade” aos opositoristas que também estava mobilizados<sup>48</sup>.

Novamente, o cenário de extrema complexidade não foi abordado pelo JN, bem como elementos centrais para a melhor compreensão da crise foram deixados de fora da curta matéria. O que se observa, dentre as principais mídias privadas e estatais do centro do capitalismo, é que o material realizado pela DW, estatal alemã, com apoio da espanhola EFE e da francesa AFP, foi o que construiu um discurso que está na mesma linha e ordem que o material da Rede Globo<sup>49</sup>. O foco utilizado também ficou na convocação de reunião de emergência por parte da OEA, tal qual as incertezas diante das denúncias de fraude e diferenças nas contagens.

Assim como na segunda-feira, argumentações oferecidas pelo MAS-IPSP também foram sistematicamente desconsideradas para inclusão na matéria de terça-feira, de forma em que o relato de uma possível fraude teve caminho livre para avançar nas mentes dos milhões de espectadores que não tiveram qualquer outra informação da crise boliviana, como os reconhecimentos ou entendimentos de que a tendência apresentada desde domingo à noite levaria a uma vitória em primeiro turno.

**23 de Outubro:** A edição de quarta-feira não teve qualquer menção ao o que ocorria na Bolívia durante a escalada. No terceiro e último bloco, houve novo material, novamente somente com imagens cobertas, sem qualquer aprofundamento sobre a crise local e destaque para o número de mortos que já superava a casa dos 20. A matéria acaba com a entrada no tema sobre futebol.

**23 de Outubro fora do JN:** Justamente na quarta-feira, deu-se início a uma paralisação em diversas localidades da Bolívia, sob convocação de movimentos e políticos de direita, contra Evo Morales<sup>50</sup>. Ao mesmo tempo, também com milhares de manifestantes socialistas nas ruas, o presidente da Bolívia realizou declaração oficial de que havia efetivamente vencido o pleito para um quarto mandato consecutivo<sup>51</sup>. Ao mesmo tempo, chamou a atenção do mundo para uma tentativa de golpe de Estado que estava em marcha. A partir desta data, a OEA cumpre um papel fundamental para os desdobramentos que se sucederam nas semanas seguintes.

---

<sup>47</sup><https://www.telesurtv.net/news/bolivia-elecciones-felicitaciones-victoria-evo-morales-20191022-0007.html>

<sup>48</sup><https://www.telesurtv.net/news/bolivia-exige-responsabilidad-violencia-oposicion-20191022-0002.html>

<sup>49</sup><https://www.dw.com/es/la-oea-convoca-a-reuni%C3%B3n-extraordinaria-sobre-bolivia/a-50940124>

<sup>50</sup><https://www.vozdeamerica.com/a/bolivia-inicia-paro-civico-a-la-espera-de-resultados-oficiales-de-las-elecciones-/5135721.html>

<sup>51</sup><https://www.forbes.com.mx/evo-morales-declara-triunfo-en-eleccion-para-cuarto-mandato-en-bolivia/>



Apesar da contagem oficial estar próximo do 100%, em concomitância com a informação de que a tendência era irreversível, o então diretor de Observação Eleitoral da entidade, Gerardo de Icaza, afirmou que a “melhor opção” para a Bolívia seria a convocação de um segundo turno<sup>52</sup>. Aqui se observa um ponto alto nesta crise. De acordo com a legislação, conforme já informado, caso um candidato supere a marca de 40% e esteja com vantagem em mais de 10% sobre o segundo colocado as eleições se encerram na primeira votação. Assim sendo, por qual razão deveria ser realizado um segundo turno? Até este presente momento, nem a OEA, bem como qualquer outra entidade, havia apresentado qualquer documento ou provas de que a contagem dos votos havia sido fraudada, independente de qual forma fosse.

O que se identifica a partir desta quarta-feira, é a consolidação da ingerência da OEA sobre o processo boliviano, não a partir de fatos identificados, mas de suposições levantadas por um dos lados na disputa, enquanto o lado governista tinha os posicionamentos e argumentos reiteradamente desconsiderados. Ainda assim, o dia foi extremamente movimentado, de modo em que a ausência de qualquer apresentação no Jornal Nacional não condiz com o que fora observado fora do jornalismo brasileiro.

**24 de Outubro:** Depois da ausência em dia conturbado, a Bolívia retorna com força no Jornal Nacional, com a primeira aparição na escalada da edição de quinta-feira, como segunda matéria mencionada. Apesar dos resultados indicarem vitória de Evo desde segunda-feira, também foi a primeira vez em que o JN menciona a vitória eleitoral. Ao mesmo tempo, reiteraram que a União Europeia e a OEA pediram um segundo turno. O primeiro bloco é dedicado inteiramente a questões da política interna no Brasil, entretanto, na chamada para o segundo bloco Bonner menciona que “Chile e Bolívia vivem crises na política e protestos nas ruas”, enquanto imagens mostram ambos os países com o título “tempo instável”, em letras garrafais.

---

<sup>52</sup><https://www.dw.com/es/oea-considera-que-ser%C3%ADa-mejor-opci%C3%B3n-convocar-una-segunda-vuelta-en-bolivia/a-50955392>

Figura 3 – Intervalo do JN



Fonte: Jornal Nacional. Conflitos entre os grupos políticos são destacados pelo JN, antes do intervalo

A matéria sobre a crise boliviana entra na segunda metade do segundo bloco, após matéria envolvendo imigrantes mortos na Inglaterra, dentro de um caminhão. Logo na sequência, com a bandeira tricolor ao fundo, Renata enfatiza que “há pouco” o Tribunal Eleitoral declarou a reeleição em primeiro turno. Ainda na bancada, novamente reitera que apesar disso, em razão das denúncias de fraudes, União Europeia e a Organização dos Estados Americanos recomendaram um segundo turno.

A edição desta quinta-feira trouxe o terceiro ineditismo sobre o caso: a narração de um jornalista sobre as imagens que não fosse Renata ou Bonner. É Alberto Gaspar, afirmando que Evo Morales, antes da finalização completa da apuração, informava sobre a vitória em primeiro turno. Evo permanece na tela por 12 segundos. Logo na sequência, com Carlos Mesa ao centro da imagem e diversas figuras opositoras ao lado, Alberto menciona que a oposição afirma que houve fraude eleitoral e que o ex-presidente de direita “exigiu hoje que fosse convocado um segundo turno, de maneira idônea, independente e imparcial”. Mesa permanece em destaque por 16 segundos na imagem.

Novamente pela primeira vez, o JN disponibiliza uma arte, ainda que simples, para que a explicação de Gaspar sobre os dois tipos de apuração pudesse ser melhor ilustrada na matéria, com destaque para a apuração voto a voto que é mais lenta. A narração continua com o destaque sobre o fato de o Tribunal Eleitoral ter sido questionado desde domingo (20), por conta da “suspensão da divulgação” da contagem rápida (TREP), onde “apontava a tendência de um

segundo turno”. Alberto Gaspar continua e afirma que “depois de 23 horas, o Tribunal anunciou novos resultados com mais de 95% dos votos. Aí, Evo Morales já tinha uma vantagem de mais de 10 pontos sobre o segundo colocado, o que pelas regras locais garantiria a vitória já no primeiro turno”.

Figura 4 – Arte sobre a TREP



Fonte: Jornal Nacional. Produção insere primeira arte durante a cobertura para explicar, ainda que de forma rápida e superficial, os dois sistemas de apuração

A matéria continua com imagens de Evo sendo empossado para o primeiro mandato, com Alberto Gaspar relatando que está na presidência desde 2006 e que, “se ganhar agora, irá para um quarto mandato”. A matéria corta para uma entrevista com o professor de relações internacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Oliver Stuenkel, com o seguinte comentário: “Morales busca se perpetuar no poder. Ele perdeu um referendo sobre a possibilidade de concorrer mais uma vez e ignorou o resultado. No fundo, há muitas dúvidas sobre a legitimidade da própria candidatura do Morales e isso aumenta as dúvidas da oposição em relação a seriedade e a transparência deste processo de recontagem”.

A reportagem, no caso, dá sequência com Alberto mostrando imagens de uma reunião da OEA, relatando que a Organização em questão e a União Europeia recomendam que ocorra um segundo turno “de qualquer forma”. Ao mesmo tempo, narra que, segundo a OEA, “vários princípios que regem uma eleição democrática foram violados”. Retoma com a informação de que, segundo a União Europeia, “é preciso retomar a confiança”.

A imagem volta a destacar Evo enquanto Alberto diz, mencionando que é um ponto de vista do presidente boliviano, “está sendo vítima de uma tentativa de golpe de Estado por parte

do que ele chama de direita internacional”. Na sequência, informa que nos últimos dias houve vários protestos de ambos os lados. Alberto Gaspar aparece em passagem em algum bairro de São Paulo mencionando que a violência política preocupa a comunidade boliviana na capital paulista, “que já é a maior entre os estrangeiros que vivem na cidade”, principalmente pelo interesse de muito em voltar para a Bolívia um dia. Alberto entrevista um imigrante boliviano, chamado Vítor Hugo, que menciona que as pessoas estão “brigando por um lado e por outro, mas o país é um só”.

Figura 5 – Imigrante no Brasil



Fonte: Jornal Nacional. Imigrante boliviano em São Paulo é entrevistado, sem ser questionado algo de maior profundidade

A reportagem acaba com este imigrante e retorna à bancada com Renata Vasconcelos informando que os governos da Argentina, sob presidência de Maurício Macri, do Brasil, sob presidência de Jair Bolsonaro, da Colômbia, sob presidência de Ivan Duque, e dos Estados Unidos, sob presidência de Donald Trump, “também pediram que a Bolívia realize um segundo turno”. Com o encerramento neste exato momento, a Bolívia ocupou 3 minutos e 10 segundos do Jornal Nacional nesta edição de quinta-feira.

Apesar do largo tempo disponível, incomum para a América Latina, mesmo em abordagem sobre problemas e aspectos negativos, o material em questão está recheado de elementos ideológicos. A partir do destaque sobre as posições da OEA e da UE, nenhuma outra entidade foi mencionada. Conforme já debatido nos campos da economia política e da geopolítica, é preciso ter em mente quais os papéis exercidos pela União Europeia e pela

Organização dos Estados Americanos, sobretudo em assuntos de interesse de um país periférico e dependente como a Bolívia, que também ocupa posição destacada dentro do avanço de projetos de esquerda na América Latina.

O argumento central utilizado para justificar uma possível fraude se dá pela mudança no padrão dos votos entre a noite de domingo e a manhã de segunda-feira, onde a TREP possivelmente apontaria a indicação de segundo turno e que a mudança em questão ocorreu 23 horas depois. Sobre o tempo indicado por Alberto, a informação é descontextualizada.

Ao mesmo tempo, o jornalista não faz qualquer tipo de contextualização sobre o fato de que as urnas que demorariam mais tempo para chegar ao TSE, e portanto, seriam as últimas a passar pelo escrutínio, eram de localidades reconhecidamente como redutos eleitorais do MAS, de forma em que já era esperado, sem qualquer dúvida, de que os votos finais beneficiariam Evo Morales.

Da forma passada pelo discurso de Alberto Gaspar, há uma indução ao espectador de que, realmente, houve algo atípico na metade final da apuração, quando na verdade ocorreu exatamente o que foi verificado nas outras três eleições vencidas pelo Movimento Ao Socialismo<sup>53</sup>. A ocultação deste fenômeno político na Bolívia compromete a compreensão sobre o cenário boliviano e contamina o produto midiático que, de forma idealizada, deveria oferecer ao público conhecimento a respeito do tema abordado.

De forma ainda mais grave e contaminante, a entrevista realizada com o professor de relações internacionais, é completamente permeada por discurso ideológico e desinformação. Antes do próprio conteúdo em si, é preciso sempre levar em consideração quais os possíveis critérios para a escolha de uma fonte. São inúmeras as possibilidades dentro do Brasil, especialmente com professores e especialistas em América Latina, sobretudo Bolívia, pesquisadores sobre geopolítica, entre outras possibilidades. A escolha de Oliver Stuenkel não se deu ao acaso. Oliver é exatamente um especialista em geopolítica e países “emergentes”, nascido na Alemanha e professor associado da FGV. Entretanto, ao iniciar a entrevista afirmando categoricamente que Evo “quer se perpetuar no poder” oferece apenas uma visão enviesada, a partir do que ele supõe que a liderança indígena teria como objetivo.

Além de destacar e reforçar basicamente tudo o que já havia sido mencionado na reportagem, traz um elemento novo, de forma distorcida e com a ocultação de informações fundamentais. Oliver relata que Evo perdeu um referendo de modo em que o presidente estaria impossibilitado de concorrer a um novo mandato e, ainda assim, ignorou a decisão. Esta

---

<sup>53</sup><https://sputniknews.lat/20191021/bolivia-triunfo-de-evo-morales-a-la-espera-del-voto-rural-1089057500.html>

informação é verdadeira<sup>54</sup>. De fato, Evo perdeu o referendo de 2016, onde 51,3% dos bolivianos disseram “não” à possibilidade de que presidentes pudessem ser reeleitos por duas vezes consecutivas. No entanto, Oliver oculta, não por mero esquecimento pontual, mas de forma pensada, uma decisão do Tribunal Constitucional Plurinacional (TCP) que garantiu a participação de Morales nas eleições de 2019<sup>55</sup>.

Com críticas ou defesas desta medida tomada em julgamento na suprema corte boliviana, independente do que cada um defende, o que ocorre é que juridicamente e legalmente Evo estava efetivamente livre para disputar o pleito de 2019. A não contextualização por parte de Oliver ou de Alberto Gaspar demonstra que na construção do produto midiático ficou evidente que determinadas informações ficam de fora apesar do alto impacto para a compreensão da questão. Mesmo com este fato omitido pelo professor da FGV, a reportagem poderia contar com outro ou outra especialista, a fim de oferecer um contraponto ainda que mínimo. No entanto, a única autoridade presente no material foi, ao mesmo tempo, o mais crítico de Evo.

Por fim, este processo de desintegração se aprofunda também ao mostrar que Alberto Gaspar permaneceu em São Paulo e que a Rede Globo não enviou qualquer jornalista para o país vizinho para que a cobertura fosse feita no calor das ruas de La Paz. Ao entrevistar aleatoriamente um boliviano imigrante, que relata apenas o receio de que a crise agrave as condições sociais do país, a reportagem termina da mesma forma em que começou: sem qualquer aprofundamento crítico e com um roteiro pré-definido onde Evo precisa ser mostrado para dezenas de milhões de brasileiros enquanto um antidemocrata e, portanto, um exemplo a não ser seguido ou admirado.

**24 de Outubro fora do JN:** Tendo em vista que este foi o primeiro material efetivamente completo sobre o que estava ocorrendo na Bolívia, independentemente dos problemas já devidamente elencados acima, a quinta-feira pós-eleições teve como centro da atenção a impossibilidade, matematicamente falando de virada por parte de Carlos Mesa, também destacado pelo JN. Aos mais atentos e, sobretudo, presentes em território boliviano, houve apenas a confirmação efetiva do que as análises apontavam. Ainda no dia 24, o TSE do país,

---

<sup>54</sup><https://cnnespanol.cnn.com/2019/11/12/el-referendo-de-2016-el-momento-en-el-que-evo-morales-empezo-a-perder-apoyo/>

<sup>55</sup><https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-42159445>



também anunciou que haveria uma recontagem dos votos para acabar com as dúvidas sobre o processo, tendo início já no dia 25<sup>56</sup>.

Em coletiva dada por María Eugenia Choque, então presidenta do Tribunal Supremo Eleitoral, houve o chamado para que organizações como a ONU, OEA e União Europeia comparecessem e participassem durante a supervisão da recontagem dos votos. Evo Morales seguiu no mesmo caminho e também reforçou o convite, estendendo à toda “comunidade internacional” e especialmente a toda oposição para acompanhar a recontagem “voto por voto”. Por fim, Evo também garantiu que se houvesse alguma mudança de resultado, iria ao segundo turno com confiança. Ao deixar de fora da reportagem estas informações, o material do Jornal Nacional omite a oficial tranquilidade do governo em relação às críticas, de modo em que o que fora mais abordado foi apenas Evo, de certa forma, “contra a parede”.

**25 de Outubro:** Na sexta-feira, o Jornal Nacional não contou com a Bolívia na escalada, entretanto, a matéria sobre a situação apareceu ainda no primeiro bloco. Bonner inicia a fala destacando que “manifestantes interditaram ruas da capital da Bolívia para pedir uma auditoria nos resultados da eleição presidencial”. Ao entrar nas imagens cobertas, há destaque para um pequeno grupo de manifestantes empunhando a tricolor, mostra de um cartaz escrito “*Democracia SI, Dictadura NO*”, enquanto o âncora do JN relata que os protestos haviam começado ainda no domingo, dia da eleição, em razão da “contagem oficial ter sido suspensa por quase 24 horas”.

---

<sup>56</sup><https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-50179895>

Figura 6 – William Bonner e bandeira



Fonte: Jornal Nacional. Na ampla maioria dos materiais, enquanto a leitura era feita na bancada, a bandeira da Bolívia permanecia ao fundo.

Na sequência, há a aparição de Evo em uma coletiva enquanto Bonner destaca que o presidente obteve um quarto mandato consecutivo e que já afirmava que ganharia em primeiro turno. A edição do JN inclui uma pequena arte informando sobre o alcance das 100% das urnas apuradas, com Morales 47,07% e Mesa 36,51%. A imagem corta para coletiva a céu aberto de Carlos Mesa com Bonner narrando que ele é o líder da oposição e ex-presidente do país e afirma ser vítima de uma fraude. Há o contraponto lido por Bonner ao relatar que Evo afirma estar sendo vítima de um golpe de Estado. A imagem retorna para os estúdios, com leitura de Bonner e a bandeira boliviana ao fundo, enquanto o jornalista finaliza o material afirmando que “no fim do dia, a presidência do Tribunal Superior Eleitoral da Bolívia declarou estar aberta a uma auditoria”. Do começo ao fim, são 43 segundos dedicados à situação.



Figura 7 – Protestos nas ruas



Fonte: Jornal Nacional. As imagens de protestos nas ruas destacam prioritariamente, e quase que exclusivamente, manifestantes de direita

Aqui, novamente, além do problema em relação a informação sobre a contagem ter supostamente ficado suspensa por quase um dia, o ponto central deve ser a respeito da informação do TSE. Conforme demonstrado anteriormente, já havia a movimentação por parte do próprio Tribunal, como de Evo, para que uma auditoria e uma recontagem pudessem ser feitas. Inclusive, ao destacar o fato da presidência do TSE “estar aberta” dá novamente a conotação de instituições contra a parede, encurraladas pelos protestos, ao invés de um movimento feito pela entidade justamente por não temer qualquer reviravolta e um dia antes destes protestos mostrados. Outro aspecto de suma importância, novamente omitido pelo JN, se deve ao aparecimento de imagens apenas de opositoristas, inclusive em um ato de rua com baixa adesão. As mobilizações realizadas por partidários do MAS foram sumariamente excluídas do material, não mostrando aos espectadores as ações dos eleitores de Evo Morales.

**25 de Outubro fora do JN:** Um padrão pode se observar com mais força a partir dos dias. Tal qual a abordagem realizada pelo Jornal Nacional no dia 22 seguiu basicamente a mesma linha construída pela estatal alemã DW, com informações da EFE e da AFP, a matéria de sexta-feira seguiu a mesma linha de outro meio oriundo do centro do capitalismo: Reuters<sup>57</sup>. Em publicação

<sup>57</sup><https://www.reuters.com/article/elecciones-bolivia-idARL2N27A0EF>

aberta feita pela manhã do dia 25, o produto midiático da poderosa agência de notícias inglesa foca justamente no bloqueio de vias realizado por manifestantes contrários à reeleição de Evo. Na primeira metade, as informações repassadas são quase as mesmas narradas por Bonner, em uma situação difícil de acreditar em coincidências, tendo em vista o não envio de jornalistas da Globo para a Bolívia. Isto é, na coleta de informações para a escrita do texto, há indícios de que o material da Reuters tenha sido usado como referência preferencial.

Assim como o JN, a Reuters também não deu destaque aos protestos realizados por manifestantes pró-Evo, bem como ao reconhecimento do novo mandato presidencial emitido por presidentes e chanceleres<sup>58</sup>. Outro fato bastante comentado e divulgado por parte de partidários do MAS a partir de quinta e durante toda a sexta-feira se deveu a uma entrevista de Evo para o canal Bolívia TV, onde houve respostas de questionamentos diversos e informações sobre todo o processo<sup>59</sup>. Apesar do impacto causado pela entrevista, com fortes críticas a ataques e incêndios em escritórios regionais do TSE, nem a entrevista, com as falas de Evo, tampouco as denúncias e os crimes cometidos a órgãos do Estado foram divulgadas<sup>60</sup>.

A estatal russa, RT, abordou como principal enfoque do dia 25 os embates em várias partes do país<sup>61</sup>, onde manifestantes dos dois lados trocaram acusações mútuas, além de agressões, com o registro de dezenas de feridos. A divulgação deste tipo de informações, no mínimo, deixa claro aos espectadores de que não há apenas um lado convicto de que está correto. Neste dia em especial, mas possível de verificar desde domingo dia 20, Telesur e RT realizam coberturas mais completas e profundas sobre a crise boliviana, abordando aspectos fundamentais para a compreensão da situação de extrema complexidade e oferecendo muito mais espaço proporcional para o lado de Evo. Reuters e outras agências privadas ou estatais do centro do capitalismo seguem em uma linha que amplia as desconfianças sobre o governo e destaca com muito mais ênfase as posições da direita boliviana. Como já é possível observar de forma bastante cristalina, diante destes dois grandes blocos midiáticos o JN se baseia e se posiciona junto do segundo.

**26 de Outubro:** A edição de sábado foi sob apresentação de Lyderwan Santos e Lucimar Lescano, em virtude de uma ação da Rede Globo para comemorar os 50 anos de Jornal Nacional, tendo as edições de sábado contavam com apresentadores de diversos locais do

---

<sup>58</sup><https://www.telesurtv.net/news/felicitan-presidente-bolivia-evo-morales-reeleccion-20191025-0006.html>

<sup>59</sup><https://www.trabajadores.cu/20191025/bolivia-desmontan-mentiras-de-oposicion-sobre-supuesto-fraude/>

<sup>60</sup><https://www.lostiempos.com/actualidad/pais/20191023/queman-tribunales-electorales-beni-santa-cruz>

<sup>61</sup><https://actualidad.rt.com/actualidad/331410-registrar-enfrentamientos-bolivia-confirmacion-triunfo-evo>

Brasil. A Bolívia voltou a aparecer na escalada, como a terceira matéria. Lucimar descreve que Evo Morales convidou a “comunidade internacional” a fazer uma auditoria nas eleições. Esta fala de Evo, no entanto, já havia sido realizada no dia 24. Durante a edição, Bolívia aparece no segundo bloco, em um momento de extrema raridade para o jornalismo hegemônico brasileiro, com o predomínio de informações sobre a América Latina, devido às eleições de domingo (27) no mesmo dia na Argentina, Uruguai, além do pedido feito pelo presidente do Chile para que os ministros entregassem os cargos, como forma de frear a onda de protestos.

Sobre a crise boliviana, o enfoque inicial se deu sobre o pedido do presidente para a participação na auditoria, além do fato de países como Argentina, Brasil, Estados Unidos e União Europeia até este momento não terem reconhecido as eleições de Evo. Sob narração de Lucimar, novamente há espaço para fala do presidente, afirmando que se uma fraude fosse confirmada aceitaria a disputa do segundo turno contra Carlos Mesa. As imagens saem do estúdio e mostram Evo e Mesa em tempos iguais, mas logo na sequência há gravações apenas de opositores. Enquanto as imagens são passadas, Lucimar narra que “há seis dias manifestantes ocupam as ruas de várias cidades por conta de suspeitas de problemas na contagem de votos”. Novamente, nenhuma imagem de manifestações pró-Evo ou qualquer outro comentário mais explicativo sobre os argumentos utilizados e que discordavam das acusações de existência de suposta fraude. O material de sábado dura apenas 41 segundos.

**26 de Outubro fora do JN:** Dentre os acontecimentos registrados no sábado de alto impacto na crise boliviana, novamente sumariamente omitido pelo JN, se deu por nova manifestação de Evo Morales em orientação para a base do MAS estar preparada para realizar uma espécie de certo ao redor das principais cidades do país<sup>62</sup>. A própria Reuters, com correspondente direto de La Paz, informou que em caso de ampliação das ações dos opositores nas ruas, o caminho seria os apoiadores socialistas, sobretudo das zonas rurais, retomarem medidas que remetem as tradições de luta na Bolívia. Desde o século XIX, foram registrados cercos para impedir a entrada de produtos e pessoas em determinadas localizações como um método efetivo de reivindicação de demandas.

A declaração do presidente boliviano, inclusive, se deu em um ato de rua, com ampla participação de trabalhadores, principalmente mineiros de cooperativas da região de Cochabamba, localidade onde Evo venceu com importante vantagem sobre os demais candidatos. Apesar da transmissão da mobilização via televisão estatal boliviana, Reuters e

---

<sup>62</sup><https://www.reuters.com/article/elecciones-bolivia-idLTAKBN1X50FQ>

demais agências ou mídias privadas do centro do capitalismo não mostraram o evento. Ainda pela Reuters, diferentemente do JN, houve menção sobre as mensagens de felicitações e reconhecimentos da vitória em primeiro turno de presidentes. Por fim, também há menção sobre a nota do Itamaraty, sob comando de Bolsonaro, de que o Brasil só iria reconhecer as eleições após auditoria da OEA. De forma oficial, a Alemanha pediu a realização de um segundo turno<sup>63</sup>.

Nota-se que até este momento não havia qualquer prova, indício ou até mesmo uma indicação de como, de qual forma e qual o impacto desta possível fraude sobre as eleições, apenas respaldo direto aos argumentos da oposição. Ao mesmo tempo, faria mais sentido, no limite da razoabilidade, pedir a anulação das eleições por inteiro, tendo em vista que, se de fato tivesse ocorrido alguma irregularidade, não há qualquer embasamento mínimo na ordem jurídica da Bolívia para que os dois melhores candidatos fossem ao segundo turno. O pedido por um segundo turno sem qualquer indício de fraude não se justifica de qualquer forma, em razão de Evo ter superado a margem dos 10% e acima dos 40% em primeiro turno. O pedido em questão trata-se de um “Frankstein” jurídico.

Em linhas gerais nesta primeira semana de cobertura, o que se observa a partir dos materiais do JN é que além de um evidente alinhamento com a política externa dos EUA e da Europa, bem como das mídias principais do Atlântico Norte, a emissora brasileira também não se aprofunda e trata as questões de forma superficial. Se o embasamento do JN se desse 100% exatamente com as mídias estatais da Alemanha e França ou das agências de notícias dos EUA e Inglaterra, por exemplo, as informações chegadas aos brasileiros já seriam prejudiciais para a compreensão do caso em questão, muito mais sobre todas as relações geopolíticas por trás da crise boliviana.

Entretanto, para além deste problema, que já é significativo por si só, nestas seis primeiras edições do JN pós eleições do dia 20, bem como a semana anterior sem qualquer abordagem sobre o tema, mostra que o jornalismo brasileiro, capitaneado pelo JN/Rede Globo, tem uma diferença em relação à mídia oficial “atlantista”, produzindo materiais jornalísticos de qualidade ainda mais empobrecida seja nas informações reproduzidas, no tempo disponibilizado, na variedade de fontes e opiniões, bem como em outros aspectos caros aos jornalismo enquanto um importante meio para a disseminação de informações sobre a política e a cultura de modo geral.

---

<sup>63</sup><https://www.dw.com/es/alemania-se-une-a-las-demandas-de-una-segunda-vuelta-en-bolivia/a-50999199>

**28 de Outubro:** Depois da folga de domingo, onde não há apresentação do Jornal Nacional, a segunda-feira voltou a contar com uma matéria sobre a Bolívia, em segundo bloco. Desta vez, Renata Vasconcelos afirma logo de início que manifestantes dos dois lados voltaram às ruas e se envolveram em confrontos. Imagens são mostradas com policiais, manifestantes e bombas explodindo, enquanto há o relato de que 30 pessoas ficaram feridas. Renata reitera que na sexta-feira o TSE declarou a vitória de Evo para um quarto mandato, “mas a oposição afirma que houve fraude na apuração e pediu um segundo turno”. São apenas 25 segundos de informações, do estúdio às imagens cobertas, sem maiores aprofundamentos, entretanto, repassadas para o público de forma mais equilibrada do que nos outros dias.

**28 de Outubro fora do JN:** De maneira geral, os principais acontecimentos da segunda-feira na Bolívia foram justamente as diversas marchas, dos dois lados, e principalmente os confrontos entre os grupos. A partir da Reuters, novamente, houve a divulgação das mobilizações, mas com um destaque especial para o lado oposicionista<sup>64</sup>. As brigas entre os grupos e a polícia foram de grande impacto no país e resultou no anúncio oficial da Federação Boliviana de Futebol (FBF) sobre a suspensão do campeonato nacional<sup>65</sup>.

No sentido contrário das agências de notícias, mídias estatais europeias e, principalmente, do Jornal Nacional, a Telesur destacou ao longo da segunda-feira a nova composição da Câmara dos Deputados e do Senado<sup>66</sup>. Em ambas as casas legislativas, o partido MAS obteve maioria e, portanto, manteria a força dos últimos anos com possibilidade de aprovação de qualquer projeto de interesse do governo. O enfoque do material da Telesur demonstra maior profundidade sobre as eleições, tendo em vista que, como já informado, o processo eleitoral era geral e não apenas presidencial. Ao longo de uma semana de matérias do JN, em nenhum momento houve qualquer discussão ou apresentação sobre a estrutura do legislativo boliviano, qual o número de cadeiras ou qualquer informação do tipo. Este é mais um, dos vários aspectos políticos e culturais, que o jornalismo brasileiro não transmitiu e não tratou de informar sobre a população, como uma forma de repassar conhecimento mais aprofundado sobre as especificidades da realidade política na Bolívia.

---

<sup>64</sup><https://www.reuters.com/article/elecciones-bolivia-idESKBN1X71HI>

<sup>65</sup><https://www.americatv.com.pe/deportes/futbol-mundial/bolivia-fbf-paralizo-otra-vez-su-campeonato-conflicto-social-n394359>

<sup>66</sup><https://www.telesurtv.net/news/bolivia-mas-mayoria-camara-senado-diputados-elecciones-20191028-0014.html>

**29 de Outubro:** Na terça-feira há uma rápida inserção no segundo bloco sobre a Bolívia, mas um fato em questão chama mais atenção. No início do bloco, há uma longa reportagem sobre a situação do “Brexit” na Inglaterra, envolvendo problemas internos dos ingleses para a efetivação da saída do país da União Europeia. Além de aprofundamento significativo, há uma passagem do jornalista Pedro Vedova, direto de Londres, local onde a Globo mantém um importante escritório.

Logo na sequência, há a notícia sobre a morte de uma das lideranças do grupo terrorista Estado Islâmico, na região norte da Síria. Em razão do bombardeio ter sido reivindicado pelos Estados Unidos, Ismar Madeira realiza uma passagem diretamente de Nova Iorque, em meio a outra reportagem aprofundada sobre a situação no oriente médio. Depois, fazendo uma junção com as comemorações do então presidente Donald Trump sobre a morte do integrante do ISIS, outra reportagem longa, sob autoria de Sandra Coutinho, aprofunda os debates no parlamento estadunidense referente a um pedido de impeachment de republicano. Sandra também realiza uma passagem em Nova Iorque.

Isto é, em apenas um bloco de uma edição, três passagens foram realizadas para discutir uma crise política inglesa, uma crise política estadunidense, ambos em cidades de grande importância para os respectivos países, e a morte de um terrorista islâmico, com a passagem em uma cidade que representa o país que foi o autor do ataque. Em mais de uma semana de fortes crises políticas na Bolívia, apenas uma única passagem foi realizada, mas em São Paulo. Evidente que as três questões externas à América Latina são de extrema importância para o mundo, mas esta desproporção de tempo, participação de jornalistas e aprofundamento dos temas nos fornece informações sobre o interesse do JN sobre cada uma das pautas.

Figura 8 -Manifestantes contrários à Evo



Fonte: Jornal Nacional. Novamente as imagens mais destacadas são de manifestantes contrários ao ex-presidente Evo Morales, apesar do MAS também ter realizado manifestações em todo o país

Sobre a Bolívia em questão, a matéria entra logo após as outras três com Bonner informando que a polícia utilizou bombas para dispersar apoiadores de Evo e de Mesa, com imagens da atuação das autoridades sem muitos detalhes. Bonner reitera que Evo foi reeleito para um quarto mandato, mas a oposição afirma que houve fraude nas apurações. Há o relato de que o governo convidou o candidato derrotado a participar de uma auditoria na apuração. A nota coberta sobre a Bolívia se encerra após 25 segundos. A título de comparação simples, por mera curiosidade, somente as passagens citadas de Sandra Coutinho, Ismar Madeira e Pedro Vedova duram, respectivamente, 22, 19 e 17 segundos.

**29 de Outubro fora do JN:** Na Bolívia, a terça-feira concentrou atenções justamente as duas informações anunciadas pelo JN, referente aos enfrentamentos entre as duas partes e as ações da polícia<sup>67</sup> e sobre a oficialização do chamado para que Carlos Mesa participasse da auditoria eleitoral<sup>68</sup>. Diante do agravamento da situação, a ONU se manifestou com o pedido para que as tensões fossem reduzidas e as negociações entre as partes ocorressem de forma pacífica<sup>69</sup>.

<sup>67</sup><https://www.dw.com/es/enfrentamientos-en-bolivia-dejan-al-menos-30-heridos-uno-de-bala/a-51029049>

<sup>68</sup><https://www.reuters.com/article/bolivia-auditoria-mesa-idLTAKBN1X81FA>

<sup>69</sup><https://www.infobae.com/america/america-latina/2019/10/29/crisis-en-bolivia-la-onu-llamo-a-reducir-las-tensiones-y-rechazar-los-actos-de-violencia/>



Mesmo frente ao aumento da crise boliviana, até este momento nenhuma informação concreta sobre como teria se dado a suposta fraude eleitoral ainda havia sido divulgada. Os argumentos permaneciam somente sobre a suspensão da divulgação da contagem na noite do dia 20.

**30 de Outubro:** Na quarta-feira, sem menção na escalada, matéria sobre a Bolívia aparece no primeiro bloco do JN com narração de Ana Paula Araújo, desta vez sem qualquer imagem. Em 23 segundos, a âncora descreve que amanhã (31 de outubro) iria começar a auditoria das eleições presidenciais sobre liderança da Organização dos Estados Americanos, entretanto, ressaltou que o opositor Carlos Mesa era contra a auditoria no modelo em que havia sido aprovada. Ela descreve que Evo foi reeleito para um quarto mandato vencendo Mesa por “menos de 1% e não houve segundo turno”, de forma falsa com o contexto.

Figura 9 – Ana Paula



Fonte: Jornal Nacional. Leitura em estúdio de Ana Paula sobre atualização da crise

Além da narração bastante acelerada por Ana Paula, não há qualquer descrição mínima sobre qual o formato da auditoria, nem quais as razões foram apresentadas por Mesa para se manifestar contra o processo, cobrado pela oposição por vários dias nas ruas da Bolívia. Ao mesmo tempo, o texto apresentando que a vitória havia sido por “menos de 1%” é falsa, desinforma os espectadores, ao não explicar que na verdade a vitória foi aproximadamente 10,50%, sendo, no caso, menos de 1% acima dos 10% de vantagem necessários para o



encerramento do processo em primeiro turno. O texto desta forma passa a impressão de que quase houve um empate, quando na verdade a vitória se deu acima dos dois dígitos de diferença.

**30 de Outubro fora do JN:** Ao longo da quarta-feira, nenhum outro assunto foi mais falado quanto ao acordo firmado entre governo boliviano e OEA<sup>70</sup>. Segundo nota divulgada pelo Ministério de Relações Exteriores da Bolívia, foi estabelecido a garantia para a auditoria integral dos votos, com a verificação das atas, aspectos estatísticos e do processo todo no geral, sem qualquer restrição específica e com presença de aproximadamente 30 especialistas selecionados pela própria OEA. O Ministério salienta e reforça o convite para que todos os países vizinhos da América Latina, mas também de outras regiões do mundo, participem da auditoria. Em coletiva sobre o acordo firmado, o governo afirma, mais uma vez, que se houver qualquer divergência nos resultados estará comprometido para ir ao segundo turno<sup>71</sup>.

Na referida matéria produzida pela BBC, houve espaço para apresentar os argumentos expressados por Carlos Mesa para criticar o processo de auditoria. O ex-presidente boliviano rechaçou os termos acordados entre governo e OEA em razão do processo ter sido feito de forma unilateral, isto é, sem participação da oposição, apesar dos termos acordados seguirem o que prevê a legislação eleitoral. De forma a demonstrar confiança perante o processo, apoiadores de Evo retornaram às ruas do país, bem como opositores também se mobilizaram, desta vez em um clima mais pacífico e sem violência<sup>72</sup>.

**31 de Outubro:** Na edição da quinta-feira, não houve menções à Bolívia na escalada do JN, bem como qualquer matéria sobre a crise política no país. No segundo bloco há reportagem com passagem de Raquel Krähnbühl direto de Washington sobre a crise política envolvendo Donald Trump, que também contou com uma entrevista da jornalista, não oriundas de agências de notícias, com um parlamentar. Na sequência, há também reportagem sobre o Brexit com nova passagem de Pedro Vedova direto de Londres.

**31 de Outubro fora do JN:** Conforme já anunciado um dia antes, a auditoria com participação dos especialistas escalados pela OEA teve início efetivamente na quinta-feira<sup>73</sup>, com governo e a entidade estabelecendo o prazo de duas semanas para o encerramento dos trabalhos. Ao

---

<sup>70</sup><https://www.cancilleria.gob.bo/webmre/node/3716>

<sup>71</sup><https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-50230234>

<sup>72</sup><https://www.telesurtv.net/news/bolivia-movimientos-sociales-marchanapoyo-evo-morales-20191030-0021.html>

<sup>73</sup><https://cnnespanol.cnn.com/2019/10/31/auditoria-a-elecciones-de-bolivia-empieza-este-jueves-dice-canciller/>

mesmo tempo que a coleta de materiais teve início, as críticas do grupo de Carlos Mesa se intensificaram, de forma, inclusive, de negar a aceitação da auditoria. Enquanto isso, Evo Morales celebrou de forma segura, mais uma vez, o início do processo e afirmou novamente que iria aceitar os resultados. Por conta do posicionamento de Mesa, Evo realizou duras críticas ao grupo política opositor. Ainda na quinta, o presidente boliviano defendeu a tranquilidade nas ruas. Neste mesmo dia, foram registradas duas mortes por arma de fogo em enfrentamentos entre apoiadores de Evo e de Mesa<sup>74</sup>.

As mortes desta quinta-feira voltaram a ser usadas politicamente por ambos os lados, com culpabilizações mútuas<sup>75</sup>. Até então sem informações mais precisas sobre o perfil das vítimas, outro opositor, da região de Santa Cruz, Luis Fernando Camacho, utilizou o episódio para pedir a renúncia imediata de Evo Morales por ter, segundo as palavras do político de extrema-direita, “provocar os enfrentamentos”. Apesar das convocações abertas para protestos em Santa Cruz, por parte de Camacho, e em várias localidades na Bolívia, por Mesa, o ex-presidente de direita também culpou Evo pelas mortes em razão das convocações para que partidários do MAS se mobilizassem. A partir de então, o coro pela renúncia do presidente reeleito passou a ser ampliado, mais do que apenas a realização de um segundo turno.

**1º de Novembro:** Na sexta-feira, não há menção à Bolívia durante a escalada, tampouco nos três blocos da edição. Por ser uma edição de sexta, como tradicionalmente ocorre no JN, houve divulgação sobre o programa Globo Repórter. Assim como já mencionado durante a análise sobre a natureza da Rede Globo, enquanto um veículo de comunicação de olhos voltados para a Europa e Estados Unidos, o programa de 1º de novembro era em Portugal, mais especificamente a Ilha da Madeira. A partir da obra “Correspondentes”, ficou evidente que este programa, que tem como foco reportagens nas áreas da natureza, aventura, ciência e comportamento<sup>76</sup> priorizou largamente ao longo das décadas histórias do Norte Global, enquanto são parcas as exposições sobre os nossos vizinhos mais próximos.

**1º de Novembro fora do JN:** O que se observou a partir do primeiro dia de novembro foi exatamente o oposto do que havia sido pedido pelas lideranças de ambos os lados nos últimos dias. Logo pela manhã, foram identificados novos protestos e pontos de bloqueio em várias

---

<sup>74</sup><https://www.dw.com/es/dos-muertos-a-balazos-en-un-enfrentamiento-en-bolivia-por-el-conflicto-electoral/a-51060968>

<sup>75</sup><https://apnews.com/article/f2ab3ce629ea4fb8a20c0c21b1c9144f>

<sup>76</sup><https://globoplay.globo.com/globo-reporter/t/wh8cdfz7/cenas/>

idades da Bolívia, de apoiadores e opositores do governo, com uma radicalização ainda maior<sup>77</sup>. A partir da Reuters, que enviava informes diários, o principal material do dia, assim como já verificado em outros dias, deixava clara a divisão do país em dois grupos, entretanto, priorizava a narrativa dos opositores e em absolutamente todos os “abre aspas”, com entrevistas nas ruas do país, apenas os argumentos dos apoiadores de Carlos Mesa foram divulgados<sup>78</sup>.

Novamente na contramão da linha adotada pelos veículos privados ou estatais do Norte Global, a agência estatal Sputnik, de origem russa, com escritório no Brasil até o começo de 2023 e serviços voltados para a América Latina, teve como foco durante o dia 1º reportagem e análise *in loco* sobre a violência realizada pela direita boliviana<sup>79</sup>, além de críticas à oposição pela contradição em afirmar que houve fraude, mas passaram a discordar da auditoria quando o governo aceitou a recomendação da OEA. Na mesma lógica de oferecer contraponto ao discurso hegemônico da mídia atlantista, reverberada diretamente no Brasil, a venezuelana Telesur deu ênfase a uma mobilização de mulheres bolivianas organizadas “contra a violência, contra o ódio e contra o racismo”<sup>80</sup>.

O elemento do racismo passou a ser bastante discutido por militantes masistas em razão da cada vez mais presente, seja em protestos ou entrevistas, discursos de orientação racista da direita boliviana contra o movimento liderado por Evo Morales, com robusta participação da população indígena do país. No final da noite, o El País, da Espanha, também passou a discutir o aumento das atitudes racistas da oposição<sup>81</sup> como um problema real e de necessária observação. A análise, a partir de um colunista, no entanto, foge a regra dos veículos europeus e estadunidenses que até o momento, em duas semanas de crise, praticamente não havia apresentado pontos negativos da oposição ou então, quando fazia, era em conjunto da violência da esquerda. A regra em questão seguida à risca pelo Jornal Nacional.

**2 de Novembro:** Na edição de sábado, com apresentação de Marcelo Magno e Mariana Gross, também não houve menção à Bolívia na escala, nem matéria ao longo da edição. No segundo bloco, houve espaço para política internacional com assuntos sobre protestos em Hong Kong,

<sup>77</sup><https://www.dw.com/es/al-menos-6-detenidos-por-disturbios-poselectorales-con-dos-muertos-en-bolivia/a-51087136>

<sup>78</sup><https://www.reuters.com/article/us-bolivia-election-idUSKBN1XB4SA>

<sup>79</sup><https://sputniknews.lat/20191101/arde-bolivia-cronica-de-una-noche-de-violencia-opositora-en-la-paz--fotos-1089185167.html>

<sup>80</sup><https://www.telesurtv.net/news/bolivia-alianza-mujeres-marcha-contra-violencia-oposicion-20191101-0035.html>

<sup>81</sup>[https://elpais.com/internacional/2019/10/31/america/1572548042\\_020834.html](https://elpais.com/internacional/2019/10/31/america/1572548042_020834.html)

atendado na Síria durante a Guerra Civil do país árabe e a morte de palestinos pelo exército israelense.

**2 de Novembro fora do JN:** Duas notícias em especial colocaram mais lenha na fogueira que ardia incontrolavelmente na Bolívia. A primeira ocorreu oficialmente na madrugada de sexta pra sábado, com a renúncia, inesperada do chefe da missão da OEA para a auditoria das eleições, o mexicano Arturo Espinosa<sup>82</sup>. Na manhã do dia 2, o TSE aprovou a ata final do computo das eleições, de forma a ratificar a vitória de Evo em primeira volta. A renúncia do funcionário da OEA se deu após críticas de integrantes do governo em virtude da identificação de que Arturo Espinosa havia realizado declarações públicas com críticas à Evo Morales. Desta forma, afirmou que iria se retirar da auditoria para “não comprometer a imparcialidade” do processo. Ao mesmo tempo, com a decisão do TSE, Carlos Mesa afirmou que a decisão da entidade era uma agressão à comunidade internacional.

Ambas as situações deixaram a extrema-direita ainda mais enfurecida. A partir de uma grande mobilização em Santa Cruz, o líder Fernando Camacho decretou unilateralmente o prazo de 48 horas para que Evo Morales renunciasse e novas eleições fossem convocadas<sup>83</sup>, bem como esteve na elaboração de uma carta que foi enviada às Forças Armadas pedindo a participação do exército no processo para “reestabelecer a democracia”. A partir deste momento, sob liderança de Camacho, as declarações de Evo na semana anterior, afirmando que um Golpe de Estado estava sendo processado, ficaram mais evidentes e não poderiam ser desconsideradas levando em consideração todo o histórico da América Latina.

**4 de Novembro:** Na segunda-feira, ao completar exatamente duas semanas desde que a vitória de Evo em primeiro turno estava evidente, a edição do JN novamente não tratou sobre a crise boliviana. No segundo bloco, como ocorre na ampla maioria das edições, houve espaço para política internacional, desta vez abordando o aumento das tensões entre Irã e Estados Unidos. A situação da vez se deu por conta dos persas ampliarem o processo de enriquecimento de urânio. A reportagem contou com o histórico da data simbólica para a disputa entre as nações, explicação sobre as centrífugas para a produção de energia nuclear, o desrespeito com os acordos nucleares internacionais, espaço para fontes europeias e uma passagem de Ismar

---

<sup>82</sup><https://www.dw.com/es/renuncia-jefe-de-la-misi%C3%B3n-de-la-oea-que-audita-elecciones-de-bolivia/a-51088341>

<sup>83</sup><https://erbol.com.bo/nacional/cabildo-da-evo-48-horas-para-renunciar-y-pide-ffaa-estar-al-lado-de-su-pueblo>

Madeira, diretamente de Nova Iorque, com duração de 23 segundos, expondo apenas os argumentos dos EUA neste conflito de extrema complexidade.

No último bloco, para fechamento da edição, foi exibida uma reportagem de Pedro Vedova, com uma senhora grega de 92 que se encontrou pela primeira vez com dois judeus que ela ajudou a esconder dos nazistas durante a segunda guerra mundial. A passagem de Vedova, diretamente de Londres, durou 21 segundos.

**4 de Novembro fora do JN:** A esta altura o golpismo estava completamente escancarado. Encerrada as 48h anunciadas por Camacho, o líder da extrema-direita boliviana pediu a ampliação da radicalização dos protestos, com apoio das igrejas, militares e empresários, de forma completamente aberta<sup>84</sup>. Camacho, de forma extremamente simbólica, afirmou em discurso que iria até La Paz com uma bíblica na mão<sup>85</sup>, gesto que passou a se repetir com frequência. O jornal O Globo, em publicação direta do El País, deu destaque para a “tomada de rédeas dos protestos por parte dos setores mais radicais da direita”<sup>86</sup>.

Em viagem de Evo de Colquíri a Oruro, o helicóptero em que estava apresentou falha mecânica, que resultou na necessidade de um pouso de emergência<sup>87</sup>. Ao mesmo tempo em que o governo suspeitava uma sabotagem, a mídia europeia e estadunidense tratou o acontecimento com naturalidade, da mesma forma em que tratou com naturalidade os discursos da oposição exigindo a renúncia do presidente e de que o “prazo havia acabado”<sup>88</sup>. O 4 de Novembro é uma data história para a Bolívia por ter sido neste dia, em 1964, a data do Golpe de Estado liderado pelo general René Barrientos. 55 anos depois, e incontáveis crises neste meio do caminho, o país andino flertava novamente com a tomada do poder à força por parte de setores da elite, e com relação direta com os EUA, contrários aos avanços populares, tal qual os realizados a partir da revolução boliviana de 1952.

**5 de Novembro:** Pela quarta edição consecutiva do JN, em meio ao avanço das ações e ameaças da direita boliviana, novamente não houve qualquer menção à situação boliviana. O que se identificou, no entanto, foi pela segunda vez desde o dia 21 de outubro uma matéria sobre o

<sup>84</sup><https://elestado.net/2019/11/04/bolivia-quien-luis-fernando-camacho/>

<sup>85</sup>[https://eldeber.com.bo/pais/camacho-voy-a-la-paz-con-la-biblia-en-mi-mano-derecha-y-la-carta-de-renuncia-en-mi-mano-izquierda\\_155558](https://eldeber.com.bo/pais/camacho-voy-a-la-paz-con-la-biblia-en-mi-mano-derecha-y-la-carta-de-renuncia-en-mi-mano-izquierda_155558)

<sup>86</sup><https://oglobo.globo.com/mundo/setor-mais-radical-da-oposicao-evo-morales-toma-as-redeas-de-protestos-na-bolivia-24059696>

<sup>87</sup><https://cnnespanol.cnn.com/2019/11/04/helicoptero-de-evo-morales-hace-aterrizaje-de-emergencia/>

<sup>88</sup><https://www.rfi.fr/es/americas/20191104-evo-morales-frente-al-ultimatum-dado-por-la-oposicion-para-que-renuncie>

México, que pouco aparece para o brasileiro. Assim como da primeira vez, o país latino foi destaque justamente por conta da violência, desta vez contra uma família estadunidense. Logo na sequência, os protestos no Chile voltam a aparecer no Jornal Nacional após vários dias sem qualquer informação sobre o “*estallido*”. No entanto, a matéria não foi exatamente sobre os protestos, mas sobre a mudança de local da final da Copa Libertadores de América, disputada entre Flamengo e River Plate, que seria realizada no Estádio Nacional de Santiago. Por conta dos protestos, a Conmebol mudou para o Estádio Monumental de Lima, no Peru.

**5 de Novembro fora do JN:** Assim como fora anunciado por Camacho, o líder da extrema-direita chegou à La Paz no final da noite do dia 4. Também como foi anunciado, os socialistas empregaram resistência. Uma multidão de partidários de Evo lotou o aeroporto da capital boliviana em protestos contra o político mais inclinado ao golpismo<sup>89</sup>. Para evitar qualquer problema, a polícia escoltou Camacho em segurança para uma sala onde passou toda a madrugada em segurança. A matéria destacada por outra estatal francesa, a France 24, joga luz sobre o caráter violento dos manifestantes que permaneceram no aeroporto por longas horas. No entanto, outra estatal comunicacional da França, a RFI, não apresentou incredulidade com os discursos de Camacho poucos dias antes. Ou seja, para o governo francês, mais especificamente por meio do Ministério de Relações Exteriores, parece mais absurda a resposta popular contra discursos abertamente golpistas e fundamentalistas do que os próprios discursos. Difícil imaginar como seria a cobertura se esta situação ocorresse na própria França. De forma mais direta que as estatais francesas, a estatal estadunidense, Voice of America<sup>90</sup> deu eco ao golpe, tratou Camacho como a vítima da situação e ressaltou a violência do grupo no aeroporto. Independentemente das opiniões implícitas ou explícitas, o fato é que Camacho teve de retornar à Santa Cruz<sup>91</sup>.

A partir da mobilização da direita inflamada pelos atos da esquerda no aeroporto, o dia 5 transcorreu com novos protestos em todo o país e novas ameaças contra o governo Evo. Em virtude do aumento dos riscos, o então chanceler da Bolívia, Diego Pary, reforçou o discurso já realizado sobre um Golpe de Estado estar em curso no país e que precisaria ser parado imediatamente<sup>92</sup>. Também por meio do governo, pelo vice-ministro de Comunicação, houve

---

<sup>89</sup><https://www.france24.com/es/20191105-bolivia-opositor-aeropuerto-cerco-simpatizantes-evo>

<sup>90</sup><https://www.vozdeamerica.com/a/bolivia-crisis-protestas-civicos-quieren-renuncia-de-presidente-evo-morales/5152951.html>

<sup>91</sup><https://www.reuters.com/article/elecciones-bolivia-idLTAKBN1XF1T0>

<sup>92</sup><https://www.cartacapital.com.br/mundo/governo-de-evo-denuncia-na-oea-golpe-de-estado-em-andamento-na-bolivia/>

nova nota sobre a radicalidade da direita boliviana que expressava cada vez mais abertamente posicionamentos racistas contra partidários do MAS, em especial de origem indígena<sup>93</sup>, além de posicionamentos também de cunho fascista. A nota publicada nesta terça-feira inflamou ainda mais os ânimos da direita. Enquanto isso, a auditoria seguia sem muitos detalhes e com incertezas para todos os grupos envolvidos<sup>94</sup>.

**6 de Novembro:** Nesta quarta-feira, como uma data marcante para a crise boliviana, não houve menção ao país na escalada e nem durante a edição. Ao invés dos aproximadamente 40 minutos habituais de JN, sem contar com intervalos comerciais, o Jornal Nacional deste dia teve duração programática de apenas meia hora, em virtude do futebol. A edição foi 100% dedicada a assuntos do Brasil.

**6 de Novembro fora do JN:** A data é considerada extremamente marcante para os bolivianos, em especial a esquerda do país. Um acontecimento chocante marcou o ápice, até então, da violência praticada por grupos de extrema-direita. A então prefeita do município de Vinto, na região metropolitana de Cochabamba, Patrícia Arce, filiada ao MAS, foi capturada por integrantes do grupo “Resistencia Cochala” e torturada pelas ruas da cidade por aproximadamente quatro horas consecutivas<sup>95</sup>.

Os manifestantes, praticamente na totalidade formada por homens, cortaram o cabelo da prefeita de orientação socialista, jogaram tinta vermelha por todo o corpo, a obrigaram a caminhar descalça durante todo o período ao mesmo tempo em que a agrediram fisicamente, com tapas e pedras, além de violência psicológica por meio de graves ofensas e ameaças. As imagens do momento da humilhação e da violência, da prefeita suja de tinta, agredida e caminhando pelas ruas contra a própria vontade foi divulgada inicialmente pelas redes sociais e ganharam o mundo durante a quarta-feira. O prédio da prefeitura de Vinto foi incendiado. Evo Morales se pronunciou ainda no começo da tarde do dia 6 para condenar o ato de violência<sup>96</sup>. O fato chocante praticado pela direita boliviana, no entanto, não teve repercussão no maior telejornal brasileiro.

---

<sup>93</sup> <https://comunicacion.gob.bo/?q=20191105/27998>

<sup>94</sup> <https://www.elmundo.es/internacional/2019/11/05/5dc1cc7efc6c83cc1e8b4628.html>

<sup>95</sup> <https://www.telesur.tv.net/news/secuestran-y-agreden-alcaldesa-cochabamba-bolivia-20191106-0033.html>

<sup>96</sup> <https://www.comunicacion.gob.bo/?q=20191107/28007>

Além deste acontecimento específico em Vinto, novos enfrentamentos pela Bolívia resultaram em dezenas de feridos e mais uma pessoa morta<sup>97</sup>, em um clima que se desbordava cada vez mais para um princípio de guerra civil. Juntamente da violência chamar a atenção internacional, o caráter racista da oposição, com ataques contra a população indígena do país, causou novas críticas e indignação de entidades do continente<sup>98</sup>. Apesar do chamado para o recrudescimento das atitudes extremistas, o dia 6 também marcou a chegada, desta vez de forma efetiva, de Fernando Camacho à La Paz<sup>99</sup>. A situação também fez ampliar o número de enfrentamentos noite adentro, quase sempre entre manifestantes, sem intervenção da polícia<sup>100</sup>.

**7 de Novembro:** No dia seguinte à escalada significativa da violência e da crise em nossos vizinhos, por mais uma vez a Bolívia não apareceu no JN. Assim como o Chile, que após ter destaque no início dos protestos simplesmente desapareceu do noticiário. Desta vez, o distanciamento do principal veículo de informação do Brasil em relação a nossa região fica impressionantemente ainda mais evidente. Após duas semanas com a transmissão de informações distorcidas, enviesadas e direcionadas para a formatação da opinião em prol do projeto político oposicionista ao do Movimento Ao Socialismo, o avanço de movimentos extremistas, racistas e fascistas na Bolívia foi sumariamente ignorado. Enquanto isso, as Nações Unidas divulgaram um informe na manhã do dia 7 para condenar os crimes cometidos em todo o país, com destaque para a agressão contra Patrícia Arce em Vinto, mas relatando que a violência ocorre de todas as partes<sup>101</sup>

**8 de Novembro:** A edição de sexta-feira teve início com uma longa reportagem sobre a queda do Muro de Berlim, que iria completar 30 anos no dia seguinte. Rodrigo Alvarez realiza uma passagem diretamente da capital alemã, por 19 segundos, o texto foca somente em aspectos negativos da República Democrática da Alemanha (RDA) e acontece uma entrevista com um deputado, surpreendentemente em português, em razão do parlamentar se casado com um brasileiro.

<sup>97</sup><https://www.eluniverso.com/noticias/2019/11/06/nota/7592144/se-eleva-tres-numero-muertos-protestas-bolivia/>

<sup>98</sup><https://www.telesurtv.net/bloggers/Bolivia-no-es-la-democracia-es-la-racistocracia-20191106-0001.html>

<sup>99</sup><https://www.europapress.es/internacional/noticia-gobierno-bolivia-garantiza-seguridad-dirigente-opositor-viaje-paz-intento-fallido-20191106184123.html>

<sup>100</sup><https://cnnespanol.cnn.com/video/bolivia-elecciones-protestas-fernando-camacho-evo-morales-oea-rec-vo-cnnee/>

<sup>101</sup><https://news.un.org/es/story/2019/11/1465091>



Além do deputado, também há entrevista com um diretor de teatro alemão sobre a situação política na contemporaneidade. A reportagem dura 4 minutos no total. Logo na sequência, ainda no primeiro bloco, há matérias sobre protestos em Hong Kong, Chile, que retorna após vários dias, e sobre uma disputa econômica entre EUA e China. Apesar do momento da edição priorizar a política internacional, não há menção à Bolívia até o final do jornal.

**8 de Novembro fora do JN:** Fora do Jornal Nacional, o jornal Estadão divulga a ação de policiais contra Evo Morales em três cidades da Bolívia<sup>102</sup>. Não há assinatura na matéria, apenas inscrição “Por Redação”, bem como não há informações claras sobre de onde a notícia foi extraída. A única pista está nos créditos da fotografia utilizada, do fotógrafo Jorge Abrego, pela agência de notícias espanhola EFE, a quarta maior do mundo. Ao pesquisar a informação no site da agência, descobre-se que boa parte da notícia do Estadão é a mesma publicada pelos espanhóis<sup>103</sup>. Na continuidade da matéria, as informações mudam em relação a EFE até que, ao final do texto aparece um “/AFP”, A sigla é referente à Agence France-Presse, agência de notícias francesa, a terceira maior do mundo. Este exemplo do Estadão ajuda a ilustrar o funcionamento do jornalismo hegemônico brasileiro sobre temas da América Latina e Caribe, a fim de evidenciar como o JN e a Globo não realizam um movimento de maneira isolada, mas sistemático.

Além deste aspecto, inerente ao jornalismo brasileiro, há também questões específicas sobre as grandes agências e veículos do Norte Global. Horas depois da divulgação por EFE e AFP sobre ações de amotinamento de policiais contra Evo Morales, o comandante nacional da polícia boliviana, Yuri Calderón, afirmou que “não existe nenhum amotinamento”<sup>104</sup>, mas um aquartelamento praticado por alguns policiais de forma isolada e que a entidade seguiria no “cumprimento da Constituição Política do Estado”. Não apenas para os militares, mas também para jornalistas a diferença técnica dos dois termos precisaria ser levada em consideração, bem como o desmentido por parte da autoridade.

A informação, independentemente de divergências enquanto a nomenclatura da ação em questão, foi potencialmente difundida pelas agências internacionais e, conseqüentemente, reverberadas em todo o mundo sem qualquer posicionamento crítico diante de forças de

<sup>102</sup> <https://www.estadao.com.br/internacional/policiais-se-rebelam-contras-evo-em-tres-cidades-da-bolivia/>

<sup>103</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=iMPeouMLkro&ab\\_channel=AGENCIAEFE](https://www.youtube.com/watch?v=iMPeouMLkro&ab_channel=AGENCIAEFE)

<sup>104</sup> <https://www.telesurtv.net/news/bolivia-amotinamientos-policiales-desestabilizacion-oposicion-20191108-0021.html>

segurança se posicionarem enquanto um poder moderador. Com o amplo impacto não apenas fora como principalmente dentro da Bolívia, houve uma significativa instigação sobre outras autoridades da segurança pública a se rebelarem contra o governo. Se até então não havia amotinamento, como Yuri Calderón disse, a partir deste momento o que se viu foi um efetivo e progressivo levante de policiais e militares contra Evo Morales.

**9 de Novembro:** Novamente no sábado, o JN foi apresentado por jornalistas de afiliadas da Rede Globo de duas localidades diferentes do Brasil, sendo desta vez Larissa Pereira e Matheus Ribeiro. Não houve menção à crise boliviana na escalada, mas desta vez, a partir do aumento de policiais em protestos, uma matéria foi publicada no terceiro bloco. O destaque foi justamente a participação militar nos atos contrários à Evo. Matheus Ribeiro narra que “policiais se juntaram aos protestos” com a transmissão de imagens, de dia, onde os agentes a pé e sob viaturas desfilavam pelas ruas com a bandeira tricolor. Matheus destaca também os quase 400 feridos e três mortos durante confrontos entre os dois grupos.

Ao cortar a imagem para protestos de civis, a narração destaca o posicionamento da oposição “que denuncia fraude na eleição de Morales para um quarto mandato” enquanto Evo denuncia que “um Golpe de Estado está em curso”. A matéria dura 29 segundos e termina com a imagem do presidente em uma entrevista coletiva. Mais uma vez, nenhum comentário adicional ou reflexão mínima é divulgado sobre. O tom utilizado é basicamente como se fosse algo normal a polícia utilizar da própria estrutura e dos próprios servidores para participação direta em atos favoráveis a derrubada de um governo.

Figura 10 – Viaturas policiais nos protestos



Fonte: Jornal Nacional. Apesar da polícia boliviana fazer campanha aberta contra Evo, utilizando da própria estrutura para isto, a matéria do JN não se espanta com este fato, bem como minimiza a gravidade do ato

Em três semanas de edições do jornal mais popular do Brasil, pouco pode se aprender e conhecer sobre os nossos vizinhos, seja da história ou então do que ocorria em 2019. Efetivamente, a possibilidade de utilizar o jornalismo como uma forma de conhecimento passou longe durante este período de escalada da oposição boliviana.

**9 de Novembro fora do JN:** O que se observou a partir das primeiras horas do sábado não foi apenas uma intensificação das mobilizações de policiais e militares contra o presidente, como também de outros setores da sociedade, como também a igreja<sup>105</sup>. O cerco foi fechado completamente. A esta altura, setores militares, empresariais, eclesiais e outros contrários ao projeto latino-americanista, indigenista e socialista já haviam esquecido da auditoria, que seguia em curso, bem como as eleições em primeiro ou segundo turno já pouco importavam. O chamado feito por Evo, no começo da tarde do dia 9 para “pacificar o país”<sup>106</sup> teve baixo impacto na mobilização dos partidários. O impacto maior se deu na demissão do comandante da polícia em Santa Cruz, após manifestações abertamente golpistas com a estrutura do Estado, mas que minutos depois, com a chegada de um novo comandante, Miguel Mercado também

<sup>105</sup><https://www.evangelicodigital.com/ollada-latina/10345/un-evangelico-lidera-el-levantamiento-popular-contra-evo-morales>

<sup>106</sup><https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-50360926>

expressou manifestações para insuflar o que ele classificou como motim<sup>107</sup>. Enquanto os policiais estavam organizados por conta própria contra o governo, a casa do então governador de Oruro, Víctor Hugo Vásques, do MAS, foi incendiada.

Na tarde de sábado, Carlos Mesa, Fernando Camacho, os principais comandantes da polícia, entre outras figuras, em ações distintas, deixaram claro que “não havia nada mais que negociar com Evo Morales”<sup>108</sup>. O único caminho era a consumação da remoção, por qualquer meio possível, do então presidente boliviano.

### **10 de Novembro, domingo: O Dia “G”!**

O meio possível, em questão, foi o do uso da força. O domingo que parecia ser mais um dia de protestos, mediante a escalada da violência e do avanço da direita, começou com um pronunciamento oficial feito pelo então comandante das Forças Armadas da Bolívia, general Williams Kaliman. O documento sugeriu, em tom de ameaça, mas travestido de formalidade, a renúncia imediata de Evo e García Linera da presidência da Bolívia para garantir a “vida e a segurança da população”<sup>109</sup>. Em anúncio chamado de preliminar, a OEA divulgou que a auditoria realizada até o momento havia encontrado sérios indícios de irregularidades no pleito do dia 20 de outubro e já sugeriu a realização de novas eleições, apesar do trabalho ainda ter continuidade<sup>110</sup>.

O informe destacou que, entre os documentos analisados do dia 20 de outubro até 9 de novembro, problemas foram identificados no sistema de transmissão de resultados, falsificação de assinaturas, alterações em atas e, por último tratou a tendência de votos identificada nos últimos 5% de apuração como “altamente improvável”<sup>111</sup>. O documento da Organização dos Estados Americanos, tendo como secretário geral Luis Almagro, foi a formalidade necessária, no dia exato, para que o objetivo da oposição fosse efetivamente alcançado. Almagro, inclusive, publicou novo informe justificando a divulgação dos resultados preliminares, de forma adiantada do que havia sido previsto, para chamar a atenção de políticos da Bolívia sobre as tensões que o país vivia, clamando por atuação apegada à constituição e as leis<sup>112</sup>. Ainda pela

<sup>107</sup> <https://www.infobae.com/america/america-latina/2019/11/09/tension-en-bolivia-el-nuevo-comandante-de-la-policia-de-santa-cruz-tambien-respaldo-el-motin-contra-evo-morales/>

<sup>108</sup> <https://www.infobae.com/america/america-latina/2019/11/09/la-oposicion-boliviana-rechazo-el-dialogo-no-tenemos-nada-que-negociar-con-evo-morales/>

<sup>109</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50370055>

<sup>110</sup> [https://www.voanews.com/a/americas\\_oas-finds-irregularities-disputed-bolivia-vote-calls-new-elections/6179108.html](https://www.voanews.com/a/americas_oas-finds-irregularities-disputed-bolivia-vote-calls-new-elections/6179108.html)

<sup>111</sup> [https://www.oas.org/es/centro\\_noticias/comunicado\\_prensa.asp?sCodigo=C-099/19](https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-099/19)

<sup>112</sup> [https://www.oas.org/es/centro\\_noticias/comunicado\\_prensa.asp?sCodigo=C-100/19](https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-100/19)

manhã, Evo tentou acalmar a situação com um pronunciamento defendendo a realização de novas eleições, apesar de garantir que as eleições foram limpas. Mesmo com a atitude do mandatário, já não havia qualquer interesse na oposição em reiniciar qualquer processo eleitoral.

Entre o final da manhã e o começo da tarde, o sinal verde já havia sido dado. Por volta da hora do almoço, o então presidente da Câmara dos Deputados, Víctor Borda, do MAS, anunciou pelas redes sociais que havia recebido ameaças de morte contra ele e toda a família<sup>113</sup>. Ao mesmo tempo, informou que manifestantes haviam sequestrado o irmão, Marco Antonio Borda, sem relações com a política, e o mantinham como refém mediante ameaças. Ao final do anúncio, Borda garantiu que renunciaria ao cargo para que o familiar fosse liberado e as ameaças cessassem. A casa do parlamentar havia sido incendiada horas antes.

Quase ao mesmo tempo, notícias chegavam pelas redes sociais também informando sobre ameaças generalizadas a diversos integrantes do MAS, bem como parentes de políticos. Houve a confirmação de que a casa da irmã de Evo também havia sido incendiada, bem como as casas de outros dois governadores do Movimento Ao Socialismo<sup>114</sup>. As denúncias de atitudes semelhantes começaram a aparecer com mais frequência, como lideranças sindicais, militantes em geral, inclusive, com atos registrados desde a madrugada e na noite de sábado, mas que demoraram a ganhar repercussão. O então ministro de Mineração, César Navarro, também denunciou que a casa onde vivia, mas estava fora no momento, havia sido invadida e o imóvel destruído e queimado. Por esta razão, também anunciou que estava renunciando ao cargo<sup>115</sup>. Diante do medo instalado, ampliado também com o pronunciamento do comandante da polícia, Yuri Calderón, que endossou a “sugestão” das Forças Armada, o governo se viu em uma rua sem saída. Ainda no período da tarde, Evo e García Linera anunciaram a renúncia depois de mais de 13 anos de governo. O anúncio foi feito em rede nacional.

Com a fala do a partir de agora ex-presidente da Bolívia, as principais agências internacionais de notícia fizeram a divulgação tendo um fio norteador: Evo renuncia em meio à denúncias de fraude nas eleições<sup>116</sup>. A estadunidense Associated Press divulgou material, em inglês, como informe central, onde não há questionamentos quanto a legitimidade das Forças Armadas e da Polícia pedirem pela saída do governo, bem como destaca a felicidade da

---

<sup>113</sup><https://urgente.bo/noticia/renuncia-el-presidente-la-c%C3%A1mara-de-diputados-v%C3%ADctor-borda>

<sup>114</sup><https://www.elmundo.es/internacional/2019/11/10/5dc7bb5921efa05c788b4627.html>

<sup>115</sup><https://www.lostiempos.com/actualidad/pais/20191110/renuncia-ministro-mineria-afirma-que-queman-su-casa>

<sup>116</sup><https://apnews.com/article/latin-america-ap-top-news-caribbean-international-news-bolivia-e4e1977c3e48426f927ce900d2818b4f>

“multidão” de bolivianos que foram às ruas comemorar a vitória alcançada. Em entrevistas para o material, com cidadãos comuns, apenas contrários ao governo tiveram espaço.

A estatal alemã, DW, com informações da espanhola EFE, seguiu praticamente o mesmo roteiro<sup>117</sup>. A CNN em Espanhol deu destaque à queda do presidente em comparação a outros presidentes da América Latina e Caribe que já haviam renunciado ao cargo<sup>118</sup>, como algo natural para a região. A Reuters, em primeiro momento, também divulgou informe no mesmo modelo, classificando a renúncia como fruto dos protestos populares em meio às denúncias de fraude<sup>119</sup>. Horas mais tarde, em novo informe, a maior agência do mundo deu amplo destaque ao fato de que a renúncia de Evo Morales representava a queda do último membro da Onda Rosa. O produto deu voz aos principais presidentes do subcontinente, que se dividiram em críticas ao processo, por parte de Venezuela, México, Cuba e Argentina, com o recém eleito Alberto Fernandez, os que relativizaram a situação, como a Colômbia, Equador e Chile, e os que comemoraram a situação, como o caso do Brasil.

De maneira geral, por parte do pelotão de elite da imprensa mundial, o conhecimento a ser passado era de que a OEA efetivamente encontrou irregularidades, a população estava inconformada com a situação e que a renúncia ocorreu como uma consequência. A situação gerada pela violência política e ameaças dos “possuidores do fuzil” não era um Golpe de Estado, como as deposições em série nas décadas de 1960 e 1970, mas um processo natural de renúncia de presidente em crise. O maior meio a realizar comentários críticos e análises mais aprofundadas sobre o processo, mais uma vez, ficou por parte da Telesur, que diante de todo o contexto das semanas passadas em nenhum momento hesitou em chamar o acontecimento de Golpe de Estado<sup>120</sup>.

A partir da renúncia da então presidenta do Senado, Adriana Salvatierra, e do primeiro presidente, Rubén Medinaceli, ambos do MAS, a segunda presidenta da casa alta, Jeanine Áñez, de direita e que também se manifestava contrariamente ao governo de Evo, passou a ser acionada como a sucessora do cargo da presidência<sup>121</sup>. Entre a noite e a madrugada do dia 11, a política passou a conceder entrevistas com o chamado para a realização de uma transição

---

<sup>117</sup><https://www.dw.com/pt-br/evo-morales-renuncia-%C3%A0-presid%C3%Aancia-da-bol%C3%ADvia/a-51195222>

<sup>118</sup><https://cnnespanol.cnn.com/2019/11/10/presidentes-que-han-renunciado-latinoamerica-evo-morales-protestas-bolivia/>

<sup>119</sup><https://www.reuters.com/article/uk-bolivia-election-camacho-idINKBN1XK0FB>

<sup>120</sup><https://www.telesurenglish.net/news/World-Leaders-Organizations-Condemn-Coup-Against-Evo-Morales-in-Bolivia-20191110-0008.html>

<sup>121</sup><https://actualidad.rt.com/actualidad/333194-minuto-minuto-crisis-politica-bolivia>

pacífica<sup>122</sup>. Enquanto isso, protestos de apoiadores de Evo e comemorações da direita seguiam por todo o país, com enfrentamentos, distúrbios e a prisão da presidenta do TSE boliviano, María Eugenia Choque Quispe, que também havia renunciado minutos antes da detenção<sup>123</sup>. Foram muitas as informações e muitos acontecimentos em menos de 24 horas. O dia 10 de novembro de 2019 desponta como o dia mais importante da Bolívia em todo o século 21 e como um dos dias mais marcantes da história do país andino. Conseqüentemente, também como um dos mais marcantes no século para toda a América Latina e Caribe.

**11 de Novembro:** A edição de segunda começa, logo na escalada, com Ana Paula Araújo e a frase “um país a espera de comando”. Bonner em sequência destaca que o legislativo precisa decidir quem assume a presidência após a série de renúncias. Ana Paula encerra o trecho da escalada sobre a Bolívia relatando que Evo deveria se exilar no México. Esta foi a primeira vez que a crise boliviana foi o primeiro acontecimento da escalada do JN desde o dia 21 de outubro. Entretanto, não foi a primeira matéria da edição, nem apareceu no primeiro bloco. A Bolívia aparece no terceiro bloco, após chamada do intervalo, com imagem da coletiva feita por Evo na tarde de domingo e o título “rumo ao norte”, em alusão ao México.

Figura 11 – Evo no intervalo



Fonte: Jornal Nacional. Chamada antes do intervalo descreve que Evo estava a caminho do México

<sup>122</sup><https://www.cronista.com/internacionales/Bolivia-quien-es-Jeanine-Anez-Chavez-la-mujer-que-queda-al-mando-de-la-transicion-20191110-0019.html>

<sup>123</sup><https://www.dw.com/es/bolivia-persisten-disturbios-e-incertidumbre-tras-renuncia-de-evo-morales/a-51195192>

A Bolívia entra em cena após matéria sobre os protestos “por democracia” em Hong Kong, segundo narração de Bonner. Ana Paula inicia com o destaque de que, “um dia após a renúncia” de Evo e do vice, “o país enfrenta um vácuo de poder”. Também chama a atenção sobre a reunião agendada para a terça-feira, dia 12, entre integrantes do legislativo para determinar quem assumiria a presidência até a realização de novas eleições. Ela conclui a chamada para a reportagem informando que o ministro de Relações Exteriores do México recebeu o pedido de Evo para se asilar no país norte-americano. O material jornalístico inicia com imagens de entulhos pelas ruas e cenas de destruição causada por “confrontos entre a polícia e apoiadores de Evo Morales” e que a “madrugada foi de violência após a renúncia do presidente”. Imagens de casas e ônibus incendiados são mostradas, bem como a menção a saques e atos de vandalismo, mas sem explicações sobre o que havia ocorrido ou quem havia praticado.

Figura 12 – Ônibus incendiados



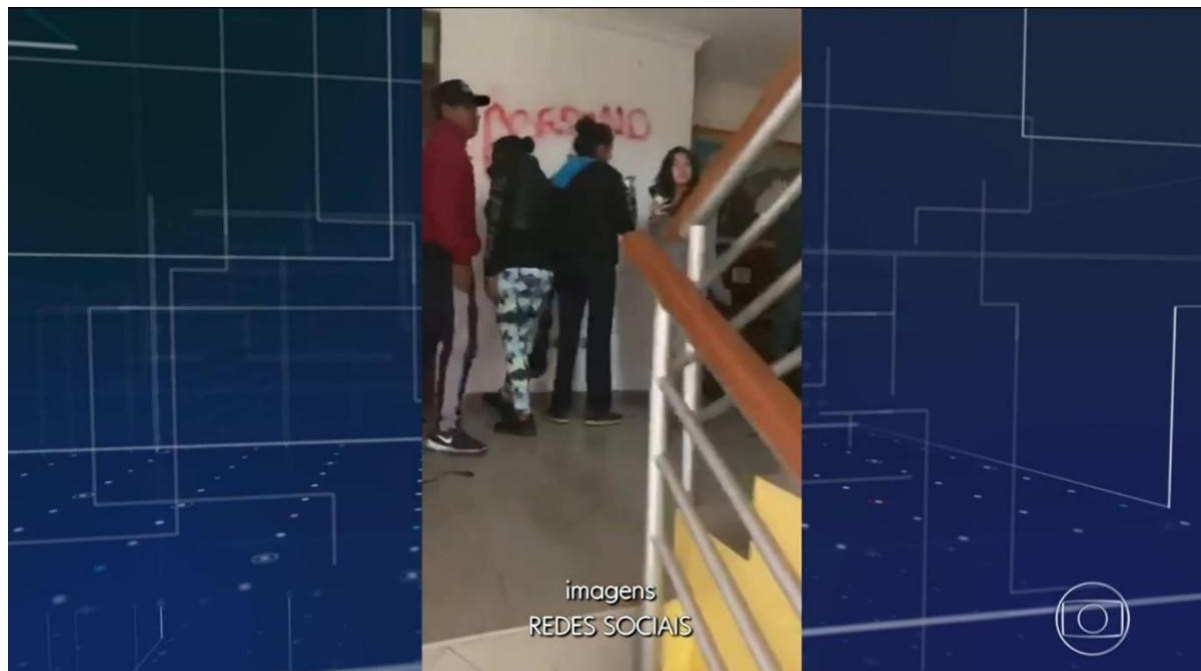
*Fonte: Jornal Nacional. Com imagens desconhecidas, não há créditos e nem descrição sobre o que havia ocorrido, bem como quem havia cometido os atos*

O JN usa imagens do jornal boliviano, El Deber, mas creditando como “redes sociais”, o interior da casa de Evo invadida, destruída e pichada com a palavra “asesino” em vermelho. Além da destruição do espaço e a narração sobre os atos, o jornalista destaca que Evo afirmou em rede social que a polícia havia emitido ordem de prisão ilegal, entretanto, oferece logo na sequência espaço para imagens e o argumento do comandante geral da política negando a existência de qualquer mandado. É relatado também sobre a renúncia deste comandante,



durante a segunda, por pressão dos subordinados que ainda estavam contra a permanência do militar no cargo por ter sido nomeado por Evo.

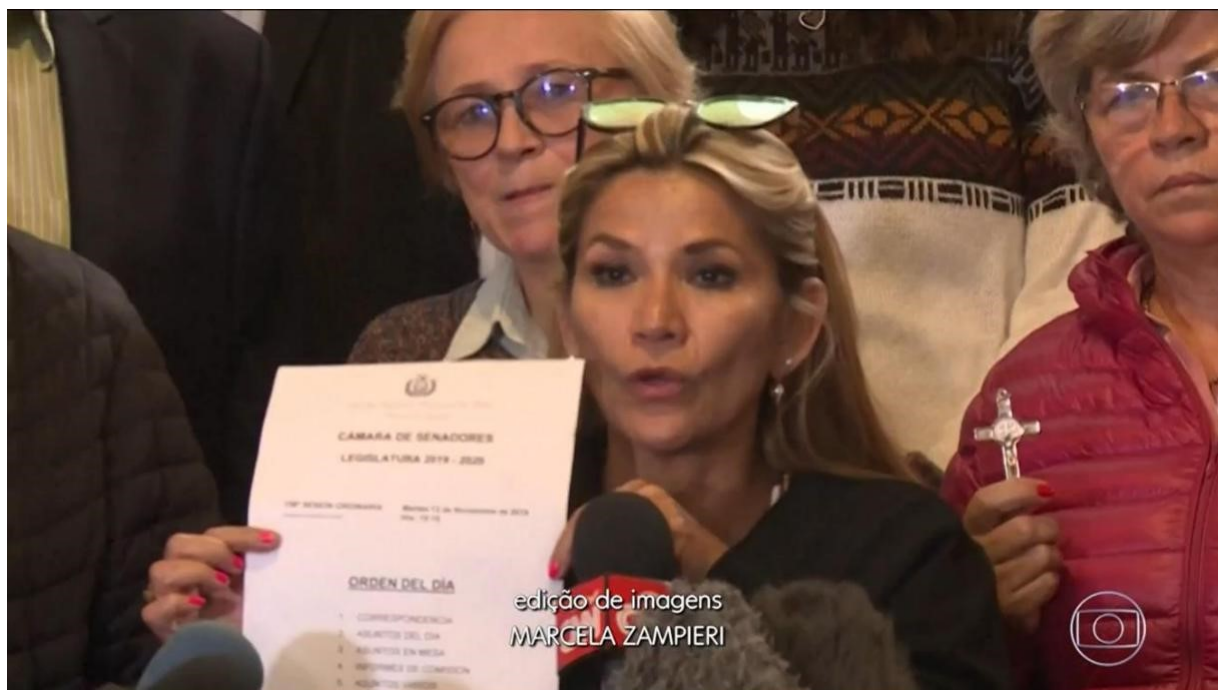
Figura 13 – Imagens redes sociais



Fonte: Jornal Nacional. Pela primeira vez com créditos nas imagens utilizadas, há apenas a menção de que foram obtidas pelas redes sociais.

A partir deste momento, enquanto a reportagem trata sobre o vácuo de poder, por conta das sucessivas renúncias, todas as imagens apresentadas são de manifestantes contrários a Evo Morales nas ruas de La Paz. O espaço ofertado neste momento é para Carlos Mesa, em coletiva na sede do partido Comunidad Ciudadana, com a frase em espanhol dita pelo político de direita “*no hubo golpe de Estado en Bolivia*”. O jornalista inicia a tradução e resumo da coletiva com o destaque de que “não se falará em golpe de Estado” e que neste processo de transição apoiará o nome da senadora Jeanine Áñez para presidir o país. Jeanine aparece pela primeira vez no JN, tendo em vista que apenas Camacho e Mesa tiveram espaço, até o momento, para aparecerem enquanto lideranças da oposição. Esta primeira parte se encerra com a informação de que, “quem assumir o governo terá a missão de reorganizar o Tribunal Supremo Eleitoral” e, além disso, convocar eleições dentro do prazo de até 90 dias. A imagem volta para os estúdios com a bandeira tricolor ao fundo no painel.

Figura 14 – Jeanine Áñez



*Fonte: Jornal Nacional. Pela primeira vez a então futura presidente aparece, bem como a inscrição da profissional da Globo responsável pela edição de imagens, até então sem qualquer menção*

Bonner relata que o mandato iria até janeiro de 2020, estando na presidência desde 2006, e a renúncia ocorreu em rede nacional. Se inicia um novo VT com Evo Morales discursando que deixaria a presidência em nome da pacificação do país. Houve espaço para a fala do líder de esquerda informar que a situação se tratava de um golpe. O texto destaca os pedidos feitos pela igreja católica, uma central sindical e pelas forças armadas e policiais que orientaram a renúncia, como se o movimento tivesse ocorrido de forma uníssona. Entretanto, na realidade, no caso do exército e da polícia o tom foi de ameaça frontal, enquanto da *Central Obrera Boliviana* (COB) em tom de colocar um freio na violência. Entre imagens de protestos somente da direita, o texto descreve que além do presidente e vice, prefeitos, senadores e ministros “renunciaram diante do caos que começou depois da eleição de 20 de outubro”. Novamente não há qualquer comentário sobre o caráter antidemocrático da medida.

Sobre a eleição, destaca que a vitória em primeiro turno se deu por meio de “apuração conturbada”. Pela primeira vez, há melhor explicação sobre o sistema de funcionamento eleitoral para vitória em primeiro turno, com um gráfico mostrando que a eleição se encerra sem segunda volta caso o primeiro candidato supere a marca dos 40% e acima de 10% sobre o principal concorrente e, logo depois, outro gráfico, mostrando a diferença de mais de 10,50% de Evo sobre Mesa. A segunda parte dos produtos midiáticos sobre a Bolívia se encerra com novo destaque a fala de Carlos Mesa afirmando que a eleição havia sido fraudada.

Figura 15 – Arte sobre lei da vitória em primeiro turno



Fonte: Jornal Nacional. Nova arte é inserida em momento de explicações sobre como um candidato com menos de 50% dos votos pode ser eleito em primeiro turno.

Há novo retorno para os estúdios, desta vez com leitura feita por Ana Paula, referente à pressão interna e da comunidade internacional que resultou, no dia 30 de outubro, na autorização para uma auditoria das eleições. Um novo VT vai ao ar neste momento para discorrer sobre o relatório preliminar da OEA publicado na manhã de domingo onde “identificou irregularidades graves no sistema de apuração” e que havia recomendado a anulação da eleição e a renovação do TSE. Há imagens do jornal *El Deber*, agora sim devidamente e corretamente creditados, enquanto mostram membros e funcionários do TSE sendo presos “que teriam praticado irregularidades”. Não há explicações ou aprofundamento sobre quem eram os envolvidos ou então quais práticas foram feitas. Novamente imagens de manifestantes opositores tomam a tela.

O jornalista descreve que “analistas afirmam que o país rachou depois do referendo de 2016”, no entanto, não há esclarecimentos sobre quem são estes analistas. Neste momento, há contextualização sobre como se deu o processo que discutiu a liberação ou não de Evo para concorrer a um quarto mandato. Há diversas imagens à época mostrando que a proposta do MAS foi derrotada por 51,3% dos votos, inclusive com a publicação de um novo gráfico mostrando que a maioria foi contra um quarto mandato. Pela primeira vez, diferentemente da outra única reportagem que abordou a questão, houve menção ao fato de que o Judiciário havia realizado um julgamento e autorizado que uma nova candidatura pudesse ser feita.



Figura 16 – Arte referendo sobre reeleição



Fonte: Jornal Nacional. Nova arte destaca a derrota de Evo, por mais de 51% dos votos, em referendo de 2017

Em mostra de imagem de Evo em 2006, tomando posse para um primeiro mandato, o jornalista descreve que a onda de protestos recentes contrasta com os quase 14 anos de governo, onde “a Bolívia chegou a viver uma estabilidade inédita com forte crescimento econômico e uma maior distribuição de renda”, além do fato de Evo ter sido o primeiro presidente de origem indígena da história do país após ganhar repercussão política como representante sindical dos “produtores rurais que plantam coca no interior do país”. Neste trecho, pode-se identificar os primeiros aspectos de cunho positivo empregados sobre Evo Morales, em uma diferenciação dos materiais exibidos até aqui pelo menos desde o dia 21 de outubro.

Outro aspecto que poderia ser positivo, logo na sequência, surge com trecho da declaração feita pelo então chanceler mexicano, Marcelo Ebrard, afirmando que recebeu pedido de Evo para se exilar no México e apenas isso. Na realidade, Ebrard, como representante do presidente Lopez Obrador, foi um ferrenho crítico do processo de deposição de Evo e realizou duras críticas, sumariamente omitidas pelo JN. A terceira parte acaba com dúvidas sobre onde estaria o agora ex-presidente no momento.

As imagens retornam para os estúdios com nova leitura feita por Bonner informando que Carlos De Lannoy e Junior Alves chegaram nesta segunda-feira, 11, na Bolívia. Começa uma passagem com Carlos no aeroporto de El Alto, próximo a La Paz, com a informação narrada de que a situação estava tensa e havia relatos de confrontos nas proximidades do próprio aeroporto. O jornalista também informa que há “um grupo de manifestantes” descendo de El

Alto para La Paz e que há o risco de novos confrontos. Ele não especifica quem são estes manifestantes, entretanto, El Alto é um importante bastião masista na Bolívia, de forma que há possibilidades de que fossem partidários de Evo. A passagem se encerra com a nota publicada por Evo nas redes sociais pedindo que “as diferenças sejam resolvidas com diálogo”. A passagem no aeroporto durou impressionantes 57 segundos.

Figura 17 – Única passagem na Bolívia



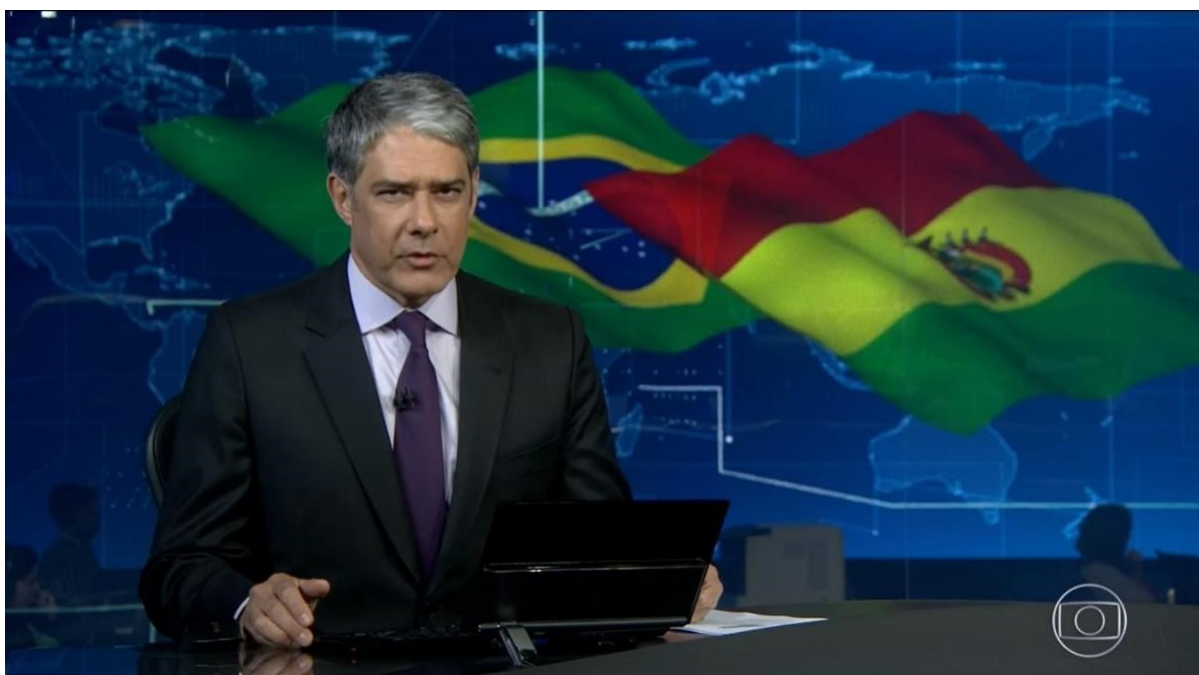
Fonte: Jornal Nacional. Único material gravado pela Globo em solo boliviano nos mais de 30 dias de aprofundamento da crise de 2019. Além de ser dentro do aeroporto e omitir informações sabidamente conhecidas, o jornalista não teve qualquer outra aparição

Há um novo retorno para os estúdios, com a leitura de Ana Paula: “agora pouco o comandante da polícia de La Paz, que é a capital administrativa da Bolívia, pediu para que as Forças Armadas providenciem uma intervenção militar para, abre aspas, não permitir mortos ou sangue, fecha aspas”. Ela completa informando que o coronel relatou o registro de incêndios e saques em unidades policiais. A imagem corta para Bonner, desta vez com a bandeira da Bolívia juntamente com a do Brasil, para informar que o Ministério da Defesa acompanhava “de perto” a crise no país vizinho.

Um novo VT começa com imagens na fronteira em Epiteciolândia, no Acre, com o município de Cobija, em Pando, mostrando que há mais de uma semana a ponte que liga os dois países estava fechada em protestos contra Evo Morales. O texto narra que “os manifestantes exigem garantia oficial do reestabelecimento da democracia na Bolívia”. A

passagem, por Delis Ortiz, no entanto, ocorre em Brasília, no Palácio do Planalto. Delis destaca que a Defesa está preocupada com o que acontece na Bolívia e que o país em crise possui a maior linha de fronteira com o Brasil. Ao mesmo tempo, relata que o presidente Jair Bolsonaro e o então chanceler brasileiro, Ernesto Araújo, disseram, respectivamente, que as fraudes eleitorais resultaram na renúncia e que não havia golpe. A passagem, com duração de 35 segundos, se encerra com a informação de que Bolsonaro havia comentado sobre o asilo concedido pelo México. A imagem corta para o presidente ouvindo uma pergunta de uma jornalista não identificada questionando sobre a ação dos mexicanos e a resposta de Bolsonaro, legendada em virtude do áudio de baixa qualidade, foi apenas que “lá a esquerda tomou conta de novo”.

Figura 18 – Bonner e dupla bandeira



Fonte: Jornal Nacional. Em momento de interlocução com a realidade brasileira, por razões rebaixadas e diplomáticas, houve a inserção da bandeira brasileira junto à tricolor

Esta quarta parte se encerra com o retorno aos estúdios, desta vez sem qualquer bandeira ao fundo. Ana relata que os governos da Rússia, México e EUA foram “alguns dos que se manifestaram sobre a situação na Bolívia”. O primeiro a aparecer é Donald Trump, relatando que a partir da queda de Evo o “continente americano está um passo mais perto de se tornar completamente democrático, próspero e livre”. Em comunicado mencionado, feito pelo governo dos EUA, o presidente disse que os americanos aplaudem o povo boliviano por exigir liberdade e os militares bolivianos por “defender a constituição”. As imagens de fundo se

mesclam entre pronunciamento de Trump e de manifestantes bolivianos de direita, sem ser possível identificar em qual localidade o ato havia ocorrido.

As imagens mudam para uma coletiva de imprensa do governo mexicano novamente com destaque para Marcelo Ebrard. O jornalista relata que “o governo do México se manifestou de forma exatamente oposta”. Há a tradução de fala de Ebrard que afirma não fazer parte da constituição boliviana que os militares peçam para que o presidente deixe o cargo. Em espanhol, o chanceler diz “*es un golpe*”. Há nova tradução descrevendo que Evo deixou o cargo para evitar uma guerra civil. A reportagem corta para imagens do Kremlin, em Moscou, enquanto há a narração de que o posicionamento mexicano foi o mesmo do governo russo.

O texto descreve que “o Ministério das Relações Exteriores disse que está alarmado com a situação” e que em julho Evo Morales foi até a Rússia fechar uma série de acordos bilaterais, inclusive sobre a construção de uma usina nuclear e a exploração de lítio. A narração tem continuidade, com imagens da Bolívia, e a acusação feita pelo governo russo “contra a oposição boliviana por desencadear uma onda de violência que não deixou Morales terminar o mandato”. Esta foi a primeira vez que algum elemento de cunho geopolítico, central na crise boliviana, foi mencionado em qualquer produto midiático do JN, ainda que de forma superficial.

Uma nova passagem começa com o narrador, Felipe Santana, diretamente de Nova Iorque, informando que o Departamento de Estado dos EUA tem a expectativa de que um presidente interino assumira “amanhã ou depois”, que “convoque eleições em 90 dias” e disse que “a diplomacia americana não tem preferência por candidatos e que conversa com a oposição boliviana da mesma forma que conversa com todos os espectros políticos”. A passagem de Felipe dura 19 segundos. A imagem corta para conferência de imprensa concedida pela chefe de Relações Exteriores da União Europeia informando que há uma discussão para enviar à Bolívia uma missão de observação eleitoral. Na sequência, aparece o secretário geral da Organização das Nações Unidas, António Guterres, pedindo respeito às missões diplomáticas presentes no país. Há novo corte, em reunião da OEA, com o informe de que a entidade havia solicitado ao congresso boliviano a garantia de um novo processo eleitoral e que uma reunião havia sido marcada para terça-feira.

Mais uma vez, há o retorno aos estúdios com Bonner destacando como a crise havia deixado famílias bolivianas de São Paulo apreensivas. Pauta semelhante já havia sido realizada. A matéria mostra imagens do bairro Brás, com pessoas caminhando pelas ruas com o fenótipo de origem indígena, e o texto narrado: “uma volta pelo bairro mostra o porquê o Brás é chamado de ‘Pequena Bolívia’”. Imagem e texto mostram bandeiras no local, comidas típicas e um boliviano fazendo o chamado das pessoas para o comércio apenas em espanhol. Esta também é



a primeira vez que o JN destaca, ainda que rapidamente, elementos culturais da Bolívia, tendo em vista que o foco ficou apenas na violência e na crise.

Figura 19 – Arte bolivianos em São Paulo

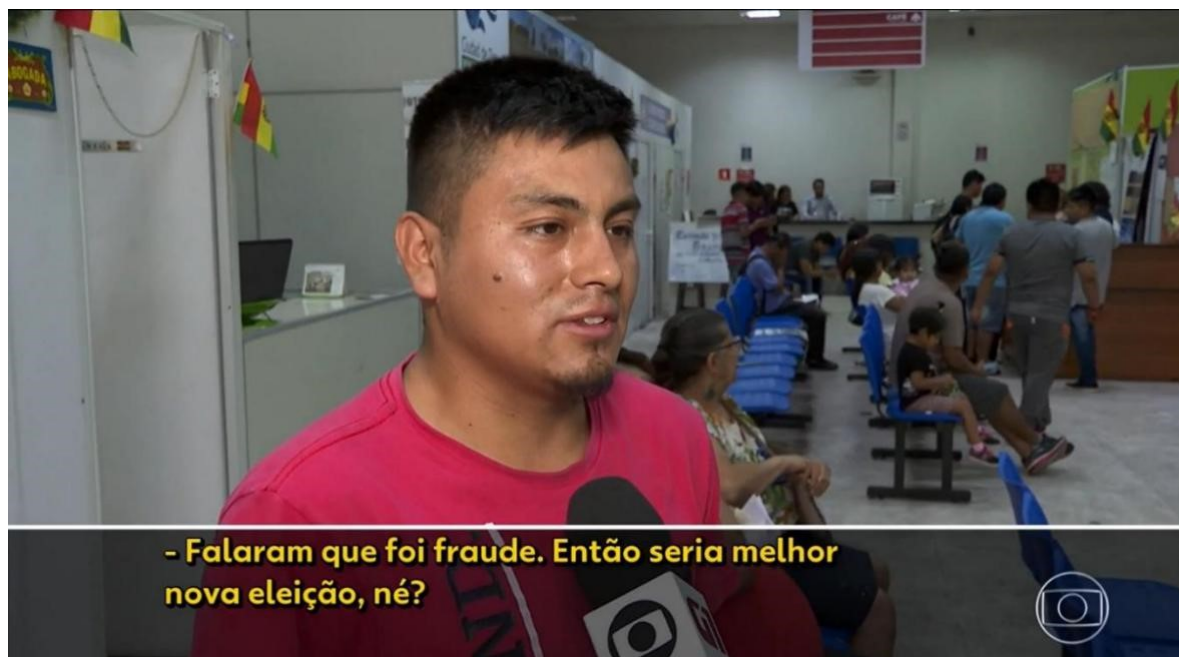


Fonte: Jornal Nacional. Edição destaca forte presença de bolivianos em SP, em um dos dois únicos momentos da cobertura de mais de um mês onde aspectos culturais da Bolívia são ressaltados pelo JN.

Novas imagens mostram bolivianos ou descendentes caminhando pelas ruas com o informe, da Polícia Federal, de que mais de 77 mil bolivianos vivem somente na capital paulista. Nova passagem é realizada, por César Menezes, afirmando que eles formam a maior comunidade estrangeira em São Paulo. A ligação com a política é feita ao relatar que seja os que chegaram há pouco tempo ou os que estavam no Brasil há mais de uma década, todos deixam parentes no país andino, de forma que a crise causa preocupações para quem está por aqui. A passagem dura 22 segundos.



Figura 20 – Imigrante em entrevista



Fonte: Jornal Nacional. Se anteriormente as imagens destacadas eram as de manifestantes contrários a Evo, a entrevista com tom mais político foi justamente com um favorável, ainda que sem profundidade, da realização de novo pleito; defensores do MAS foram desconsiderados.

Com imagens de dentro de um salão de cabeleireiro, com apenas bolivianos, começam algumas entrevistas, em razão da queda de Evo ter sido o principal assunto durante o dia. O primeiro entrevistado diz, em português, que “falaram que foi fraude. Então seria melhor nova eleição, né?”. O segundo entrevistado, misturando palavras dos dois idiomas, diz que “é uma decepção o que aconteceu na Bolívia. Realmente nunca deveríamos brigar entre irmãos”. De forma mais alongada, César mostra o casal Adriana e Martín, de La Paz, que se casaram em São Paulo, já possuem um filho brasileiro e também possuem o sonho de voltar para a Bolívia, mas com incertezas quanto a data de um retorno.

Uma nova entrevista é feita com outro boliviano, no Brasil apenas para negócios, que informa que a passagem de retorno já está comprada, mas que está com medo de voltar e que prefere esperar acalmar a situação. César termina a participação afirmando que “na Bolívia e no Brás os sentimentos estão divididos, mas uma vontade é comum a todos: que a saída da crise venha pelo voto e que a Bolívia encontre o caminho da paz”. O material se encerra com nova entrevista, desta vez com discurso rápido e otimista em relação ao futuro: “para que os bolivianos possam seguir vendo novos horizontes”. Há o retorno para os estúdios e o início de outro tema, sem relação com a Bolívia. Ao todo, a Bolívia ocupou 14 minutos e 14 segundos do bloco.

A edição do dia 11 evidentemente foi a que dedicou maior tempo para a crise boliviana. Ao mesmo tempo, foi uma edição recheada de ineditismos sobre a situação. Pela primeira vez houve a aparição em primeiro lugar na escalada, envio de correspondente para o país vizinho e, conseqüentemente, passagem dentro da Bolívia. Primeira vez com mais de uma passagem sobre o tema. Primeira vez com a menção a elementos geopolíticos. Primeira vez com menção a elementos culturais.

Em suma, a edição desta segunda-feira mostra, de forma bastante evidente, a capacidade e a potência jornalística da Rede Globo, sobretudo por meio do Jornal Nacional. Mostra como se o objetivo for transmitir informações e, possivelmente, conhecimento sobre um tema a maior emissora do Brasil dispõe de incrível capacidade de mobilização da equipe em diversos locais do mundo inteiro, com o uso de recursos gráficos ilustrativos e acesso a fontes e documentos importantes. A edição deste dia 11 é um contraste significativo em relação ao verificado no período anterior da crise de 2019.

Assim como já descrito sobre o perfil histórico da Globo e do JN, onde a América Latina e o Caribe são invisibilizados, ou então quando aparecem são de forma a caricaturar a imagem de que só há tragédias, problemas, violência e crises, a edição mostra que o jornalismo brasileiro poderia ser muito mais do que isso. Esta operacionalização sistemática sobre nossos vizinhos, no geral, não é fruto apenas de problemas logísticos, a barreira do idioma ou ausência de pautas sobre a região. O que ocorre é uma ação política deliberada, reflexo de interesses econômicos e de estruturas mentais e culturais sedimentadas, que buscam manter os demais países da América Latina e Caribe afastados de nós brasileiros.

Segundo o portal O Planeta TV<sup>124</sup>, especializado também em compilação de dados sobre a audiência na televisão brasileira, a edição do JN no dia 11 de novembro de 2019 foi o segundo programa ou produto midiático mais assistido no Brasil. Com base para São Paulo, o JN chegou a marca de 34 pontos de audiência, contra quase 41 da novela A Dona do Pedaço. O JN ficou muito acima de concorrentes como o Jornal da Record, com 5,5 e o SBT Brasil com 6,7. Segundo o portal, que compila os dados a partir das assessorias de imprensa das emissoras, estes pontos válidos apenas na grande São Paulo, mas que refletem diretamente o padrão nacional e servem de referência para o mercado publicitário, mostra que cada ponto corresponde a 73 mil domicílios. Isto é, durante o JN deste dia, quase 2,5 milhões de residências na grande São Paulo estavam sintonizadas acompanhando matérias como as da crise boliviana.

---

<sup>124</sup><https://oplanetatv.clickgratis.com.br/noticias/audiencia-da-tv/confira-as-audiencias-consolidadas-de-segunda-feira-11-de-novembro.html>

Segundo o Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo, por meio da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), a densidade domiciliar em São Paulo é de 3,22 habitantes por residência<sup>125</sup>. Neste cálculo, há a estimativa de que mais de 8 milhões de pessoas nesta importante região do Brasil estavam assistindo o JN. Em tentativa de aproximação com a situação geral nacional, o Ibope registrou que, em outubro, quase metade das televisões ligadas no Brasil, no período da noite, sintonizam na Globo<sup>126</sup>. Imaginemos, então, se o projeto político vigente fosse em prol da integração com nossos vizinhos, oferecendo matérias sobre o lado positivo dos países, desde a política até a cultura.

A longo prazo, diante deste poder comunicacional monumental, qual poderia ser o impacto na população brasileira? Neste caso específico, e se a linha adotada fosse a de analisar o papel dos militares na derrubada de um presidente? E se bolivianos eleitores de Evo tivessem sido entrevistados, assim como os opositoristas foram? E se as marchas e protestos contra o golpe fossem mostrados da mesma forma que os atos da direita?

**11 de Novembro fora do JN:** Dentre os vários elementos ideológicos identificados até o momento em mais de três semanas seguidas de edições do Jornal Nacional, o aspecto que mais se destaca é justamente o da ocultação. Mesmo com o dia 11 dando mostras da alta capacidade de produção jornalística pelo veículo, obviamente não há imparcialidade. Um ponto em especial que poderia ou deveria ter sido mostrado em alguma das partes do jornal, mas foi sumariamente ocultado pelo programa, se deve a mobilização dos partidários do MAS não apenas ao longo de domingo, mas principalmente a partir das primeiras horas de segunda-feira.

Durante todo o dia um grito passou a ecoar por várias localidades da Bolívia: “*ahora sí, guerra civil*”. Ao dizer que “agora sim, guerra civil”, defensores do governo de Morales se mostraram prontos para reverter o golpe de Estado mediante pressão nas praças e nas ruas. Durante a passagem de Carlos De Lannoy no JN, apenas foi mencionado que manifestantes desciam de El Ato para La Paz, sem especificar quem eram. Para todos que estavam no local e conhecem a realidade do país, era de pleno conhecimento que a massa organizada aos milhares, somente de uma cidade, era de defensores de Evo. A agência estatal russa Sputnik, com correspondente *in loco* desde antes das eleições, divulgou matéria especialmente sobre este

---

<sup>125</sup>

<sup>126</sup>

movimento da cidade em que fica localizada o maior aeroporto boliviano<sup>127</sup>. A matéria não foi fruto de profunda investigação jornalística, apenas cobertura, mediante conversas com quem estava seja no aeroporto ou então nas proximidades. A mobilização foi divulgada durante todo o dia e, portanto, era de conhecimento de Carlos De Lannoy e da equipe da Rede Globo, que jamais poderá informar falta de informações sobre o que estava havendo.

Além da região da capital boliviana e do interior, diversos outros países registraram protestos, de bolivianos emigrados ou de cidadãos que identificaram o movimento do dia 10 como um Golpe de Estado<sup>128</sup>. O que passou a se identificar neste momento foi que a direita comemora ainda nas ruas, mas em menor número e com discurso mais arrefecido, enquanto por parte da esquerda ocorria exatamente o oposto. Ao mesmo tempo que os masistas formavam blocos nas ruas, a reação da polícia foi significativamente maior do que o observado entre os dias 20 de outubro e 10 de novembro.

Dois dos primeiros vídeos a ganhar repercussão pelas redes sociais, mas ocultado não apenas pelo JN, como pelas principais agências internacionais de notícia, mostram um acontecimento ainda no começo da tarde. Dois jovens ficaram feridos por disparos feitos pela polícia em manifestação contra o golpe. Em um dos vídeos, em especial, escuta-se um manifestante gritando “onde está a imprensa que não mostra isso?”<sup>129</sup>. Em outro local, a polícia descarregou grande quantidade de gás lacrimogêneo sobre manifestantes pacíficos. Em poucas horas desde a queda de Evo, as forças de segurança passaram a atuar de maneira distinta não apenas em relação às últimas três semanas, mas também em relação aos últimos 14 anos. Um material produzido pela agência Reuters dá voz à polícia boliviana e destaca que as forças armadas passaram a operar em conjunto com a polícia para atuação contra “*grupos vandálicos*”, em abre aspas do comandante Williams Kaliman. Não há qualquer menção sobre os jovens feridos, tampouco qualquer mínimo comentário sobre as razões desta operação conjunta ter início somente neste momento pós derrubada de Evo. Até às 17h de segunda, o jornal boliviano *La Razón* contabilizou ao menos 20 pessoas feridas somente neste dia<sup>130</sup>.

**12 de Novembro:** A crise boliviana aparece como segunda menção na escalada de terça-feira. Ana Paula Araújo chama: “uma surpresa na crise da Bolívia” e Bonner

<sup>127</sup><https://sputniknews.lat/20191111/campesinos-leales-a-evo-morales-irrupen-en-el-alto-al-grito-de-ahora-si-guerra-civil-1089281512.html>

<sup>128</sup><https://www.tn8.tv/america-latina/489746-marchan-america-latina-golpe-bolivia/>

<sup>129</sup><https://www.telesurtv.net/news/reprimen-protestas-contr-golpe-estado-bolivia-evo-morales-20191111-0030.html>

<sup>130</sup><https://larepublica.pe/mundo/2019/11/11/crisis-en-bolivia-2019-guerra-civil-en-pais-por-manifestantes-de-expresidente-que-generan-problemas-en-ciudad-el-alto-tras-renuncia-de-evo-morales-videos>

complementa: “mesmo sem número suficiente de parlamentares na sessão da assembleia legislativa, uma senadora de oposição se proclama presidente da República”. Ana Paula também menciona que Evo chegou ao México na condição de asilado político. Sem aparição no primeiro bloco, há nova chamada antes do intervalo para o segundo bloco, destacando novamente a chegada de Evo ao México e a posse de “uma senadora de oposição”. Na tela, aparece a nova presidente boliviana e apenas o nome dela, Jeanine Áñez.

Figura 21 – Jeanine Áñez no intervalo



Fonte: Jornal Nacional. Destaque antes do intervalo chama a atenção para a nova presidente da Bolívia

O segundo bloco começa com Ana Paula destacando que Áñez se proclamou presidente “mesmo diante de uma assembleia legislativa com número insuficiente de parlamentares”. O primeiro destaque da reportagem, de Luis Fernando Silva Pinto, é sobre Evo, com foto em um avião com destino ao México, segurando a bandeira do novo país. Também mostram foto compartilhada pelas redes sociais e trecho do texto publicado. Mediante gráfico com ilustração sobre o voo realizado e detalhamento sobre a negativa do governo peruano em deixar a aeronave da Força Aérea Mexicana pousar em Lima, no Peru, bem como o abastecimento feito em Assunção, no Paraguai, e a proibição feita pelo novo governo boliviano em deixar o avião passar sobre o país. O êxito da missão foi garantido por negociações feitas pelo chanceler Marcelo Ebrard.

Figura 22 – Mapa da viagem de Evo



Fonte: Jornal Nacional. Arte do JN destaca o trajeto feito por Evo até chegar ao México

Ebrard novamente aparece em coletiva de imprensa discorrendo sobre as negociações e sobre o futuro de Evo no país. Na sequência, há espaço para nova fala de Evo, ao descer do avião, afirmando que foi vítima de golpe e de conspiração ainda na Bolívia, com um agente próximo ter sido procurado para entregar o então presidente em troca de 50 mil dólares. Como contraponto ao posicionamento mexicano, que classificou a medida como um golpe, há um corte para entrevista do então presidente do Paraguai, Mário Benitez, afirmando que se Evo renunciou não pode dizer que sofreu golpe, mas que se tivesse solicitado asilo político teriam concedido.

A reportagem dá espaço para fala feita pelo secretário geral da ONU que evita classificar a situação como golpe e que não é papel da ONU ter algum posicionamento do tipo. Imagens de manifestantes de direita ganham destaque na tela. Há também aparição de nota do Ministério de Relações Exteriores do Brasil com destaque ao trecho em que o Itamaraty “rejeita inteiramente a tese de que estaria havendo um ‘golpe’ na Bolívia” e de que houve repulsa popular após tentativa de estelionato eleitoral. Na sequência, mostra-se reunião da OEA, onde Luis Fernando narra que no dia 10 o relatório da organização identificou irregularidades graves e “mudou o rumo do país com a força de um terremoto”.

Começa uma passagem de Luis Fernando, em frente à sede da OEA, em Washington, dando destaque a reunião marcada no local na terça e que houve críticas à violência, sem especificações, por meio de um documento, sem qualquer outra abordagem sobre a declaração.

O jornalista relata que apenas o México não assinou. Finaliza a passagem com o informe de que o secretário geral da OEA, Luis Almagro, ironizou a decisão mexicana e disse que “um golpe na Bolívia aconteceu, mas não no último fim de semana e sim no dia 20 de outubro quando a fraude eleitoral foi cometida”. A passagem dura 38 segundos. Assim como na edição anterior, não há aprofundamento sobre todo o conteúdo relatado pelo chanceler Marcelo Ebrard, entretanto, o trecho escolhido de Luis Almagro é muito mais direto e objetivo para passar a informação de forma incontestável e por parte de uma autoridade.

A imagem retorna aos estúdios, com Bonner dando destaque ao o que ocorreu na Bolívia, com a proclamação de Jeanine Áñez e a realização de protestos fora do congresso. A narração continua por parte de Luis Fernando mostrando a movimentação das forças armadas e da polícia, sob ordem do comandante das forças armadas, com o argumento de reforçar a segurança dos agentes de segurança bem como para impedir uma escalada da violência. Logo na sequência mostra que as ruas ficaram desertas na madrugada e que moradores fizeram barricadas com fogo para controlar a entrada de pessoas nos bairros. Não há qualquer explicação sobre quem fez as barricadas, qual era o objetivo de controlar a entrada de pessoas nos bairros e quais pessoas não poderiam entrar. Há o corte para uma entrevista com um boliviano que afirma que havia pessoas com paus e pedras e que não pode dormir durante a noite.

Em uma cena que se tornou rara no JN, aparece protestos de defensores de Evo Morales nas ruas, mas Luis Fernando afirma que não houve confrontos por conta da segurança reforçada da polícia. No dia anterior, como já descrito anteriormente, há provas mediante vídeos e informes da mídia local sobre os pelo menos 20 feridos, junto dos dois jovens masistas feridos à bala. Nenhuma menção feita pelo jornalista. Em entrevista colocada com um manifestante pró-Evo, em menos de cinco segundos, há apenas o trecho “quem vai nos defender agora?”. Assim como a parte das barricadas, a entrevista com o militante masista efetivamente não diz, não revela e não explica absolutamente nada. Justamente no momento em que aparecem imagens dos críticos ao golpe, as informações transmitidas pela reportagem não possuem nexos e mais aparentam ter sido colocadas justamente para oferecer, de qualquer forma, um mínimo contraponto ao discurso e as imagens dominantes até então, do que para auxiliar no processo de compreensão sobre a situação boliviana.

A reportagem sai das ruas e entra no gabinete do partido de Carlos Mesa, com trecho da entrevista do ex-presidente de direita afirmando que será importante a polícia não dar mostras de que haverá vingança contra os integrantes do “partido de Evo Morales”. Há a aparição de imagens das redondezas do congresso, sem protestos, e Luis Fernando relatando que estava marcada a reunião legislativa para decisão do futuro do país, mas os parlamentares do “partido



de Morales” não compareceram, com o informe adicional de que “eles são maioria no senado e na Câmara dos Deputados”. Luis Fernando diz que “uma deputada do partido” pediu garantias de segurança, mas não informa qual o nome da política.

O jornalista descreve que a sessão na câmara não aconteceu, mas que no senado houve a decisão para reunião “mesmo sem quórum mínimo” e que Jeanine Áñez assumiu interinamente com o argumento de ser necessária a criação de um clima de paz social no país. Luis Fernando reforça novamente que o país estava sem comando desde domingo após a renúncia do presidente, vice e outros políticos da linha sucessória, de forma que Áñez, como segunda presidente do senado, estava na linha para assumir.

A reportagem acaba com o retorno para os estúdios e o relato de Bonner sobre o embaixador da Bolívia no Brasil ter se reunido com alguns parlamentares em Brasília para conversar sobre a “renúncia de Evo Morales” e também que “em algum momento pretende renunciar”, bem como outros diplomatas, “em solidariedade ao ex-presidente”. O discurso de Jose Franco, embaixador à época, é categórico em afirmar que houve golpe contra Evo. O texto do JN substituir o termo “golpe” por “renúncia”, quando a fonte não utilizou este termo, demonstra mais uma vez, e agora ainda de forma muito mais cristalina, a disputa ideológica empregada pelo maior telejornal brasileiro.

A Bolívia teve 5 minutos e 58 segundos de aparição neste segundo bloco da terça-feira. Nenhum segundo, no entanto, para informar que a tomada de posse sem quórum foi ilegal em razão do não cumprimento constitucional. Mesmo com o tom de “surpresa” ou “estranhamento”, tanto na escalada, como em parte do texto de Luis Fernando, esta ilegalidade cometida no dia 12 de novembro foi transmitida pelo JN como apenas um fato a mais na crise, não como algo que violou diretamente os artigos 161, 169 e 410 da constituição boliviana<sup>131</sup>. A reportagem também não credita as imagens utilizadas, mais uma vez. Não há qualquer explicação ou entendimento sobre o porquê do texto da segunda parte ter sido feito por Luis Fernando, bem como a única passagem do dia ter ocorrido em Washington, sendo que um dia antes Carlos De Lannoy estava presente na Bolívia com o cinegrafista Junior Alves.

**12 de Novembro fora do JN:** Evidentemente a posse de Áñez foi o assunto do dia. No entanto, o destaque dado pela Telesur, em nota citada acima, sobre a indiscutível ilegalidade do processo no senado sem quórum, ficou novamente presente nos veículos e agências contra hegemônicos. A linha seguida pelo JN outra vez acompanhou as informações básicas de

---

<sup>131</sup><https://www.telesurtv.net/news/jeanine-anez-se-autoprocama-presidenta-de-bolivia-20191112-0028.html>



agências como a Reuters<sup>132</sup>, que menciona o fato em meio ao material, mas não dá qualquer outro destaque para a compreensão sobre o que isto significa efetivamente.

Outra linha seguida pelo JN, identificada em outros momentos, foi o alinhamento com o que pensamento dominante dos EUA transmite, não apenas pela AP, mas também pela estatal VOA. Em material mais fotográfico que informativo, o órgão dos EUA destaca as forças policiais na rua como um ato de “patrulha”, mostram, inclusive, um homem sendo preso, mas não discorre sobre a mudança de comportamento dos agentes<sup>133</sup>. Mais uma vez, o maior telejornal brasileiro, em transmissão de informação e conhecimento sobre nosso vizinho, enquanto país de maior fronteira terrestre com o Brasil e importante aliado econômico e estratégico para nós, se mantém fielmente alinhado ao que o Norte Global transmite e pensa a respeito.

**13 de Novembro:** A edição de quarta-feira conta com a Bolívia novamente na segunda posição da escalada do JN com destaque para a mudança de todo o alto comando militar por parte de Jeanine e sobre a promessa de que irá chamar eleições em 90 dias. Mesmo em segundo na escalada, é a primeira reportagem do dia, mencionando as alterações em altos cargos e também sobre a subida para oito o número de mortos nos protestos desde o dia 20 de outubro. Agora sim, em tom diferente, a reportagem inicia com imagens de protestos de manifestantes masistas contra a nova presidente, ao mesmo tempo que imagens do exército nas ruas no que é descrito como uma “reação” contra os manifestantes.

Em imagens de Jeanine, o texto descreve a nomeação do novo comando militar para, segundo a presidente, pacificar o país. Em coletiva de imprensa, Jeanine afirma que não houve golpe e pediu para que os funcionários públicos coloquem os “seus cargos à disposição do novo governo”. Por fim, garante que o mandato é provisório e que, ainda em narração, tem dois objetivos: revogar a sentença do tribunal que autorizou Evo a concorrer a um quarto mandato e convocar novas eleições. Não há qualquer comentário ou informação repassada pela jornalista sobre a inconstitucionalidade em usar do Executivo para realizar alteração em decisão estritamente tomada pelo Judiciário. As imagens seguem com Jeanine discursando pós-posse, com uma bíblia em mãos, onde fala que o povo boliviano “não merece ter o voto roubado”.

Há nova menção à posse feita em sessão do senado sem quórum e o relato de que os parlamentares ligados à Evo não foram ao plenário por falta de segurança. Mais uma vez,

---

<sup>132</sup><https://www.reuters.com/article/politica-bolivia-idESKBN1XN0KZ>

<sup>133</sup><https://www.vozdeamerica.com/a/bolivia-autoridades-patrullan-las-calles-en-medio-de-incertidumbre-politica/5162322.html>

também não há qualquer informação repassada sobre a inconstitucionalidade deste ato, em sessão que deveria ter sido invalidada. Sem isso, a jornalista informa que o vácuo de poder foi deixado após sucessivas renúncias e que, como Jeanine era a segunda vice-presidente do senado, era a primeira com mandato na linha sucessória. Sandra destaca fala de Jeanine agradecendo o Brasil por ter sido um dos primeiros países a reconhecer o mandato. Para completar, a nota do Itamaraty é exibida na reportagem.

Como contrapartida, a imagem mostra Evo, no México, onde Sandra traduz a fala do ex-presidente afirmando que a posse de Jeanine confirma que houve um golpe de Estado e que voltará ao país se o povo pedir. Sandra Coutinho realiza passagem diretamente de Nova Iorque destacando a declaração de Evo ao chamar a OEA de golpista, enquanto responde com a nota da própria OEA que rebateu ao dizer que foram as “irregularidades” nas eleições que geraram a crise. Sandra termina a passagem informando que Evo tentava um quarto mandato e que “chegou a declarar vitória em primeiro turno”, mas que as “denúncias de fraude desencadearam protestos em todo o país”. A passagem dura 24 segundos.

Figura 23 – Passagem Sandra Coutinho



Fonte: Jornal Nacional. Jornalista Sandra Coutinho comenta sobre a Bolívia diretamente de Nova Iorque, ao utilizar a OEA como fonte para as informações

Novamente há um corte para imagens de manifestantes masistas, onde a jornalista descreve que durante a tarde houve “mais confrontos entre apoiadores do ex-presidente e as forças de segurança”. Bonner complementa com informações sobre a liberação de trechos

rodoviários que ligam o Brasil à Bolívia e que estavam bloqueados há várias semanas. A presença do tema no JN foi de 3 minutos e 49 segundos.

**13 de Novembro fora do JN:** Nesta quarta-feira, que marcou o primeiro dia efetivo de Jeanine frente ao governo, novos protestos tomaram ruas de diversas cidades<sup>134</sup>. Proporcionalmente ao aumento das manifestações, também houve maior repressão policial, no que já se consolidava de forma transparente a mudança de postura das forças policiais e armadas da Bolívia. Se até o dia 10 de novembro o discurso e as ações dos agentes de segurança seguiam favoravelmente aos protestos, de forma institucionalizada, nesta primeira semana pós queda de Evo o discurso e as ações destes mesmos personagens mudaram para a repressão e a garantia da ordem<sup>135</sup>.

Como fruto da violência, dois jovens morreram, desta vez em Yapacaní e Montero, em Santa Cruz, totalizando oito mortos por arma de fogo desde o começo da crise, sendo seis mortos apenas desde segunda-feira<sup>136</sup>. Apesar da divulgação destas informações na mídia local, a violência não foi destacada pelas agências internacionais. Diante do aumento do número de mortos e feridos entre os dias 11 e 13 de novembro, que já superava, e muito, o período entre os dias 21 de outubro e 9 de novembro, esta mudança no comportamento porta elementos de sobra para justificar maior divulgação sobre este fato. Acontece que a alteração comportamental não afetou apenas os donos das fardas, como também das canetas e dos microfones. Por fim, o caminho era o mesmo da direita, que por meio de Fernando Camacho anunciou a suspensão das paralisações e bloqueios iniciados ainda em outubro<sup>137</sup>. Depois da saída de Evo, a visão era: hora de esquecer o que ficou daqui pra trás e olhar pra frente.

**14 de Novembro:** Na escalada de quinta, a Bolívia aparece na parte final com o destaque narrado por Juliana Morrone: “A presidente interina da Bolívia veta a participação de Evo Morales na próxima eleição presidencial no país”. A matéria não entra no primeiro bloco, mas aparece na chamada para depois do primeiro intervalo, com o destaque novamente sobre a impossibilidade de participação de Evo nas eleições que ainda seriam marcadas. A imagem na chamada aparece Evo em discurso e apenas o escrito “vetado”.

<sup>134</sup>[https://www.youtube.com/watch?v=NKIFybQYhqY&ab\\_channel=TelefeNoticias](https://www.youtube.com/watch?v=NKIFybQYhqY&ab_channel=TelefeNoticias)

<sup>135</sup><https://www.telesurtv.net/news/bolivia-represion-protestas-renuncia-jeanine-anez-golpe-de-estado-20191113-0023.html>

<sup>136</sup><https://www.noticiasfides.com/nacional/seguridad/cuatro-personas-murieron-por-impacto-de-bala-desde-que-evo-renuncio-a-la-presidencia-402402>

<sup>137</sup><https://www.notimerica.com/politica/noticia-bolivia-camacho-anuncia-fin-paro-indefinido-mas-20-dias-20191113022022.html>

Figura 24 – Evo vetado em intervalo



Fonte: Jornal Nacional. Em destaque antes do intervalo, Evo é descrito como figura impossibilitada de concorrer nas próximas eleições

O material sobre a Bolívia nesta edição de fato se norteou pela decisão anunciada por Jeanine. O texto descreve os desafios que a nova presidente irá enfrentar enquanto há a transição de imagens dela para manifestantes masistas, onde há o relato sobre o retorno de apoiadores de Evo para as ruas. Há o destaque para uma marcha, organizada desde El Alto, onde a jornalista descreve que é um reduto político de Evo Morales. A informação é importante por mostrar trechos das manifestações, sumariamente ocultadas desde o começo da crise, bem como pela curiosidade sobre o município da região de La Paz.

A primeira entrevistada, uma manifestante pró-Evo, afirma que ninguém está contente pelo fato de que ela representa a elite. Na sequência, há outra entrevista, onde o texto descreve que o homem entrevistado discorda deste primeiro pensamento e espera que a situação se normalize. Vale a reflexão sobre como uma entrevista com uma manifestante de esquerda, com este teor na fala, ocorre apenas pela primeira vez. Nos outros momentos, com entrevistas feitas apenas com contrários ao ex-presidente Evo Morales, não houve espaço para o contraditório. Ou seja, sobre as entrevistas com populares, quando alguém de direita dá um relato, provavelmente será a única voz a ser publicada das ruas. Quando alguém de esquerda dá a entrevista, alguém de direita será colocado logo na sequência para poder rebater e contrapor.

As imagens saem das ruas e entram no palácio do governo, com destaque no texto para Jeanine ao empossar 11 ministros, anunciar que irá convocar novas eleições e que Evo não

poderá concorrer. Logo depois, a reportagem vai ao México, com imagens e texto anunciando o recebimento por parte do ex-presidente do título de Cidadão Honorário da Cidade do México. O fato que é no mínimo interessante não recebe qualquer comentário ou aprofundamento mínimo.

Acontece, então, a primeira passagem, com Carolina Cimenti diretamente de Nova Iorque informando sobre a posição de Antônio Gutérres ao demonstrar preocupação com a situação boliviana e pediu para os bolivianos evitarem a violência. Por fim, também informa que houve o envio de representante da ONU à Bolívia para ajudar no que Carolina narra como “eleições com mais transparência”. A passagem dura 20 segundos. O momento final da reportagem mostra Jeanine dentro do palácio novamente com o texto descrevendo que o governo interino recebeu o reconhecimento de países como o Brasil, Colômbia, EUA e Reino Unido.

Figura 25 – Passagem Carolina Cimenti



Fonte: Jornal Nacional. Assim como na ampla maioria das vezes desde o começo da crise, a passagem ocorre nos EUA

Por fim, há trecho de entrevista do presidente russo, Vladimir Putin, em evento no Brasil, e a narração de que “apesar do caos na Bolívia a relação comercial com o país vai continuar”. Há também espaço para comentário do então presidente eleito na Argentina, Alberto Fernandez, garantindo que “será um prazer receber Evo Morales” assim que tomar posse. A matéria se encerra neste momento com 2 minutos e 19 segundos dedicados ao todo para a situação no país

andino. No geral, houve mais espaço que o habitual para posicionamentos e argumentações favoráveis ao MAS, entretanto, organizado neste produto midiático de tal forma que não ganhe a integralidade do foco nem seja efetivamente o único destaque.

**14 de Novembro fora do JN:** Veículos contra hegemônicos brasileiros, como o Brasil de Fato, mesmo sem correspondentes na Bolívia, deram mais destaque a força dos masistas nas ruas, bem como, e principalmente, a violência crescente e visível para todos por parte da polícia<sup>138</sup>. Evo utilizou das redes sociais e pediu intervenção da ONU e do Papa Francisco para acompanhar a situação. Mais mortos e feridos foram registrados e inclusive divulgados por veículos da América Latina<sup>139</sup>.

Nesta mesma quinta-feira, a Anistia Internacional, uma das maiores organizações em defesa dos direitos humanos do mundo, divulgou nota cobrando a investigação dos atos de violência<sup>140</sup>. Ao invés disso, o governo de Jeanine, por meio do então ministro de Governo, Arturo Murillo, informou que teria início “uma caçada” contra ex-integrantes do governo Evo, como Juan Ramón Quintana, ex-ministro de Presidência, e até mesmo Raúl García Linera, irmão do ex-presidente Álvaro<sup>141</sup>.

No material destacado pela agência russa RT, algo que foi ocultado pelas maiores agências internacionais privadas ou estatais do centro do capitalismo, Murillo também ameaça, para além da “caçada”, ordenando que a lei seria cumprida e era melhor eles começarem a correr. A título de curiosidade, além das ameaças do governo e do aumento da violência pela polícia, outro fato omitido até então foi o fato da constituição não dar legitimidade para a posse de Jeanine.

A situação foi novamente recordada pela RT, que descreve, sobretudo, o artigo 169 como um impeditivo claro para a efetivação da medida de terça-feira. A principal agência do mundo, a britânica Reuters, não noticiou sobre a caçada em tom de ameaça do ministro Murillo contra a esquerda, mas noticiou, dando destaque no tom de alerta, a fala de Putin sobre as preocupações com o “caos” na Bolívia. Esta diferenciação entre a RT e a Reuters evidencia ainda mais o papel geopolítico desta crise, assim como o jornalismo enquanto uma ferramenta poderosa dentro deste jogo de xadrez.

---

<sup>138</sup><https://www.brasildefato.com.br/2019/11/14/bolivia-repressao-a-contra-o-golpe-que-derrubou-evo-morales-ja-provocou-dez-mortes>

<sup>139</sup><https://www.elperiodico.com/es/internacional/20191114/bolivia-suben-diez-muertos-conflictos-evo-morales-7735340>

<sup>140</sup><https://www.amnesty.org/es/documents/amr18/1405/2019/es/>

<sup>141</sup><https://actualidad.rt.com/actualidad/333675-nuevo-ministro-gobierno-bolivia-anuncia>

**15 de Novembro:** Esta sexta-feira é outra data a entrar negativamente na história da Bolívia e também de toda a América Latina. Ainda assim, a Bolívia não aparece na escalada da edição, mas há matéria no segundo bloco. Ela vem pouco depois de reportagem sobre a crise política nos EUA e o processo de impeachment de Trump. O material tem duração de 2 minutos e 38 segundos, com uma passagem de Sandra Coutinho com duração de 26 segundos. No caso da matéria sobre a Bolívia, o tempo foi bem menor, apenas 37 segundos e sem passagens ou entrevistas.

O destaque narrado por Juliana dá voz ao comentário de Jeanine Áñez afirmando que Evo terá de responder às acusações de fraude eleitoral “se quiser voltar ao país”. O texto descreve que a presidente conversou com parlamentares do partido de Evo para tentar resolver a crise. A jornalista também conta que, do México, o ex-presidente garantiu que abriria mão de participar de nova votação e que a Bolívia precisa ser pacificada. Após imagens de Jeanine e de Evo, as imagens retornam ao estúdio em leitura de Juliana sobre o rompimento das relações diplomáticas da Bolívia com a Venezuela bem como de todos os diplomatas do vizinho sul-americano. Absolutamente nenhum comentário ou menção à escalada da violência policial que resultou em um verdadeiro massacre registrado no período da tarde, em uma cidade do interior da Bolívia. Novamente, o elemento ideológico mais visível e presente no JN é a ocultação.

**15 de Novembro fora do JN:** Durante uma marcha de manifestantes masistas na cidade de Sacaba, na província de Chapare, departamento de Cochabamba. Ainda no começo da tarde de sexta-feira, houve forte repressão por parte da polícia, em uma escalada de autoritarismo ainda mais significativa por parte dos ataques dos agentes de segurança. A escalada da violência foi facilitada a partir do decreto número 4078, de autoria do governo de Jeanine, que na prática eximia a responsabilidade penal dos efetivos das forças armadas bolivianas que atuassem diante dos protestos<sup>142</sup>. Pelo texto do documento, no artigo 3º, os militares estariam isentos de responsabilidade penal frente ao cumprimento das funções constitucionais, em legítima defesa ou em estado de necessidade. A partir desta terminologia completamente subjetiva, o que Jeanine Áñez fez, na prática, foi dar carta branca para que as forças armadas desmontassem, de qualquer maneira, qualquer manifestação ou bloqueio de vias. Este decreto não foi mencionado em qualquer informe das principais agências internacionais de notícia do mundo, bem como as estatais dos países metropolitanos.

---

<sup>142</sup><https://actualidad.rt.com/actualidad/336490-cidh-pide-investigacion-internacional-violaciones-bolivia>

Com este instrumento jurídico em mãos, a repressão policial deixou um saldo de 125 pessoas feridas e 12 mortas em Sacaba. Até o final da noite não havia um número preciso sobre o número de falecimentos, mas todos eram por conta das ações policiais<sup>143</sup>. Ainda no dia 15, um vídeo que ganhou repercussão nas redes sociais, e foi republicado pela Telesur, mostrava um médico ao lado dos corpos cobertos de pelo menos cinco pessoas assassinadas. Segundo as informações do profissional da saúde, pelos tipos de ferimento e da maneira como chegaram, os fatos do dia 15 deveriam ser definidos como um massacre<sup>144</sup>.

Ao contrário de Telesur e RT, mas também CNN<sup>145</sup> e The Guardian<sup>146</sup> que noticiaram na própria sexta-feira o elevado número de mortos, não houve qualquer informe por parte das agências Reuters e Associated Press. Com o passar dos meses e investigações independentes realizadas sobre o que ocorreu nesta data, o episódio passou a ser chamado de Massacre de Sacaba<sup>147</sup>. Em profundo documento desenvolvido pela Defensoria Pública da Bolívia, já em 2020, houve a classificação deste massacre como crime de lesa humanidade<sup>148</sup>.

Apesar deste fato extremamente marcante e traumático para os bolivianos, especialmente os de Sacaba, a falta de divulgação nas principais agências internacionais de notícia é reflexo da mudança de comportamento identificada dias antes. O objetivo era construir a narrativa, mediante formatação da opinião pública, de que a partir deste momento de organização de um novo governo a situação boliviana se esfriaria progressivamente.

**16 de Novembro:** Na edição de sábado, dia seguinte ao massacre, o JN destacou já na escalada o “confronto” entre manifestantes e a polícia que havia deixado “oito mortos”. Sob apresentação dos jornalistas Filipe Toledo e Luzimar Collares, a situação também apareceu na chamada do intervalo para o segundo bloco, com a informação de que “confrontos” entre as duas partes deixaram oito mortos. No começo da matéria, o termo “confronto” é novamente utilizado por Luzimar. A matéria de Sandra Coutinho, também reforça a tese de “confronto”, apesar de ser uma situação com diversos mortos e dezenas de feridos apenas de um lado nesta “batalha”.

---

<sup>143</sup><https://www.lostiempos.com/actualidad/pais/20191115/defensoria-reporta-cinco-muertos-enfrentamientos-sacaba>

<sup>144</sup><https://www.telesurtv.net/news/cinco-dias-golpe-estado-evo-morales-movilizaciones-bolivia-20191115-0022.html>

<sup>145</sup><https://cnnespanol.cnn.com/2019/11/15/alerta-bolivia-cinco-muertos-luego-de-enfrentamientos-entre-manifestantes-y-fuerzas-de-seguridad-en-cochabamba/>

<sup>146</sup><https://www.theguardian.com/world/2019/nov/16/bolivia-protests-five-killed-in-rally-calling-for-exiled-morales-return>

<sup>147</sup>[https://es.wikipedia.org/wiki/Masacre\\_de\\_Sacaba](https://es.wikipedia.org/wiki/Masacre_de_Sacaba)

<sup>148</sup><https://www.la-razon.com/nacional/2020/09/17/la-defensoria-concluye-que-en-sacaba-y-senkata-hubo-masacre-y-delitos-de-lesa-humanidad/>



Figura 26 – Tensão nas ruas no intervalo



Fonte: Jornal Nacional. Destaque antes do intervalo mostra a situação tensa na Bolívia, mas não chama a atenção para o massacre ocorrido no dia anterior

Sandra contextualiza a crise destacando a queda de Evo no domingo após ser “pressionado por acusações de fraudes nas eleições de outubro, quando concorriam a um quarto mandato”. Há mostras dos manifestantes gritando “1, 2, 3, Evo *otra otra vez*” e as bombas lançadas pelos policiais contra os bloqueios dentro de La Paz. Há uma rápida inserção de um ferido, dentro do hospital, com a narração de Sandra descrevendo que a vítima “teria levado um tiro na cabeça”. Logo na sequência, a matéria destaca o velório de cinco pessoas na cidade de Sacaba durante a noite e a mostra da população, já pela manhã, dos cartuchos de projéteis disparados e de bombas lançadas.

A matéria segue até México, com informações de que Evo havia pedido ajuda da ONU e do Papa Francisco, algo que ocorreu, como já mencionado, no dia 14. A passagem de Sandra Coutinho é realizada diretamente de Nova Iorque para destacar a nota oficial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos que “condenou o uso desproporcional da força policial”, bem como nota da alta comissária de Direitos Humanos da ONU, Michelle Bachelet, que afirmou que o uso da força desproporcional “poderá comprometer o processo democrático na Bolívia”. A passagem de 21 segundos põe fim à matéria. No retorno ao estúdio, Luzimar completa que “agora pouco mais uma morte foi confirmada, elevando o número total de mortos para nove”. A Bolívia esteve na tela por 1 minuto e 29 segundos.

Figura 27 – Passagem 2 Sandra Coutinho



Fonte: Jornal Nacional. Nova passagem de Sandra Coutinho diretamente de Nova Iorque, com informações desatualizadas.

**17 de Novembro fora do JN:** O Massacre de Sacaba, descrito pela ordem dominante como “força desproporcional”, resultou no aumento dos protestos masistas com gritos de “asesinos” contra policiais e militares<sup>149</sup>. No domingo que completou exatamente uma semana desde a consumação do golpe, Evo utilizou das redes sociais para denunciar mais uma vez a violência em toda a Bolívia, especialmente o que havia ocorrido em Sacaba, no que reforçou como um “crime de lesa humanidade”<sup>150</sup>. Enquanto a Telesur destacava a mobilização crescente e as denúncias, a Reuters divulgou único informe, em espanhol, para relatar que os protestos dos apoiadores de Evo resultaram em dificuldades para a chegada de alimentos e combustíveis em várias cidades<sup>151</sup>. Isto é, para a maior agência de notícias do mundo, as paralisações até uma semana atrás eram justas em virtude de o povo boliviano ter se rebelado contra uma possível fraude eleitoral. Agora, as paralisações são prejudiciais por ocasionar em desabastecimento, até mesmo com a realização de “filas nas ruas de La Paz no domingo para assegurar alguns alimentos indispensáveis”.

<sup>149</sup> <https://www.telesurtv.net/news/masacre-sacaba-bolivia-protestas-20191117-0010.html>

<sup>150</sup> <https://www.telesurtv.net/news/bolivia-evo-morales-exige-gobierno-facto-matanzas-20191117-0008.html>

<sup>151</sup> <https://www.reuters.com/article/bolivia-desabastecimiento-idESKBN1XR0LE>

**18 de Novembro:** Como era de se esperar após o material publicado pela Reuters, o destaque dado pelo JN, logo na escalada, foi justamente a da escassez de alimentos e combustíveis na Bolívia. A matéria foi ao ar novamente no segundo bloco. A matéria feita por Felipe Santana inicia com uma fila em uma praça de La Paz, com “milhares” na fila esperando para comprar frango com preços mais baratos. Uma entrevista é feita com a “organizadora” da distribuição que afirma que os frangos chegaram de avião.

Logo na sequência, uma mulher que estava na fila é entrevistada e relata que há desespero e que as pessoas estão comprando tudo o que encontram. Santana menciona que juntamente da carne de frango, “o governo interino importou 100 tanques de combustível do Chile e do Peru”. Em meio ao caos demonstrado pelas imagens, que mais uma vez, como em todos os dias, não há qualquer crédito nem informações sobre de onde vieram, Santana descreve que a crise de desabastecimento está sendo gerada “por bloqueios de estradas erguidos por manifestantes favoráveis ao ex-presidente Evo Morales”. Há a inserção de nova entrevista, com uma manifestante pedindo a saída de Jeanine e o retorno de Evo ao governo.

Jeanine aparece caminhando com a faixa presidencial enquanto o jornalista descreve que a presidente iria realizar uma viagem até a cidade natal, mas teve de cancelar pois segundo o ministro do Interior um grupo de militares “queria atentar contra ela”. Felipe menciona que o “governo interino não descarta convocar as eleições por decreto se não chegar a um acordo com parlamentares de Morales, que são maioria no congresso”. O fato problemático da nova presidente querer tomar ações somente por decreto e descartar o legislativo não é levado em consideração pelo texto de Santana, que inseriu na matéria como uma mera informação adicional. Ainda assim, há espaço para entrevista de Evo, em trecho selecionado, onde o destaque é sobre o temor de uma guerra civil.

Felipe Santana inicia passagem em frente à ONU noticiando que a organização “lembrou ao governo boliviano que forças militares não podem fazer o papel da polícia” e “que isso vai contra a lei internacional de direitos humanos”. A passagem se encerra, desta vez, e pela primeira vez, com um tom deliberadamente crítico ao fato de que um ministro de Jeanine “anunciou a criação de um aparato especial para fiscalizar e prender partidários do ex-presidente Evo Morales e jornalistas que segundo eles sejam subversivos”. A passagem dura 24 segundos.

Figura 28 – Passagem Felipe Santana



Fonte: Jornal Nacional. Ainda em Nova Iorque, agora é a vez de Felipe Santana, em frente à sede da OEA, atualizar sobre a situação boliviana

Não há como não associar o tom diferenciado de Felipe neste momento com o fato de o ministro em questão ter colocado em risco a liberdade de imprensa, valor considerado sagrado dentro do pensamento liberal, que norteia os princípios jornalísticos da Globo. Em suma, enquanto os ataques eram contra o projeto da esquerda latino-americana a postura seguia por um caminho bem delimitado de linha auxiliar da ofensiva. Agora que os ataques se direcionam até mesmo contra a “Meca do jornalismo liberal”, a entonação começava a engrossar. Ao todo, a Bolívia ocupou 2 minutos e 2 segundos desta edição.

**18 de Novembro fora do JN:** Novo comunicado pela Anistia Internacional nesta segunda destacava especificamente a necessidade da derrubada imediata do decreto 4087, do governo Jeanine, que deu carta branca aos agentes de segurança<sup>152</sup>. Assim como descrito anteriormente, o decreto que organizou o fundamento jurídico necessário para evitar a qualquer custo um contragolpe por parte dos militantes do MAS foi sumariamente ocultado não apenas pelo JN, como também nos informes e materiais das principais agências internacionais. Mesmo agora com o destaque dado pela Anistia, que tem poder de influenciar na organização de um

<sup>152</sup><https://www.amnesty.org/es/latest/press-release/2019/11/bolivia-derogar-norma-impunidad-fuerzas-armadas/>

texto para uma reportagem de um telejornal brasileiro, por ser dotada de credibilidade necessária para os parâmetros da Europa e Estados Unidos, ainda assim teve pouca repercussão.

A VOA, dos EUA, publicou material com fotos de manifestantes do MAS, o que praticamente havia sido invisibilizado até o domingo anterior, no entanto, a estatal estadunidense colocou como título que os “cidadãos marcham para pedir calma na Bolívia”<sup>153</sup>. Evidentemente que a paz era um objetivo da esquerda no momento, mas os pedidos eram de justiça, novas eleições apuração da violência policial, contra o racismo, saída de Jeanine e até mesmo em vários casos uma guerra civil. O fato da Voice of America, enquanto veículo do Governo dos EUA, destacar que os protestos eram por calma revela um grau de cinismo preocupante por parte de um meio que exerce relevante influência internacional.

**19 de Novembro:** A terça-feira também entra para a história da Bolívia e da América Latina, nos mesmos moldes do que havia sido observado no dia 15, em Sacaba. Na edição do JN, no entanto, não houve destaque na escalada sobre a Bolívia, mas sim sobre o Irã, onde uma nota justamente da Anistia Internacional denunciava a repressão policial no país persa. Até o momento, todos os informes da Anistia sobre a Bolívia tinham sido ocultados.

Sobre o país andino, a matéria do dia foi veiculada no segundo bloco, com destaque para a morte de três pessoas em uma operação do exército e da polícia. A fonte utilizada para a narração de Renata Vasconcelos foi a Defensoria Pública da Bolívia que relatou que “manifestantes que cercavam uma fábrica de combustíveis foram atingidos por arma de fogo”. Renata afirma que desde outubro, 26 pessoas morreram em protestos e que a sessão legislativa que vai discutir novas eleições foi transferida para o dia 20. As imagens de protestos com muito gás lacrimogêneo cobrem a narração e, novamente, não há informações de onde as imagens foram obtidas. A Bolívia ocupou 50 segundos da edição de terça-feira.

Não há qualquer recorte informativo sobre o fato de que, destas mortes identificadas, e que há subnotificação por parte da fonte utilizada pela Globo, entre 85% e 90% ocorreram somente nos últimos 7 dias e foram provocadas pelas forças armadas e policiais. Cenário completamente diferentemente do que havia sido identificado entre 20 de outubro e 10 de novembro, onde o número de mortos variava entre três e cinco vítimas, quase todas a partir de enfrentamento entre civis. As mortes entre os dois períodos não eram iguais nem na forma nem na quantidade.

---

<sup>153</sup> <https://www.vozdeamerica.com/a/bolivia-la-paz-marcha/5170922.html>

**19 de Novembro fora do JN:** Assim como no dia 15 a matança generalizada e liberada pelos donos da farda gerou o Massacre de Sacaba, 19 de novembro entra para a história com o Massacre de Senkata<sup>154</sup>. A localidade dentro do município de El Alto foi testemunha de novos assassinatos contra manifestantes masistas. A situação foi a descrita pela matéria do JN, que além de não dar a devida atenção para o que ocorreu, nem mesmo dentro dos 50 segundos divulgados, teve problemas na apuração do número de vítimas. Logo no começo da tarde o número confirmado de pessoas mortas por arma de fogo já chegada a nove<sup>155</sup>, segundo órgão de fiscalização do governo boliviano. Diante do que havia ocorrido menos de uma semana atrás, o crime já estava sendo considerado pelos manifestantes de um novo massacre, desta vez de Senkata.

O material divulgado pela Reuters, quando a estatal russa e a venezuelana Telesur já notificavam sobre a gravidade dos acontecimentos na região metropolitana de La Paz, deu outro tipo de destaque: “Exército boliviano utiliza blindados para desbloquear importante planta de gás”<sup>156</sup>. Somente na metade do texto há a informação da morte de três pessoas, segundo a Defensoria Pública, tal qual noticiado pelo JN. E assim como foi verificado no JN, a parte final do material também tratou sobre o cancelamento da sessão legislativa e remarcação para quarta-feira. Novamente o carro-chefe da Rede Globo constrói um material jornalístico na mesma estruturação do material divulgado pela Reuters: relativização sobre a gravidade do que havia ocorrido horas antes, em outro caso de crime de lesa humanidade, uso da mesma fonte e divisão em duas partes idênticas. A estrutura utilizada pela RT e Telesur em nada se assemelha a matéria do JN. Ao todo, com confirmação de cada uma das vítimas posteriormente, o número de mortos nos Massacres de Sacaba e Senkata chegou a 27, além de centenas de feridos com variados graus de lesões<sup>157</sup>. A partir de novembro de 2020, em recordação de um ano dos massacres, inúmeros atos de rua são realizados na Bolívia para exigir que todos os envolvidos sejam responsabilizados<sup>158</sup>.

**20 de Novembro:** Na data que completa um mês de crise na Bolívia, a edição de quarta-feira do JN destacou o projeto de lei apresentado por Jeanine para convocar novas eleições. O texto de Tiago Eltz descreve o uso de veículos blindados nas ruas e nas “estradas que

<sup>154</sup> [https://es.wikipedia.org/wiki/Masacres\\_de\\_Sacaba\\_y\\_Senkata](https://es.wikipedia.org/wiki/Masacres_de_Sacaba_y_Senkata)

<sup>155</sup> <https://actualidad.rt.com/actualidad/334169-fiscalia-boliviana-muerte-cochabamba-disparos>

<sup>156</sup> <https://www.reuters.com/article/bolivia-crisis-idLTAKBN1XT2GP>

<sup>157</sup> <https://www.cels.org.ar/web/2021/05/bolivia-hacemos-publica-nuestra-denuncia-a-la-onu-sobre-las-masacres-de-sacaba-y-senkata/>

<sup>158</sup> <https://www.telesurtv.net/news/bolivia-exigen-justicia-victimas-masacre-senkata-20221119-0022.html>



permanecem bloqueadas por partidários do ex-presidente Evo Morales”. Há nova menção à escassez de alimentos e combustíveis. Logo após estas informações, o jornalista descreve que “ontem os militares romperam o cerco feito por apoiadores de Evo Morales a uma refinaria” e que o número de mortos havia subido para oito.

Figura 29 – Passagem Tiago Eltz



Fonte: Jornal Nacional. Tiago é o quinto jornalista diferente da Rede Globo a realizar passagens dos EUA para comentar sobre a Bolívia

Nova coletiva de imprensa com o ex-presidente, desde o México, mostra o relato onde ele garante que continua sendo o presidente, já que o congresso ainda não havia analisado a carta de renúncia. Por fim, Evo apresenta um vídeo das vítimas em Senkata. Tiago relata que “ele disse ser de bolivianos”, em um grau inexplicável de desconfiança para algo devidamente registrado e republicado por variados meios de comunicação de todo o mundo. Para encerrar, descreve que Evo “chamou as ações de massacre”, a fim de se distanciar do posicionamento que a esta altura já estava evidente.

Mais uma vez, de forma estruturada, há espaço para o contraponto às falas de Morales, por parte do ministro Arturo Murillo. O jornalista narra o membro do governo afirmando que Evo “alimenta os tumultos”. Logo na sequência mostram um vídeo, creditado ao jornal *El Deber*, onde supostamente o ex-presidente conversa com um líder sindical e pede para não entrar comida nas cidades e para realizar um cerco de verdade, além de sugerir o revezamento

dos manifestantes para garantir os bloqueios. O texto narra que o governo irá entrar com uma ação internacional contra Evo por terrorismo.

Na segunda parte, há destaque para Jeanine, no que Tiago descreve como um projeto que prevê a anulação da última eleição e a escolha de novos integrantes de tribunais eleitorais, “já que os antigos foram presos depois das denúncias de fraude na apuração”. Há o relato também que o partido de Evo também protocolou um projeto de lei com o pedido por novas eleições. Tiago Eltz inicia uma passagem diretamente de Nova Iorque destacando uma resolução da OEA que pede eleições urgentes na Bolívia, além de apoio técnico nas eleições. A passagem dura 15 segundos. O tempo sobre a crise ocupou 2 minutos e 23 segundos da edição de quarta.

**20 de Novembro fora do JN:** A coletiva de imprensa de Evo foi um dos assuntos mais debatidos na imprensa local e contra hegemônica latino-americana durante a quarta<sup>159</sup>. O centro da crítica girava em torno justamente da quantidade extremamente elevada de mortos a partir de 11 de novembro. No período da tarde, a Defensoria Pública exigiu do governo a desmobilização do exército após os assassinatos em Senkata<sup>160</sup>. Novamente, a RT também destacou a ação da defensoria com o pedido para que o Tribunal Constitucional Plurinacional reconheça a inconstitucionalidade do decreto que eximiu a responsabilidade de policiais e militares, questão sumariamente apagada da mídia hegemônica. O destaque dos supostos áudios de Evo apenas virou notícia nos meios do centro do capitalismo, como a DW e a Agence France-Presse<sup>161</sup>.

Ao final de um mês inteiro de crise, que é parte da histórica luta de classes na Bolívia, e obviamente não nasceu no dia 20 de outubro de 2019, o comportamento de entidades como a OEA, que afirmou com todas as letras a ocorrência de irregularidades na apuração, bem como o comportamento do jornalismo privado e estatal de países do centro do capitalismo demonstra que o país andino não é uma nação qualquer e que, portanto, não mereceria atenção. Ao contrário. Neste começo do século XXI a Bolívia se consolidou como um país de suma importância para o futuro da humanidade. A questão dos recursos naturais, sobretudo o lítio, bem como o projeto alternativo ao capitalismo neoliberal, implementado pelo Movimento ao Socialismo - Instrumento Político de Soberania dos Povos, é foco de atenção das mentes mais

---

<sup>159</sup> <https://www.telesurtv.net/news/evo-morales-bolivia-masacre-sacaba-muertos-golpe-estado-20191120-0016.html>

<sup>160</sup> <https://actualidad.rt.com/actualidad/334271-defensoria-pueblo-bolivia-exigir-gobierno-desmovilizar-ejercito>

<sup>161</sup> <https://www.dw.com/es/bolivia-gobierno-divulga-audio-y-acusa-a-evo-de-hacer-terrorismo/a-51341196>



atentas e oportunistas do mundo. Resta aos jornalistas brasileiros e, conseqüentemente, ao povo brasileiro saber disso o que ocorre em nossa vizinhança com nossos irmãos e irmãs.

### **Reflexões sobre a cobertura do Jornal Nacional durante a crise boliviana**

Evidencia-se, de maneira geral, um desinteresse do Jornal Nacional em relação a pautas relativas à realidade da América Latina e Caribe. A região gera assunto quando há problemas graves, crises ou exacerbação da violência e depende de qual orientação é o governo, bem como quais reivindicações surgem pelas ruas. Outros aspectos positivos, ou meramente informativos sobre a região, simplesmente não aparecem. Diferentemente disso, os EUA e membros da União Europeia, aparecem constantemente, desde assuntos políticos ou então curiosidades no geral como uma exposição em um museu, um encontro com histórias interessantes e sobre a família Real inglesa. Este lado mais leve sobre a América Latina e Caribe simplesmente inexistente.

Com eleições gerais na Bolívia marcadas para o dia 20 de outubro, um domingo, foram analisadas as edições do Jornal Nacional entre os dias 14 (segunda-feira) e 19 (sábado), na véspera do pleito. Nada sobre o processo eleitoral foi divulgado pelo JN, seja a campanha, os candidatos, as propostas, o cenário geral, mobilizações, entre outros pontos que pudessem ser abordados, tal qual e principalmente a Telesur realizou por diversas vezes e em variados programas, inclusive nos de formato mais semelhante ao Jornal Nacional.

A partir das eleições realizadas no domingo, a edição do JN de segunda-feira destaca a Bolívia, mas o produto divulgado não possui informações obtidas propriamente pela Rede Globo, mas de agências internacionais de notícias, de países como Estados Unidos, Inglaterra e França. Assim sendo, no momento em que já havia tendência demonstrada de que Evo venceria em primeiro turno, o JN seguiu a linha adotada pelas agências, que compraram fielmente a narrativa da direita boliviana. No mesmo momento em que entidades começavam a enviar parabenizações, bem como o TSE boliviano informava sobre um cenário de total proximidade com a vitória, entre 20h30 e 21h30 de segunda-feira, Bonner e Renata relatavam dados bastante desatualizados e focavam na incerteza enquanto vitória em primeiro turno e, principalmente, em denúncias de fraude, que jamais foram comprovadas.

Este primeiro dia de cobertura mostrou uma tendência que foi seguida em boa parte das semanas seguintes: matérias sobre a Bolívia com dados obtidos das agências internacionais, ausência de jornalistas no local, alinhamento rígido ao posicionamento da imprensa e das agências do centro do capitalismo, texto narrado seguindo a mesma estrutura textual destes

meios privados e estatais de países centrais, maior destaque para o lado oposicionista e reprodução sobre a necessidade de apuração sobre as possíveis fraudes. Entre os dias 21 e 26, apenas o dia 23 não teve qualquer menção à Bolívia. Já no dia 24 houve maior destaque, inclusive com a primeira arte ilustrativa sobre a situação, bem como a primeira entrevista realizada pela Globo. O professor de relações internacionais escolhido foi Oliver Stuenkel, crítico de Evo Morales e que afirma, de maneira totalmente controversa, que o ex-presidente boliviano “busca se perpetuar no poder”, além de não contextualizar sobre a decisão da justiça que autorizou a participação de Evo no pleito de 2019.

Em especial esta entrevista, é possível fazer o destaque sobre como uma produção autoral, ao invés de meras narrações sobre imagens de agências, amplia a credibilidade do produto, bem como oferece aprofundamento. No entanto, a escolha da fonte não é feita por critérios aleatórios, como um sorteio. Oliver foi escolhido justamente pelas críticas ao ex-presidente Evo Morales, de forma que, uma série de profissionais da mesma área, e de qualquer outro campo, não foram convidados para oferecer um contraponto. Esta ausência de uma segunda voz ajuda a ilustrar como a emissora efetivamente já havia escolhido um lado na história. E a escolha, inclusive, nem tinha sido feito neste momento, se não algo histórico desde a chegada do MAS ao poder. Por fim, assim como governos de extrema direita como nos EUA com Trump, Brasil com Bolsonaro e Colômbia com Ivan Duque, o foco também se deu ao pedido para a realização de um segundo turno, apesar de não existir qualquer fundamento jurídico para que um candidato com mais de 10% de vantagem sobre o segundo colocado participe de um pleito final.

Para o JN, bem como pelas agências internacionais e os governos conservadores e liberais, uma invenção jurídica sem qualquer critério parecia algo pelo menos razoável ou então longe do absurdo. Utilizando a Venezuela governada pelo socialista Nicolás Maduro novamente como exemplo comparativo, façamos o exercício abstrato de imaginar que ele proponha algo, sem qualquer passagem pelo judiciário ou legislativo, sem qualquer embasamento na constituição e sem qualquer critério: haveria esta normalização tal qual houve sobre os pedidos por um segundo turno?

A partir desta primeira semana de crise boliviana e impasse frente aos crescentes protestos de rua, com mobilização de governistas e oposicionistas, a Bolívia passou a ganhar mais destaque no JN. Entretanto, a estrutura das notícias nada mudou. Ao realizar a comparação sobre a cobertura do JN com os acontecimentos sociais “fora do JN”, é possível identificar que diversas informações fundamentais para o acompanhamento e a compreensão da crise eram sistematicamente ignoradas pelo carro-chefe da Rede Globo, de forma em que o que era

destacado pelas agências foi justamente o que se tornou o assunto norteador no veículo brasileiro. Apesar de mais destaque, de forma progressiva, matérias sobre a política na Inglaterra e os EUA ainda assim tinham muito mais cobertura, com passagens diretamente de Nova Iorque ou Londres, aprofundamento e material próprio. A título de ilustração nesta semana, enquanto a nota coberta sobre a Bolívia durou 25 segundos, para tratar de tudo o que ocorria no local, as reportagens sobre os outros países desenvolvidos superavam os dois minutos, de forma que somente as passagens dos jornalistas ficavam na casa dos 20 segundos.

Isto é, a Bolívia só não apareceu em um dia nesta segunda semana, entre os dias 28 e 2 de novembro, o que passava a mensagem de acompanhamento e continuidade sobre a situação, mas os produtos midiáticos não tiveram qualquer aprofundamento minimamente semelhante aos realizados sobre os pedidos de impeachment de Donald Trump ou da proposta de saída da Inglaterra da União Europeia. Na semana do dia 4 o Jornal Nacional, em seis edições, a Bolívia se fez presente em apenas uma. Em radicalização preocupante da extrema-direita boliviana, não houve qualquer contextualização sobre o tamanho do problema em que o país estava afundado. Situação semelhante ocorreu com o Chile, que após destaque no início dos protestos, também ficou ausente, apesar da violência policial chocar boa parte do mundo que também acompanhava com preocupação as denúncias dos atos cometidos pelos “*carabineros*”. Foram dias de intensos protestos na Bolívia e em vários outros países do continente, sumariamente ocultados pelo JN.

Nem mesmo uma das cenas mais marcantes dos cenários de crise políticas recentes na América Latina, com a prefeita Patrícia Arce sendo capturada pela direita boliviana, agredida e humilhada em praça pública, recebeu mínima atenção no dia do fato. Em nova comparação, que parece ser a mais didática para nós brasileiros, leva a reflexão sobre como o JN e todo o conjunto do jornalismo hegemônico nacional abordariam se militantes chavistas na Venezuela fizessem o mesmo com um ou uma política da direita venezuelana? E se igualmente ocorreu no Chile, a polícia venezuelana tivesse cegado sistematicamente centenas de manifestantes durante protestos contra Nicolás Maduro? As seis edições desta semana pré-golpe mostram de forma transparente como o jornalismo empresarial do Brasil aborda temas regionais: ocultando ou distorcendo.

Com o golpe consumado no domingo dia 10, a semana entre os dias 11 e 16 foi evidentemente a de maior destaque e atenção à Bolívia, como não poderia ser diferente. Mais materiais publicados e maior espaço, com passagens e entrevistas. Ainda assim, no geral, o texto central dos produtos não diferencia em nada da linha adotada pelas agências de notícias, bem como as fontes. O informe básico era que a pressão da população contra a possível fraude

eleitoral resultou na renúncia do presidente. Assim como as intensas mobilizações do MAS foram minimizadas desde o início, um dos casos mais marcantes da cobertura ocorre justamente durante a única passagem de um profissional da Globo em solo boliviano. No aeroporto de El Alto, Carlos De Lannoy informa que havia recém pousado no país e tece comentários sobre a crise. Neste momento, uma marcha de enormes proporções, convocada pelo MAS, e de amplo conhecimento internacional e principalmente local, saiu em direção à La Paz.

O jornalista da Globo menciona um protesto, mas não especifica nem oferece qualquer tipo de detalhes. De forma a reiterar, ainda que ele sequer tenha colocado os pés para fora do aeroporto, seja pelo fato da divulgação da mobilização, bem como por El Alto ser um reconhecido reduto masista, Carlos De Lannoy tinha pleno conhecimento sobre do que se tratava aquela marcha e resolveu omitir as especificações de forma a nebulizar o conteúdo a ser divulgado. Isto é, no único momento em que um profissional chega ao país da crise, há ações deliberadas para obstaculizar as informações que contrariem a linha editorial seguida pela emissora. Nada disso é uma coincidência, principalmente quando há a comparação com as manifestações de direita onde além de ter maior espaço nas matérias, também houve mais detalhamentos.

No geral, os dias 11 e 12 tiveram mais tempo para tratar sobre a crise, sempre com a mesma estrutura importada do Norte Global, mas ainda assim com destaque importante sobre o tema. A partir do dia 13 o espaço no JN passou a diminuir, ao passo que a violência, os massacres e os crimes de lesa humanidade começaram a surgir, praticados com total aval da nova presidente. As agências internacionais minimizaram os acontecimentos como os Massacres de Sacaba e Senkata, de forma que, sem qualquer conhecimento de onde estava o jornalista Carlos De Lannoy, os materiais do JN seguiram, como sempre, o teor das empresas dos EUA e União Europeia. É possível dizer que apenas a edição do 11 de novembro, o dia pós-golpe, ainda que totalmente dominada pelas agências, um jornalismo de maior qualidade foi efetivamente praticado durante a cobertura por mais de um mês.

Até o dia 20 de novembro, como prazo analisado de forma consecutiva, bem como em dezembro, 2020, 2021 e 2022, em edições isoladas, o nível jornalístico praticado pela Rede Globo foi substancialmente rebaixado diante da estrutura poderosa que a empresa carioca possui. A edição do dia 11 evidenciou que, quando a Globo quer fazer algo com qualidade a empresa dispõe de tudo o que é preciso para isto, de forma que a baixa qualidade dos materiais, sem pensamento ou reflexão própria, com baixa interlocução com a realidade brasileira, sem aprofundamento em temas que visam romper com estigmas presentes no imaginário da população não pode ser fruto de possíveis problemas estruturais da emissora. Da mesma forma

que o distanciamento praticado em relação aos países vizinhos não pode ser vinculado a uma possível barreira causada pelo idioma. A análise durante o período da crise boliviana, mas que também abrangeu crises da Venezuela, Chile, Colômbia e Equador, bem como eleições na Argentina e no Uruguai, reforçam sobre como o jornalismo hegemônico e empresarial brasileiro, liderado pelo maior telejornal da maior emissora, aborda a nossa realidade regional.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de um mês de edições do Jornal Nacional analisadas entre outubro e novembro de 2019, foi possível a constatação de diversos padrões de comportamento do maior meio de difusão do Brasil sobre jornalismo político. Até a chegada do momento da análise em si, todo o caminho teórico elaborado é o escopo necessário para uma compreensão mais precisa sobre a cobertura midiática.

Alguns aspectos se explicam por si só, enquanto outros precisam estar necessariamente atrelados a toda construção desenvolvida nos capítulos anteriores em virtude de comporem a lógica estrutural de nossa sociedade completamente atravessada pela dependência, pelo subdesenvolvimento, pelos interesses da classe dominante e pela razão de Estado dos países do Norte Global.

Assim como descrito anteriormente, estes comportamentos programados em corroboração às relações de poder preponderantes na América Latina e no Caribe, no Brasil em especial nesta pesquisa, cumprem vários objetivos colocados de cima para baixo, na ordem global e no próprio interior de nossa sociedade, a fim de que a estrutura atual se legitime, se reproduza e, mais importante, se perpetue. Desta maneira, as características extraídas a partir da somatória entre as pesquisas recrutadas e pela análise específica neste estudo compõem parte das estratégias políticas empregadas pelas classes dominantes nacionais em concomitância com as classes dominantes internacionais, especialmente Europa ocidental e Estados Unidos.

No capítulo 2 em questão, a crítica da economia política da América Latina e do Caribe, para além de reforçar desde o primeiro momento o pertencimento do Brasil a este bloco, oferece enquanto ciência uma investigação sobre as leis que governam a produção e o intercâmbio material em nosso planeta. Sendo assim, a discussão partindo do período anterior ao século XV e todo o transcorrer da história mostram que nossa região é vítima das relações entre pessoas e, conseqüentemente, entre classes e nações. É nesta lógica que se insere o colonialismo, em primeiro momento e, posteriormente, a dependência, em período que se estende até os dias de hoje.

A partir desta crítica, que assenta o solo para as próximas discussões, foi feito o debate sobre os fenômenos da ideologia e da alienação no capítulo 3. Destaco de maneira central para esta pesquisa a expressão específica da alienação brasileira que por diversos fatores históricos e políticos nos afastam sistematicamente de nossos vizinhos latinos e caribenhos, proporcionando, sobretudo um problema de ordem estratégica para um projeto de país. Isto é,

estas discussões iniciais dão conta de mostrar a situação geral em que estamos e o tamanho do desafio que temos.

Internamente no Brasil, em atuação conjunta com as demais franjas da elite brasileira, a burguesia midiática capitaneada pela Rede Globo e a Família Marinho lança mão de uma série de estratégias para que consensos sejam erigidos e fortalecidos perante ao imaginário popular. Diante do alcance de dezenas de milhões de pessoas todos os dias, ao longo do século XX e XXI, a linha do jornalismo praticado, por esta empresa que é uma das maiores emissoras do mundo e de longe a maior do Brasil, segue em defesa intransigente da democracia liberal, como base sólida do Estado burguês e, conseqüentemente, do grande capital.

Conforme identificado, teorizado e comprovado principalmente a partir de pensadores formuladores da Teoria Marxista da Dependência, através de análise radical das sociedades latinas e caribenhas, o fenômeno do imperialismo é central nas relações de poder e de dominação de grupos sobre outros, mas de maneira em que a classe dominante do país subdesenvolvido e dependente, como no Brasil, é peça-chave para que o poderio dos grupos do Norte Global possa prosperar livremente em nosso território.

Se como relatado anteriormente, a desarticulação deste poderio do atlântico norte passa obrigatoriamente pela união e o fortalecimento de nossa região, do noroeste do México ao extremo sul da Argentina e passando por todas as ilhas do caribe, as forças imperialistas identificam neste movimento integracionista uma poderosa ameaça para a continuidade das relações que tanto beneficiaram estes grupos metropolitanos.

Desta forma, o capítulo 4 sintetiza no campo da geopolítica as relações políticas e econômicas do subcontinente especialmente moduladas a partir do jornalismo enquanto um ator fundamental para a reprodução desta lógica. Assim sendo, a fim de reiterar o que já fora dito, agora com ainda mais detalhamentos e categorias identificadas, além do jornalismo hegemônico brasileiro, representado pela Rede Globo, ser capitalista com atuação política direta para a manutenção deste sistema, diante da nossa realidade específica e histórica o jornalismo brasileiro assume um comportamento que podemos definir efetivamente como “desintegrador”.

Para chegar a esta conclusão, o capítulo 5 apresenta a metodologia utilizada para extrair da realidade elementos possíveis de discussão e interpretação sobre a temática discutida. Como pequena amostra do debate, houve o recorte específico sobre o maior telejornal do Brasil, que serve efetivamente enquanto um modelo para o jornalismo nacional, sobre um dos acontecimentos políticos e geopolíticos mais importantes da América Latina no século XXI: a deposição do ex-presidente boliviano Evo Morales.

Conforme descrito, o governo Evo, sob condução do Movimento Ao Socialismo, representava à época um importante bastião do movimento de esquerda progressista que, entre as várias bandeiras e pautas levantadas, coloca a integração regional enquanto uma importante estratégia, dentro da Onda Rosa. Por este motivo, a forma em que os acontecimentos se desenrolaram na Bolívia entre outubro e novembro de 2019 merece a atenção analítica do campo progressista em todo o continente. Como colaboração por minha parte, realizei um recorte preciso, de um mês, não sobre o que ocorreu no país andino, mas a forma em que o maior veículo informativo do Brasil tratou este acontecimento histórico.

As análises das edições do JN levaram em consideração a identificação de elementos ideológicos diversos para verificação sobre padrões de comportamentos ao longo da cobertura. Logo na primeira semana de crise, com a reeleição de Evo, o veículo já demonstrou aspectos que foram de encontro com as hipóteses. Muito antes de verificar uma edição em questão onde termos específicos foram utilizados, imagens selecionadas a dedo, entre outras medidas tomadas dentro da ilha de edição, chamo a atenção inicial para o desprezo, no geral, para assuntos sobre a região.

Como o recorte temporal ocorreu somente em torno de quatro semanas, acaba evidentemente por ser um período de certa forma limitado. Ainda assim, o momento coincidiu com uma série de manifestações, mobilizações, protestos e eventos de cunho político em várias localidades da América Latina. Mesmo com este momento diferenciado, a proporção de divulgação sobre questões dos EUA e da Europa ocidental é significativamente superior ao da nossa vizinhança. Este aspecto em si precisa ser destacado, apesar de não ser o foco da pesquisa, por complementar justamente a análise em si. A aparição progressiva da Bolívia no Jornal Nacional, até receber os holofotes principais entre três ou quatro dias, não pode ser analisada isoladamente sem a compreensão de que este período recortado se refere a um momento fora do padrão comportamental da mídia brasileira. Isto é, a regra opera em favor de um desprezo sistemático ao que ocorre nas proximidades do Brasil. Portanto, a ocultação sobre a América Latina é o primeiro traço a ser elencado.

A partir disso aparecem os elementos ideológicos que direcionam a opinião pública para um espaço de entendimento e compreensão sobre a crise boliviana de 2019 que nebulam mentes sistematicamente. Mais tempo de exposição aos opositoristas, divulgação de informações que depreciam a imagem e a credibilidade do governo de Evo, bem como informações sobre possíveis fraudes que nunca se provaram, entre outros pontos que estimulam a negatização do projeto progressista boliviano.



Informações que são centrais para a compreensão aprofundada sobre a situação são retiradas. Até mesmo quando a América Latina aparece, nestes raros casos, o fenômeno da ocultação é identificado. Como ilustração, uso a ação da justiça boliviana que autorizou a participação de Evo nas eleições. Somente a derrota no plebiscito foi mostrado pelo Jornal Nacional. Desta maneira, há um direcionamento a mostrar à opinião pública que, de fato, houve irregularidades, quando na verdade uma entidade do Estado realizou um julgamento sobre a questão e houve uma decisão oficial.

O que também pode se conjecturar, é sobre como na América Latina, sobretudo por onde transformações estruturais ocorreram durante a onda rosa, as instituições são vistas com desconfiança, ao mesmo tempo em que as instituições de qualquer país do Atlântico Norte, organizadas pela divisão liberal do Estado-burguês, são profundamente respeitadas e sacralizadas. Isto é, uma decisão da suprema corte dos EUA seria efetivamente respeitada, cumprida e mencionada, com críticas ou não. Já em caso de uma decisão da suprema corte boliviana, se converteu em um cenário onde não foi preciso levar em consideração nem respeitar o que foi decidido. É uma nova mostra como o jornalismo brasileiro corrobora com a desintegração do subcontinente ao caricaturar experiências alternativas ao modelo liberal.

Esta comparação hipotética aqui, mas possível de ser verificada ao longo das edições em reportagens sobre o então governo Trump nos EUA, mostram outra coluna central deste tipo de jornalismo aqui categorizado como desintegrador: o alinhamento automático aos EUA, sobretudo, mas ao atlântico norte no geral. Vai além do respeito às instituições. Há uma espécie de confiança suprema no que é oriundo desta região do globo terrestre. Dentro do jornalismo, este fenômeno se expressa nas fontes utilizadas. No caso analisado, evidencia-se um atrelamento muito aderente à linha editorial das grandes agências internacionais de notícias privadas, bem como mídias estatais, de países como EUA, Alemanha, França e Inglaterra.

Durante 24 edições do JN analisadas, em apenas um dia houve a presença de um jornalista na Bolívia para relatar o que ocorria *in loco*. Todos os demais dias, mas também inclusive neste em questão, as informações eram obtidas por “terceiros”. Conforme a base metodológica utilizada, foi possível constatar que eram agências como AFP, Reuters e AP que forneciam a base informativa para a construção do texto no Jornal Nacional. Ou seja, ao mesmo tempo em que ocorre o alinhamento automático a estes países, há a inviabilização do jornalismo nacional em organizar um material com rumo próprio, isto é, dotado de pensamento autônomo, a partir da reflexão específica e atrelada a nossa realidade, de acordo com nossos próprios projetos e interesses. Quando se reproduz diretamente o que um veículo de outro país divulga, não é apenas uma mera informação copiada, mas em maior medida a perda de soberania

intelectual por nossa parte, onde deixamos de produzir conhecimento e apenas replicamos ideologia dentro um projeto alheio ao brasileiro.

Em suma, os dois principais problemas identificados sobre a cobertura da América Latina no geral, mas neste trabalho especificamente sobre a Bolívia, varia entre o desinteresse sistemático, de modo em que os acontecimentos são ocultados da agenda jornalística, e o outro lado, mais identificado quando a crise boliviana passou a ser destacado, é a dependência ao norte global. Esta dependência em questão provoca para além de um jornalismo sem projeto próprio, materiais muitas vezes sem a presença de entrevistados para ilustrar o cenário, sem fontes diversificadas, sem a procura aprofundada pela informação.

Quando um jornalista da Globo aparece em uma passagem, via de regra é em Nova Iorque e Washington apenas para repassar as opiniões ou notas da ONU, OEA e governo dos EUA. Se segundo (PATERNOSTRO, 1999, p. 147), “a passagem reforça a presença do repórter no assunto que ele está cobrindo”, o reforço em questão se deu sobre o posicionamento destas entidades e de um governo que atuaram diretamente, e em algum grau, para a consolidação da queda de Evo Morales.

Portanto, ocultação e dependência formam pilares do processo de desintegração latino-americana por parte do jornalismo brasileiro, onde ao invés de servir como uma forma de conhecimento, atua como um agente para nos distanciar ainda mais de nossos vizinhos e de um potencial integracionismo que tenderia a render bons frutos geopolíticos para nós.

A desintegração, em questão, justamente deste processo de integração da América Latina e do Caribe enquanto um grande bloco político, econômico, cultural e, até mesmo, militar, a fim de que esta grande unidade continental a ser formada tenha condições concretas necessárias para modificações substantivas nas relações geopolíticas que são estruturalmente prejudiciais para o grande conjunto de pessoas do Brasil e dos demais países destas regiões.

Para além das críticas a intervenções estatais na economia em benefício das massas, para além da defesa aberta da economia de mercado no modelo neoliberal, da defesa da democracia liberal como única forma de organização social possível e da busca por um atrelamento visceral com a economia e cultura do norte, especialmente dos Estados Unidos, o jornalismo brasileiro desintegrador busca, a todo custo, atacar ideologicamente o povo brasileiro de forma a transmitir que o melhor caminho a ser tomado é o do distanciamento sistemático de nossos vizinhos e a estigmatização de projetos latinos e caribenhos que proponham a ruptura deste sistema nas condições atuais.

Enquanto projetos contra hegemônicos buscam a união, articulação e integração regional, tendo em vista a imensa importância do Brasil para este bloco, o jornalismo brasileiro

ataca por texto, voz e imagens as bases desta proposta, para que a América Latina e o Caribe se desintegrem e as relações existentes não sejam ameaçadas. A partir da análise e dos elementos extraídos, é possível realizar breves categorizações, que por vezes se entrelaçam, para definir as características mais evidentes do jornalismo desintegrador.

**Desinteresse sobre a América Latina e Caribe:** Com bases nos estudos de Maria Nazareth Ferreira (1995) e Alexandre Barbosa (2005), bem como identificado ao longo das análises realizadas na presente pesquisa, o que se observa é um profundo desinteresse sobre a região. Tanto de cunho político como cultural, os nossos vizinhos são sistematicamente deixados de fora do principal noticiário nacional. Em relação a países da União Europeia e Estado Unidos, a proporção de notícias é significativamente inferior. É preciso esclarecer que este distanciamento e desinteresse geral não é algo generalizado entre os países do continente. Ao contrário. A partir do sistema de buscas do Google, para comparar o que ocorreu dentro do JN e fora do JN, a ampla maioria das notícias eram publicadas por veículos de países vizinhos. Outra parte, em português, eram fruto de traduções diretas do espanhol para o português. Há uma ocultação sistemática do que ocorre a nossa volta. Isto é, assim como também já mencionado, o Brasil se evidencia como um vizinho esnobe neste bairro subdesenvolvido e periférico.

**Enquadramento:** Quando há, enfim, divulgação sobre a realidade regional, a lente utilizada pela locomotiva midiática brasileira mira sobretudo em aspectos negativos. O período anterior às eleições bolivianas de 2019, não houve qualquer material para anunciar o pleito, discutir sobre os candidatos, sobre como estava o país, o que estava em jogo, entre outras informações que poderiam ser transmitidas como uma forma de conhecimento para os brasileiros. Antes mesmo da Bolívia surgir no JN, a semana anterior teve como único destaque latino-americano a escalada da violência no México, após a prisão de um dos maiores criminosos do país Asteca.

Isto é, a região praticamente não existe, mas quando é retratada são os aspectos negativos que viram pauta. Inclusive, é possível dizer, tendo em vista o que fora observado pós-eleições bolivianas de 2020, que se a vitória incontestável de Evo em 2019 tivesse sido aceita, o caso viraria notícia apenas no dia posterior e desapareceria da Rede Globo. Como a situação se tornou uma grave crise política, beirando uma guerra civil, só então passou a aparecer em nossas televisões e celulares.

**Falta de profundidade:** O que mais se identifica nas edições analisadas é que as informações não se aprofundam. A aparência é que importa mais. A crise boliviana estava perpassada por questões internas como relações raciais, a força da elite cruceña, da região de

Santa Cruz com aberto espírito separatista, o papel do opositor e ex-presidente Carlos Mesa, o modelo econômico inovador e alternativo da Bolívia com ênfase no “Social Comunitário Produtivo”, entre outros incontáveis pontos. De maneira geral, estes tópicos não apareceram no JN, enquanto ao se tomar como referencial de comparação mídias como a Telesur e a RT, ambos de controle público por países de orientação contra o Atlântico Norte, estes aspectos eram abordados e aprofundados. Não há receio em dizer que Telesur e RT fizeram coberturas midiáticas mais elaboradas que a Rede Globo. Não isentas, de forma alguma, mas com a apresentação de mais informações que ajudam a explicar ao receptor o âmago da questão.

**Jornalismo distante:** Um dos questionamentos levantados durante a pesquisa era muito direto: como um veículo de comunicação sabe o que sabe? Como aquela notícia repassada para dezenas de milhões de brasileiros foi apurada e construída? E neste caso de assuntos de um país que não o Brasil, como fazer para transmitir conhecimento ao povo? Sem dúvida alguma, uma ferramenta de grande importância para esta elaboração jornalística tende a ser os jornalistas presentes *in loco*, seja como correspondentes fixos, por meio de escritórios ou não, além de enviados especiais. O que se observa na atualidade, bem como historicamente, é a ausência sistemática de jornalistas nos países latino-americanos e caribenhos. Há um significativo distanciamento, para além do desinteresse.

A partir da obra “Correspondentes”, da própria Editora Globo e também recrutada no capítulo 3 para embasar parte desta teorização, ficou evidente que não há jornalistas fixos nestes locais, enviados pela empresa para apuração com os pés no barro ou no asfalto. Quando há o envio, são para a cobertura de tragédias pontuais. O que se observou ao longo da história foram escritórios, no plural, nos Estados Unidos, como em Washington e Nova Iorque. Escritório em Londres, de alta qualidade e reconhecida estrutura. Escritório em Tóquio, no Japão. Além disso, enviados e correspondentes em variadas localidades do mundo, seja Itália, França, Suíça, Alemanha, entre vários outros países, para a transmissão de notícias gerais, seja casamentos ou curiosidades sobre a família Real em Londres ou notícias diretamente da sede europeia da ONU, em Genebra.

Enquanto isso, o único exemplo latino que poderíamos citar seria a Argentina, com Ariel Palácios. Entretanto, Ariel é argentino, não viaja aos demais países e quando aparece em produtos da Globo, praticamente todos no canal pago Globo News, faz a transmissão da própria casa. Ainda assim, Ariel não apareceu em qualquer momento para tecer qualquer tipo de comentário sobre a crise boliviana. É preciso, no entanto, recordar as limitações estruturais impostas pelo modelo de jornalismo aqui analisado. Em um meio comercial-empresarial, onde

o tempo é relativamente escasso, baseado na lógica do capitalismo, é compreensível que esta prática jornalística aparentemente “preguiçosa” seja uma regra. Há a necessidade de agilização dos processos. Ainda assim, vale o destaque como um fenômeno problematizável.

**Assujeitação do jornalismo:** Também como uma forte relação com os demais aspectos, principalmente o último citado, os produtos do JN eram muito mais narrações feitas por Bonner, Renata, ou outros âncoras do dia, em modelo de nota coberta. O mesmo foi verificado sobre a cobertura da crise chilena, que começou quase simultaneamente à boliviana e que todas as categorias anteriores também se encaixam perfeitamente. Assim sendo, as passagens, ao vivo ou gravadas, foram minoritárias no caso da Bolívia ou de qualquer outro assunto do continente.

É de conhecimento sobre como a passagem do repórter ou da repórter reforça a presença do profissional no local da notícia, também como um meio de ampliar a credibilidade ao mostrar ao receptor que as informações transmitidas foram obtidas por um sujeito com rosto.

Assim sendo, após esta caminhada por ruas, praças, residências e órgãos do governo, o jornalista literalmente dá a cara a tapa para assumir total responsabilidade do que está dizendo e se colocar perante o telespectador enquanto o garantidor da veracidade e construtor de um efeito de realidade. No entanto, a cada momento em que uma bomba explodia no centro de Santiago, ou marchas opositoras caminhavam por La Paz, tal qual todo e qualquer outro exemplo regional, não havia passagens no calor da crise. Isto acaba por ser uma obviedade tendo em vista justamente a ausência de jornalistas nestes locais. Em apenas um dia da cobertura sobre a Bolívia, Carlos de Lannoy aparece em passagem, mas de dentro do aeroporto e também com informações rasas sobre algo facilmente apurável, como a marcha de militantes masistas.

O mais curioso é que houve destaque ao envio do repórter e do cinegrafista Junior Alves, mas que após esta aparição não houve o retorno em qualquer outro dia, sem qualquer explicação sobre o que pudesse ter ocorrido. O único momento em que o gerador de caracteres do JN apareceu com “El Alto, Bolívia”, foi por pouco tempo e em apenas um único dia. Todas as demais passagens, em número limitado, foram do Brasil, EUA ou na Europa, para informar as notas e posicionamentos da OEA ou da ONU.

**Dependência jornalística:** Aspecto fundamental para a compreensão do conceito de jornalismo desintegrador, obviamente, para além do jornalismo de forma isolada, mas dentro do contexto da geopolítica. Dentro do escopo da Teoria Marxista da Dependência, autores passaram a discutir sobre a dependência no campo cultural, em relação intrínseca ao campo econômico. Aspectos como o informativo, comunicacional, educacional e do conhecimento de forma geral estão vinculados ao processo de dominação não apenas de uma classe sobre a outra, internamente a uma sociedade, mas principalmente de uma região do planeta, o centro do

capitalismo, sobre outra região, a periferia do capitalismo. Assim sendo, a relação social do capital impõe a produção de mercadorias neste campo também sob uma configuração de completa dependência.

Tal qual analisado ao longo do capítulo 4, o jornalismo brasileiro está inserido nesta máquina de forma que as forças produtivas até mesmo de uma das maiores emissoras do mundo ficaram atreladas ao passo das empresas jornalísticas dos países metropolitanos. Seja por meio da entrada direta de profissionais estrangeiros nas emissoras, nos mais diversos setores, da estrutura física e capacidade tecnológica até as produções de conteúdo ficam amarradas e dependentes do centro global. A dependência jornalística acarreta em uma perda de autonomia da empresa. Ainda que esta autonomia possivelmente não seria exercida em prol dos interesses da maioria da população, este nó limita as potencialidades do jornalismo hegemônico brasileiro, que assim como os demais setores da burguesia brasileira passam a não ser dotadas de um projeto próprio, para além do controle estrutural que vem do Norte.

Esta dependência também ajuda a explicar o papel da estratégia desintegradora por parte da elite brasileira, no caso a midiática, para que independentemente das limitações existentes a classe dominante nacional porta privilégios significativos e, portanto, o melhor a se fazer é abraçar esta condição de classe dominante internamente e dominada na ordem global. Para a aplicação deste projeto desintegrador, o horizonte do JN, isto é, a referência máxima de fonte confiável são as agências internacionais de notícia do Norte Global. Este tópico em questão ajuda a responder os questionamentos anteriores. Como um veículo brasileiro sem jornalistas em um país como a Bolívia sabe o que sabe? A resposta é: agências internacionais.

É deste grupo de empresas, privadas e estatais de países metropolitanos, que o jornalismo brasileiro extrai as informações. Também discutido no capítulo 4, a dependência jornalística se expressa especialmente pela construção de um produto midiático difundido no JN onde frases inteiras e expressões são traduzidas dos materiais produzidos por agências como a britânica Reuters, a estadunidense Associated Press, a francesa Agence France-Presse e a espanhola EFE. Não há uma produção própria por parte do jornalismo brasileiro referente à crise boliviana, ou a venezuelana, ou os protestos no Chile, ou qualquer outro evento semelhante.

O essencial do produto é oriundo destas empresas do centro do capitalismo e que, como já exploramos no capítulo 3, não há a menor possibilidade de compreender estas empresas, públicas ou privadas, como meros meios de difusão de fatos, verdades consolidadas e situações imparciais. Há um lado defendido. Há aspectos mais destacados e outros omitidos. No caminho aberto de nosso jornalismo dependente, as agências internacionais acabam por

pautar quando algo vai ser dito, de qual forma vai ser dito, qual será o destaque e o que será ocultado. Na Venezuela, as agências descrevem o governo como um “regime”. O termo passa a ser utilizado no Brasil. Na Bolívia as agências destacam uma deposição forçada de um presidente eleito somente como uma “renúncia”. O mesmo destaque é feito no Brasil.

No Chile a violência policial foi minimizada por agências, pelo menos no primeiro momento. No Brasil ocorre a mesma minimização. As agências são como um termômetro para o jornalismo brasileiro. Dependendo da temperatura aferida haverá o acompanhamento da mesma forma. Ao mesmo tempo, as agências são como uma bússola para o jornalismo brasileiro. Como se fosse por magnetismo, mas como sabemos, é por projeto político, esta bússola também aponta somente para o norte, no caso, o Norte Global. Além do horizonte político se orientar pelas agências internacionais de notícias, este processo demonstra outra linha política seguida pelo jornalismo hegemônico brasileiro: o alinhamento automático às posições do centro do capitalismo.

Juntamente das quatro principais agências estadunidense, francesa, inglesa e espanhola, outras agências e empresas públicas, principalmente vinculadas aos respectivos Ministérios de Relações Exteriores, como RFI, France24, DW, Euronews e VOA seguem exatamente a linha adotada pela Globo. Há uma quantidade significativa de veículos privados ou agências estatais de países do Sul Global e fora do eixo EUA-UE, pra além da Telesur e RT, a Al Jazeera, do Catar, a Xinhua, da China, a HispanTV/Nexo Latino, do Irã, além da Bolívia TV, possuem grande audiência registrada pelas redes sociais.

Em nenhum momento durante a cobertura da crise boliviana alguma mídia desta natureza foi utilizada, nem mesmo a estatal do país andino. Há uma espécie de desconfiança sobre o que é difundido por meios como estes, apesar de em inúmeros casos ser possível a identificação de maior profundidade jornalística. A desconfiança em questão é gerada pelas questões socioculturais já discutidas desde o capítulo 2 e no capítulo 4 em especial. O distanciamento à América Latina também faz parte da proposta política da burguesia nacional de se distanciar de todo o Sul Global. O caminho identificado é o de alinhamento automático ao Atlântico Norte, seja por estratégia ao se colocar em bloco com estes países, bem como por alienação ao pensar estas empresas e estes países como portadores de valores mais nobres, sobretudo no campo jornalístico, enquanto países como China e Irã são meramente “regimes autoritários” que estão “difundindo propaganda”. Se o entendimento é exatamente este, onde os EUA, pela AP ou VOA, estão fazendo jornalismo “verdadeiro”, e a Rússia, pela Sputnik e RT, estão fazendo propaganda, fica evidente que ocorre um movimento automático de descarte do produto fora do eixo do Norte.

**Ausência de reflexão própria e de projeto de país:** Diante desta dependência jornalística, hegemonia das agências internacionais na construção informativa e alinhamento ao bloco atlantista, o que ocorre efetivamente é a ausência de construção por parte da Rede Globo de uma proposta para em que pudesse minimamente colaborar com a edificação de um projeto de Brasil. A própria Teoria Marxista da Dependência elucidou a polêmica existente na primeira metade do século XX e começo da segunda metade, dentro do campo da esquerda brasileira, onde parcela considerável dos partidos e movimentos defendiam a necessidade de uma revolução nacional com participação de setores da burguesia.

O que a TMD conclui é que justamente esta contribuição de parcela da elite nacional para a transformação radical do país não somente seria dificultosa, como o movimento executado tendencialmente é o oposto, em virtude desta classe social compor parte necessária do movimento de dominação na ordem global. Assim sendo, a ausência de projeto próprio para o Brasil não é uma novidade, mas vale a menção e a discussão neste momento exatamente para combater a compreensão acerca do jornalismo, no modelo empresarial, enquanto um serviço de utilidade pública e, portanto, portador de uma aura a favor do bem comum.

Tal qual discutido nos capítulos 3 e 4, o modelo proposto por Adelmo Genro Filho poderia ser capaz de efetivamente atuar pela construção de uma nova sociedade. No modelo empresarial da Globo, bem como todos os outros veículos semelhantes, o jornalismo passa a ser um serviço de utilidade privada fundamental nos circuitos de reprodução do grande capital. O jornalismo utilizado desta maneira, sem estar incorporado a um projeto de Brasil, é exatamente um obstáculo para o avanço deste projeto em razão de facilitar e acelerar a entrada dos fluxos informativos do Norte, onde o relatório MacBride há várias décadas alertou sobre a desigualdade e os problemas gerados, ao mesmo tempo em que não oferece nem uma mínima contribuição para o fortalecimento do fluxo Sul-Sul.

**Rebaixamento do nível de interlocução dos assuntos latino-americanos com a realidade brasileira:** Ao longo da cobertura sobre a crise boliviana, apenas três momentos foram identificados no sentido de conectar o que ocorria no país andino com o Brasil. É possível destacar que inúmeros aspectos políticos e culturais compartilhados pelos dois países poderiam ser mencionados nas matérias. Isto ocorre de maneira muito rápida e somente com imagens, no momento em que há a cobertura sobre uma ponte entre Cobija e Eptaciolândia que estava fechada por conta dos protestos.

Não há qualquer análise sobre o volume comercial entre Bolívia e Brasil, como esta situação poderia nos prejudicar ou algo de cunho também econômico. Há somente um grupo de poucas pessoas acampadas na ponte e a informação de que eles estavam contra o então



presidente Evo Morales e que a maior fronteira do Brasil é com a Bolívia. Nada além. Outro momento, em dois dias, mostram a população boliviana que mora no Brasil, especificamente em São Paulo, e o que eles acham da crise política. Por fim, a outra interlocução se deve aos posicionamentos do governo Bolsonaro, por meio do próprio ex-presidente, ou então do então chanceler, Ernesto Araújo. Estes dois últimos são mais simples de obter e de praxe, respectivamente. Isto é, o trecho sobre a ponte fechada, que foi o único aspecto compartilhado entre ambas as nações, representa novamente um desinteresse no aprofundamento e na construção informativa própria autônoma, como também um rebaixamento da interlocução entre nós e o país a ser abordado.

O mesmo fenômeno poderia ser observado em análise sobre a crise venezuelana, onde apenas a questão migratória é levantada. Na crise chilena, pior ainda, há apenas entrevista com brasileiros que perderam a viagem para Santiago, via internet. É como se efetivamente o Brasil não tivesse qualquer relação política, econômica e cultural com nossos vizinhos e que a ligação com a nossa realidade só pudesse ser feita com um compatriota à viagem ou posicionamento oficial do Estado brasileiro.

**Ocultação das movimentações geopolíticas:** A geopolítica enquanto prática social ou até mesmo somente os estudos das relações de poder entre Estados oferece condições fundamentais para melhor compreensão do mundo em que vivemos e também de onde estamos posicionados no planeta. Não apenas em termos geográficos, mas principalmente políticos em relação ao concerto da ordem global. O conhecimento geopolítico tem de ser visto como uma arma à disposição de todo o conjunto da população justamente para que um projeto de Brasil seja colocado em prática a fim de desatar os nós que nos mantêm presos à condição de dependência e subdesenvolvimento.

O que pode ser observado durante as análises das dezenas de edições do Jornal Nacional é que este campo é sumariamente ignorado nos produtos midiáticos referentes à América Latina. Houve breve discussão sobre a área em materiais sobre os protestos em Hong Kong e a ação de países como os EUA, entretanto, sobre a Bolívia, como é o foco da pesquisa, mas também sobre os demais vizinhos, apenas um pequeno aspecto foi citado. O ponto em questão se deveu à visita do presidente russo, Vladimir Putin, à Bolívia. No entanto, todo o debate em torno do lítio, minério o qual a Bolívia possui as maiores reservas do mundo, foi ignorado. A crise política fabricada no país andino em 2019 tem íntima relação justamente com movimentações do capital internacional contra um projeto de país liderado pelo MAS-IPSP que amplia gradualmente a soberania sobre o solo e sobre os recursos naturais. Isto é apenas um

aspecto geopolítico que mereceria atenção durante uma cobertura como a que o JN fez. Sobre a crise venezuelana ocorre exatamente o mesmo fenômeno.

Aspectos como a questão do petróleo e os embargos e sanções internacionais são cruciais para a compreensão do que ocorre em nosso vizinho sul-americano e caribenho, no entanto, são temas que também não são destacados pelo jornalismo brasileiro. Como parte do processo de construção de um projeto nacional, liderado por Hugo Chávez, a temática da geopolítica foi institucionalmente difundida pela Venezuela. Somado ao acúmulo prévio obtido pela população, o povo venezuelano, no geral, se identifica enquanto um país petroleiro e compreende a importância deste debate para o próprio futuro. O povo brasileiro, com os pés sob um dos países que também lideram o ranking de reservas de petróleo, ao contrário, e de maneira generalizada, não se identifica enquanto morador de uma nação com estas características, muito menos qual a importância para o funcionamento do mundo atual.

Outros diversos exemplos poderiam ser colocados a fim de ilustrar o nosso desconhecimento sistemático sobre a geopolítica. O jornalismo empresarial que temos de forma hegemônica no Brasil não colabora em absolutamente nada para o avanço destas discussões, sobretudo a respeito da nossa posição junto aos demais latinos e caribenhos. Em exemplos escassos, ainda assim, novamente ocorre o atrelamento direto ao posicionamento dos EUA, prioritariamente, e do Atlântico Norte, no geral.

**Ocultação de aspectos culturais:** Este tópico em questão tem eventual vinculação com o viés de enquadramento, a respeito do destaque aos aspectos negativos dos países latino-americanos, como foi o caso da crise boliviana de 2019, mas com um recorte mais preciso. Se os nossos vizinhos são na larga maioria das vezes representados em nossas televisões e celulares como locais de crise, pobreza, tragédias, crimes, problemas no geral, mas que evidentemente mereceriam ser mostrados, e isto é inegável, a complementação para iniciar a ruptura com esta característica desintegradora poderia vir a partir dos destaques para os aspectos culturais destas nações-irmãs.

A Bolívia, em questão, para além da política e da geopolítica, enquanto temas essenciais, também é uma localidade dotada de cultura e identidades próprias. No entanto, mesmo em um momento de crise, muito destes aspectos poderiam ser abordados em entrevistas, ainda que as feitas em São Paulo. O único momento, nas mais de 20 edições analisadas, aparece quando há contextualização sobre o bairro do Brás, região central da capital paulista. A reportagem mostra como há grande quantidade de bolivianos no local, de forma em que o bairro passou a ser conhecido como “Pequena Bolívia”, além de rápida mostra sobre comidas e roupas típicas. Os poucos segundos não são suficientes para fazer frente à enxurrada de aspectos

negativos presentes nesta própria reportagem e em todos os outros dias com produtos midiáticos veiculados no JN, mas ainda assim foi algo válido para enriquecer verdadeiramente o conteúdo.

Seja os aspectos culturais e positivos da população que vive no Brasil, ou ainda mais profundo, sobre os aspectos presentes no próprio país como belezas naturais e tradições, a veiculação deste tipo de imagem e informação se mostra importante para ajudar a mudar o imaginário que temos a respeito dos bolivianos, sempre atrelados a problemas, e que instigam os nossos mecanismos mentais a nos manter afastados de um povo do qual compartilhamos muito em comum.

Por fim, o que se observa pelo funcionamento estrutural é um jornalismo brasileiro em defesa da dependência e, portanto, também do subdesenvolvimento. Um jornalismo que prefere se inserir de maneira subalterna em relação as potências imperialistas do que apresentar um próprio ponto de vista e atuar como agente mediador pelo progresso do Brasil. Tal qual como desvendado pelos autores da Teoria Marxista da Dependência, o que se visualiza no funcionamento da mídia, mais especificamente dos grandes proprietários burgueses, é o que também se identifica nas frações das burguesias agrárias, industriais e todas as demais, inclusive a burguesia midiática: uma ausência completa de qualquer projeto de Brasil e de qualquer possibilidade de compor com estes atores uma proposta política para superação de nossa condição.

O que temos, efetivamente, é um jornalismo burguês, liberal, dependente, colonizado e, como um adicional que merece ser cada vez mais discutido e digno de atenção por acadêmicos e profissionais é o caráter desintegrador em relação a este subcontinente. A classe dominante brasileira alocada no setor comunicacional, que se apresenta de forma hegemônica nos meios informativos nacionais, reproduz sistemática e intencionalmente o desprezo pela América Latina e o Caribe. Não por apenas ignorar por si só, mas, muito provavelmente, para garantir que os brasileiros não se enxerguem no espelho e se identifiquem cada vez mais enquanto cidadãos periféricos, subdesenvolvidos e dependentes, tal qual um paraguaio ou hondurenho, que por muitas vezes parece algo muito distinto. O jornalismo desintegrador brasileiro se mostra um entrave muito poderoso em nossa caminhada para a consolidação de um bloco latino-americano e caribenho, para que os nossos problemas passem a ser resolvidos por nós mesmos, de acordo com os nossos interesses, de forma a confrontar a atual ordem mundial no campo da geopolítica que beneficia estruturalmente os países do atlântico norte.

Por este motivo, discutir uma proposta de superação deste jornalismo desintegrador brasileiro, como parte de um projeto de Revolução Brasileira, é tarefa da mais alta importância. Sendo assim, além dos debates já realizados sobre ideologia e alienação, bem como jornalismo

e identidade, precisam ser somados a compreensão do Brasil e de toda a América Latina dentro do concerto da geopolítica, para que esta proposição ocorra dentro de um terreno concreto. Se a produção da mais-valia ideológica produzida por um trabalhador brasileiro ocorre em benefício direto da burguesia brasileira em atuação conjunta com as classes dominantes dos Estados metropolitanos, será preciso resolver este problema cortando na raiz. E o que nos leva a entender, diante de todo o escopo teórico recrutado, é de que precisamos, mais do que nunca, trabalhar por um jornalismo integrador, produtor de conhecimento para que ocorra um grande despertar rumo à superação das condições atuais.

Um jornalismo diferente, mais benéfico para o povo brasileiro e para os jornalistas brasileiros, deverá ser melhor explorado, a partir da interpretação do nosso posicionamento sobre o tabuleiro global de xadrez da geopolítica. O atlântico norte teme a integração latino-americana e caribenha. Neste jogo, se nos identificarmos enquanto uma única peça, a Pátria Grande, poderemos ter força suficiente para que as torres, cavalos, bispos, reis e rainhas da Europa e Estados Unidos, apoiadas por nossas elites, não continuem a passar por cima de nós como se fosse um jogo de damas.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Pedro. **Agências de Notícias do Sul Global: jornalismo, Estado e circulação da informação nas periferias do sistema-mundo**. Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2018.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- ALVES, Júlia Falivene. **A invasão cultural norte-americana**. São Paulo: Moderna, 1988.
- ARRUDA, Pedro Fassoni. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889-1930**. 1ªed: São Paulo, Expressão Popular, 2012.
- BAGDIKIAN, Ben H. **O monopólio da mídia**. Tradução de Maristela M. de Faria Ribeiro. São Paulo: Página Aberta, 1993.
- BAGU, Sergio. **Economía de la sociedad colonial - Ensayo de historia comparada de América Latina**. Librería “El Ateneo” Editorial, Buenos Aires, 1949.
- BAMBIRRA, Vania. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: ed. Insular, 2019.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Geopolítica e política exterior. Estados Unidos, Brasil e América do Sul**. 2ª ed. – Brasília: FUNAG, 2010.
- BARBOSA, Alexandre. **A solidão da América Latina na grande imprensa brasileira**. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- BELTRÁN, Luis Ramiro. **La comunicación antes de Colón: Tipos y formas en mesoamérica y los Andes**. Centro Interdisciplinario Boliviano de Estudios de la Comunicación - CIBEC. Primera edición, 2008.
- BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro, 2008.
- BORÓN, Atílio. **América Latina em la geopolítica del imperialismo**. 2ª ed – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Luxemburg, 2014.
- BORÓN, Atílio [et.al]. **América Latina na encruzilhada: lawfare, golpes e luta de classes**. Organizadores Roberto Santana Santos, Maria Villarreal, João Claudio Pitillo. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- BRASIL, Presidência da República. **Pesquisa Brasileira de Mídia**. Relatório Final. 2016
- CAÑIZALES, Andrés; LUGO, Jairo. **Telesur: estrategia geopolítica con fines integracionista**. Temas de Comunicación (14), 2011.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Claudio Willer. São Paulo: Veneta, 2020.

CHOMSKY, Noam. **Mídia: propaganda política e manipulação**; tradução: Fernando Santos – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL), **Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe, 2021** (LC/PUB.2021/20-P), Santiago, 2022.

CUEVA, Agustín. **A teoria marxista: categorias de base e problemas atuais**. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global, 1983.

CUNHA FILHO, Clayton M.; FLORES, Fidel Pérez; COELHO, André Luiz. **Un giro de la derecha a la izquierda? Un análisis del caso hondureño**. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Buenos Aires, 2010.

COSTA, Edmilson. **Imperialismo**. São Paulo: Global Editora, 1986.

COSTA, Siliana Dalla. **A presença das agências internacionais hegemônicas no Jornalismo Online brasileiro**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: desigualdades, gênero e comunicação, 2018, Joinville - SC. Anais do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2 a 8 de setembro de 2018. São Paulo: Intercom. v. 41.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

DALBERTO, Germana. **Para além da colonialidade: os desafios e as possibilidades da transição democrática no Haiti**. CLACSO. Buenos Aires. 2015.

DA SILVA, Marcos Maurício Alves; VIDAL, Luisa Orselli; ALMEIDA JR., Guy Pinto de. **Golpes de Estado midiáticos na América Latina: Os casos de Honduras, Paraguai e Brasil**. Entropia, v. 2, 2018.

DUSSEL, Enrique. **La producción teórica de Marx: un comentario a los Grundrisse**. México: Siglo XXI, (Biblioteca del pensamiento socialista, serie estudios críticos), 1985.

DUSSEL, Enrique. **Método para uma filosofia de la liberación. Superación analéctica de la dialéctica hegeliana**. Ediciones Sígueme, 1974.

ESPERIDIÃO, Cleidejane Silva. **Gigantes do telejornalismo mundial: mutações editoriais e tecnológicas das agências internacionais de notícias**. Tese (Doutorado), Metodista: São Paulo, 2011.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo**. 5ª edição, Editora Ática. São Paulo, 1991.

ESQUÍVEL, Adolfo Perez (entrevista); PRONER, Carol, et al. (org). **A Resistência Internacional ao Golpe de 2016**. “Golpe no Brasil é parte de um projeto de recolonização da América Latina”, p.75-80, Bauru: 2016.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A comunicação (des)integradora na América Latina: os contrastes do neoliberalismo**. São Paulo: Edicon-Cebela, 1995.

FRANK, André Gunder. **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina**. Texto completo em <http://www.eumed.net/cursecon/textos/>, Traducción de: Elpidio Pacios, con revisión de Inés Izaguirre y el autor. 2005.

FURTADO, Celso. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1973.

GAGLIARDI, Juliana. **Mediando a 'Revolução': a narrativa de O Globo sobre os aniversários do golpe durante o Regime Militar (1965-1984)**. Lumina (UFJF. Online), v. 8, p. 1-35, 2014.

GALÁN; Elena Carolina Díaz; TRIANA; Harold Bertot. **La Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC): un enfoque desde la perspectiva de la integración**. Cuadernos de Política Exterior Argentina (Nueva Época), 2017.

GALEANO, Eduardo. **Las venas abiertas de América Latina**. México, D.F.; Buenos Aires: siglo xxi editores, 2004

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Série Jornalismo a Rigor. V. 6. Florianópolis: Insular. 2012.

GRUNBERG, Bernard. **Hernán Cortés y la guerra de los conquistadores**. P. 557-576 - El mundo de los conquistadores. Martín F. Ríos Saloma (edición) México Universidad Nacional Autónoma de México Instituto de Investigaciones Históricas / Silex Ediciones 2015.

GÓMEZ, Miguel Rojas. **Identidad cultural e integración. Desde la ilustración hasta el Romanticismo latino-americanos**. Série Filosófica, número 19. Editora Bonaventuriana, 2011.

GÓMEZ SANTIBÁÑEZ, Guillermo. **Pensar Latinoamérica: ¿Qué son los estudios latinoamericanos?** Managua: CIELAC, Centro Interuniversitario de Estudios Latinoamericanos y Caribeños. 2017.

GONZÁLEZ, Guadalupe González; SCHIAVON, Jorge A.; Crow, David; Maldonado, Gerardo. **The Americas and the World 2010-2011 - Public Opinion and Foreign Policy in Brazil, Colombia, Ecuador, Mexico, and Peru**. Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE). Mexico, 2011.

GRANATO, Leonardo. **O Estado latino-americano: teoria e história**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

HALPERIN, Paula. (2019). **Entre a invasão dos “capitais alienígenas” e a consolidação da televisão: Imprensa e debates públicos em torno ao acordo Rede Globo/Time-Life, 1964-1967.** *Antíteses*, 12(23), 579–601. <https://doi.org/10.5433/1984-3356.2019v12n23p579>

HARNECKER, Marta. **Los conceptos elementales del materialismo histórico.** Siglo veintiuno editores, S.A. 36ª edición, 1976.

HEGG, Manuel Ortega. **Nicaragua 2006: El regreso del FSLN al poder.** Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, Chile. *Revista de Ciencia Política*, vol. 27, núm. Esp, 2007.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo.** Edição 14. Editora Ortiz, 1991.

IANNI, Octavio. **Imperialismo y cultura de la violencia en América Latina.** Traducción de Claudio Colombani y José Thiago Cintra. Siglo veintiuno editores, cuarta edición, 1973.

IASI, Mauro. **Alienação e ideologia: a carne real das abstrações ideais.** In: ROIO, Marcos Deo (Org.). *Marx e a Dialética da Sociedade Civil.* Marília: Editora Cultura Acadêmica, 2014.

JAMES, C.L.R. **Os jacobinos negros: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos.** Tradução de Afonso Teixeira Filho, - 1ª ed. rev. - São Paulo: Boitempo, 2010.

JOHNSON, Niki. **La política de la ausencia: las elecciones uruguayas 2004-2005, las mujeres y la equidad de género.** – 1ª. Ed. Montevideo: CNS Mujeres por Democracia, Equidad y Ciudadanía, 2005.

KATCHATUROV, Karen Armenovitch. **A Expansão ideológica dos EUA na América Latina: doutrinas, formas e métodos de propaganda dos EUA;** tradução Anita Leocádia Prestes – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

KOHAN, Néstor. **Pensar a contramano: Las armas de la crítica y la crítica de las armas.** Capital Federal, Buenos Aires, 2007.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia.** São Paulo, 2ª edição, Expressão Popular, 2020.

KOSMINSKY, Doris Clara. **A imagem da notícia: panorama gráfico do telejornal brasileiro: análise dos selos do jornal nacional.** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC Rio, 2004.

LACOSTE, Yves. **Geopolítica. La larga historia del presente.** Editorial Síntesis. Madrid, España, 2009.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: Fase superior do capitalismo.** Tradução Leila Prado. 3ª ed. São Paulo: Centauro. 2010.

LIMA, Humberto e Silva Ribeiro de. **Dependência Econômica sob a Hegemonia do Capital Financeiro.** 2013. 165 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2013.



LISBOA, Armando de Melo. **De América a Abya Yala - Semiótica da descolonização**. R. Educ. Públ. Cuiabá v. 23 n. 53/2 p. 501-531 maio/ago. 2014

LORENZO, Cristian. **América Latina como lugar de enunciación em los Estudios Internacionales: el pensamiento situado latino-americano**. Centro Austral de Investigaciones Científicas (CADIC) – CONICET y Universidad Nacional de Tierra del Fuego, Antártida e Islas del Atlántico Sur, Ushuaia, Argentina, 2022.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias - uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MANZUR, Juan Carlos Morales; GARCÍA, Lucrecia Morales. **Origen y naturaleza de la Alternativa Bolivariana para las Américas**. Polis. Investigación y Análisis Sociopolítico y Psicosocial, Vol. 3, nº 1, 2007.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo. A saga dos cães perdidos**./Ciro Marcondes Filho, São Paulo: Hacker Editores,. 2000.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Florianópolis, ed. Insular, 2013.

MARX, Karl. **O Capital – crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 1º Capítulo. São Paulo: Editora Moraes, 1984.

MARTÍ, José. **Nuestra América**. Fundación Biblioteca Ayacucho, Tercera edición con correcciones y adiciones de nuevos textos: 2005.

MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do direito / Alysson Leandro Mascaro**. – 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2014.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e golpe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MEMÓRIA GLOBO. **Correspondentes: bastidores, histórias e aventuras de jornalistas brasileiros pelo mundo**. Organização Memória Globo – 1ª Edição – Rio de Janeiro, 2018.

MONTEIRO, Sylvio. **Como atua o imperialismo ianque?**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1963.

MORA RODRÍGUEZ, Luis Adrián. **Política, imperio e imperialismo: una aproximación crítica desde las cartas de relación de Hernán Cortés**. Tabula Rasa, núm. 18, enero-junio, 2013, pp. 147-163 Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca Bogotá, Colombia.

MORAES, Dênis de (org); SERRANO, Pascual; RAMONET, Ignacio. **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo, 2013.

- MOTA, Sergio Ricardo Ferreira. **Jorge Abelardo Ramos – militante político e intelectual da Nação Latino-Americana**. Florianópolis: Insular, 2017.
- NAVARRO, Alexandre Guida. **A civilização maia: contextualização historiográfica e arqueológica**. História (São Paulo), vol. 27, núm. 1, 2008, pp. 347-377.
- NETO, Mario Soares. **Superexploração da força de trabalho em Ruy Mauro Marini: entrevista com Dra. Roberta Sperandio Traspadini**. Revista Brasileira de Estudos Latino-americanos. REBELA, v.10, n.2. mai./ago. 2020
- ONUKI, Janaina; MOURON, Fernando; URDINEZ, Francisco. **Latin American Perceptions of Regional Identity and Leadership in Comparative Perspective**. *Contexto int.*. 2016. Vol. 38(1):433-465. DOI: 10.1590/S0102-8529.2016380100012
- ORTIZ, Raúl Scalabrini. **Política britânica no Rio da Prata**. Florianópolis, Insular, 2014.
- PATERNOSTRO, Vera Ísis. **O texto na TV: Manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- PATZI, Félix. **Prácticas excluyentes de la democracia boliviana**. En: Yapu, M. (compilador), *Modernidad y Pensamiento Descolonizador. Memoria Seminario Internacional*. Pp.53-55. La Paz: Universidad Para la Inversión estratégica en Bolivia. 2006.
- PAZ RADA, Eduardo. (2019). **Bolivia: geopolítica, integración regional y relaciones internacionales (2006-2019)**. Universidad De La Habana, (290). Recuperado a partir de <https://revistas.uh.cu/revuh/article/view/2302>
- PEIXOTO, Gabriel Rodrigues. **Artigas e a Pátria Grande - considerações introdutórias sobre a estratégia integracionista da liga de los pueblos libres** - Espirales, Edição Especial. VII Encuentro de Estudios Sociales desde América Latina y el Caribe. Janeiro, 2021.
- PENIDO, Ana; STÉDILE, Enrique. **Ninguém regula a América: guerras híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina**. Enrique Stédile. 1ª ed. São Paulo : Expressão Popular, 2021.
- PEREIRA, Gustavo. **Simón Bolívar, escritos anticolonialistas**. 1ª edición en Biblioteca Popular para los Consejos Comunales, 2007.
- PINHEIRO ROSA, Aruanã Emiliano Martins. **A ALBA-TCP e a construção de uma integração regional autônoma: Considerações sobre a *misión milagro***. Revista Espirales. 2, 2 (fev. 2019), 71–83.
- POMER, Leon. **As independências na América Latina**. São Paulo: Editora Brasiliense (Coleção tudo é história), 1999.
- PRASHAD, Vijay. **Balas de Washington: uma história da CIA, golpes e assassinatos**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

PRESCOTT, William H. **Historia de la conquista de México**. Machado Grupo de Distribución, Madrid, 2001.

PRONER, Carol et al. (org). **A resistência internacional ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

RAMOS, Jorge Abelardo. **História da nação latino-americana**. 2ª ed. rev. e ampl. Florianópolis: Insular, 2012.

RAMOS, Teodoro. **O imperialismo norte-americano e a América Latina**. Brasília: 2012.

RESTIVO, Santiago. **Bolivia en los diferentes procesos de integración regional. Análisis desde la revolución del año 1952 a la actualidad**. Instituto de Integración Latinoamericana, Universidad Nacional de La Plata (UNLP), 2018.

RIBEIRO, Darcy. **América Latina: a pátria grande**. 3ª Edição. Editora Global, São Paulo, 2017.

ROJAS, Reinaldo. **Bolívar y la Carta de Jamaica**. Barquisimeto: Ediciones Moon, 2015.

RUFFINO, Mónica. **Pensar la identidad La identidad cultural en la encrucijada. Lo planetario y lo local**. Ediciones Ciccus, Buenos Aires, 2016.

SALAZAR BONDY, Augusto. **Existe una filosofía de nuestra América?**. Siglo veintiuno editores, 16ª ed. 2002.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro**. In: *Filosofia y teorías políticas entre la crítica y la utopía*. Hoyos Vásquez, Guillermo. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2007.

SANCHÉZ VAZQUES, Adolfo. **Mariátegui, grandeza e originalidade de um marxista latino-americano**. In: PERICÁS, Luiz Bernardo, BARSOTTI, Paulo (orgs.). *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2018.

SANTOS, Laymert Garcia dos. **Alienação e capitalismo**, São Paulo, Brasiliense, 1983.

SANTOS, Luciano dos. **A identidade da América Latina: o projeto intelectual de Leopoldo Zea**. - Goiânia: IFG, 2016.

SCHILLER, Herber I. **O império norte-americano das comunicações**; tradução de Tereza Lúcia Halliday. Petrópolis, Vozes, 1976.

SCHILLING, Voltaire. **EUA x América Latina: as etapas da dominação**. 4ª ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1991.

SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti. **A repercussão do movimento sandinista na imprensa brasileira (1926-1934)**. São Paulo, Editora Unesp, 2011.

SECRETARIA DE RELACIONES EXTERIORES. **La institución del asilo: México y la crisis política en Bolivia en 2019**. Instituto Matías Romero. Ciudad de México, 2021.

SEVERO, Leonardo Wexell. **A CIA contra Guatemala: movimentos sociais, mídia e desinformação**. São Paulo; Papiro Produções, 2015.

SILVA, Ludovico. **A mais-valia ideológica**. Florianópolis, ed. Insular, 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966

SODRÉ, Nelson Werneck. **A ideologia do colonialismo. Seus reflexos no pensamento brasileiro**. 3ª Edição. 1984, Editora Vozes Ltda.

STEIN, Stanley J. **A herança colonial da América Latina**. 3ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

STEINBERGER, Margarethe Born. **Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina**. São Paulo, EDUC; Fapesp, 2005.

VIANA, Bruno César Brito; LIMA, Maria Érica de Oliveira. **Além das fronteiras: Uma breve reflexão sobre a trajetória do Jornalismo Internacional**. In: XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 2012, Recife. Anais do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Recife: Intercom, 2012.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Consciência e Realidade Nacional**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), 1960. 2 v. (Coleção Textos Brasileiros de Filosofia, 1)

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Tradução Denise Bottmann; prefácio Rafael de Bivar Marquese. — 1. ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação. Mass media: contextos e paradigmas**. Gruppo Editoriale Fabbri, Bompiani, Sonzogno, Etas S.p.A., Milan, 1985.